

Christina da Silva Roquette Lopreato



REVOLUÇÃO DESPERTAR

**O ESPÍRITO DA REVOLTA
(A GREVE GERAL ANARQUISTA DE 1917)**

CHRISTINA DA SILVA ROQUETTE LOPREATO

O ESPÍRITO DA REVOLTA
(A GREVE GERAL ANARQUISTA DE 1917)

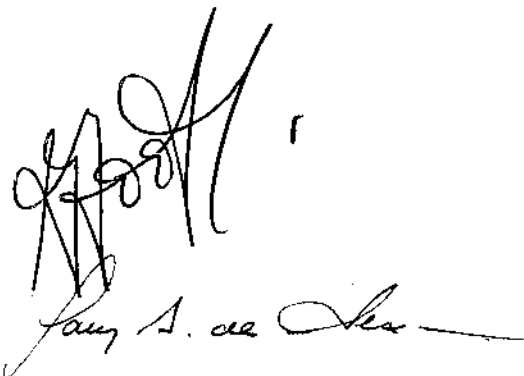
Tese de Doutorado em História
apresentada ao Departamento de História
do IFCH/UNICAMP, sob a orientação do
Prof. Dr. Edgar S. De Decca

Este exemplar corresponde à redação final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 27 / 08 / 96.

Banca:

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
Profa.Dra. Maria Stella Martins Bresciani
Prof.Dr. Michael McDonald Hall *Michael M. Hall*
Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas
Prof.Dr. Francisco Foot Hardman

AGOSTO/1996



Edgar S. De Decca



Maria Stella Martins Bresciani



Francisco Foot Hardman

UNIDADE	BC
N. CHAMADA:	UNICAMP
	L881e
V.	E
SERIAL	29032
PROG.	667196
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05/11/96
N.º CPD	

CM-00094464-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L881e

Lopreato, Christina da Silva Roquette

**O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917) /
Christina da Silva Roquette Lopreato. - - Campinas, SP: [s.n.],
1996.**

Orientador: Edgar S. De Decca.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Greve geral, 1917. 2. Movimento operário. 3. Anar-
quismo e anarquistas. I. Decca, Edgar Salvadori de. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

**Dedico este trabalho a Francisco Luiz,
Luiz Guilherme, Fernanda e Marina,
porto seguro do afeto.**

i

AGRADECIMENTOS

A tese de doutorado em história é um trabalho de longa duração e envolve a colaboração de várias pessoas. Durante a pesquisa contei com o apoio e dedicação de colegas, amigos e familiares. Agradecer a todos é tarefa difícil por ser devedora de muitos. Mas, não poderia deixar de registrar um agradecimento especial

ao Prof. Edgar Salvadori De Decca, pela amizade e incentivo ao trabalho;

ao Prof. Michael M. Hall, pelas sugestões de livros e documentos e pela leitura acurada do texto do exame de qualificação;

à Jacy Seixas, companheira das estradas da vida, pela afetividade demonstrada ao longo dessa travessia acadêmica;

à Profa. Stella Bresciani, pelos comentários estimulantes;

à Beth Cancelli e João Marcos Alem, pela leitura crítica dos originais da tese;

ao Jaime Cubero, por seus ensinamentos anarquistas;

à Naná, Maria do Carmo Roquette e Maria Cristina Ferri, pelo auxílio na coleta de dados;

aos colegas da linha de pesquisa "Jogos da Política" da UNICAMP, pelas discussões que me permitiram enxergar a política para além do campo racional;

aos amigos Zan, Marion, Karla, Antonio, Marisa, Dora e Isabelle, pelos laços afetivos;

aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Centro de Apoio à Pesquisa em História/USP, Biblioteca Nacional, Biblioteca do IFCH/UNICAMP e da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, pela presteza no atendimento;

à Universidade Federal de Uberlândia, pela liberação concedida;

à CAPES, pelo apoio financeiro;

e por último, mas não menos importante, ao Prof. Guido Fonseca da Academia de Polícia de São Paulo. Com carinho e bom humor se fez meu assessor policial. Acompanhou todos os passos da pesquisa, mas não teve tempo de vê-la terminada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - A SEMANA TRÁGICA.....	20
DIAS DE TENSÃO.....	24
A GREVE GERAL.....	38
A NEGOCIAÇÃO.....	51
CAPÍTULO II - O DESPERTAR.....	59
A CRISE DO PÃO.....	65
A CRISE DO TRABALHO.....	71
AGITAÇÃO ANARQUISTA.....	78
CAPÍTULO III - À LUTA, TRABALHADORES!.....	91
AS LIGAS OPERÁRIAS DE BAIRRO.....	95
A GREVE DOS TECELÕES.....	99
O SURGIMENTO D'A PLEBE.....	107
EM CENA, A POLÍCIA.....	111
CAPÍTULO IV - RESSONÂNCIAS.....	127
AS GREVES NO INTERIOR DO ESTADO.....	133
Em Campinas.....	134
Em Sorocaba.....	138
Em Jundiaí e Outras Cidades.....	141
A GREVE NO LITORAL PAULISTA.....	141
SÃO PAULO: ESPALHAFATOS DE NOVA GREVE.....	145
ATIVIDADE ASSOCIATIVA.....	148
O (RE)SURGIMENTO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE S.P.....	152
ALERTA, TRABALHADORES!.....	155
CAPÍTULO V - O DESFECHO.....	164
A TRAMA CONSPIRATÓRIA.....	167
OS ERRANTES NAVEGANTES.....	176

PROTESTOS CONTRA A EXPULSÃO	184
MANIFESTAÇÕES A FAVOR DA EXPULSÃO.....	190
APELO À JUSTIÇA	193
O Julgamento do Supremo Tribunal Federal	198
O Caso Damiani/Sarmento	201
DE VOLTA À LIBERDADE.....	206
O PROCESSO EDGARD LEUENROTH	209
O "SÃO BARTOLOMEU PAULISTA"	218
BIGLIOGRAFIA	228
IMAGENS DA GREVE	236
ANEXOS	263

INTRODUÇÃO

Durante o período de 1850 a 1920, o estado de São Paulo recebeu mais de um milhão e meio de estrangeiros¹. Atraídos pelas promessas de uma vida melhor feitas por recrutadores de mão-de-obra européia no exterior, trabalhadores pobres italianos, espanhóis, portugueses, entre outras nacionalidades, em sua maioria provenientes da zona rural, deixaram a terra natal e atravessaram o Atlântico em busca de condições mais dignas de vida e de trabalho. No entanto, o sonho acalentado pelos imigrantes de terem um melhor viver em terras brasileiras logo se revelou um pesadelo. O tratamento dispensado ao trabalhador livre europeu, que veio substituir o negro-escravo nas fazendas de café, ainda guardava forte ranço escravocrata. Submetidos a uma exploração aviltante no trabalho e vivendo em precárias condições de vida, muitos desses imigrantes acabaram se rebelando contra o patronato agrícola e retornaram aos seus países de origem. Outros, deslocaram-se para a cidade de São Paulo onde ingressaram na ainda incipiente atividade industrial, constituindo a primeira geração de operários fabris.

O fluxo da corrente imigratória, que ganhou impulso com a política de imigração subsidiada colocada em prática pelo governo de São Paulo a partir de 1886, propiciou a vinda de anarquistas estrangeiros para o Brasil. Estes para cá se dirigiram devido, principalmente, às perseguições políticas sofridas nos países europeus. As primeiras notícias da

¹ Cf. Michael Hall, "Trabalhadores Imigrantes", em *Revista Trabalhadores*, nº 3, Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Campinas, São Paulo, pág. 3.

presença anarquista em São Paulo divulgadas pela imprensa paulistana datam de 1893. Com o título "Imigrantes Anarquistas", o jornal *Correio Paulistano* - órgão oficial do Partido Republicano Paulista - publicou, entre julho e agosto desse ano, uma série de quatro reportagens com a finalidade de "não só proporcionar aos nossos leitores o conhecimento de coisas dignas de nota e ainda ignoradas, como também prestar um serviço à São Paulo, concorrendo para a censura e verberação de fatos, que se podem tornar atentatórios da ordem pública"².

Na primeira delas, os anarquistas foram rotulados de "...perigosos indivíduos, chefes e partidários dessa terrível seita destruidora...", que para cá vieram "uns por voto espontâneo, em busca de novos campos de ação, outros por expressa exigência policial, e outros ainda para fugirem à vindita dos seus camaradas, quando descobertas as suas traições e ainda neste caso, favorecidos por autoridades no exercício oficial dos seus cargos, têm buscado penetrar nesta grande e hospitaleira terra que se chama o Estado de São Paulo, usufruindo as vantagens que os nossos cofres públicos lhes dão, tais como o transporte gratuito das suas pessoas e bagagens e o seu primeiro estabelecimento na capital, até que lhes apareçam as ambicionadas colocações, para no fim de contas virem aqui implantar a desordem e uma luta fratricida, incompatíveis com a abundância e excelência dos nossos recursos de vida"³.

O indivíduo anarquista era identificado pelo *Correio Paulistano* como um ser predisposto à prática do mal, um criminoso. Nas reportagens, o jornal questionou como eles emigraram já que "absolutamente não podem embarcar, entre

² "Imigrantes Anarquistas I", em *Correio Paulistano*, 30 de Julho de 1893.

³ Idem.

esses imigrantes, indivíduos criminosos, como os anarquistas de que temos nos ocupado, senão com pleno conhecimento e certeza da polícia do país em que tal embarque se dá...e os passaportes têm que ser visados pelas autoridades consulares ou agentes especiais nomeados para isso pelo nosso governo"⁴. Criticou a conduta das autoridades que controlavam o embarque: "quando força ou pemite a emigração dos mesmos, é ela própria quem lhes dá o salvo conduto, onde as suas más qualidades e indignas profissões são substituídas por atestados que para eles constituem verdadeiros títulos"⁵.

Pelo mundo afora, os anarquistas carregavam a má fama de indivíduos "perigosos". Essa aura negativa foi criada pelos governantes para denegrir a imagem dos que pregavam a destruição da sociedade capitalista, através da ação direta e revolucionária, como a única maneira de dar cabo às injustiças sociais mas que, ao mesmo tempo, propunham a construção de uma nova sociedade, a Anarquia, na qual existiria a liberdade plena, sem estorvos, a igualdade de direitos para todos e a vida social seria regida pelo princípio da solidariedade. Entretanto, foi o elemento destrutivo da doutrina que se espalhou como o ideal perseguido pela militância libertária. Isso serviu de alibi para as autoridades justificarem a forte repressão aos anarquistas. Daí, talvez seja possível entender porque no Brasil - assim como em várias partes do mundo - o anarquismo foi inscrito na história do país através das lentes das autoridades policiais.

⁴ "Imigrantes Anarquistas - II", em *Correio Paulistano*, 3 de Agosto de 1893.

⁵ Idem. Ao afirmar que poderia emigrar somente o "indivíduo que tenha família honesta constituída, que seja operário ou agricultor", o *Correio Paulistano* apontou a artimanha da polícia no exterior para fazer constar os requisitos básicos e embarcar os indivíduos por ela também considerados "indesejáveis": "se se trata de indivíduo solteiro agrega-se a uma mulher qualquer que deseje seguir para o Brasil e no passaporte aparece logo 'casado'; se o indivíduo, apesar de vagabundo, nasceu por acaso no campo, dá-se lhe a qualidade de agricultor e se nasceu na cidade, de operário".

Não é por acaso que o primeiro registro policial sobre a atuação dos anarquistas em solo paulista também data de 1893. A mesma linguagem e os mesmos atributos negativos presentes na imprensa governista (P.R.P) encontram-se no relatório do chefe de polícia da época. Segundo as pesquisas desenvolvidas por Guido Fonseca⁶ sobre a repressão policial ao anarquismo, das 3969 pessoas presas em 1893 vinte delas foram rotuladas de anarquistas, e dez pessoas identificadas como "socialistas e anarquistas" foram fotografadas na Repartição da Polícia Central. O ano de 1894, como assinalou o pesquisador, "seria particularmente rico em ocorrências envolvendo polícia e anarquistas. Tanto isso é verdade que para o Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Jr, o fato mais importante relativo à segurança pública nesse ano foram as medidas tomadas contra essa 'perigosa classe de indivíduos'...que no prédio nº 110 da Rua Líbero Badaró celebravam conferências públicas que visavam o desenvolvimento da tenebrosa doutrina na sociedade paulista obrigando-o a vigiar e observar os indivíduos denunciados como adeptos extremados da perigosa seita para em momento oportuno, apreendê-los em seus planos e frustrar de pronto a realização de seus sinistros intentos"⁷.

Apesar da repressão desencadeada pelas autoridades policiais contra os anarquistas, "a semente libertária plantada pelos primeiros militantes estrangeiros germinou". A

⁶ Cf. Guido Fonseca, *O Anarquismo e as Origens da Polícia Política em São Paulo*, mimeo, 1996. Com base nos relatórios de chefes de polícia e em farta documentação policial, o autor afirma que a origem do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS -1924) está no processo de repressão ao anarquismo, iniciado nos primeiros anos do período republicano. Do mesmo autor, veja também "Aspectos da Criminalidade na Cidade de São Paulo em fins do século XIX, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1995, vol. XCI, págs. 72-82 e "DOPS: Um Pouco de Sua História", em *Revista da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo*, ano 10, nº 18, Dezembro de 1989, págs. 41-85.

⁷ Guido Fonseca, *O Anarquismo e as Origens da Polícia Política em São Paulo*, pág.2.

"planta exótica"⁸ do anarquismo floresceu em solo paulista e em outras cidades brasileiras e foi se revelando como uma força política ativa, capaz de fazer adeptos e de mobilizar os trabalhadores em movimentos de protesto contra as mazelas da sociedade burguesa. As duas correntes mais expressivas que iriam agitar o ambiente paulistano durante as duas primeiras décadas dos novecentos definiram-se na virada do século: a do anarco-comunismo e a do anarquismo-sindicalista⁹. Os anarco-comunistas - influenciados pelas idéias de Kropotkin, Réclus, Jean Grave e Malatesta - gravitaram, inicialmente, em torno do jornal libertário *Il Risveglio*, editado a partir de 20 de Novembro de 1898 por Luigi Damiani. O grupo se firmou em 1904, quando do aparecimento do jornal *La Battaglia*¹⁰ no mês de Julho. Oreste Ristori (editor do jornal), Luigi Damiani, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni e Florentino de Carvalho foram os militantes mais expressivos da corrente anarco-comunista em São Paulo.

O *anarquismo-sindicalista*, voltado mais para o engajamento dos militantes nas organizações sindicais e no movimento operário, se formou em torno do jornal *O Amigo do*

⁸ Segundo Boris Fausto, "o pensamento reacionário forjou a imagem botânica da 'planta exótica' para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira". Cf. Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1977, pág.62. O anarquismo era considerado uma doutrina originária da Europa e própria dos países desenvolvidos, que enfrentavam a luta de classes. Nesse sentido, acreditava-se não haver solo fértil no Brasil para o florescimento da doutrina libertária, na medida em que as relações entre o capital e o trabalho aqui eram tidas como "harmônicas".

⁹ Utilizo a expressão anarquismo-sindicalista para designar a corrente anarquista que acreditava ser o sindicato o único meio fator da revolução social. Os militantes dessa corrente são chamados de anarquistas-sindicalistas. Evitei a expressão anarco-sindicalismo, comumente usada nos estudos sobre anarquismo no Brasil, por considerar ser ela polêmica e demandar uma pesquisa mais acurada sobre o uso dessa denominação pela militância anarquista em terras brasileiras.

¹⁰ Uma análise sobre a importância do semanário *La Battaglia* - editado em língua italiana durante o período 1904-1912 - como órgão difusor da doutrina anarquista e de denúncia da exploração dos trabalhadores rurais e urbanos pelo patronato no Brasil encontra-se em Luigi Biondi, *La Stampa Anarchica Italiana in Brasile: 1904-1915*. Tesi di Laurea di Storia Contemporanea, Roma, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1994.

*Povo*¹¹, que passou a circular em 19 de Abril de 1902 e assumiu uma linha nitidamente sindicalista a partir de Fevereiro de 1903. Edgard Leuenroth, Neno Vasco, José Sarmento Marques, Giulio Sorelli, foram os militantes mais combativos da corrente anarquista-sindicalista, a que predominou em São Paulo. Segundo Edgard Leuenroth, o sindicato era "um organismo de resistência e de luta dos interesses profissionais e econômicos do trabalhador, organizado, orientado e mantido pelos trabalhadores, sem interferência de quem quer que seja"¹². Tinha como fins imediatos a conquista de melhorias nas condições de trabalho e como objetivo maior a derrocada do capitalismo. A organização sindical substituiu as associações de caráter assistencialista e beneficente que predominaram até a virada do século. Durante os anos de 1903 a 1905 proliferaram as ligas de resistência em São Paulo. Em novembro de 1905, essas associações se reuniram em torno da *Federação Operária de São Paulo (FOSP)*.

O aspecto reformista que impregnava a orientação sindicalista era criticado pelos anarco-comunistas. Estes demonstravam cautela quanto à organização dos trabalhadores em sindicatos por temerem que as propostas de luta por melhorias imediatas acabassem se sobrepondo ao objetivo maior, ou seja, possibilitar aos trabalhadores se organizarem como o fim de se prepararem para a revolução social que poria fim ao regime capitalista de produção. A corrente anarco-comunista exerceu a "função de contraponto crítico ao sindicalismo"¹³. A tensão reforma/revolução marcou a história

¹¹ Para uma análise sobre o periódico anarquista *O Amigo do Povo* e o grupo militante que gravitava em torno do jornal, consultar o trabalho desenvolvido por Edilene Toledo, "*O Amigo do Povo*": grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

¹² Edgard Leuenroth, Palestra proferida no Centro de Cultura Social, em 1968.

¹³ A expressão é de Jacy Seixas e foi extraída do seu livro *Mémoire et Oubli - Anarchisme et Syndicalisme Révolutionnaire au Brésil*. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992, pág.128.

do movimento anarquista no Brasil durante as primeiras duas décadas do século XX e, por conseguinte, a história do movimento operário que dele se alimentava e era por este alimentado.

Apesar das divergências e das constantes trocas de acusações carregadas de críticas mordazes, anarco-comunistas e anarquistas-sindicalistas tinham em comum a mesma estratégia de luta política: a ação direta, ou seja, um método de ação política baseado na livre iniciativa, na autonomia e na solidariedade. Por outro lado, as duas correntes procuravam exercitar a tolerância ideológica, o que permitia a aproximação dos anarquistas com os sindicalistas-revolucionários, os reformistas e também com os socialistas que, apesar de defenderem a ação eleitoral e parlamentar como estratégia de luta política também somavam, vez ou outra, suas forças aos movimentos de agitação promovidos pelos libertários. A unidade na diversidade era dada pela ação direta, idéia cuja paternidade é atribuída a Fernand Pelloutier, militante sindical de fins do século XIX cujo pensamento marca a origem do sindicalismo-revolucionário francês. Pelloutier definiu a ação direta como a estratégia de luta política em contraposição à ação eleitoral e parlamentar defendida pelos socialistas franceses como meio de se obter melhorias para a classe trabalhadora. O parlamentarismo era visto pelo sindicalismo revolucionário como uma instituição que só servia para reforçar o Estado e as classes dominantes, dar prestígio às instituições autoritárias e adormecer as energias populares.

A estratégia de ação direta, por sua vez, contrapõe-se ao parlamentarismo e a qualquer outra forma de representação política. A ação direta é a expressão da crença de que o proletariado só se libertará quando confiar

na influência da sua própria ação, direta e autônoma, prescindindo de intermediários no conflito capital/trabalho. Isso significa que a classe trabalhadora nada deve esperar das forças externas a ela mesma. É ela que deve criar suas próprias condições de luta e os seus meios de ação. A ação direta se caracteriza pela "cultura da autonomia, a exaltação da individualidade, o impulso da iniciativa, da qual é a levedura"¹⁴. Funciona como um antídoto à resignação e à passividade. Desperta no trabalhador o sentido do seu valor e da sua força e desenvolve a capacidade de autoderminar as decisões. Tem, portanto, um valor educativo: ensina-lhe a refletir, a decidir e a agir, por conta própria. A exaltação do indivíduo enquanto soberano de si não pretende estar, no entanto, em contradição com a solidariedade, outro princípio fundante do anarquismo. Na filosofia política anarquista, "a independência e atividade do indivíduo só pode florescer em esplendor e intensidade quando se submergem as suas raízes no solo, fecundo da entente solidária"¹⁵. Nesse sentido, a ação direta é concebida como um princípio político de dignidade coletiva.

Os métodos de ação direta são o boicote, a sabotagem e a greve. Esta última é considerada a mais rica em ensinamentos porque explicita os interesses contraditórios entre o patrão e o empregado, rompe a harmonia existente entre eles e faz aparecer a luta de classes. Para fazer greve, o trabalhador tem que vencer a si mesmo, sobrepondo-se à alienação, a seu costume de submissão e passividade diante do patrão, que se quer inatingível. A greve "golpea o adversário, estimula o trabalhador, o educa, o fortalece pelo esforço dispendido e lhe ensina a prática da solidariedade"¹⁶.

¹⁴ CF. Victor Garcia, *Antologia del Anarco-Sindicalismo*, Ediciones RUTA-B.A.S.E., Venezuela, 1988, capítulo "Acción Directa", pág.62.

¹⁵ Idem, pág.62.

¹⁶ Victor Garcia, *op.cit.*, capítulo "Huelga", pág.285.

Como ação coletiva, desenvolve o sentimento de apoio mútuo, estreita os laços de solidariedade e ensina aos trabalhadores que para melhorar a sua sorte e transformar a sociedade é preciso a união dos esforços de todos.

Mas é a greve geral, a estratégia exemplar de ação direta. Parece ter sido o francês Joseph Tortelier o primeiro propagandista da idéia de greve geral¹⁷, que depois de impor-se no movimento operário francês se irradiou pelo resto do mundo. Tortelier propôs a realização de uma greve geral, a nível internacional, pela fixação da jornada de 8 horas de trabalho no Congresso Socialista Internacional, realizado em Paris, em Julho de 1889. Os delegados de 21 países, presentes à reunião deliberaram, por unanimidade, a data de 1º de Maio de 1890 como um dia em que os trabalhadores de diversos países europeus e da América reivindicassem, ao mesmo tempo, o estabelecimento da jornada de 8 horas diárias. No mesmo dia e na mesma hora, os trabalhadores dos dois mundos colocaram suas reivindicações aos patrões. As jornadas transcorreram de forma pacífica e o Primeiro de Maio de 1890 foi considerado a "aurora dos novos tempos", o marco do despertar da classe operária, a nível internacional. Daí por diante, a data

¹⁷ As origens da idéia de greve geral parecem datar da segunda metade do século XIX. No 3º Congresso da Internacional, realizado em Bruxelas, em setembro de 1868, discutiu-se a greve geral como um método de luta contra os governantes que fomentavam a guerra. No ano seguinte, a idéia já aparecia como um meio revolucionário nas discussões da seção belga da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.). A idéia de greve geral migrou para os Estados Unidos, despida do caráter revolucionário. Foi considerada o meio de ação dos trabalhadores para conquista das suas reivindicações. No Congresso da American Federation of Labor (A.F.L.), realizado em Chicado em 1884, foi aprovada a proposta de uma greve geral no Primeiro de Maio de 1886 pela jornada de 8 horas. O movimento acabou resultando numa repressão policial violenta sobre os grevistas em Chicago, com a condenação à morte de quatro anarquistas (Spies, Fischer, Parsons e Engels), executados em 1887. Segundo Jacques Julliard, biógrafo de Fernand Pelloutier, a idéia da greve geral, intensamente discutida por Pelloutier, já aparece no seu romance *Les Insurgés*, publicado em forma de folhetim de 27 de Novembro de 1889 a 8 de Janeiro de 1890. Cf. Jacques Julliard, *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*, Éditions du Seuil, 1971, Paris, pág. 41. Sobre a temática da greve geral, consultar também a obra de Robert Brécy, *La Grève Générale en France*, Paris, EDI, 1969 e a coletânea de documentos sobre as discussões ocorridas no Congresso Socialista Internacional de Amsterdam em 1904, organizada por Hubert Lagardelle com o título *La Grève Générale et Le Socialisme (Enquête Internationale - Opinions et Documents)*. Paris, Edouard Cornély et Cie. Éditeurs, 1905.

seria comemorada em todo o mundo como dia de "Festa do Trabalho".

A partir de 1891, as discussões em torno da greve geral ocuparam a ordem do dia nos congressos operários realizados na Europa. Em 1892, as idéias de Fernand Pelloutier e Aristide Briand sobre a greve geral como um meio pacífico e legal para assegurar a transformação econômica e fazer triunfar as aspirações do proletariado foram publicadas na brochura *De la revolution par la grève générale* e discutidas no Congresso Regional Socialista, realizado em Tours no mês de setembro. Entretanto, dois anos depois, rompendo com o socialismo, Pelloutier redefiniu seu conceito de greve geral: deixou de considerá-la como um movimento pacífico e legal e deu-lhe um caráter revolucionário. Suas novas idéias foram impressas no opúsculo intitulado *Qu'est-ce que c'est la grève générale?*, preparado conjuntamente com Henri Girard e publicado em 1895. O texto se apresenta como uma conversa entre trabalhadores sobre a tática a seguir frente a diminuição de salários. Os autores procuram afirmar a greve geral como estratégia de luta de ação direta para a conquista dos seus direitos conspurcados.

De congresso em congresso operário, o conceito de greve geral foi se definindo como uma estratégia política de ação direta com caráter revolucionário e expropriador. Mesmo após a morte dos dois grandes propagandistas da greve geral, Pelloutier em 1901 e Girard em 1902, as discussões prosseguiram acaloradas nos anos seguintes. Em 1906, a greve geral, tão debatida a nível teórico na França e adotada desde 1895 como estratégia de luta política de ação direta pela Confédération Générale du Travail (C.G.T.), transformou-se num movimento real dos trabalhadores franceses pela conquista da jornada de oito horas, durante as jornadas do Primeiro de

Maio. Apesar de não ter sido vitoriosa, instituiu o repouso semanal legal no país (Julho/1906) e provocou um movimento reivindicativo pelas 8 horas em vários outros países.

Os debates sobre a greve geral e a experiência grevista francesa foram acompanhados pelos anarquistas de São Paulo, em especial pelos sindicalistas que eram fortemente influenciados pelo modelo de organização sindical da C.G.T. e tinham o operariado francês como "modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil". A conquista da jornada de 8 horas foi um dos temas debatidos durante o 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro no período de 15 a 20 de abril de 1906, com a presença de 43 delegados, representando 28 sindicatos operários. Edgard Leuenroth e José Sarmiento Marques, militantes anarquistas-sindicalistas, participaram das discussões como representantes da *Federação Operária de São Paulo*. Nas resoluções do Congresso de 1906 ficou definida a estratégia da ação direta como "orientação"¹⁸ da luta operária. Quanto a conquista da jornada de 8 horas, o 1º C.O.B. deliberou "envidar, de acordo com o método seguido pelos companheiros franceses, os maiores esforços para que o operariado no Brasil no Primeiro de Maio de 1907 imponha as 8 horas de trabalho"¹⁹. Importa ressaltar que enquanto a estratégia política de ação direta foi retomada e reatualizada nos Congressos Operários de 1913 e 1920, o debate sobre greve geral permaneceu inexistente²⁰.

¹⁸ No tema 1 do item "Sobre orientação", o 1º C.O.B. definiu "que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua *vontade e ação*, reconhecem a necessidade iniludível da *ação econômica direta* de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha. Cf. *Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1906, pág 8 (texto original cujo nome da editora encontra-se ilegível). Os grifos são meus.

¹⁹ Idem, pág.15.

²⁰ Esta questão foi ressaltada no campo historiográfico por Jacy Seixas, *op.cit.*, capítulo 4 "La mise en place d'une stratégie d'action directe", págs. 137-144 e por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *A Classe Operária no Brasil - 1889-1930*, vol I, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, pág.41.

No entanto, a ação grevista foi a estratégia de luta da *Federação Operária de São Paulo* para a conquista das 8 horas. Nas comemorações do Primeiro de Maio de 1907, a *FOSP* conclamou o operariado paulista a iniciar o movimento. Os primeiros a paralisarem as atividades foram os metalúrgicos da Cia. Lidgerwood, no dia 4 de maio, depois de terem sido recusadas as suas reivindicações de aumento de salário e implantação da jornada de oito horas. A partir dessa data, diversas outras categorias declararam-se em greve: pedreiros e serventes, seguidos pelos pintores de parede, trabalhadores em madeira, sapateiros, tecelões, gráficos, canteiros, vidreiros, trabalhadores da limpeza pública, costureiras, entre outras.

Apesar de duvidarem da eficácia de movimentos grevistas de caráter reivindicativo contra a dominação capitalista, os militantes anarco-comunistas uniram suas forças aos sindicalistas, que entendiam serem as greves por melhorias imediatas uma preparação essencial para a revolução social. Através do semanário *La Battaglia*, os anarco-comunistas noticiaram o desenrolar dos acontecimentos e conclamaram todos os operários de São Paulo a aderirem ao movimento. A presença da *FOSP* na orientação da greve foi duramente criticada pelos proprietários das fábricas de tecidos no manifesto em que apontaram a necessidade de "...nulificar os manejos subversivos dos que propositadamente procedem de falsa fé, de modo a impressionar a imaginação do proletariado com argumentos fantasiosos..."²¹.

A repressão policial ao movimento grevista não tardou a acontecer. Em 14 de Maio, a *FOSP* foi fechada e os

²¹ "Resolução dos Proprietários e Gerentes das Fábricas de Tecidos do Estado de São Paulo", em Sílvia Ingrid Land Magnani, *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pág.123-124.

militantes mais combativos acabaram presos. A violência usada pela polícia contra as manifestações operárias repetir-se-ia ao longo da Primeira República. Durante todo o período em que predominou a idéia de que no país inexistia o conflito entre o capital e o trabalho, as agitações operárias foram consideradas obra de desordeiros, de agitadores estrangeiros que para cá vieram com o objetivo de quebrar a harmonia existente entre patrões e empregados. Na greve de 1907, por exemplo, o governo imputou a deflagração do movimento a "meia dúzia de agitadores de ofício, pagos pelos governos estrangeiros para matar nossa indústria"²².

Algumas categorias só retornaram ao trabalho em Junho. Os trabalhadores em madeira, da construção civil (pedreiros e serventes), os gráficos, os sapateiros e alguns outros que trabalhavam em pequenas indústrias, como os da fundição, foram vitoriosos e conquistaram a jornada de oito horas de trabalho, através de acordos entre patrões e operários, o que, no entanto, não garantia a efetivação das conquistas. Os industriais do ramo têxtil, principal setor industrial de São Paulo, nada concederam aos seus empregados.

Na avaliação dos libertários, as conquistas morais e éticas foram mais significativas do que os ganhos econômicos. A greve tinha valor educativo, de formação de uma consciência de classe autônoma, através da experiência de luta. A disposição do operariado de fazer greve em defesa dos seus próprios interesses significava colocar em prática o princípio de ação direta. Sinalizava o despertar da vontade operária da indiferença para com os princípios de liberdade e de justiça. A greve de 1907 ocorria um ano depois do movimento grevista deflagrado pelos ferroviários da Cia.

²² Giuseppina Sfera, *Anarquismo e AnarcoSindicalismo: Orientações do Movimento Operário Brasileiro em 1906-1907*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/História. UNIMEP, Piracicaba, 1982, pág 137.

Paulista, que paralisaram suas atividades para pressionar a empresa a demitir o engenheiro Francisco Monlevade e a pôr fim à contribuição obrigatória para a Sociedade Beneficente, mantida pela Cia. Iniciada em Jundiaí em 14 de Maio de 1906, sob a orientação da Liga Operária de Jundiaí (fundada em março de 1906), a greve se alastrou para Campinas e paralisou as atividades das Companhias MarcHardy e Lidgerwood. A *Federação Operária de São Paulo*, ainda em fase de consolidação, conclamou o operariado paulistano a aderir ao movimento, mas poucas categorias paralisaram suas atividades. Sob forte repressão, o movimento terminou em fins de Junho sem que as reivindicações dos grevistas fossem atendidas.

As agitações operárias, no entanto, eram intercaladas com períodos de "apatia". Essa descontinuidade da luta operária está relacionada com a própria dificuldade da militância anarquista em lidar com o operariado formado, segundo Edgard Leuenroth, principalmente, por "imigrantes cujo escopo único é amontoar pecúlio e voltar à terra...e por uma população de brasileiros em que predomina elementos incultos, provenientes do trabalho agrícola, com ressaibos de escravatura recente"²³. Essa composição heterogênea dificultava a atuação dos libertários. Para despertar os trabalhadores da apatia e habituá-los a lutar diretamente pela conquista dos seus direitos, os militantes precisavam vencer a falta de coesão, as rivalidades e o desapego às questões sociais, que predominavam no meio operário.

Depois de um interregno de cinco anos, as manifestações operárias voltaram a agitar o ambiente paulistano, em 1912. As comemorações do Primeiro de Maio organizadas pelos libertários e socialistas e a agitação promovida pelo *Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida*

²³ Edgard Leuenroth, "Dados sobre o anarquismo no Brasil", mimeo.

criaram um clima de insatisfação e de inconformismo no operariado paulistano contra as degradantes condições de vida e de trabalho. Uma semana depois, a cidade de São Paulo vivenciava mais uma experiência grevista, iniciada pelos trabalhadores em calçados da fábrica Clark, que reivindicaram e conquistaram aumento de salário e diminuição na jornada de trabalho (8 horas e meia). Os tecelões das fábricas Mariângela e Santana, que aderiram ao movimento não tiveram suas reivindicações atendidas ²⁴.

Mais cinco anos se passaram. Em Julho de 1917, a população paulistana vivenciou uma experiência inédita: uma greve geral paralisou por três dias as atividades industriais, comerciais, o setor de serviços e o de transporte. Nada funcionou na "província do Kaphet"²⁵. A "locomotiva" do país parou para dar passagem às manifestações grevistas. Perplexos, os moradores da Paulicéia assistiram o desenrolar dos acontecimentos. Jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura.

A Greve Geral de Julho de 1917 já foi cantada em prosa e verso. No poema *Os Grevistas*²⁶, Sylvio Figueiredo ressaltou a luta operária pelo direito à vida. Em tom ficcional, as manifestações grevistas ficaram registradas nos romances *A Greve*²⁷ de Eduardo Maffei e *Sonata da Última Cidade*, de Renato Modernell²⁸. Na filmografia, a greve geral aparece como o acontecimento marcante da década de 10, nos

²⁴ Sobre o movimento grevista de 1912, consultar Paula Beiguelman, *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977, págs. 66-69 e Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Urbano*. São Paulo, DIFEL, 1986, págs.150-153..

²⁵ A expressão "província do Kaphet" é usada pelo escritor Lima Barreto e refere-se ao domínio econômico e político da cafeicultura paulista.

²⁶ Sylvio Figueiredo, "Os Grevistas", em Edgar Rodrigues, *Nacionalismo e Cultura Social 1913-1922*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, pág.158-159.

²⁷ Eduardo Maffei, *A Greve*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

²⁸ Renato Modernell, *Sonata da Última Cidade (O Romance de São Paulo)*. São Paulo, Editora Best Seller, 1988.

documentários *Modernismo: Os Anos 20* de Roberto Moreira, e *Os Libertários*, de Lauro Escorel. O movimento grevista foi também a fonte de inspiração de Eliana Rocha e Jandira Martini na montagem da peça teatral *Em defesa do companheiro Gigi Damiani*²⁹.

Na memória dos que vivenciaram a greve ficou a lembrança da violência dos embates entre grevistas e forças policiais, que ceifou vidas e deixou um rastro de sangue na história da Primeira República. O pintor Di Cavalcanti assim registrou o movimento em suas memórias: "Lembro-me de uma passeata operária até o centro da cidade que foi dissolvida a pata de cavalo pela polícia"³⁰. Jacob Penteado guardou a lembrança dos cavalarianos que "subiam nas calçadas de sabre em punho, e atacavam até mulheres e crianças que estavam às janelas ou às portas de suas casas"³¹. Em entrevista concedida a Ecléa Bosi, Dona Lavínia que viveu os anos dez em São Paulo afirmou não poder esquecer sua emoção "com pena dela (a prima, casada com o delegado), mas torcendo pros operários que estavam na luta". Num choque com a polícia viu "espaldeirarem um desgraçado, com a bainha da espada. Meteram nele o chanfalho. Ficou ensanguentado no chão"³².

Apesar da importância da Greve Geral de Julho de 1917 ter sido ressaltada em vários estudos sobre a classe operária e sobre o anarquismo no Brasil³³, há poucas pesquisas

²⁹ Eliana Rocha e Jandira Martini, "Em defesa do companheiro Gigi Damiani - Texto para um espetáculo", mimeo.

³⁰ Emiliano Di Cavalcanti, *Viagem da Minha Vida (Memórias)*, vol. I - O Testamento da Alvorada. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1955, pág.84.

³¹ Jacob Penteado, *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*. São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, pág.157.

³² Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade (Lembranças de Velhos)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, pág.228.

³³ Entre outros, destacam-se : Joel Wolfe, "Anarchist Ideology, Worker Practice: The 1917 General Strike and the Formation of São Paulo's Working Class", in *Hispanic American Historical Review*, 71:4, November 1991; Eric Gordon, *Anarchism in Brazil: Theory and Practices, 1890-1920*, New Orleans, Tulane University, 1978, mimeo; Isabelle Felici, *Les Italiens Dans Le Mouvement*

sobre o movimento grevista. Sob a perspectiva de uma sociologia do movimento sindical brasileiro, destacam-se os trabalhos de Aziz Simão e de Leôncio Martins Rodrigues³⁴. Este último afirma que "a greve de 17 não foi o resultado de um avanço do sindicalismo ou um movimento organizado com mira a objetivos fixados de antemão, mas uma explosão repentina, fruto da convergência de vários fatores entre os quais a carestia, e possivelmente, as repercussões da Revolução Russa"³⁵.

O espontaneísmo apontado por Leôncio M. Rodrigues é reforçado pelo historiador Boris Fausto quando este observa que "desde os memorialistas à análise sociológica tem-se ressaltado o caráter espontâneo da greve de 1917 e não há motivos para rever o fundo dessa qualificação...A ausência de um plano, de uma coordenação central de objetivos pré-definidos é patente"³⁶. Observações dessa natureza indicam uma arraigada concepção político-partidária em relação à classe operária e ao seu movimento. Sob essa ótica, para se firmar no cenário político-social a classe operária necessitaria de uma direção, de um órgão diretivo, ou seja o partido.

A crítica a essa corrente historiográfica foi feita por Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro³⁷, que

Anarchiste au Brésil, 1890-1920, Paris, Université de La Sorbonne Nouvelle-Paris III, These Doctoract, 1994, mimeo; John Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1977; Sheldon Leslie Maran, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977; Edgar Rodrigues, *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

³⁴ Aziz Simão, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus Editora, 1966 e Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. Difusão Européia do Livro, 1966.

³⁵ Leôncio Martins Rodrigues, *op.cit.*,pág. 147.

³⁶ Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1986, pág.203. Ver também do autor "Conflito Social na República Oligárquica: A Greve de 1917", em *Estudos CEBRAP*, nº 10, out./nov./dez. 1974, págs. 81-109.

³⁷ Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle", *Coleção Remate de Males*, nº 5, 1985, págs. 96-120.

privilegiaram em suas pesquisas as experiências de luta e de organização do operariado no processo de autoconstituição da classe. Questionaram os autores que viam a classe operária como imatura, apática e desprovida de consciência e fizeram avançar as discussões para além das fronteiras político-partidárias. Na perspectiva desses dois renomados pesquisadores do movimento operário no Brasil, a greve geral de 1917 aparece como um marco histórico no processo do fazer-se da classe operária brasileira. Nessa mesma linhagem historiográfica, destacam-se os trabalhos de Yara Aun Khoury e de Cristina Hebling Campos³⁸.

Recontar a história da Greve Geral de Julho de 1917 em seus múltiplos e facetados aspectos constitui o objetivo maior desse estudo desenvolvido a partir de um intenso trabalho de pesquisa, principalmente, em fontes primárias. A greve é enfocada em seu dia a dia, preparação e ato, batalha e drama. Fontes diversas se cruzam, olhares dessemelhantes procuram retratar o acontecimento, seus desdobramentos e ressonâncias: busquei relacioná-los e integrá-los na narrativa da greve.

A pesquisa propõe-se a analisar o movimento grevista de 1917 como efeito de um intenso trabalho conjunto de propaganda e de ação das correntes anarco-comunista e anarquista-sindicalista, ou seja, um entendimento e acomodação prévios que viabilizaram, de forma inusitada na história do anarquismo no Brasil e do jovem movimento operário, a operacionalização política da ação direta, tanto pelas dimensões e alcance do movimento quanto pela forma de articulação dos anarquistas entre si.

³⁸ Yara Aun Khoury, *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*. São Paulo, Cortez Editora, 1981 e Cristina Hebling Campos, *O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921)*. Campinas, Editora Pontes/UNICAMP, 1988.

A narrativa histórica constrói-se subvertendo o ritmo natural dos acontecimentos: vida, nascimento e morte da Greve Geral de Julho de 1917 são apresentados ao longo de cinco capítulos, que procuram refletir a importância das jornadas de julho para o movimento operário e o movimento anarquista no Brasil.

CAPÍTULO I

A SEMANA TRÁGICA

São Paulo, 10 de Julho de 1917. Os jornais paulistanos divulgam o falecimento de José Iniguez Martinez. O sapateiro espanhol, de 21 anos, não resistiu aos ferimentos causados por uma bala disparada durante o confronto entre policiais e trabalhadores em greve, ocorrido no dia anterior, no bairro do Brás, em frente a fábrica de tecidos Mariângela. A notícia da morte da primeira vítima do movimento grevista, iniciado pelos tecelões do Cotonifício Crespi, se espalha rapidamente pela cidade como a chama de um rastilho. Provoca um forte impacto emocional sobre o operariado e carrega a atmosfera social de eletricidade.

Militantes anarquistas e socialistas, reunidos em torno do *Comitê de Defesa Proletária (CDP)*, formado em 9 de Julho no calor das agitações operárias, decidem aproveitar o clima de comoção para transformar o enterro numa grande manifestação popular de repúdio à violência policial usada contra os grevistas. Através da imprensa, o *CDP* convida a população para participar da cerimônia fúnebre e divulga o trajeto do cortejo até o cemitério do Araçá. Aos participantes do funeral, pede o empenho em evitar "incidentes intempestivos que pudessem ofender a memória do companheiro a quem se queria prestar homenagem ¹".

Na manhã paulistana de 11 de Julho de 1917, sob intenso frio e chuva fina, uma multidão se formou à frente da casa número 91 da Rua Caetano Pinto, no bairro do Brás. Desde as sete horas, homens, mulheres e crianças acotovelavam-se e agitavam bandeiras vermelhas à espera do funeral. Por volta

¹ *Boletim do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 10 de Julho de 1917.

das oito horas e trinta minutos, o corpo de José Iniguez Martinez deixou a casa dos seus familiares. Um imenso cortejo fúnebre pôs-se em movimento. A comissão de frente, formada por um grupo de mulheres, carregava bandeiras vermelhas e o estandarte do *Centro Libertário de São Paulo*. Tropas da polícia permaneceram postadas ao longo do percurso, previamente determinado pelo CDP. O 3o.delegado auxiliar, Rudge Ramos, encarregado de acompanhar o funeral, deslocou uma força policial para desviar os veículos e abrir passagem para o cortejo.

Lentamente, a multidão calculada em dez mil pessoas² conduziu o féretro coberto com grinaldas de flores pelas principais ruas da cidade. Percorreu a Avenida Rangel Pestana, a Ladeira do Carmo e interrompeu a caminhada na Rua 15 de Novembro. Uma comissão de mulheres se dirigiu à Repartição Central da Polícia para pedir ao Delegado Geral a soltura do anarquista Antonio Nalepinski, preso na véspera. Sobre ele recaía a acusação de ser "um eloqüente orador que agitava as massas operárias com os seus discursos inflamados contra a polícia ...e um dos mais perigosos anarquistas que tem vindo ao Brasil"³. Enquanto aguardaram a resposta da autoridade policial, os participantes do cortejo tiraram o chapéu e permaneceram em silêncio. Mas, a decisão de soltá-lo somente após o enterro provocou veementes protestos da multidão enlutada.

Retomando o seu caminhar silencioso, o cortejo seguiu pelas ruas 15 de Novembro e São Bento, interditas por lei para passagem de préstito fúnebre⁴. Atravessou o Viaduto

² Dados extraídos do artigo "I funerali dell'operaio Martinez". *Fanfulla*, 12 de Julho de 1917, pag.4.

³ Antonio Nalepinski, sapateiro de 38 anos, vinha sendo, juntamente com Edgard Leuenroth, vigiado por agentes policiais. Os dois militantes anarquistas eram conhecidos pela polícia pela capacidade oratória. Nalepinski era considerado um orador "dotado de surpreendente loquacidade, que facilmente conseguia dominar as grandes massas operárias". Cf. Relatório do Delegado Geral encaminhado ao Secretário de Justiça e da Segurança Pública em 27 de setembro de 1917. *Correio Paulistano*, 7 de outubro de 1917, pag.3.

⁴ Foram infrutíferas as tentativas do delegado Rudge Ramos de fazer a multidão cumprir a lei municipal que proibia a passagem de cortejo fúnebre pelas ruas do Triângulo Central (15 de Novembro, Direita e São Bento).

do Chá e a Rua Barão de Itapetininga e alcançou a Praça da República. De lá, subiu pelas ruas Ipiranga e Consolação. Nas vizinhanças do cemitério do Araçá, um policiamento ostensivo aguardava a sua chegada. Na Avenida Paulista, um esquadrão de cavalaria patrulhava as residências do Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Eloy Chaves, e dos industriais Crespi, Matarazzo e Gamba, que temiam manifestações dos grevistas. Nenhum incidente se registrou.

A cerimônia fúnebre teve início ao meio dia. Vários oradores discursaram em português, espanhol e italiano, as três línguas mais faladas entre o operariado paulistano, em sua grande maioria constituído por imigrantes estrangeiros. Em inflamados discursos, anarquistas e socialistas responsabilizaram a violência policial pela morte de José Iniguez. A presença da militância feminina foi marcada pela fala de uma mulher vestida de preto, que afirmou ter sido o sapateiro vítima dos "mantenedores da ordem, que de par com os exploradores do nosso trabalho investiram brutalmente contra os que reclamavam pacificamente aquilo que as leis permitem"⁵. À beira do túmulo, o anarquista espanhol José Fernandez, representando a Liga Operária da Móoca, ressaltou que a morte era preferível a uma vida em desarmonia com os princípios de dignidade humana. Destacaram-se ainda as falas de Edgard Leuenroth (redator do jornal anarquista *A Plebe*) e de Theodoro Monicelli (redator do jornal socialista *Avanti*). Eles pediram a soltura dos grevistas presos, clamaram por liberdade de organização e exigiram a reabertura das duas entidades de orientação anarquista, a Liga Operária da Móoca e a Escola Nova, fechadas pela polícia, em 9 de Julho sob alegação de que ali se reuniam elementos perturbadores da ordem pública. Monicelli abordou a questão do aumento salarial reivindicado pelos operários em greve e observou que era preciso "induzir o governo e o poder municipal a por fim

⁵ "As verdadeiras causas do movimento grevista de São Paulo". *A Epoca*, Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1917, pag.1.

no aumento dos gêneros alimentícios, pois de nada adiantava conseguir um aumento de 20% se os preços continuavam a subir”⁶.

A elevação do custo de vida no ano de 1917, em especial dos produtos de primeira necessidade, fôra usada com sagacidade política pelos militantes, durante o primeiro semestre, para sacudir as energias dos operários e despertá-los da apatia. A ressonância dos seus discursos junto ao operariado apareceu na deflagração de greves, a partir do mês de maio, pressionando os patrões a atender as reivindicações de aumento salarial e de melhoria nas condições de trabalho das fábricas e oficinas. Durante o funeral, os militantes se aproveitaram do clima de emoção coletiva no cemitério para sensibilizar os trabalhadores presentes ao enterro a deflagrarem a greve geral. Os que ainda estavam vacilantes em aderir foram estimulados a paralisar suas atividades e unir suas forças aos grevistas. Estes, por sua vez, foram incentivados a dar continuidade ao movimento.

A paralisação iniciada em maio pelos trabalhadores têxteis foi, aos poucos, ganhando a adesão de outras categorias e, a partir de junho, o movimento foi se agigantando. Os industriais, perplexos com a capacidade de arregimentação dos grevistas e assustados com as agitações operárias, convocaram a Força Pública para guarnecer as fábricas. A polícia assumiu o papel de braço armado dos patrões. A transferência do conflito para a esfera policial criminalizava a luta, retirando-a do âmbito das relações capital-trabalho. Configurava-se a tática política violenta mais frequente dos patrões quando as coerções econômicas perdiam a eficácia para controlar os movimentos operários. Como consequência, amiadaram-se os atritos entre trabalhadores

⁶ "I funerali dell'operaio Martinez". *Fanfulla*, 12 de Julho de 1917, pag.4. Optei, por uma questão de fluência do texto, por traduzir os manifestos, panfletos, boletins e informações em geral a respeito dos acontecimentos relacionados à Greve Geral de Julho de 1917 divulgadas em outras línguas, principalmente em italiano e espanhol.

em greve e forças repressoras. O clima foi se tornando tenso e o confronto, inevitável.

DIAS DE TENSÃO

Na manhã da segunda-feira, 9 de Julho, policiais e grevistas entraram em choque nas imediações da fábrica de bebidas Antártica, iniciando uma semana de trágicos acontecimentos. Praças de cavalaria, que faziam o policiamento no local com ordens de dispersar aglomerações, investiram sobre um grupo de operários causando ferimentos no empregado da Antártica Marco Glibenk, austriaco de 54 anos. Os conflitos se multiplicaram. Por volta do meio dia, um grupo de grevistas impediu uma carroça da Companhia Antártica de prosseguir o seu caminho. O cocheiro André Belotti e seu acompanhante, um soldado da Força Pública, foram intimados a abandonar a carroça. As caixas de cerveja que ali se encontravam foram quebradas e o veículo danificado. O policiamento foi reforçado e alguns operários foram presos.

Os grevistas se dirigiram para as portas das fábricas, a fim de conquistar a adesão dos que ainda relutavam em se incorporar ao movimento. Para fazer frente à mobilização operária, os industriais solicitaram reforço policial. A presença de tropas nas ruas, acompanhando o deslocar dos grevistas pelos bairros da cidade, não conseguiu, no entanto, intimidar os trabalhadores em greve. Um grupo deles, trazendo os chapéus circundados pôr uma fita de papel onde se lia "*Boicotem os produtos Crespi*" e carregando cartazes incitando a população a não comprar os produtos da firma, deslocou-se para a fábrica de tecidos Mariângela, com o objetivo de evitar o retorno dos dois mil e quinhentos empregados às atividades após o almoço. Na caminhada em direção ao Brás, outras pessoas se juntaram aos

grevistas formando uma pequena multidão, assustadora para o policiamento estacionado no bairro. Uma tropa de reforço, sob o comando do subdelegado Pamphilo Marmo, foi enviada para auxiliar o destacamento. Sentindo-se impotentes frente à massa humana que se concentrou no Brás, os policiais solicitaram a presença do Delegado Geral.

A chegada de Thyrso Martins ao Brás, acompanhado de 50 cavalarianos e 30 soldados armados de fuzis, adicionou mais um ingrediente ao caldeirão de tensões. A multidão começou a se agitar. O Delegado Geral foi recebido com vaias e gritos de "morra à polícia". As forças repressoras reagiram às hostilidades. Teve início um tiroteio. Três trabalhadores foram feridos. Entre eles, José Iniguez, atingido por uma bala que lhe atravessou o estômago. Internado na Santa Casa de Misericórdia, não resistiu aos ferimentos. Morreu no dia seguinte.

Na tentativa de frear o movimento dos trabalhadores em greve, que rapidamente conquistava novas adesões e ganhava a simpatia da opinião pública, a polícia adotou medidas arbitrárias. Mandou fechar a Escola Nova e a Liga Operária da Móoca, uma das mais combativas associações operárias de orientação anarquista e prendeu, de forma indiscriminada, pessoas que se encontravam nas ruas da cidade. As arbitrariedades praticadas pelas forças repressivas contribuíram para acirrar os ânimos e a tensão se fez aumentar.

Diante do agravamento da situação, militantes libertários, coadjuvados pelos socialistas, decidiram assumir a coordenação do movimento grevista. A idéia de formação de um Comitê para agrupar as diversas categorias de trabalhadores em greve, lançada nos primeiros dias de julho pelas ligas operárias da Móoca e do Belezinho, ganhou corpo. Na noite de 9 de Julho, o grupo de editores dos jornais anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe*, juntamente com os

militantes do *Centro Libertário de São Paulo* e os socialistas que gravitavam em torno do jornal *Avanti* e do *Centro Socialista de São Paulo*, reuniram-se no Centro Libertário, com representantes das ligas operárias, das corporações em greve e de associações político-sociais para discutir os rumos da greve.

Os participantes da reunião decidiram constituir o *Comitê de Defesa Proletária (CDP)* para melhor organizar os grevistas e intermediar as negociações. Edgard Leuenroth, militante aguerrido e com larga experiência de participação em agitações operárias, assumiu o papel de secretário do *CDP* com o pseudônimo de Frederico Brito. Durante o primeiro semestre de 1917, ele fôra figura de destaque nos comícios públicos promovidos pelos anarquistas em vários bairros da cidade com o objetivo de despertar o operariado do estado de letargia em que se encontrava. Além de reconhecido por sua capacidade oratória, Edgard era também considerado um dos mais importantes jornalistas libertários. Em junho de 1917 fundou o jornal *A Plebe*, que se tornou, doravante, o mais importante veículo de divulgação em língua portuguesa das idéias anarquistas junto aos trabalhadores paulistanos.

Além de Edgard Leuenroth, outros experientes militantes, atuantes desde o início do século, destacaram-se na coordenação do movimento grevista. Entre eles, Luigi Damiani; Rodolfo Felipe; Francesco Cianci; Antonio Nalepinski; José Sarmento Marques; Antonio Candeias Duarte; Florentino de Carvalho; Silvio Antonelli e os socialistas Giuseppe Sgai e Theodoro Monicelli. Importa também ressaltar a presença da militância feminina do *Centro Feminino Jovens Idealistas*, em especial de Rosa Musitano e Maria Angelina Soares, esta última secretária da Liga Operária da Móoca. Os libertários vinha organizando o jovem movimento operário e agitando o cenário político há vários anos. Em 1917, aproveitando-se da insatisfação que grassava no meio operário

face a deterioração das condições de vida e de trabalho, os anarquistas intensificaram a agitação com o objetivo de incentivar os trabalhadores a lutar, através da ação direta, por uma vida digna.

O Comitê de Defesa Proletária manteve-se reunido, em sessão permanente, em local ignorado pela polícia para evitar represálias aos seus integrantes. Através de manifestos e boletins divulgados pela imprensa paulistana⁷ orientou os passos dos grevistas. Logo ao se formar, divulgou o primeiro manifesto em que protestou contra as atitudes arbitrarias da polícia. Aos tipógrafos dos jornais locais lançou um apelo para não se tornarem cúmplices dos industriais e da polícia "trabalhando na composição de comunicados tendenciosos ou mentirosos"⁸. Ao operariado pediu "para que sem se deixar levar por atos menos irrefletidos, se encontre sempre pronto para lançar o seu protesto e fazer valer o seu direito"⁹. Também fez divulgar os acontecimentos ocorridos em São Paulo, através de circulares encaminhadas para ligas, sindicatos, círculos políticos sociais do interior do estado e para a sede da Confederação Operária Brasileira, no Rio de Janeiro.

Solidariedade foi a palavra de ordem do CDP. A greve geral, sua bandeira de luta. Demonstrar solidariedade significava, antes de tudo, aderir ao movimento. Com um discurso persuasivo, os anarquistas pregaram a necessidade de uma união forte e consciente dos esforços dos trabalhadores para saírem vitoriosos na sua luta. As paralisações ocorridas a partir do mês de maio sinalizaram a disposição dos operários de lutar pela conquista de melhorias nas condições de vida e de trabalho. A partir daí, a idéia de greve geral

⁷ Com exceção de *A Platea*, *Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio*, os demais jornais de circulação diária em São Paulo abriram espaço em suas páginas para divulgar os manifestos e boletins do CDP dirigidos aos operários e à população em geral.

⁸ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 10 de Julho de 1917.

⁹ *Idem*.

como "ginástica revolucionária" começou a ser alimentada nos meios operários como uma possibilidade a ser realizada em curto prazo. Ela ganhou força entre os socialistas e serviu para aproximá-los dos anarquistas.

A preparação dos operários para a greve geral teve início no mês de maio, tão logo eclodiram os primeiros movimentos grevistas. Através da imprensa libertária, de palestras e conferências e durante os comícios públicos organizados em diversos bairros operários no correr do primeiro semestre de 1917, os militantes anarquistas procuraram mostrar que a greve parcial era contraproducente porque ainda que pudesse trazer um benefício transitório, estava restrita a um número pequeno de trabalhadores. A força desse tipo de movimento também foi considerada insuficiente para impedir a ação dos açambarcadores, responsabilizados pelo aumento nos preços do gêneros alimentícios. Os operários foram instruídos a não se aterem aos interesses da categoria, mas a "elevar-se além do egoísmo de grupo"¹⁰. No discurso anarquista, a greve geral aparecia como a estratégia exemplar de ação direta, necessária para se garantir a conquista de melhorias para todos. Ela não deveria "limitar-se a questão dos baixos salários, mas compreender também a carestia de vida artificial, dirigindo seu ataque contra todos aqueles que trazem fome ao povo"¹¹.

Os anarquistas se valeram do agravamento da carestia de vida e da crise do trabalho que se verificou no ano de 1917 para incitar os trabalhadores a lutarem contra a exploração a que estavam submetidos enquanto produtores e consumidores. Segundo os libertários, "não poderia haver melhor instigadores do movimento popular e proletário"¹². A insatisfação do operariado contra as aviltantes condições de

¹⁰ "Por uma ação decisiva". *Guerra Sociale*, 19 de maio de 1917, pag.1.

¹¹ "Per lo sciopero generale". *Guerra Sociale*, 9 de junho de 1917, pag.

¹² "Por uma ação decisiva". *Guerra Sociale*, 19 de maio de 1917, pag.1.

trabalho foi sintonizada com o descontentamento da população paulistana com as más condições de vida.

No cenário político, o quadro de incerteza sobre a participação do Brasil no conflito europeu, após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha em abril de 1917, revelou ser o momento propício para uma ação coletiva para "que se possa obter hoje o que amanhã será considerado delito" ¹³. A greve geral deveria ser acompanhada de um forte movimento popular e se constituir no alicerce de uma consciência coletiva, ainda inexistente, mas indispensável para o projeto anarquista de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O trabalho de propaganda sobre a greve geral intensificou-se no mês de julho. Luigi Damiani (que passou à história do movimento anarquista internacional como Gigi Damiani), um dos mais ativos propagandistas da corrente anarco-comunista no Brasil, assinalou na antevéspera do conflito que resultou na morte de José Iniguez que o momento impunha um movimento geral, para além das greves de categoria ¹⁴. No mesmo sábado, 7 de Julho, o *Centro Libertário de São Paulo* promoveu uma conferência sobre o tema "os sinais dos tempos", em que os anarquistas retomaram a questão da "miséria e grandeza do proletariado" e insistiram na necessidade de "instauração de um novo método de ação direta, em substituição às greves parciais".

Com a constituição do *Comitê de Defesa Proletária*, a greve geral, acalentada pelos libertários, parecia estar próxima de se tornar um acontecimento real. Diversas categorias responderam aos apelos do *CDP* e declararam-se em greve por solidariedade. O movimento foi ganhando adesões e,

¹³ *Idem*. Os anarquistas queriam assegurar o direito constitucional de livre manifestação, que corria o risco de ser suspenso dado a possibilidade de decretação do estado de sítio, após a decretação do estado de guerra à Alemanha.

¹⁴ Luigi Damiani, "Ruit Hora!". *Guerra Sociale*, 7 de julho, pag. 1.

em 11 de Julho, cinquenta e quatro fábricas declararam ter suas atividades paralisadas. O número de grevistas chegava a vinte mil¹⁵.

A amplitude que o movimento foi rapidamente adquirindo alarmou as autoridades. A cidade passou a ser fortemente patrulhada por tropas de infantaria e de cavalaria com ordens de dissolver aglomerações. Nas portas das fábricas, forças policiais impediam a aproximação dos grevistas. Comícios e manifestações de protesto público foram reprimidos pela polícia. A população acompanhava o desenrolar dos acontecimentos através da imprensa. Os jornais paulistanos constituíram-se no principal veículo de informação ao público sobre os rumos do movimento e em canal de divulgação dos manifestos e boletins do CDP e da polícia.

Com o alastramento da greve, o Delegado Geral procurou encontrar uma via conciliatória para pôr fim ao movimento. Procurou se aproximar dos grevistas e declarou que, apesar das reações de desgosto com que era recebido nas manifestações de rua, advogava os interesses dos operários. Mas, como autoridade, tinha o dever de garantir a ordem pública, a liberdade ao trabalho e de impedir a violação ao direito de propriedade. Aconselhando calma, Thyrso Martins se ofereceu como intermediário e solicitou uma pauta de reivindicações para negociar um acordo junto aos patrões. Com apelos aos sentimentos ordeiros dos trabalhadores, fez divulgar, no dia 10 de Julho, um boletim dirigido aos operários, alertando-os que "sob o pretexto do direito de greve, agitadores conhecidos estavam desrespeitando as

¹⁵ As informações fornecidas pelo jornal *Fanfulla* permitem montar um quadro aproximado do número de trabalhadores que se declararam em greve por solidariedade. Segundo o jornal da colônia italiana, várias indústrias têxteis tiveram suas atividades paralisadas porque seus empregados se mostraram solidários aos tecelões em greve. Entre elas, destacam-se: Fábrica de Tecidos Juta (3000 operários); Lanificio de Camillis (400); Lanificio da Companhia das Indústrias Têxteis (200); Estamperia Ypiranga (1800); Lanificio Catumby (400). Os empregados da fábrica de chapéus Dante Ramenzoni e Irmãos (150) e da Cia. Antarctica Paulista (1000) também entraram em greve por solidariedade. Cf. "Prospetto della odierna situazione degli scioperi - circa 20.000 operai, appartenenti a 54 ditte industriali hanno sospeso il lavoro". *Fanfulla*, 12 de Julho de 1917, pag 2.

autoridades que procuravam cumprir o seu dever de manter a ordem pública". No documento distribuído nos bairros operários, Thyrso Martins afirmou que "só na calma e no respeito à lei são possíveis a vitória do direito"¹⁶.

Os operários, por sua vez, apontaram a violência policial, posta em prática para reprimir os manifestantes, como uma transgressão à lei suprema: o direito à vida. A polícia foi acusada de ter disparado contra a multidão e responsabilizada pela feição violenta que o movimento adquiriu, a partir dos atritos entre grevistas e policiais, ocorridos na segunda-feira, 9 de Julho. O Delegado Geral procurou rebater as acusações. Decidiu abrir inquérito policial e mandou autopsiar José Iniguez. O laudo pericial inocentou o suspeito do homicídio, o soldado Norberto Araújo do 1o. Batalhão. A perícia revelou que a arma apreendida com um capsula deflagrada não era da mesma fabricação da que disparou a bala homicida e nem a bala encontrada no corpo da vítima era do mesmo calibre que a disparada pelo soldado. O inquérito concluiu que o disparo partiu dos próprios companheiros de José Iniguez e tinha como alvo o subdelegado Pamphilo Marmo¹⁷.

Para imobilizar a ação das forças repressivas, os grevistas divulgaram um *Manifesto aos Soldados* conclamando-os a se ajuntarem à sua luta e a se recusarem a servir de instrumento de opressão dos "Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffman etc...os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres..."¹⁸. No panfleto que circulou pelas ruas de São Paulo a partir do dia 10 de Julho, os grevistas apareciam como "vossos irmãos na miséria e no sofrimento... morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigesto". Ao

¹⁶ *Boletim Aos Operários*. Delegado Geral, Thyrso Martins. São Paulo, 10 de Julho de 1917.

¹⁷ "Laudo do Inquérito relativo à morte de José Iniguez". *O Estado de São Paulo*, 12 de Julho de 1917, pág.4.

¹⁸ *Manifesto aos Soldados*. São Paulo, Julho de 1917. Apesar de assinado por um grupo de mulheres grevistas, o manifesto parece ser de autoria de Everardo Dias. Cf. Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1977, pag.11.

terminar o *Manifesto*, o grupo de mulheres grevistas que assinou o documento, pediu aos soldados para se recusarem a agir como carrascos. Alguns casos de deserção e de insubordinação da soldadesca¹⁹ foram registrados no correr da greve, e podem ter sido fruto dos apelos dessas mulheres.

A presença da polícia nas ruas, com ordens de reprimir aglomerações não intimidou os grevistas, que continuaram transitando no espaço público. No dia 11 de Julho, depois do enterro, os participantes do cortejo, em atendimento aos apelos do *Comitê de Defesa Proletária* se dirigiram para o centro da cidade. Apesar das interdições e do policiamento ostensivo, os anarquistas conseguiram reunir cerca de três mil pessoas na Praça da Sé e realizar um comício. Vários oradores voltaram a exigir o direito de associação e liberdade para os presos. Uma comissão de grevistas se dirigiu ao Delegado Geral e este cedeu aos seus reclamos. Mandou reabrir a Liga Operária da Móoca e libertou Antônio Nalepinski, ainda a tempo dele participar do comício.

Os anarquistas procuraram alertar os trabalhadores a manter a calma e a não aceitar provocações da polícia para não dar margem a ações violentas. Mas, após a dispersão do comício, grevistas fustigaram os policiais com vaias e apupos. A polícia fez uso da violência para reprimir os manifestantes, e estes responderam com atitudes violentas. Apedrejaram fábricas e assaltaram um caminhão da firma Favilla e Lombardi, que transitava na Rua André Leão na Móoca, de cujo carregamento desfalcaram duzentas caixas de fósforo. Na mesma rua, saquearam os armazéns do Moinho Santista, de onde foram levadas 600 sacas de farinha de trigo

¹⁹ "Soldados que eram simpáticos ao movimento por não quererem ser assassinos de seus semelhantes preferiram desertar...mais de 80 soldados abriram o arco...Os comandantes davam ordens aos seus soldados que atirassem para cima do corpo. Alguns soldados que não eram feras atiravam nas pernas.Outros não faziam uso das armas, por acharem que era uma barbaridade". Cf."A Greve nos Estados - Em São Paulo", *A Razão*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1917, pág.6.

e inutilizadas as que restaram. Durante o assalto ao moinho, dezesseis pessoas foram presas²⁰.

As agitações operárias, cada vez mais intensas, aliada à falta de perspectivas de solução para o conflito, levaram preocupação ao Palácio do Governo. O Presidente do estado, Altino Arantes, passou a acompanhar mais de perto o desenrolar do movimento grevista. O Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Eloy Chaves, se envolveu diretamente no conflito, procurando adotar o mesmo tom conciliatório dos discursos do Delegado Geral. Postulou o papel de mediador entre as partes litigantes e se ofereceu como "protetor" dos grevistas contra as possíveis represálias dos patrões.

Na tarde de 11 de Julho, Eloy Chaves se reuniu com um grupo de industriais para convencê-los a atender às duas exigências dos grevistas até aquele momento: aumento de 20% e readmissão dos trabalhadores despedidos por motivo de greve. Não conseguiu, no entanto, demover o comendador Crespi - principal personagem patronal na deflagração do movimento - da sua atitude inflexível de não conceder aumento e não permitir a readmissão dos operários despedidos. O industrial Jorge Street, presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, reconheceu publicamente como justas as duas reivindicações e decidiu conceder 20% de aumento salarial além de garantir a não punição aos grevistas. Alguns empregados tornaram público o agradecimento ao patrão²¹, mas se mantiveram em greve por solidariedade aos demais

²⁰ As dezesseis pessoas presas no dia 11 de Julho durante o assalto ao Moinho Santista foram libertadas em 16 de Julho "visto já haver decorrido o prazo legal e a impossibilidade da conclusão do inquérito com a devida presteza, tanto mais que se tornava necessária investigação difícil e demorada". Cf. Evaristo de Moraes, *O Anarquismo no Tribunal do Jury (Processo Edgard Leuenroth)*. Rio de Janeiro, Editor La Vero, 1918, pag.21. Em 14 de Setembro de 1917, Edgard Leuenroth foi preso sob acusação de ser "o principal autor do crime, na qualidade de mandante e instigador". Cf. Relatório do inquérito policial instaurado na 5a. delegacia de polícia contra Edgard Leuenroth e outros, datado de 12 de outubro de 1917. Uma análise sobre o processo Edgard Leuenroth encontra-se no capítulo V.

²¹ Em carta dirigida ao industrial Street, onze operários "agradecem publicamente do fundo d'alma o nobre e elevado gesto de amor com os seus operários (as) nesta crise de dificuldade de vida, oferecendo 20% de aumento". Cf. "Nella Fabbrica Sant'Anna". *Fanfulla*, 12 de Julho de 1917, pag.3.

trabalhadores. A atitude de Street²² foi seguida pelos proprietários da Companhia Mecânica e Importadora; São Paulo Alpargatas Company e Tecelagem Italo-Brasileira. Os empregados desta última decidiram doar 5% do salário para o fundo de greve, que já contava com doações de simpatizantes do movimento²³. O diretor da Companhia Antártica, Sr. Hoffmann, criticou a atitude "tolerante e indulgente da Polícia com os grevistas"²⁴ e os demais industriais prometeram "examinar, com o espírito conciliador as reclamações dos seus operários"²⁵.

Os resultados da reunião foram divulgados por Eloy Chaves em boletim publicado na imprensa paulistana. No documento, ele solicitou aos grevistas apresentarem "por delegação que escolherem, as reclamações que entendam justas a fim de serem submetidas ao exame dos industriais"²⁶. Reafirmou sua disposição de intermediar as negociações, a fim de evitar expor os "leaders" do movimento às represálias do patrão. Para os membros do CDP que coordenavam o movimento,

²² O industrial Jorge Street revelou ser uma voz dissonante entre os seus pares por reconhecer publicamente o direito de greve e a sindicalização dos trabalhadores. Em plena agitação social ocorrida no ano de 1917, enquanto a maioria dos industriais pedia a intervenção policial para conter a onda grevista, Street "julgava justo o movimento operário pela reivindicação de certas concessões: concessões essas que as condições atuais da vida tinham tornado necessárias e urgentes...e também julgava a greve um legítimo direito do operariado como meio eficaz de obter justiça desde que esta lhe tivesse sido negada apesar de pedidos anteriormente feitos". "Uma carta do Sr. Jorge Street, presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. *A Platéia*, 20 de Julho de 1917, pág.2. No estudo sobre o pensamento e ação do industrial Street, Palmira P. Teixeira assinalou que "o direito à sindicalização operária e o direito de greve, reivindicação maior do movimento operário, defendidos por Street ao longo de sua vida, fazem do industrial um personagem impar na História da Primeira República...". Cf. Palmira Petratti Teixeira, *Pensamento e Ação do Industrial Jorge Street (1894-1939)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1989, pág.278.

²³ Listas de subscrição para angariar fundos começaram a circular entre os trabalhadores no mês de junho, logo após a deflagração da greve dos tecelões no Cotonificio Crespi. Simpatizantes do movimento que preferiam ficar no anonimato depositaram dinheiro na redação dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Combate* e *Fanfulla*.

²⁴ A intervenção do diretor da Companhia Antártica durante a reunião do Secretário da Justiça e da Segurança Pública com os industriais foi duramente criticada pelo *Fanfulla*. O jornal italiano acusou o diretor alemão de "bárbaro moderno que pensa estar na Alemanha e ter o direito de mover áspera censura à polícia". O jornal também registrou a resposta de Eloy Chaves às críticas: "não seria um alemão a dar lições de civilidade a um brasileiro". Cf. "L'auumento dei salari s'impone". *Fanfulla*, 12 de Julho de 1917, pag.4.

²⁵ *Boletim Aos Operários*. Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Eloy Chaves. São Paulo, 11 de Julho de 1917.

²⁶ *Boletim Aos Operários*. Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Eloy Chaves. São Paulo, 11 de Julho de 1917.

a conduta policial era regida pelo discurso conciliatório e por uma prática repressiva. Dessa forma, não se deixaram seduzir pelas palavras do Secretário da Justiça e da Segurança Pública porque sabiam, por longa e áspera experiência, que os patrões resistiam ao movimento escudados na força do Estado, sempre benevolente com os patrões como intolerante com os operários.

A proposta conciliatória das autoridades policiais, apesar de não ter encontrado ressonância entre os grevistas, foi recebida com aplausos pela imprensa paulistana. Os jornalistas, no entanto, não pouparam críticas às atitudes dos policiais, que investiam chanfalhos e patas de cavalo contra os grevistas. A imprensa, além de ser o mais importante veículo informativo sobre o desenrolar dos acontecimentos grevistas, foi formadora de opinião sobre as diversas personagens envolvidas no conflito. Dos jornais de circulação diária em São Paulo, somente os atrelados ao governo (*Jornal do Comércio, A Platea e Correio Paulistano*) não manifestaram simpatia pela causa operária. Desde maio, quando se agravou o problema da carestia de vida, eles vinham anunciando uma possível reação dos "ventres vazios". A "questão operária" ganhou destaque e, em pouco tempo, se configurou como uma "questão social". O poder público foi alertado para a necessidade de se encontrar mecanismos para pôr fim à especulação e ao açambarcamento dos gêneros alimentícios que faziam disparar os preços. Os industriais, por sua vez, foram chamados a refletir sobre as dificuldades financeiras dos seus empregados.

Os assuntos explorados com intensidade pelos jornais paulistanos no ano de 1917 como o aumento desenfreado nos preços; a má qualidade dos produtos alimentícios; a exploração do trabalho, em especial das mulheres e das crianças; a deterioração das condições de trabalho e a relutância dos patrões em conceder aumentos salariais para

fazer frente à carestia de vida, foram transformados em ingredientes explosivos pelos anarquistas. Ao descontentamento do operariado com os patrões eles juntaram o sentimento de revolta contra a violência policial elevando, assim, a temperatura da atmosfera social. A morte de José Ineguez foi instrumentalizada para dar vida ao movimento. Ela foi o estopim da explosão de solidariedade, que se transformou na principal arma de luta dos grevistas contra as baionetas e os sabres da polícia.

Depois de ter enterrado a primeira vítima da greve, o *Comitê de Defesa Proletária* reuniu-se, clandestinamente, na noite de 11 de Julho, com representantes de trinta e seis associações operárias e de várias comissões de grevistas com o objetivo de agrupar num único memorial, as reivindicações comuns a todas as categorias profissionais, previamente discutidas nas suas respectivas agremiações. O *CDP* coordenou as discussões e redigiu um manifesto com os "fins imediatos que a atual agitação se propõe"²⁷. A pauta de reivindicações incorporou não só as aspirações das diversas categorias em greve, mas também da população em geral "angustiada por prementes necessidades, considerando a insuficiência do Estado no providenciar de outra forma que não seja a repressão violenta"²⁸. A simpatia pela causa operária, demonstrada por uma parcela significativa dos quinhentos e cinquenta mil habitantes da Paulicéa²⁹, constituiu-se numa importante aliada dos grevistas. Os anarquistas se valeram da opinião pública favorável à greve para dar força ao movimento e indispor a população contra a violência praticada pela polícia.

O documento do *CDP* arrolou quinze reivindicações para pôr fim à greve. Exigiu, de imediato, a libertação de

²⁷ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 11 de Julho de 1917.

²⁸ *Idem*.

²⁹ As estatísticas da Divisão Judiciária e Administrativa do Estado de São Paulo registraram para o ano de 1917, uma população de 549.512 habitantes, na capital paulista. *A Capital*, 6 de dezembro de 1917, pag. 3.

todas as pessoas detidas por motivo de greve; a garantia de que nenhum operário seria dispensado por ter participado do movimento e o respeito ao direito de associação. Outras oito reivindicações foram dirigidas aos industriais: abolição de fato da exploração do trabalho aos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas, etc. e do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000, 25% para os mais elevados, 50% em todo trabalho extraordinário e pontualidade no pagamento dos salários a cada quinze dias ou, o mais tardar, cinco dias após o vencimento. Também reivindicaram dos industriais a garantia de trabalho permanente aos operários bem como a jornada de 8 horas e a semana inglesa.

Outras medidas, de caráter mais geral, foram incorporadas no memorial, com vistas a garantir o apoio da população à causa operária. Considerando que "o aumento de salários era quase sempre acompanhado pôr um aumento - e não pequeno - dos gêneros de primeira necessidade e que o mal estar econômico era sentido pôr toda a população"³⁰, o CDP incluiu as seguintes reivindicações: o barateamento dos gêneros de primeira necessidade; a adoção de medidas para evitar a ação dos açambarcadores e dos especuladores; providências para impedir a adulteração e falsificação dos alimentos; a redução de 30% nos aluguéis das casas até 100\$000 e a não execução de despejo por falta de pagamento dos inquilinos, das casas cujos proprietários se opusessem à essa redução. Ao finalizar o documento, o CDP assinalou que as propostas eram "razoáveis e humanas e julgá-las subversivas, repelil-as é pretender sufocar a atual agitação com as carabinas dos soldados..., uma provocação perigosa, uma prova de absoluta incapacidade"³¹.

³⁰ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 11 de Julho de 1917.

³¹ *Idem*.

Os membros do CDP procuraram justificar as reivindicações com argumentos de que o memorial era o "mínimo que um comitê de defesa saído das multidões vencidas pela fome, espoliada, roubada e assaltada pelos cossacos do Estado poderia reclamar"³². Afirmaram que em outros países "o que pede um comitê de defesa, um comitê que se deve considerar subversivo, estaria já proposto pelas próprias classes conservadoras como medida de defesa dos próprios interesses"³³. Os anarquistas ressaltaram que, para eles, era supérfluo colocar em xeque a tão apregoada boa vontade do Estado no querer o bem estar do povo em geral. Mas, se fazia necessário "para um povo que se atirava à sua primeira batalha de defesa da própria existência" ³⁴.

Quando a pauta de reivindicações do CDP se tornou pública em 12 de Julho, São Paulo parou. As atividades industriais, comerciais e de transporte foram paralisadas. A greve geral estava declarada.

A GREVE GERAL

No dia 12 de Julho de 1917, padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light aderiram ao movimento grevista. A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada. O comércio fechou as portas. Teatros, cinemas e casas de diversão adiaram as programações. O tráfego de bondes foi interrompido. Nenhum tilbury circulou. Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura. Uma convulsão social sem precedentes se inscrevia na história do Brasil.

³² Cf. "À guisa de ultimatum". *A Plebe*, 21 de Julho de 1917, pag. 1.

³³ Idem.

³⁴ Cf. "À guisa de ultimatum". *A Plebe*, 21 de Julho de 1917, pag. 1.

A greve geral se tornou possível graças a uma conjugação de fatores, explorados com argúcia por experientes militantes anarquistas. Ela foi o resultado de um trabalho de vários anos de pregação doutrinária e de incitamento à ação direta. Desde o raiar dos novecentos, os anarquistas vinham se dedicando à tarefa de sacudir as energias adormecidas dos trabalhadores. No ano de 1917, eles se aproveitaram da situação de crise por que passava o país para despertar nos trabalhadores a vontade de agir por sua própria conta, de forma autônoma, contra a exploração a que estavam submetidos.

A singularidade da greve geral de 1917 está na orientação e coordenação do movimento pelos libertários. Auxiliados pôr socialistas, eles se agruparam no *Comitê de Defesa Proletária*, que colocou em prática o axioma da Internacional: "a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores". As diversas categorias de trabalhadores em greve tiveram participação ativa na tomada de decisões quanto os rumos do movimento. Discutiram entre si as suas reivindicações e formularam suas propostas sobre os passos a serem seguidos. O CDP assumiu o papel de coordenador das proposições apresentadas pelos representantes das diversas organizações operárias. As ligas operárias de bairro, organizadas sob orientação anarquista durante o primeiro semestre de 1917, funcionaram como sub-comitês e auxiliaram o *Comitê de Defesa Proletária* no seu trabalho de orientação aos grevistas. A ação solidária foi reveladora da força do operariado unido. A deflagração da greve geral, por sua vez, demonstrou a eficácia da ação direta como estratégia de luta.

Durante a semana de 9 a 16 de Julho, cerca de cem mil trabalhadores³⁵ interromperam suas atividades. Tecelões;

³⁵ A partir das informações que chegaram na redação do *Fanfulla*, o jornal da colônia italiana registrou, na sua edição de 16 de Julho de 1917, 43.739 grevistas. As fábricas paralisadas somaram 216, sendo que 30% delas não forneceu o número de empregados em greve. A partir das informações coletadas e de cálculos aproximados, o jornal avaliou em cem mil o número de trabalhadores em greve. Cf. "Prospetto della odierna situazione degli scioperi. Altre 50.000 operai di varie categorie hanno sospeso il lavoro". *Fanfulla*, 16 de Julho de 1917, pag.4.

marceneiros; pedreiros; marmoristas; cocheiros; chauffeurs; motorneiros; eletricitistas; telegrafistas; chapeleiros; sapateiros; alfaiates; costureiras; lavadeiras; cozinheiras; padeiros; leiteiros; açougueiros, entre outros, paralisaram suas atividades. Muitos deles, a exemplo da Companhia Paulista de Aniagem, mesmo depois de terem suas reivindicações aceitas, mantiveram-se em greve por solidariedade aos companheiros. Outros, aderiram ao movimento ressaltando que nada tinham a reclamar dos seus patrões. A adesão à greve foi um ato de solidariedade. A mobilização do operariado paulistano para uma luta conjunta, através do apoio mútuo, possibilitou o acontecer da greve geral mais significativa da história do movimento anarquista no Brasil e do jovem movimento operário brasileiro.

Fábricas, oficinas e estabelecimentos comerciais esvaziaram-se. Uma multidão agitada povoou as ruas da cidade, a despeito dos avisos policiais aconselhando a população a permanecer em suas casas "porque a polícia no dever primordial que lhe incumbe, **vai manter a ordem para isso empregando os meios mais enérgicos**"³⁶.

O Delegado Geral transferiu-se para o Brás, o centro operário por excelência, onde instalou seu quartel-general. A presença de praças de cavalaria e toda a 1a. Cia. do 10. Batalhão deu ao bairro um aspecto belicoso. O deslocamento de tropas parecia indicar que a cidade estava se preparando para uma batalha. As ruas do centro de São Paulo também foram ocupadas por forças policiais com ordens de reprimir qualquer manifestação dos grevistas. O leitmotiv da ação policial foi a manutenção da ordem pública.

As agitações operárias tomaram conta da cidade. Nas ruas próximas do Triângulo Central, os proprietários das lojas comerciais se assustaram com o grande número de

³⁶ *Boletim Ao Público*. Delegado Geral, Thyrso Martins. São Paulo 12 de Julho de 1917. Grifos no original.

manifestantes nas ruas e decidiram cerrar suas portas. Os bairros do Brás; Móoca; Barra Funda; Belenzinho; Cambuci; Bom Retiro; Luz; Penha; Lapa; Vila Mariana; e Ipiranga foram palco de manifestações grevistas. Durante o primeiro dia de greve geral, indústrias foram apedrejadas e houve tentativa de assalto ao Moinho Gamba. Lâmpioes de gás foram destruídos. Rolhas foram colocadas nos trilhos para impedir a circulação dos bondes. Os motorneiros que insistiram em fazer circular os bondes na manhã de 12 de Julho tiveram que enfrentar, além da acusação de prática de crumiragem, as pedras atiradas contra as suas vidraças dos bondes. Ao meio dia, o tráfego foi suspenso por determinação da Light. Informações vindas de Pirituba, de que as instalações da Light foram alvo de manifestantes que pretendiam interromper a distribuição de energia elétrica, agitaram a polícia.

O Presidente do estado, informado da gravidade da situação, enviou ao Secretário da Justiça e da Segurança Pública "instruções precisas e categóricas no sentido de ser, quanto antes e a todo custo, restabelecida a ordem pública"³⁷. A militarização da greve se fez sentir no aumento do tráfego de veículos militares e do Corpo de Bombeiros transportando soldados com suas armas embaladas. O aumento de forças repressivas nas ruas, não impediu, no entanto, a ação dos grevistas. Vários confrontos foram registrados no correr do dia, o que fez aumentar o rol de feridos e de pessoas presas. O incidente de maior gravidade ocorreu a noite na Avenida Rangel Pestana, em frente ao Café Rasga. A polícia abriu fogo contra os manifestantes. Na versão policial, uma esquadrão de cavalaria, ao passar pelo local foi recebido a tiros, disparados pela janela do estabelecimento. Os soldados teriam reagido somente quando se viram feridos³⁸. As pessoas com ferimentos a bala ou com

³⁷ Altino Arantes, *Meu Diário (registro íntimo de factos e impressões)*. Registro do dia 12/13 de Julho. São Paulo, 1917, manuscrito.

³⁸ No episódio do Café Rasga, o jornal *Fanfulla* considerou absurda a versão da polícia sobre o incidente. No relato do delegado Bandeira de Mello, os soldados foram atacados por grevistas que disparavam suas armas

escoriações provocadas por golpes de espadim e pôr queda de cavalo foram recolhidas pelos carros da Assistência e levados para a Repartição Central da Polícia. Não houve registro oficial de mortes, mas há indícios de que elas possam ter ocorrido³⁹.

A ação repressiva da polícia entrou em descompasso com a proposta conciliatória apresentada no dia 12 de Julho por alguns industriais, principalmente do setor têxtil, que empregava um grande número de trabalhadores em greve. Eles decidiram oferecer 20% de reajuste e a readmissão dos empregados despedidos pôr motivo de greve. Até o Comendador Crespi, agraciado pelos grevistas com o título de "Barão da Greve", decidiu conceder o aumento de salários que lhe foi pedido pelos seus empregados e de admitir todos no trabalho, sem exceção. A atitude dos industriais, no entanto, revelou-se extemporânea por desconsiderar as demais reivindicações apresentadas no documento do CDP. O jornal paulistano *A Nação* manifestou-se com ironia a respeito da decisão. Em primeira página, afirmou ser "tão natural que o Sr. Crespi **encrespasse** como é que o Sr. Street o conduzisse ao **bom caminho**. O que não se compreende é que o Sr. Gamba tivesse **pernas** tão vagarosas para andar ao encontro dos operários"⁴⁰.

As concessões feitas pelos industriais e o pedido do Secretário da Justiça e da Segurança Pública de um encontro com representantes do CDP para discutir as reivindicações foram avaliados pelo Comitê de Defesa Proletária reunido, às ocultas, na noite do dia 12 de Julho. Mantendo-se fiel ao princípio de ação direta, em que os

das janelas do estabelecimento. Ao averiguar as informações do delegado, o jornal constatou que não existia janelas no Café Rasga. Cf. "L'altra versione. La cavalleria attacco dei pacific cittadini". *Fanfulla*, 13 de Julho de 1917, pag.2.

³⁹ Os integrantes do CDP acusaram a ocorrência de duas mortes no confronto do Café Rasga. Já o jornal *O Estado de São Paulo* ventilou dezoito mortes. Cf. *O Estado de São Paulo*, 13 de Julho de 1917, pag.5. O jornal *Fanfulla*, na pág. do dia 13 de Julho, registrou a morte de duas pessoas e listou oito feridos. Três eram soldados.

⁴⁰ "Seção Graves e Agudos". *A Nação*, 13 de Julho de 1917, pag.1.

trabalhadores gozam de autonomia para tomar suas próprias decisões, o *CDP* convocou, através de um manifesto, todas as categorias em greve e convidou a população, interessada em se manifestar sobre as promessas dos industriais, a comparecer ao comício na Praça da Sé, às quinze horas do dia 13 de Julho. No documento afixado em vários cantos da cidade e publicado nos jornais de São Paulo, o *CDP* anunciou sua recusa ao convite formulado por Eloy Chaves, ressaltando que diante dos "sanguinolentos acontecimentos ocorridos no Brás, que feriu de morte vários manifestantes, os representantes decidiram negar-se a qualquer contato com a autoridade, que enquanto com uma mão oferecia um ramo de oliva, com outra dava ordens de selvagem carnificina"⁴¹.

A eficácia das mensagens do *Comitê de Defesa Proletária* junto aos grevistas desnordeou a polícia. A partir da deflagração da greve geral, as autoridades policiais passaram a atribuir a orientação do movimento a "elementos anarquistas". Eles foram responsabilizados pelo desvirtuamento da greve, considerada originariamente pelas autoridades como um movimento pacífico e justo. Apesar dos esforços dos "secretas"⁴², o Gabinete de Investigações e Capturas mostrou-se incapaz de identificar os membros do *CDP* e os locais onde eles se reuniam. Em nome do combate à subversão, a polícia intensificou a sua ação repressiva, ao mesmo tempo em que os industriais acenavam com uma proposta conciliatória. O descontrole da situação tornava-se evidente.

⁴¹ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 12 de Julho de 1917.

⁴² O secreta "era mais ou menos o que hoje se chama investigador. O que o caracterizava era a maneira de vestir, uma gravata vistosa, muitas vezes flor na lapela, chapéu atirado a um lado da cabeça e uma grossa bengala na mão. Essa bengala e o revólver no bolso traseiro da calça eram os elementos empregados para convencer pessoas convidadas a comparecer perante a autoridade. O curioso é que toda gente reconhecia o secreta à distância, tal como hoje é o investigador conhecido de criminosos, vadios, batedores de carteira, passadores do conto do vigário e demais chantagistas". Jorge Americano, *São Paulo Nesse Tempo: 1915-1945*. Edições Melhoramentos, 1962. O próprio presidente do estado, Altino Arantes, dispensava o acompanhamento, mesmo à distância, pelos agentes secretos justificando que "esses indivíduos já eram tão conhecidos em nosso meio, que todas as qualidades se lhes podiam atribuir, menos a de secretas" (grifo meu). Altino Arantes, *op.cit.* Registro dia 25 de setembro de 1917.

Premido pelas circunstâncias adversas e pelo firme propósito do *CDP* de não dialogar com a polícia, Eloy Chaves convocou os representantes dos jornais de circulação diária em São Paulo para discutir, conjuntamente, uma saída para o conflito e encontrar um canal de comunicação com os grevistas. Lembrou aos jornalistas o seu empenho em conseguir o aceite dos industriais quanto às duas reivindicações originais dos operários : aumento salarial e readmissão dos grevistas. Em relação às novas demandas, arroladas no memorial do *CDP*, explicou que, em sua maioria, elas fugiam da alçada do governo do estado. Como exemplo, citou a questão da soltura dos grevistas afirmando não estar preso nenhum operário por motivo de greve, mas somente autores de atos considerados delituosos e, portanto, sob a alçada do tribunal. Sobre os aluguéis, informou nada poder fazer para pressionar os proprietários. Quanto as reivindicações de jornada de 8 horas; abolição de multas; pagamento de trabalho extraordinário e de um maior aumento salarial afirmou serem questões que dizem respeito às relações patrão/empregado. O reconhecimento do conflito capital-trabalho era uma forma da polícia safar-se do impasse em que se metera. Por outro lado, o Secretário da Justiça e da Segurança Pública assegurou o empenho do governo em respeitar o direito de associação; de fazer cumprir a legislação estadual que proibia o trabalho noturno a mulheres e menores de dezoito anos, e de buscar alternativas para coibir os aumentos abusivos de preços.

Por sugestão do diretor do jornal *O Combate*, Nereu Rangel Pestana, uma comissão de jornalistas foi formada para intermediar o conflito e garantir o assento dos trabalhadores na mesa de negociação, sem receio de perseguições policiais. Curiosamente, o governo que se manteve alheio às queixas e reclamações da população paulistana contra a carestia de vida, veiculadas pelos órgãos de imprensa que procuraram alertá-lo para a grave situação que se delineava, agora recorria aos profissionais do jornalismo para mediar um

acordo entre patrões e empregados. Ele, que se julgava acima da opinião pública, agora acreditava ser ela a única força capaz de por fim à greve. No palco dos acontecimentos grevistas, entrava em cena um novo sujeito social: a *Comissão de Imprensa*.

Representantes do governo, em comum acordo com alguns industriais que vinham buscando junto às autoridades uma solução para por fim ao movimento grevista decidiram, já no primeiro dia de greve geral, delegar a um comitê de jornalistas o papel de mediador do conflito. O Comitê de *Defesa Proletária*, por sua vez, manteve sua estratégia de ação direta, em que os trabalhadores usam de autonomia para tomar suas próprias decisões. Dessa forma, o *CDP* acabou pôr colocar em xeque a capacidade do governo e dos patrões em encontrar uma solução para o conflito que eles mesmos gestaram.

A partir da deflagração da greve geral, as autoridades passaram a considerar os anarquistas como os "meneurs" do movimento, os acusaram de dificultar os entendimentos e os elevaram à categoria de inimigo número um da polícia paulistana. Nos documentos oficiais, os libertários apareciam como elementos subversivos e sediciosos; desordeiros; incendiários; petroleiros; foliculários, entre outros atributos carregados de negatividade. Em nome do combate aos anarquistas, a polícia reforçou o aparato repressivo.

Para reprimir as manifestações grevistas foram convocados cerca de sete mil homens. Praças do interior do estado foram deslocadas para a capital, deixando desguarnecidas as delegacias de várias cidades. A linha de tiro 176 foi autorizada pelo comandante da região militar, general Luiz Barbedo, a auxiliar as milícias paulistanas. As tropas do 53o Batalhão de Caçadores, aquarteladas em Lorena, entraram em prontidão. O ministro da Marinha, almirante

Alexandrino de Alencar, mandou seguir para Santos o cruzador *Reppública* e o destróier *Matto Grosso*. O deslocamento de tropas federais para auxiliar as milícias paulistas denotou a gravidade do conflito e a dificuldade do governo estadual em se manter soberano em seu próprio território. O descontrole da situação em São Paulo preocupou o presidente do país. Wenceslau Brás pediu para ser mantido informado sobre o desenrolar dos acontecimentos.

Para conter a onda libertária, que ameaçava se alastrar para além das fronteiras paulistanas, a polícia transformou os logradouros públicos em espaço privativo das forças armadas. O Delegado Geral proibiu reuniões nas ruas e praças da cidade e advertiu a população que faria uso da força para fazer cumprir essa resolução. Em boletim dirigido ao povo, aconselhou as pessoas ordeiras a não saírem de casa por estar a polícia "agindo com toda energia contra os anarquistas que há dias vêm atentando contra a ordem pública"⁴³.

Aventurar-se, portanto, a desobedecer as ordens de não circular pelas ruas de São Paulo na sexta-feira, 13 de Julho, era desafiar não só as metralhadoras da polícia, mas também a superstição popular de que sexta-feira e 13 é uma combinação anunciadora de tragédia. E foi o dia mais sangrento da trágica semana de julho. Eduarda Binda, uma menina de 12 anos que se encontrava no portão da sua casa, foi vítima de uma bala perdida durante o conflito entre policiais e grevistas ocorrido na Rua Lopes de Oliveira, onde residia. O pedreiro Nicola Salerno, de 28 anos, também recebeu um tiro mortal quando forças policiais tentaram impedir um assalto a um bonde, que trafegava na Rua Augusta. Subia para três o número de mortos oficiais da greve. No

⁴³ *Boletim Ao Povo*. Delegado Geral, Thyrsó Martins. São Paulo, 13 de Julho de 1917.

entanto, há indícios de que mais de uma dezena de pessoas pode ter perdido a vida em razão dos conflitos grevistas⁴⁴.

Vários outros incidentes foram registrados durante o segundo dia de greve geral. Na Praça da Sé, trabalhadores em greve resistiram às tentativas da polícia de dispersá-los, entrincheirando-se nas obras da nova catedral em construção. Com a chegada de reforço, as tropas tomaram de assalto a Catedral. O confronto resultou no aumento do número de feridos e de pessoas presas⁴⁵.

Para impedir a ação das patrulhas montadas, os grevistas espalharam cortiça e roletes de madeira provocando a patinação e a queda de muitos cavalos. Também colocaram pedras nos trilhos para impedir a ação dos motorneiros, considerados fura-greves por colocar em circulação bondes guarnecidos por soldados nas suas plataformas. Os trens que seguiam para os subúrbios ou para o interior do estado tiveram suas partidas suspensas no dia 13 de Julho porque em alguns pontos da linha, os trilhos foram arrancados. Para fazer chegar gás às casas, a Companhia do Gás recrutou cinquenta bombeiros para substituir os grevistas.

A greve irrompida em São Paulo repercutiu no interior do estado e nas principais cidades do país. Moções de apoio foram enviadas por diversas associações de trabalhadores e por simpatizantes do movimento. A Federação Operária do Rio de Janeiro registrou a presença de oitocentos e quarenta pessoas no comício em que se discutiu mecanismos

⁴⁴ Apesar do registro oficial acusar somente três mortos durante a greve, informações coletadas junto a fontes diversas permitem supor que o número de vítimas fatais pode ter sido muito superior. Uma discussão em torno de um provável morticínio encontra-se no último capítulo deste trabalho.

⁴⁵ A partir de informações colhidas junto à imprensa paulistana, o número de pessoas com ferimentos à bala, ou com escoriações provocadas por golpes de espadim e por queda de cavalo, que deram entrada na Assistência, chegou a quarenta e sete. No entanto, assim como o número de mortos pode ter sido superior a três, é possível que o número de pessoas feridas durante os conflitos ocorridos durante a semana de 9 a 16 de Julho de 1917, exceda algumas centenas. Quanto aos presos, os jornais registraram cerca de duas mil pessoas, encarceradas por motivo de greve.

de auxílio aos grevistas de São Paulo ⁴⁶. Além do apoio moral e financeiro manifestado por diversas agremiações de trabalhadores, a decretação da greve geral por solidariedade aos grevistas paulistanos foi acenada pela *União Geral do Trabalhadores de Santos*⁴⁷, durante reunião realizada em sua sede com representantes de diversas organizações operárias santistas. A Maçonaria também tornou pública a sua simpatia à causa operária através de um manifesto. No documento dirigido "aos cidadãos operários", o Grande Oriente Autônomo do Estado se apresentou como conhecedor das suas dores e dos seus direitos e augurou a vitória do movimento ⁴⁸.

As agitações grevistas repercutiram também no Congresso Nacional. Advogando a causa operária, os deputados da bancada carioca, Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda⁴⁹, afirmaram em seus discursos na sessão de 13 de Julho da Câmara Federal, que "os operários têm realmente de se revoltar porque o direito à vida lhes está sendo negado"⁵⁰. Criticaram duramente a violência utilizada pela polícia paulistana para reprimir as manifestações dos trabalhadores em greve e duvidaram da eficácia da força para sufocar o movimento. O líder da bancada paulista no Congresso, deputado Álvaro de Carvalho, rebateu as críticas procurando justificar a atuação da polícia. Argumentou que ela só merecia censura por ter sido tolerante demais. Justificou o uso de armas contra os grevistas como "um dever da polícia diante da ação do anarquistas, que dirigindo os elementos operários, não só impediram o movimento da cidade, mas foram além: atacaram a propriedade e mataram"⁵¹.

⁴⁶ "Da Rio - La solidarietà delle classi operai con gli scioperanti de São Paulo". *Fanfulla*, 16 de Julho de 1917, pag.3.

⁴⁷ *Moção de Apoio da União Geral dos Trabalhadores de Santos*. Santos, 13 de Julho de 1917.

⁴⁸ *Manifesto Aos Cidadãos Operários*. Grande Oriente Autônomo do Estado de São Paulo. Prof. Arthur Guarnieri. São Paulo, 13 de Julho de 1917.

⁴⁹ A atuação dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento no Congresso Nacional, em defesa do operariado brasileiro foi objeto de estudo de James Paul McConarty, *The Defense of the Working Class in the Brazilian Chamber of Deputies 1917-1920*. M.A.Thesis, Tulane University, 1973.

⁵⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão 13 de Julho, vol.4., pag.402.

⁵¹ *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão 18 de Julho, vol.4., pag.512.

A greve trouxe à tona a "questão operária", confinada, desde a virada do século, ao âmbito policial e aos porões do Parlamento. Reavivou antigas discussões sobre o papel do Poder Legislativo frente aos problemas trabalhistas. Suscitou também um debate sobre o poder da polícia de limitar a liberdade constitucional de reunião e a liberdade de pensamento, sob a justificativa de dar combate aos anarquistas.

No dia 13 de Julho, a *Comissão de Imprensa* publicou, nos principais jornais de circulação diária em São Paulo, um manifesto intitulado *A Greve*. No documento, os jornalistas demonstraram simpatia pela causa do operariado e convidaram o *Comitê de Defesa Proletária* a nomear uma comissão de operários autorizada a entrar em negociações, por seu intermédio, com os industriais e com representantes do poder público. Propôs uma reunião na sede do jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 14 de Julho, e assegurou o empenho dos jornalistas em obter, junto aos industriais e representantes do governo, o máximo de concessões em favor dos operários⁵².

Em resposta ao pedido da *Comissão de Imprensa*, o *CDP* reafirmou a sua disposição de persistir no propósito de "interpelar as corporações em greve, afim delas poderem legitimamente conseguir com os mais diretamente interessados no atual conflito, a solução que de fato estabeleça a vitória dos próprios direitos"⁵³. No manifesto datado de 13 de Julho, o *Comitê de Defesa Proletária* reconheceu o esforço dos industriais em fazer concessões que poderiam servir de base para um acordo, mas julgou-as insuficientes. Por outro lado, afirmou não compreender como o Secretário da Justiça e da Segurança Pública, que conseguira demover os industriais de sua obstinação "se declare impotente exatamente no momento em que devia exercer a sua ação para evitar que os altos

⁵² *Manifesto A Greve. Comissão de Imprensa, São Paulo, 13 de Julho de 1917.*

⁵³ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária. São Paulo, 13 de Julho de 1917.*

comerciantes continuem a açambarcar os gêneros de primeira necessidade"⁵⁴. Aos trabalhadores em greve, fez um alerta "com respeito a convocações de comícios que possam ser feitos por elementos estranhos aos seus representantes diretos, afim de, com o concurso das autoridades desvirtuar a agitação, acertando condições que correspondem a inconfessáveis renúncias"⁵⁵. Ao terminar o documento, o CDP enviou uma saudação "às vítimas deste movimento, embora lamentando que por uma fatalidade histórica quase independente da vontade dos homens, cada conquista de justiça social deva receber o banho de sangue"⁵⁶.

A decisão da polícia de proibir a realização de comícios em locais públicos, divulgada em boletins que circularam na manhã do dia 13 de Julho, levou o CDP a transferir o comício, inicialmente programado para se realizar na Praça da Sé, para o dia seguinte, na sede da Liga Operária da Móoca. Diante da violência que manchou com sangue a história da Greve Geral de 1917, os membros do *Comitê de Defesa Proletária* procuraram evitar expor os trabalhadores a uma reação cruenta da polícia. O dia 14 de Julho era uma data significativa para incitar os trabalhadores a fazer do comício uma manifestação popular da queda de cada Bastilha de privilégios.

Em 14 de Julho, o comício foi realizado no Prado da Móoca, porque a sede da Liga Operária da Móoca foi pequena para comportar a multidão de cerca de três mil pessoas que atendeu ao chamado do CDP. No relato de Edgard Leuenroth, o comício pode ser considerado "como uma das maiores manifestações que a história do proletariado brasileiro registra. Basta dizer que a imensa multidão decidiu que o

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Idem.*

movimento somente cessaria quando as suas reivindicações, sintetizadas no memorial do CDP, fossem atendidas"⁵⁷.

A NEGOCIAÇÃO

A primeira rodada de negociações teve início no sábado, 14 de Julho, data sugestiva para comparações entre os acontecimentos que se desenrolavam em São Paulo e os episódios ocorridos na França, em 1789. Segundo o editorial do jornal *O Combate*, a tomada da Bastilha "em si não passou dum incidente sem importância maior do que o transporte de 600 sacas de farinha do Moinho Santista para a casa dos assaltantes. Valeu imenso, porém, pelo que simbolizou. E esses operários, que nunca se interessaram pelos seus direitos políticos e que saíram à conquista do pão, simbolizam o atual movimento"⁵⁸. Para o jornal, apropriar-se das sacas de farinha de trigo, armazenadas para fins especulativos, foi mais do que uma ousadia dos grevistas frente aos industriais e poderes constituídos. Foi um ato simbólico de afirmação do direito do trabalhador ao pão de cada dia.

O editorial ainda sugeriu aos governantes paulistas que "com olhos voltados para a França de 1789 e para a Rússia de 1917, assumo o governo, com a sua consciência, o compromisso inquebrantável de reparar as omissões do passado, prevenindo o levante popular para não ter de reprimi-lo pela

⁵⁷ Edgard Leuenroth, "A Greve de 1917". *Jornal Dealbar*, São Paulo, dezembro de 1968, pag.3.

⁵⁸ "A Miséria em Revolta". *O Combate*, 14 de Julho de 1917, pag.1.

força"⁵⁹. Os editoriais dos jornais que não tinham vínculos com o governo creditaram ao poder público a responsabilidade pela eclosão da greve. Com o lema " governar é prevenir", a imprensa acusou o governo de São Paulo de se manter alheio e indiferente aos clamores da população, nada fazendo para debelar o fantasma da fome que rondava os lares operários. Ao agir dessa forma, colocou em xeque a sua habilidade na arte de bem governar.

Apesar da data sugestiva, só houve registro de pequenos distúrbios ocorridos na Quarta Parada, onde grevistas tentaram impedir a saída dos carroções da Limpeza Pública. Transcorreram sem incidentes o sepultamento das duas vítimas oficiais do dia anterior. No correr do dia, as expectativas da população paulistana se voltaram para a possibilidade de um acordo mediado pela *Comissão de Imprensa*. Os industriais, depois de acaloradas discussões provocadas pela voz dissonante de Jorge Street, que julgou justas algumas reivindicações, decidiram apresentar uma proposta conciliatória. Comprometeram-se a manter o aumento de 20% sobre os salários em geral; respeitar o direito de associação dos operários; não dispensar nenhum operário pôr motivo de greve e efetuar o pagamento dos salários na primeira quinzena a seguir ao mês vencido.

As concessões feitas pelos industriais foram discutidas pela *Comissão de Imprensa* com os seis representantes escolhidos pelo *Comitê de Defesa Proletária* para negociar um acordo. Participaram das negociações os anarquistas Edgard Leuenroth (redator d" *A Plebe* e secretário do *CDP*); Luigi Damiani (redator do jornal anarquista *Guerra Sociale*); Francesco Cianci (litógrafo); Antonio Candeias Duarte (comerciário), Rodolpho Felipe (serrador) e o socialista Theodoro Monicelli (redator do jornal socialista *Avanti*). Apesar das garantias da *Comissão de Imprensa*, junto

⁵⁹ *Idem*.

às autoridades, da presença sem constrangimento dos representantes dos operários na mesa de negociação, dois integrantes do *CDP* foram presos, o que levou a interrupção dos entendimentos. A atitude policial confirmou a desconfiança dos operários em relação ao discurso conciliatório da polícia, quando a prática se mostrava repressiva. Libertados os presos, o *CDP* decidiu levar a proposta dos industriais para ser discutida com os grevistas somente se o poder público se comprometesse a secundá-las com as medidas reivindicadas no memorial e consideradas indispensáveis para a suspensão da greve geral.

As negociações prosseguiram no domingo, 15 de Julho, entre o Presidente do estado, o Secretário da Justiça e a *Comissão de Imprensa*. Após discussões, os representantes do poder público assumiram o compromisso de libertar todos os indivíduos presos por participação na greve; reconhecer o direito de associação e de reunião, desde que exercido dentro da lei e da ordem pública e de envidar esforços para impedir a alta desenfreada dos preços bem como a adulteração e a falsificação dos gêneros alimentícios. Quanto as reivindicações relativas ao trabalho dos menores e das mulheres, o governo se comprometeu a fazer cumprir as disposições da lei que regulamentava o trabalho nas fábricas e a estudar medidas para impedir a ocupação de mulheres e de menores de dezoito anos em trabalhos noturnos.

O Prefeito Municipal, Washington Luís, procurado pela *Comissão de Imprensa* para garantir o empenho da municipalidade na fiscalização e controle de preços dos gêneros de primeira necessidade, comprometeu-se a aumentar o número de feiras livres - onde os comerciantes não pagam impostos, o que possibilitaria a diminuição nos preços - na capital e fazê-las funcionar duas vezes por semana. Dificuldades orçamentárias e a manutenção do livre comércio

⁶⁰ foram apontadas como empecilho para uma maior contribuição da Prefeitura na solução do conflito.

O *Comitê de Defesa Proletária*, informado das concessões dos industriais e das promessas dos governantes, decidiu aceitar a proposta conciliatória e submetê-la à apreciação dos grevistas, através de comícios públicos. O acordo foi firmado por treze representantes dos jornais paulistanos; onze industriais; Presidente do estado; Prefeito Municipal e Secretário da Segurança Pública. Os demais patrões, cujos trabalhadores encontravam-se em greve foram convidados a comparecer à sede do jornal *O Estado de São Paulo* para assinar o "compromisso do dia 14". Os signatários se comprometeram a cumprir as resoluções e designaram a comissão de jornalistas para fiscalizar o cumprimento do acordo.

A *Comissão de Imprensa* teve um papel singular e decisivo na resolução do conflito. Pela primeira e talvez única vez, a imprensa foi investida de um poder moderador para mediar um acordo entre patrões e empregados. A sugestão arbitral apresentada pelos jornalistas foi a única a ser aceita pelo *Comitê de Defesa Proletária*, que se dispôs a ouvir as propostas conciliatórias dos industriais e do poder público, apresentadas por intermédio dos jornalistas. O comitê de jornalistas tornou possível encontrar uma saída para um conflito em que os interesses em luta se mostravam irreconciliáveis. Ele mostrou-se capaz de colocar o conflito operário no campo da realidade prática: quebrou relutâncias, dissipou mal entendidos e desfez intransigências. Para a *Comissão de Imprensa*, velar pela execução dos compromissos assumidos apresentava-se como tarefa ainda mais árdua, pois os seus integrantes sabiam da possível inaceitação por vários

⁶⁰ O prefeito Washington Luiz, em nome da liberdade de comércio afirmou não ser possível adotar o preço máximo de venda, porque São Paulo não é um município produtor e cabe aos demais que produzem determinar os preços. Cf. "Il messaggio del prefetto alla camera municipale contro la carestia della vita". *Fanfulla*, 17 de Julho de 1917, pag.2.

industriais da proposta conciliatória e da retomada gradual da indiferença das autoridades públicas.

Após a assinatura do acordo, o delegado Thyrso Martins divulgou um boletim "ao povo e especialmente aos operários de São Paulo" onde reconheceu as agruras dos trabalhadores, mas isentou o governo do estado de qualquer participação no agravamento da situação econômica. Os males que afligiam a população foram atribuídos à guerra européia. Declarou que "pelo que está no conhecimento público, quase todas as fábricas e patrões já fizeram acordo com os operários"⁶¹. Em verdade, somente onze industriais assinaram o acordo e eles representavam 5% dos patrões que declararam ter paralisado suas atividades e não a quase totalidade apregoada pelo delegado. No documento, os anarquistas apareciam como elementos sediciosos que "querem a todo o custo manter um estado de agitação que, prejudicando a sociedade, prejudica sobretudo os operários"⁶².

Contrariando o discurso do Delegado Geral, os anarquistas que integravam o *CDP* decidiram acatar a proposta do acordo, amplamente divulgada pela imprensa paulistana em suas primeiras páginas, no dia 16 de Julho. Eles avaliaram que as concessões representavam um ganho moral para os trabalhadores. Por outro lado, a concentração de tropas federais em São Paulo, a partir de 13 de Julho teve peso importante na decisão de aceitar a proposta dos jornalistas para intermediar o conflito. Os membros do *Comitê de Defesa Proletária* temiam a possibilidade de um morticínio, em que as vítimas seriam os próprios trabalhadores.

O *Comitê de Defesa Proletária* conclamou os grevistas a participarem dos comícios públicos para decidir a suspensão do movimento. No manifesto dirigido aos

⁶¹ *Boletim Ao povo e especialmente aos operários*. Delegado Geral, Thyrso Martins. São Paulo, 15 de Julho de 1917.

⁶² *Idem*.

trabalhadores, aconselhou a aceitação do acordo, asseverando que "sereis vós a julgar, nos comícios de hoje, se vos convirá retomar o trabalho, como vos aconselhamos e é como vitoriosos que retomareis a vossa labuta cotidiana"⁶³. Reconheceu que "se as conquistas não representam o máximo dos nossos "desideratuns", constituem, entretanto, uma grandiosa vitória, principalmente no que se refere ao direito de associação, vitória essa tanto mais importante, porquanto será o ponto de partida para novas e maiores conquistas"⁶⁴. Registrou os esforços empregados pelos jornalistas na resolução do conflito e saudou as vítimas tombadas nesta "primeira grande batalha do trabalho, que ficará como exemplo para todos aqueles que contra o direito à vida das classes trabalhadoras até hoje têm oposto a sua brutal resistência e violência"⁶⁵.

Na segunda-feira, dia 16 de Julho, os trabalhadores saíram às ruas, desta vez com o aval da polícia, para deliberar sobre a proposta do CDP de aceitar o acordo. Uma multidão de mais de dez mil pessoas⁶⁶ compareceu ao comício realizado por volta do meio dia, em frente ao Teatro Colombo, no Largo da Concórdia. Os representantes do CDP, Edgard Leuenroth, Antonio Candeias Duarte e Theodoro Monicelli, exortaram os trabalhadores a se manter irmanados e organizados para as futuras batalhas que estavam por vir. Às 16 horas, outro comício teve lugar no Pavilhão da Lapa para onde afluíram cerca de duas mil e quinhentas pessoas para deliberar a aceitação do acordo junto aos delegados do CDP, Edgard Leuenroth e Theodoro Monicelli. Ao mesmo tempo, no bairro do Ipiranga, outras mil e quinhentas pessoas acatavam

⁶³ *Manifesto Aos Trabalhadores*. Comitê de Defesa Proletária. São Paulo, 16 de Julho de 1917.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ Os jornais paulistanos registraram o comparecimento aproximado de dez mil pessoas nos três comícios realizados no dia 16 de Julho para deliberação do fim da greve. Edgar Rodrigues, em seu estudo sobre a greve geral de 1917, assinalou, no entanto, a presença de mais de cem mil pessoas só no comício realizado no Largo da Concórdia. Cf. Edgar Rodrigues, *Nacionalismo e Cultura Social 1913-1922*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, pag. 158.

a proposta de retorno ao trabalho feita pelos membros do CDP, Antonio Candeias Duarte, Francesco Cianci e Guiseppe Sgai.

Nos três comícios, os trabalhadores presentes votaram e aprovaram, pelo levantamento de mão, a "Ordem do Dia do CDP" de retomada ao trabalho nos estabelecimentos cujos patrões aceitaram as bases do acordo, e a manutenção da greve onde estes se mostravam relutantes em aceitar a proposta conciliatória. Ao aprovar o documento, os grevistas se comprometeram "ao primeiro chamado do Comitê, a reencetar e intensificar a agitação, se dentro do mais breve prazo indispensável e possível não forem mantidas as promessas feitas pelos poderes públicos e se não for resolvida como é de justiça, a posição das categorias obrigadas a persistirem na greve"⁶⁷. No documento, também ficou registrado o empenho das categorias representadas no CDP para que "toda a massa proletária se organize e aumente a força moral e material das respectivas reuniões de ofícios, estreitando-as num comum acordo"⁶⁸.

A suspensão da greve geral, decidida pelos trabalhadores, foi comemorada com alarde pela imprensa. Os jornais da cidade de São Paulo estamparam, em suas primeiras páginas, a vitória moral e econômica dos grevistas. A significação moral foi, no entanto, maior do que o ganho material. Comemorada ao som da Internacional, ela simbolizou o reconhecimento oficial das pretensões operárias. Os militantes anarquistas assinalaram a vitória dos trabalhadores sobre o governo, sobre os industriais mas, principalmente, sobre si mesmo porque na luta, eles encontraram a consciência de si, "essa consciência que era ontem embrionária, incerta, duvidosa, hoje é forte"⁶⁹. Também ressaltaram a humilhação que a solidariedade operária impingiu ao governo e aos industriais e aconselharam os

⁶⁷ *Ordem do Dia*. Comitê de Defesa Proletária. São Paulo, 16 de Julho de 1917.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ "Vittoria!". *Guerra Sociale*, 26 de Julho de 1917, pag.1.

trabalhadores a se manterem unidos e organizados porque sabiam que a reação não tardaria a vir.

Depois de uma semana de trágicos acontecimentos, a cidade de São Paulo começou a retomar a normalidade na segunda-feira, 16 de Julho. As casas comerciais reabriram suas portas e os padeiros e leiteiros voltaram a percorrer as ruas, entre bondes que circulavam repletos. O tráfego de veículos civis aumentou, enquanto diminuiu a circulação das tropas. As fábricas soaram os apitos, mas só voltaram a funcionar no dia seguinte, conforme deliberação dos grevistas. A greve geral chegara ao fim. Mas, persistiram paralisadas as atividades nos estabelecimentos sem acordo.

CAPÍTULO II

O DESPERTAR

A deflagração da greve geral em Julho de 1917 se tornou possível graças ao trabalho de propaganda e de ação libertária desenvolvido pelos anarquistas, desde a virada do século, junto ao operariado paulistano. No primeiro semestre de 1917, militantes anarco-comunistas e anarquistas-sindicalistas, as duas correntes mais expressivas do movimento libertário em São Paulo, através de um esforço coletivo deixaram as rugas e as diferenças de lado e uniram suas forças para despertar nos trabalhadores o sentimento de revolta contra as precárias condições de vida e de trabalho e a vontade de lutar por uma vida com dignidade.

As divergências entre as duas forças anarquistas estavam centradas no exclusivismo sindical defendido pelos sindicalistas como meio fator da revolução social. Os anarco-comunistas propugnavam a pluralidade nas ações emancipadoras e criticavam o caráter reformista das reivindicações sindicais. Apesar das diferenças, as duas correntes defendiam a mesma estratégia de luta para a emancipação dos trabalhadores: a ação direta, isto é, a iniciativa de cada um reagir, por si mesmo, contra as mazelas da sociedade burguesa. A eficácia da ação individual, no entanto, só se revela na ação coletiva. Daí ser a greve geral considerada a estratégia exemplar de ação direta.

No ambiente libertário paulistano, as duas correntes tratavam as suas diferenças com sarcasmo e crítica mordaz. Essa forma de tratamento dissolvente levou os

próprios militantes a perceberem ser ela mais prejudicial à causa anarquista do que a reação burguesa. Florentino de Carvalho, militante de expressão do anarco-comunismo, observou em dezembro de 1915 que "uma das causas que vem mais prejudicando a propaganda e a ação anarquista é o modo pelo qual os libertários se digladiam mutuamente, evitando a crítica criteriosa e serena e empregando unicamente a ironia, esforçando-se cada qual em cobrir de ridículo a obra do outro"¹. Ainda nesse mesmo ano, o grupo editor do jornal anarco-comunista *Guerra Sociale* (publicado a partir de novembro de 1915) tomou a iniciativa de aproximar as duas tendências.

Os anarco-comunistas que gravitavam em torno do periódico avaliaram que a conjuntura de crise, configurada no Brasil a partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial, revelou ser o momento propício para se avivar, junto aos trabalhadores, o ideal anarquista de regeneração humana e de transformação da sociedade. Segundo Francesco Cianci, um dos editores do jornal *Guerra Sociale*, a sociedade burguesa mostrava-se decadente e a guerra européia, que deveria salvá-la, havia conduzido-a à falência. O quadro de fragilidade da burguesia mostrava-se, portanto, favorável ao avigoreamento das idéias anarquistas de mudar o modo de viver em sociedade, isto é, de conseguir a plenitude do desenvolvimento moral, material e intelectual de todos os seres humanos. Aos militantes cabia a tarefa de "indicar ao proletariado as causas de seus males e fazer com que este desperte do indiferentismo. É hora de levantarmos a voz contra as instituições burguesas, contra a tirania governamental, contra todas as injustiças"².

¹ Florentino de Carvalho, "Pro e Contro il Sindacalismo. Atitude dos anarquistas perante o movimento operário". *Guerra Sociale*, 11 de dezembro de 1915, pag.3.

² Francesco Cianci, "Avanti pela Anarchia". *Guerra Sociale*, janeiro de 1916.

A eficácia da propaganda e da ação libertária dependia, no entanto, da união das forças dispersas. Considerando a excepcionalidade da conjuntura histórica, causada pela guerra em curso na Europa que, segundo os anarquistas, incrementou, por um lado, o trabalho de pregação mística e supersticiosa das instituições religiosas e, por outro, a difusão do patriotismo e a exaltação nacionalista das classes conservadoras, anarco-comunistas e anarquistas-sindicalistas decidiram juntar suas forças. Em outubro de 1916, constituíram a *Aliança Anarquista* com o objetivo de reunir os "...numerosos camaradas que se encontravam dispersos por todo o país, vivendo na mais completa apatia por falta de coesão, de relações de solidariedade que deveriam existir perenemente, de maneira ativa e eficaz entre homens que sentem as mesmas aspirações, professam os mesmos princípios e lutam pelo mesmo ideal"³.

A *Aliança Anarquista* se propôs a: "intensificar a propaganda libertária, associando e reunindo os companheiros que se encontravam dispersos; fomentar por todos os meios em seu poder a propaganda contra a causa fundamental da conflagração (origem no Estado e no privilégio econômico); ativar a ação anticlerical e antireligiosa, valorizando a ciência e a razão em oposição ao milagre e a metafísica; promover forte agitação contra a educação militarista e o sorteio militar obrigatório; combater a propaganda eleitoral e a tática reformista parlamentar; apoiar, intervindo na luta com programa próprio, qualquer movimento de agitação e de revolta que tenda a minar o poder do Estado e favorecer a organização dos trabalhadores (rurais ou urbanos)

³ "Aliança Anarquista". *Guerra Sociale*, 30 de setembro de 1916, pag. 1.

subordinando sua intervenção à propaganda integral do anarquismo"⁴.

Uma *Comissão de Correspondência* foi criada para servir de elo de ligação entre os grupos aderentes. Os militantes Roberto Feijó, Galileo Sanchez e Luigi Damiani ficaram responsáveis, respectivamente, pela elaboração de manifestos e panfletos de propaganda nas línguas portuguesa, espanhola e italiana. Uma outra comissão formada por Edgard Leuenroth, José Prol e Edmondo Colli encarregou-se de refundar o *Centro Libertário de São Paulo*, cuja sede foi inaugurada em 20 de outubro de 1916, na Rua do Carmo, e passou a ser o local de encontro e de decisão das ações libertárias.

Ao raiar o ano de 1917, o *Centro Libertário de São Paulo*, juntamente com o grupo editor do *Guerra Sociale*⁵ deram início a um programa de difusão das idéias anarquistas lançando, no mês de janeiro, um manifesto intitulado *Os Anarchistas ao Povo*, de "orientação revolucionária em relação à crise econômica". O documento, divulgado logo após as manifestações populares de apoio aos comerciantes que se rebelaram contra a cobrança governamental de novos impostos para fazer frente à crise fiscal, ressaltou a ingenuidade do povo em não saber distinguir "os interesses de quem trabalha, que não podem ser confundidos com os de quem vive especulando sobre o produto do trabalho alheio". No manifesto, os anarquistas apresentaram um quadro de crise social aguda e vaticinaram a proximidade de uma conflagração interna. Aconselharam o povo a não se deixar "arrastar por politiqueros, que o mandarão à chacina, para que eles possam substituir no poder os atuais dominadores,...a se recusar

⁴ "Alleanza Anarchica". *Guerra Sociale*, 14 de outubro de 1916, pag.1.

servir de capanga da honrada classe dos comerciantes e dos industriais" e também "a se preparar para defender seus próprios interesses porque a luta é inevitável e o povo deverá saber "enfrentá-la por conta própria"⁵. A prática da ação direta era continuamente aconselhada pelos anarquistas em seus discursos dirigidos aos trabalhadores.

A decretação dos novos impostos sobre a comercialização dos produtos, com o conseqüente repasse para o consumidor, situação em que o comércio "nada perde, apenas faz uma operação aritmética em que o menos nunca figura em seus livros mas o mais é lançado na conta do consumidor"⁷, agravou as já precárias condições de vida. Gêneros alimentícios, luz, aluguel, calçados, vestuário, etc, nada escapou ao encarecimento. A imprensa passou a dar atenção especial ao problema da carestia e os seus efeitos sobre a população. O jornal *A Gazeta*, por exemplo, assinalou "que o povo que já era roubado no peso e na medida agora é assaltado em sua bolsa por uma tarifa desarrazoada... A vida em São Paulo nunca esteve tão difícil: não há dinheiro, não há trabalho"⁸.

Os jornais paulistanos alertaram os industriais e os governantes sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na aquisição dos produtos necessários para a reposição da sua força de trabalho e para a manutenção da família. O aumento do desemprego, o aviltamento dos salários e a exploração do trabalho das mulheres e das crianças contribuíam para a agudização da crise social. Além de não acompanhar a elevação dos preços, os salários foram, em

⁵ O semanário *Guerra Sociale* era o único jornal anarquista em circulação em São Paulo no ano de 1917, até o aparecimento do jornal *A Plebe*, em 9 de junho.

⁶ Manifesto "Os Anarchistas ao Povo". *Guerra Sociale*, 27 de janeiro de 1917, pag.4. Grifos no original.

⁷ *A Capital*, 17 de janeiro de 1917, pag.3.

⁸ *A Gazeta*, 6 de janeiro de 1917, pag.1.

muitos casos, rebaixados pelos empregadores sob o argumento da necessidade de contenção das despesas para enfrentar a crise. A ameaça do desemprego, por sua vez, constituiu uma arma poderosa dos patrões para aumentar a exploração do trabalho, através não só da redução do salário já irrisório e normalmente pago com atraso, mas pelo prolongamento da jornada de trabalho e a introdução de novos descontos. Nas fábricas e oficinas, a dispensa da mão-de-obra masculina foi acompanhada pelo aumento na contratação de mulheres e crianças com salários inferiores.

O agravamento da crise social, no ano de 1917, uniu anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas em torno de um mesmo objetivo: despertar os trabalhadores da apatia e levá-los a agir em defesa dos seus próprios interesses. As duas correntes libertárias se dispuseram a exercitar a tolerância, através do respeito mútuo às diferenças, e passaram a envidar esforços para sensibilizar os operários paulistanos a reagir contra a exploração a que estavam submetidos. A ação direta, adotada como estratégia de luta, permitiu dar a unidade necessária para a realização do trabalho conjunto.

Aproveitando-se da sensibilidade coletiva para o problema das más condições de vida e de trabalho, anarco-comunistas e anarquistas-sindicalistas, reunidos em torno do *Centro Libertário de São Paulo*, decidiram dar novo rumo às discussões veiculadas pela imprensa sobre a carestia de vida e a crise do trabalho. Com o objetivo de despertar nos trabalhadores a vontade de agir contra os males que os atormentavam, ocuparam as ruas da cidade e promoveram uma campanha de agitação junto ao operariado procurando mostrar que os problemas que os afligiam tinham origem nas engrenagens do funcionamento da sociedade burguesa.

No trabalho de despertar nos trabalhadores a vontade de lutar por uma vida com dignidade, destacaram-se duas figuras de proa do anarquismo em São Paulo: Luigi Damiani e Edgard Leuenroth. Gigi Damiani, como ficou conhecido na história do movimento libertário internacional, era redator do jornal anarco-comunista *Guerra Sociale*. Com sua habilidade de escrivinhador, Damiani marcou presença na difusão das idéias anarquistas junto ao operariado paulistano, incitando-o a romper as amarras que os prendiam a uma vida de miserabilidade. Seus escritos sobre o que costumava chamar de "costrutto" teórico do anarquismo, isto é, a moral anárquica, serviram de contraponto às idéias de caráter mais reformista dos sindicalistas. Edgard Leuenroth, por sua vez, considerado um defensor do sindicalismo de ação-direta, foi destaque nos comícios e manifestações públicas organizadas pelos anarquistas durante o primeiro semestre de 1917. Orador de prestígio junto aos trabalhadores, fez dos seus discursos contra a carestia de vida e a crise do trabalho, um instrumento mobilizador do operariado paulistano.

A CRISE DO PÃO

No ano de 1917, os jornais paulistanos registraram, dia após dia, o aumento no clamor público contra a elevação dos preços. O encarecimento dos produtos de primeira necessidade, em especial os gêneros alimentícios, provocou um debate acalorado porque a colheita de cereais do ano agrícola 1916-1917⁹ tinha sido abundante e os estoques nos

⁹ Segundo o Secretário da Agricultura, "a produção geral do Estado no ano agrícola 16-17 teve notável incremento atingindo uma cifra até aqui não consignada". *Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes*,

armazéns eram avultados. A principal causa da alta verificada nos preços dos alimentos foi atribuída pelo jornal *A Gazeta* à ação dos açambarcadores, cujos agentes percorriam o interior do estado comprando toda a produção e armazenando-a para exportação. Milhares de sacos de arroz e feijão, alimentos tradicionais na mesa do trabalhador, escoaram pelas estradas de ferro Central e Inglesa em direção aos portos de Santos e do Rio de Janeiro com destino ao exterior.

A campanha contra a carestia de vida, lançada pela *A Gazeta*, no mês de maio de 1917, ganhou a adesão de uma parcela significativa da imprensa paulistana. O jornal criticou a exportação de cereais que alimentava os estrangeiros condenando os brasileiros à fome. "Tiramos da nossa boca," protestou, "para a boca do estrangeiro". Salvamo-los da fome para nos condenarmos à inanição"¹⁰. A carestia conduzia à fome, estágio da miséria. Esta, por sua vez, era apresentada como "aquela mulher pálida, inquieta e mal vestida que respiga em um campo já ceifado, bate à porta de todos os lares, anunciando-lhe a próxima vítima de sua sinistra companheira, a divindade filha da Noite e que Virgílio colocou à porta dos Infernos"¹¹. Segundo *A Gazeta*, a perspectiva da fome, a tuberculose social, como a chamou Victor Hugo, despontava no horizonte como uma realidade a ser enfrentada num futuro próximo, no país onde se dizia "jamais a miséria passaria a hedionda pompa dos seus andrajos"¹². A fome que grassava nos sertões do Ceará, atingido pela seca que castigava a sua população e ceifava vidas, foi lembrada

presidente do Estado, pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Mota. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ano de 1917, pag. VIII.

¹⁰ "A Caminho da Fome". *A Gazeta*, 11 de maio de 1917, pag. 1.

¹¹ Idem.

¹² "O Espectro da Fome". *A Gazeta*, 9 de maio de 1917, pag. 2.

pelo jornal *A Capital* como "espetáculo pavoroso que nos espera"¹³.

Para o jornal *O Combate*, a culpabilidade sobre a alta dos preços dos alimentos não deveria recair sobre os açambarcadores "que estão fazendo o seu negócio", mas sobre o governo que "se fez seu instrumento por omissão"¹⁴. O poder público foi acusado de "indiferença fakiriana" e de "assistir mulçumanicamente impassível" a ação dos trusts organizados para exportar alimentos. Apesar de serem considerados "societas sceleris" pelo jornal *A Gazeta*, o Prefeito Municipal ignorou a existência dos trusts e creditou a alta dos preços à própria exportação que valorizava o produto. Para Washington Luís, a exportação era sintoma de renascimento da riqueza pública. Por sua vez, o Secretário da Agricultura, Cândido Motta, reconheceu a existência dos trusts, mas afirmou que a ação repressora não dependia do Poder Executivo. Para ele, o problema era da alçada do Legislativo que deveria limitar a exportação para tolher a ação dos açambarcadores.

A imprensa paulistana criticou duramente a indiferença e o que considerou ser uma "visão rósea de otimismo" do governo do estado frente ao problema da carestia de vida. Os jornais sugeriram medidas para cercear o aumento dos preços através do controle das exportações e insistiram na necessidade de acabar com o que consideravam "perversão especulativa" praticada pelos açambarcadores, que deveriam ser considerados não apenas "delinquentes comuns, mas verdadeiros traidores da pátria e julgados pela severidade inexorável dos tribunais marciais instituídos na época das

¹³ *A Capital*, 27 de março de 1917, pag.1.

¹⁴ "A Fome! O povo agita-se contra os seus exploradores". *O Combate*, 9 de maio de 1917, pag.1.

guerras"¹⁵. O jornal *O Estado de São Paulo* alertou as autoridades que "a situação das classes laboriosas era muito mais séria do que talvez suponham aqueles que não se acham em contato direto com ela"¹⁶.

Além do aumento contínuo nos preços dos produtos alimentícios, os paulistanos se viram às voltas com a adulteração e a falsificação de alimentos, que atingiu, no ano de 1917, proporções jamais alcançadas¹⁷. Substâncias tóxicas como areia, caolim e serragem de madeira eram adicionadas ao açúcar, farinha de trigo e farinha de mandioca, respectivamente. O leite era aumentado com água e polvilho e ao sal misturava-se areia e vidro moído. O vinagre era ácido acético diluído em água. O azeite, sob o rótulo de legítimo italiano, era fabricado no interior do estado com caroços de algodão. Bagas de sabugueiro eram utilizadas na fabricação de vinhos estrangeiros, cuja procedência era ocultada por falsos rótulos e vasilhames reaproveitados. A venda de produtos de má qualidade e nocivos à saúde¹⁸ levou o escritor Monteiro Lobato a afirmar que "São Paulo, cidade havida como modelar em matéria de defesa sanitária, virou o paraíso da fraude bromatológica"¹⁹.

A interrupção no abastecimento de trigo para o Brasil decretada pelos principais fornecedores do produto ao país, a Argentina em fins de março, em virtude da queda na

¹⁵ "O Espectro da Fome". *A Gazeta*, 8 de maio de 1917, pag.1.

¹⁶ *O Estado de São Paulo*, 10 de maio de 1917, pag.1.

¹⁷ Dados oficiais apontam o alto índice de falsificação de alimentos no ano de 1917. Cf. *Relatório apresentado ao exmo. sr. Altino Arantes pelo secretário do interior, Oscar Rodrigues Alves. Secretaria do Interior, ano de 1917, pag.207.*

¹⁸ A alimentação tóxica provocava moléstias no aparelho digestivo e, em muitos casos, levava o doente à morte. Do total de 7908 óbitos registrados em São Paulo (capital e cidades do interior), no ano de 1917, 2268 pessoas faleceram por afecções do aparelho digestivo, tendo a diarreia e a enterite matado 1990. Cf. *Anuário Demográfico-Sanitário. Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, ano XXIV, 1917. Tipografia do Diário Oficial, 1919, pag.213.*

¹⁹ Monteiro Lobato, "A Fraude Bromatológica" em *O Problema Vital*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951, pag.288.

última colheita do produto, e os Estados Unidos em abril de 1917, em razão da sua entrada na guerra, agravou, ainda mais, a situação de carestia. A repercussão foi imediata. Apesar do estoque de farinha de trigo ser o suficiente para suprir as necessidades da população durante pelo menos quatro meses, o preço do produto disparou no mercado interno e o pão, considerado alimento indispensável ao trabalhador, tornou-se artigo de luxo. A farinha de trigo também não escapou à ação dos açambarcadores e a "falta" do produto fermentou a ira popular. Para enfrentar a "crise do trigo", panificadores paulistanos e classes congêneres propuseram medidas para não deixar faltar o "pão nosso de cada dia". Entre outras, sugeriram ao governo federal providenciar a importação de farinha de trigo de outras procedências; sequestrar todo o estoque existente, por tratar-se de medida de salvação pública; e, ainda, aconselharam a fabricação do pão misto. O Estado estava sendo chamado a cumprir o papel de guardião dos interesses da população.

No calor dos debates sobre a carestia de vida, os anarquistas se uniram às vozes de protesto contra a prática do açambarcamento, em especial quanto à farinha de trigo. Assim como os panificadores, eles acreditavam que havia estoque do produto e nada justificava a alta do preço. Corroborando as denúncias de ação especulativa dos açambarcadores veiculadas pelos jornais, os anarquistas afirmaram que à testa do grupo estavam os grandes industriais da colônia italiana de São Paulo, os Puglisi, Gamba e Matarazzo, os mesmos que incitavam os trabalhadores oriundos da Itália a se sacrificarem pelo seu país e, em nome da defesa da terra-mãe, descontavam a contribuição pró-pátria do salário dos seus empregados.

Aproveitando-se da inércia das autoridades frente ao encarecimento dos produtos, os libertários propuseram uma ação resolutiva contra "os esfomeadores do povo". Na edição de 10 de abril de 1917 do jornal *Guerra Sociale*, o grupo editor lançou um manifesto em italiano intitulado *La crisi del pane* juntamente com o manifesto em português do *Centro Libertário de São Paulo* dirigido *Ao Povo* onde procuraram mostrar que era ingenuidade pedir a intervenção do Estado, que já havia dado prova da sua incapacidade de prever e de prover. Também se mostraram contrários à idéia, que circulou nos jornais, de fabricação do pão misto com farinhas alternativas ao trigo, por considerá-la fruto de uma "alquimia política" para servir de lenitivo à crise. Os trabalhadores foram instigados a refletir sobre a iminência da fome e a agir em defesa da sua própria existência porque "é hora de tomada de decisões e vocês só podem contar com vocês mesmos". As alternativas sugeridas para enfrentar a "crise do pão" foram "morrer de fome ou...atacar os depósitos que estocavam farinha de trigo e distribuí-la ao povo"²⁰. Tal recurso extremo, afirmaram os libertários, "não somos nós a sugerir. São os vossos "affamatori" que assim querem"²¹.

O descaso do governo com a saúde pública revelou ser mais uma arma importante nas mãos dos anarquistas para mostrar aos trabalhadores que eles nada deveriam esperar do governo, mas agir por conta própria, a fim de conquistar melhorias na qualidade de vida. Os libertários iniciaram um movimento de protesto e de denúncia contra os trustes e os falsificadores e estimularam a prática da boicotagem como um dos métodos de ação direta. O Moinho Santista foi o primeiro a ser delatado por adicionar fubá à farinha de trigo. O operariado foi estimulado a deixar de comprar o produto.

²⁰ Manifesto "La crisi del pane", em *Guerra Sociale*, 10 de abril de 1917, pag.3.

²¹ Idem.

Além da má qualidade dos alimentos e o seu alto preço, os trabalhadores se viram às voltas com o problema de equilibrar ganhos com despesas. Enquanto os preços dos bens de primeira necessidade aumentavam, o salário, quando não reduzido, permanecia constante. A alimentação representava cerca de dois terços dos gastos domésticos²². Os 6\$000 diários pagos, em média, ao trabalhador fabril permitiam a compra do feijão a \$200 réis o litro, mas impossibilitavam a aquisição do produto quanto este atingiu \$500 o litro, no mês de maio. Apesar de ter mantido o valor nominal, o salário havia sido reduzido a um terço do seu valor real e não era mais suficiente sequer para repor a força de trabalho. A crise do trabalho na atividade fabril, que vinha se agudizando em São Paulo desde 1914, atingiu índices alarmantes em 1917. A exploração do trabalho da mulher e da criança intensificou-se e foi um fator alimentador da insatisfação do operariado paulistano. Os anarquistas se valeram do descontentamento reinante no ambiente fabril para motivar os operários a reagir contra a exploração a que estavam submetidos.

A CRISE DO TRABALHO

No ano de 1917, as condições de trabalho nas indústrias e oficinas paulistanas, em especial para as mulheres e as crianças, revelaram-se aviltantes. As fachadas suntuosas das fábricas ocultavam a torpe realidade do seu interior onde escasseavam o ar e a luz e abundavam resíduos, detritos e poeira. Apesar das condições de instalação e de funcionamento das fábricas serem determinadas por lei, estabelecendo que "as salas de trabalho serão instaladas de

²² Cf. Victor Godinho, "O Problema da Alimentação - A fome na história e na atualidade", em *Revista do Brasil*, vol. IV, ano II, São Paulo, jan-abril 1917, pag.139.

modo que sejam perfeitas a ventilação e a instalação"²³, os proprietários faziam da legislação letra morta. A atividade fabril era regulada pela vontade arbitrária dos industriais, sobrepassando as determinações do poder público.

Os operários, sujeitos a doenças provocadas pela insalubridade do ambiente e pelo trabalho excessivo, ainda eram vítimas das engrenagens das máquinas que os deixavam mutilados e inválidos, quando não mortos. Os acidentes de trabalho foram incorporados ao cotidiano fabril pela frequência com que ocorriam. O *Departamento Estadual do Trabalho (DET)* registrou para o ano de 1917, 694⁽²⁴⁾ acidentes em fábricas. Os dados apontam que 359 trabalhadores foram "apanhados por máquinas, ferramentas, peças e acessórios"²⁵. Segundo o *DET*, os acidentes dessa natureza ocorriam devido ao desprezo dos industriais pelas normas mínimas de segurança e ao desrespeito ao Regulamento Sanitário que estabelecia as regras de instalação dos maquinismos. Já em 1914, o *Departamento Estadual do Trabalho* reconhecia a "violação completa das prescrições legais e dos mais comensuráveis princípios de justiça e de humanidade"²⁶. Os industriais, no entanto, continuavam impunemente a menosprezar as normas legais.

Além das más condições de trabalho, os operários viviam sob ameaça do desemprego. Proprietários de fábricas e de oficinas, sob alegação de dificuldades financeiras, intensificaram a dispensa de mão-de-obra masculina adulta. O receio do trabalhador de se ver posto na rua, engrossando as fileiras dos desocupados, em sua grande maioria dispostos a

²³ Cf. *Regulamento do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*. Decreto no. 2141 de 14 de novembro de 1911, art. 165.

²⁴ "Acidentes no Trabalho em 1917", em *Boletim do DET*, ano VII, no.26, 1º trimestre de 1918, pag. 10.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Boletim do DET*, ano III, no.10, 1º trimestre de 1914, pag.20.

aceitar condições iguais ou piores de trabalho, constituiu uma arma poderosa dos patrões para aumentar a sujeição ao trabalho. A demissão de trabalhadores adultos do sexo masculino foi acompanhada pelo recrutamento intensivo de mão-de-obra feminina e infantil²⁷. Certas funções eram privativas das mulheres e crianças que chegaram a constituir, no ano de 1917, mais da metade da mão-de-obra empregada²⁸ em algumas fábricas e oficinas ou até mesmo todo o contingente, com exceção dos técnicos²⁹. À mulher pagava-se, em média, a metade do salário pago ao homem; e a criança, quando tinha atividade remunerada, recebia cerca de 10% de um salário. Além das vantagens econômicas, proporcionadas pela redução nos custos da força de trabalho, a mulher e a criança eram consideradas criaturas mais dóceis e de melhor adaptação à disciplina do trabalho.

Crianças de até 7 anos de idade eram absorvidas no mercado de trabalho e empregadas em serviços noturnos, apesar da legislação proibir a admissão dos menores de 10 anos e vedar o trabalho noturno aos menores de 18 anos³⁰. Sujeitas às péssimas condições de higiene do ambiente fabril, submetidas a tarefas superiores às suas forças, enclausuradas por 10 a 12 horas no interior das fábricas, maltratadas por não saberem trabalhar a capricho dos mestres, recebendo salários irrisórios, os pequenos operários exauriam suas energias no

²⁷ Eram frequentes as ofertas de emprego para mulheres e crianças veiculadas pelos jornais. No *Fanfulla* era comum solicitações do tipo: "*Bambini - occorrono per lavorare nella Fabbrica di Biscotti alla Alameda Barão de Limeira 25 (23.2.1917, pag 6)*" ou "*Operaie abili - abbisognano nella fabbrica di scatole, Rua Santa Efígenia, 51 (15.3.1917, pag 7)*". Apesar de ser um jornal de língua italiana, ofertas de emprego também apareciam em português: "*Moças - precisam-se aprendistas, paga-se o 1o. mes 20\$000. Travessa Senador Queiroz, 4 (24.2.1917, pag.6)*".

²⁸ Na Fábrica de Fósforos "Paulicéia", por exemplo, dos 300 operários empregados, 200 eram mulheres, muitas delas, menores. *O Combate*, 19 de julho de 1917, pag.1.

²⁹ Na tecelagem de fitas da firma Petersen e Cia. que emprega 40 trabalhadores, com exceção dos técnicos, todo o pessoal é feminino. "As nossas indústrias", *O Combate*, 22 de janeiro de 1917, pag.1.

³⁰ Consideramos trabalhador menor toda criança empregada com menos de 10 anos, interdita por lei de ingressar no mercado de trabalho, de acordo com o *Regulamento do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*, Decreto 2141 de 14/11/1911, em vigor no ano de 1917.

esforço contínuo e esgotante de longas horas de atividade e ainda eram vítimas da complexa engrenagem dos maquinismos que não sabiam governar.

A questão do trabalho do menor tornou-se objeto de investigação jornalística. A partir de março de 1917, o jornal *A Gazeta* deu início a uma série de reportagens intitulada "As Crianças nas Fábricas", em que apresentou um desfile de crianças nas noites paulistanas estampando no rosto o cansaço da labuta em horas em que deveriam estar repousando. A investigação noturna flagrou a saída dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa à uma hora da madrugada, horário de término do turno iniciado às 14 hs e 30 minutos. A reportagem³¹ revelou o emprego de crianças de ambos os sexos, algumas com menos de 12 anos, em tarefas noturnas, interditas por lei aos menores de 18 anos. Por uma jornada de 9 horas e meia, num ambiente em que o ar era sempre empoadado dos diminutos detritos dos fios passando pelos teares, essas crianças recebiam salários que variavam de 300 a 1200 réis.

Queixas de maus tratos foram frequentes nos relatos dos pequenos trabalhadores. Na série de reportagens realizada pelo jornal *A Capital* com o título "A Inquisição no Cotonifício Crespi", as crianças empregadas nessa tecelagem denunciaram a violência dos mestres e contramestres. Segundo José Valtambrino, de 14 anos, o sofrimento era ainda maior quando trabalhavam a noite porque o sono abatia suas forças. Em seu depoimento afirmou: "Trabalho das 7 da noite às 6 da manhã, recebendo por essas onze horas de serviço 1\$100. À meia noite permitem que eu descanse 25 minutos, tempo que destino em parte a uma ligeira refeição. Quando um menino vem a ter muito sono e larga o trabalho indo dormir alguns

³¹ "As Crianças nas Indústrias". *A Gazeta*, 10 de março de 1917, pag 1.

minutos escondido, acordam-no com um banho de água fria. Eu e meus companheiros de fiação sofremos muito e somos tratados do pior modo pelo mestre Salvador Ramos, um espanhol muito mau, e pelo diretor da seção, o sr. Fuzzi, que nos mandam esbofetear e dar pontapés. Batem-nos sempre com o balão, que é um pedaço de pau envolvido num pano verde" ³².

A cobrança indiscriminada de multas, um dos componentes do receituário das arbitrariedades cometidas pelos patrões contra o trabalhador em geral, também foi denunciada pelas crianças. O desconto imposto de forma arbitrária chegava a atingir o mesmo valor do salário. O caso do menor Henrique, empregado na Fábrica "Irmãos Ferri", é exemplar. Depois de ter trabalhado 11 dias, nada recebeu porque ao salário lhe foi imputado igual quantia de multas ³³. Essa forma sutil de escravidão branca, de certa forma, demonstrava os ranços de um passado escravocrata, presente no tratamento dispensado pelos industriais aos seus empregados no início do século. Os proprietários de fábricas e oficinas ainda não tinham conseguido se libertar do ethos e da visão de mundo escravista³⁴ e tratavam o trabalhador assalariado não só como o substituto da mão-de-obra escrava, mas igualmente na sua condição servil.

Na campanha encetada pela imprensa paulistana, as crianças apareciam como instrumento de auferir dinheiro, exploradas por patrões e pelos próprios pais que, desesperados, permitiam e, muitas vezes, incentivavam a inserção precoce dos filhos no mercado de trabalho. Afastadas da escola, as crianças trabalhadoras cresciam e eram educadas

³² "A Inquisição no Cotonifício Crespi". *A Capital*, 5 de setembro de 1917, pag.1.

³³ O recibo do pagamento zero do menor Henrique com a discriminação das multas encontra-se em anexo.

³⁴ Uma análise sobre a persistência do ethos e da visão de mundo escravista encontra-se em João Marcos Alem, *Caipira e Country: a nova ruralidade brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, USP, 1996, em especial págs. 28-50.

no ambiente degenerador das fábricas. Submetidas às mesmas degradantes condições de trabalho dos adultos, os pequenos operários eram mais sensíveis à tuberculose, à anemia e a outras doenças provocadas pela fadiga e pelos maus tratos físicos e morais. Retratadas com faces macilentas e corpos franzinos, eles espelhavam o futuro trabalhador adulto, inválido para o trabalho e inapto para servir aos interesses do país.

Ao apontar o processo de degeneração a que estava submetido o pequeno trabalhador, as reportagens jornalísticas sobre a questão do trabalho infantil acabaram por despertar o clamor público contra as práticas abusivas que colocavam em risco as gerações futuras que "vão ficar minguadas nas suas energias; são os defensores da pátria que vão caindo sob a foice da tuberculose ou das deformações da impotência pelo excesso de trabalho e pelo excesso da fome"³⁵. Ao colocar em jogo a vida dos obreiros do progresso do país, a exploração sobre o menor suscitou um debate pautado por um tom nacionalista e por um sentimento de valorização do trabalhador nacional, presente na afirmativa de que era preciso "ter nossos operários aptos para as indústrias a fim de não ficarmos dependentes dos elementos vindos do estrangeiro numa das principais cláusulas de nosso progresso e nossa civilização"³⁶. Ao mesmo tempo, fez emergir a figura da República "madrasta", que sob o pretexto da inexistência da questão social no Brasil nada fez pelos trabalhadores.

Prover a defesa da infância significava, portanto, "fortificar a pátria, construir o edifício da grandeza nacional"³⁷. Uma vez mais, o Estado foi chamado a intervir para evitar a prática dos abusos contra os menores operários,

³⁵ "O Trabalho dos Menores". *Diário Popular*, 6 de março de 1917, pag.2.

³⁶ "O Trabalho dos Menores". *Diário Popular*, 13 de março de 1917, pag.2.

³⁷ "O Trabalho dos Menores". *Diário Popular*, 6 de março de 1917, pag.2.

através da fiscalização das condições de higiene e de segurança nas fábricas e da observância dos industriais das normas reguladoras do trabalho do menor, prescritas na lei. As diversas medidas sugeridas para humanizar o trabalho infantil confluíram para a necessidade de se fazer cumprir a legislação existente e de se incorporar na lei novos dispositivos para preservar a saúde física e moral do menor trabalhador, como a fixação do máximo de horas de trabalho segundo as diversas idades, alternando-se com as horas de repouso dominical obrigatório, garantia do cumprimento do contrato de locação de serviços e organização de um código regulamentando o serviço operário.

O desenrolar das discussões sobre a exploração do trabalho infantil foi acompanhado com atenção pelos anarquistas. Apesar de não questionar a opinião dos jornais sobre as denúncias de maus tratos a que estavam submetidos os menores no ambiente fabril, eles discordavam do recurso legal apontado como solução para o problema por não suprimir a exploração, mas apenas estabelecer limite de idade e de horas de trabalho. Para os libertários, a exploração do trabalho do menor era apenas uma das facetas da questão social e resultava de fatores econômicos, políticos e éticos da sociedade vigente. Eliminar o problema, portanto, colocava em jogo a transformação da sociedade, consideração que os jornalistas burgueses não faziam, e nem poderiam fazer segundo os libertários.

A ação legal - invocada pela imprensa para fazer cessar as práticas abusivas contra o menor trabalhador - foi considerada inútil e desnecessária pelos anarquistas. Estes não reconheciam leis nem governantes "e por isso tudo quanto eles possam fazer ou deixar de fazer, tem que ser-nos

indiferentes"³⁸. A lei era vista como um instrumento de tirania e de preservação da ordem constituída, contra a qual eles se insurgiam. Os militantes do *Centro Libertário de São Paulo* decidiram assumir a causa do menor trabalhador "em vista do desamparo em que encontram esses menores e da impossibilidade quase que completa de defenderem eles próprios a sua vida e a sua liberdade porque a sua tenra idade não lhes permite"³⁹. Os anarquistas desviaram os debates sobre os recursos legais como solução do problema da infância operária para o terreno da ação extra-legal e instituíram a manifestação pública como campo de intervenção possível para transformar a realidade social.

AGITAÇÃO ANARQUISTA

Em reunião realizada no salão Germinal, em 4 de março de 1917, os anarquistas decidiram deflagrar uma campanha em prol das crianças consideradas "vítimas do capitalismo explorador e tirano, a fim de que não continuem submetidas a esse monstruoso regime de torturas"⁴⁰. Uma Comissão Provisória foi constituída para organizar os trabalhos preliminares da campanha, e teve como destaque a presença feminina das militantes Rosa Musitano, Antonia Soares, Encarnación Mejia e de Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Edmondo Colli. Em 11 de março, o *Centro Libertário de São Paulo* promoveu uma nova reunião em que se decidiu deflagrar um movimento popular de indignação e de protesto contra a exploração dos menores. Anarquistas e simpatizantes do ideal libertário deliberaram

³⁸ Florentino de Carvalho, "A Agitação Contra Infame Exploração de Menores", em *Guerra Sociale*, 24 de março de 1917, pag.1

³⁹ Manifesto "Aos Libertários e Simpatizantes", em *Guerra Sociale*, 10 de março de 1917, pag.5.

⁴⁰ *Idem*. Uma cópia do manifesto encontra-se em anexo.

tratar a questão publicamente, através de comícios e de conferências "afim de esclarecer os pais dos menores, difundir os motivos morais e desfazer interpretações e conclusões erradas"⁴¹. Também decidiram publicar um manifesto expondo os objetivos e as razões do movimento; realizar uma investigação documentadas sobre as condições de trabalho das crianças nas fábricas; e, para melhor organizar a campanha resolveram constituir o *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*.

A campanha encetada pelo *Centro Libertário de São Paulo* e pelo jornal *Guerra Sociale* ganhou a simpatia dos que se preocupavam com a questão do menor. A imprensa paulistana ⁴² apoiou a iniciativa anarquista de pôr fim à exploração do trabalho infantil e abriu espaço em suas páginas para divulgar a campanha. Os jornalistas d"*A Capital* aplaudiram "sem restrições esse belo movimento - obra justa e gesto magnanimo - que deve ser apoiado por todos que têm um pouco de sentimento humano"⁴³. Votos de "auguri" foram registrados nos jornais italianos *Il Piccolo* e *Fanfulla*. De forma mais contundente, o jornal *O Estado de São Paulo* manifestou seu apoio "ao grupo de operários que não se limitam a discutir mas pretendem agir também e não se limitam a encarar o assunto sob o angulo estreito das suas conveniências, mas principalmente pelo aspecto moral e social, dando assim uma lição aos nossos estadistas, aos nossos letrados, e aos nossos filantropos..."⁴⁴.

⁴¹ As deliberações da reunião promovida pelo *Centro Libertário de São Paulo* em 11 de março de 1917 foram publicadas no jornal *Fanfulla*, em 12 de março de 1917, pag.2.

⁴² Os jornais de circulação diária em São Paulo, com exceção dos atrelados ao governo do estado (*O Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio*) abraçaram a campanha anarquista e deram uma contribuição valiosa para a sua divulgação.

⁴³ *A Capital*, 6 de março de 1917, pag.1.

⁴⁴ *O Estado de São Paulo*, 7 de março de 1917, pag.1.

Na campanha em defesa do menor, os anarquistas encontraram um campo fecundo para o florescimento das idéias libertárias e uma via para se aproximar dos trabalhadores. Desvelar o sofrimento do menor tinha por objetivo colocar em evidência as iniquidades do sistema capitalista de produção, no qual um pequeno número de proprietários explora a grande massa dos que nada possuem. Com isso, pretendiam chamar a atenção dos operários para os males que os atormentavam e a possibilidade de os destruir. A agitação promovida contra a exploração do trabalho infantil se apresentava como o terreno propício para eles propagarem o ideal de regeneração humana e, por conseguinte, de transformação da sociedade burguesa que, segundo eles, não poderia ser imposta pela força, mas dependia da vontade dos indivíduos. Esta deveria surgir da consciência esclarecida de cada um e realizar-se mediante o livre consentimento de todos. Os libertários se propunham à tarefa de despertar no trabalhador a consciência do seu próprio valor; habituá-lo a querer e a aspirar a sua redenção integral e por ela lutar.

Na avaliação dos anarquistas, a campanha de agitação era o "início da luta proletária, que para reativá-la urgia encontrar a estrada viável porque... para mover a história precisamos das massas e para falar a elas era preciso encontrar uma boa via...e acreditamos tê-la encontrado"⁴⁵. Afirmaram alto e bom som que o empenho em salvar as crianças das mãos dos exploradores não se restringia a razões humanitárias e sentimentais mas, principalmente, doutrinárias. Em seus discursos, apregoaram a transparência, o falar claro e sem rodeios recusando o estilo alegórico porque este se prestaria a ambiguidades. Afirmaram não querer enganar ninguém e revelaram seus princípios e

⁴⁵ "Parole Chiare", em *Guerra Sociale*, 24 de março de 1917, pag.1.

métodos de ação direta para dar ao movimento um caráter essencialmente popular.

"O nosso viático", afirmou Luigi Damiani, redator do jornal *Guerra Sociale*, "é por uma longa, longa viagem e não sabemos se alcançaremos a meta, mas nos propomos a realizá-la"⁴⁶. Por longa e árdua experiência de militância, os anarquistas sabiam das dificuldades a enfrentar. O primeiro passo era desfazer a imagem de "bestas ferozes" e "perturbadores da ordem pública", construída pelos seus detratores. Era preciso acabar com o preconceito bastante difundido de que Anarquia é sinônimo de desordem. Perante o operariado, eles procuraram firmar a positividade do conceito de Anarquia como fundamento da ordem social, na qual o indivíduo, dono e soberano de sua pessoa, se desenvolveria livremente, sem necessidade de constituição de autoridade nenhuma, porque no "reino da Anarquia" cada um governa a si próprio.

A campanha foi dirigida aos pais e apelou para os sentimentos de dignidade humana. Já no seu lançamento, os anarquistas apontaram os dois inimigos da criança proletária: o patrão, encarnação viva da avidez capitalista e os pais que, por ignorância e por irresponsabilidade, consentiam na exploração dos seus filhos e das suas mulheres. A ambição e a avidez dos patrões e o servilismo e a ignorância dos genitores foram apontados como os fatores responsáveis pelo estado de miséria que grassava entre os menores trabalhadores. Os pais foram comparados aos caftens e responsabilizados pelo tráfico de mulheres e crianças "...alugadas por um preço sarcástico aos compradores...para serem supliciados em recompensa de um salário irrisório...nas fábricas, antros de tortura, serralho de prostituição onde os

⁴⁶ Idem.

corpos das moças eram manuseados pelos Don Juan que se aproveitavam da situação para servir seus prazeres libidinosos"⁴⁷. A campanha objetivou sensibilizar os pais e mostrar a eles que, ao invés de lançar os filhos e as mulheres no mercado de trabalho, contribuindo eles próprios para rebaixar o valor da força-de-trabalho, deveriam exigir salário digno; reclamar menores horas de trabalho; e reivindicar a redução nos preços dos gêneros de primeira necessidade e nos aluguéis das casas, a fim de poder alimentar, dar instrução e lazer para a família.

O fim último da campanha contra a exploração do trabalho do menor, promovida pelos anarquistas, era agitar a massa trabalhadora, despertando-a da apatia em que se encontrava. Estava em jogo um trabalho de preparação moral junto ao operariado com vistas a estimulá-lo a agir por conta própria e, através da ação coletiva colocar em xeque os alicerces do regime capitalista de produção. Para dar vigor e impulso à campanha, os libertários decidiram realizar comícios públicos e elegeram os bairros populares como o lugar, por excelência, de atuação do *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*.

O primeiro comício foi realizado em 14 de Março, na Praça da Estação, no bairro da Lapa. Apesar da chuva, um número expressivo de pessoas compareceu para ouvir os integrantes do *Comitê de Agitação* explicarem e justificarem os fins que inspiraram a campanha. Outros cinco comícios foram realizados no mes de março no Brás (16/3), Cambuci (21/3), Bom Retiro (23/3), Ipiranga (26/3) e Belenzinho (30/3). Os oradores eleitos pelo *Comité*, os militantes anarquistas Silvio Antonelli, Francesco Cianci, José

⁴⁷ Florentino de Carvalho, "Agitação contra a infame exploração do menor" em *Guerra Sociale*, 24 de março de 1917, pag.1.

Fernandes, Antonio Nalepinski, Florentino de Carvalho e Edgard Leuenroth, se revezaram na tarefa de explicar os objetivos da campanha e granjear a simpatia da população que afluiu aos comícios.

No espaço público, os anarquistas denunciaram o regime de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores e ressaltaram o que ele tinha de mais iníquo: o jugo do trabalho imposto às crianças, a exigir uma atividade contínua de até 11 horas junto às perigosas engrenagens das máquinas, em troca de salários irrisórios. Em seus discursos proferidos em espanhol, italiano e português, as três línguas mais faladas entre os trabalhadores, os oradores exploraram as consequências funestas da falta de ar, de espaço, de higiene e de luz sobre a saúde dos pequenos trabalhadores e o tratamento dispensado pelos patrões que tratavam as crianças a golpes de chicote, palmatória e pontapés. A fábrica, apresentada como antro de tortura onde os traços humanos desapareciam, foi comparada ao "inferno" de Dante e ao "jardim dos suplícios" de Octavio Mirbeau ⁴⁸.

Durante os comícios, o *Comitê de Agitação* fez divulgar o seu *Manifesto-Programa* apresentando os seus objetivos e seu método de ação, qual seja, de pressão direta da massa popular por meio da imprensa, comícios, conferências e boletins sobre "os culpados dessa inominável exploração dos filhos do proletariado, assim como sobre todos aqueles que, tendo a possibilidade de a evitar, a consentem por criminosa cumplicidade ou vergonhoso desleixo"⁴⁹. O documento criticou o discurso dos que defendiam o emprego da criança sob a justificativa de possibilitar a ela uma educação profissional

⁴⁸ A obra *Le Jardin des Supplices*, do escritor francês Octavio Mirbeau, morto em março de 1917, foi lembrada pelos anarquistas para comparar as atrocidades descritas pelo autor contra os encarcerados das prisões chinsas com o suplício imposto às crianças no espaço fabril.

⁴⁹ "Ai compagni dall'interno", *Guerra Sociale*, 10 de março de 1917, pag. 1.

e proporcionar uma retribuição que ajuda a promover o bem-estar da família. Para os libertários, a inserção precoce da criança no mercado de trabalho acarretava um processo de degeneração física e moral e somente os patrões tinham aumento de ganhos provocados pela diminuição do salário pago ao menor, pois, com o aperfeiçoamento do maquinário, as crianças podiam produzir tanto quanto os adultos.

Com o objetivo de alimentar as discussões em torno do menor e tornar a campanha documentada e mais persuasiva, os anarquistas distribuíram um formulário-indagação sobre as condições de trabalho das crianças⁵⁰. Depois de preenchidos, deveriam ser encaminhados para o *Comitê de Agitação* para posterior divulgação das informações coletadas. Também enviaram questionários a médicos, juristas, escritores e jornalistas para obter opiniões sobre as consequências morais e sociais da precoce inserção no mercado de trabalho. No fornecimento dos dados, os anarquistas recomendaram brevidade, clareza, verdade absoluta com abundância de fatos e de poucas palavras porque, segundo eles, "a verdade é tão trágica que não há necessidade de forçar a tinta"⁵¹. Denúncias anônimas não eram aceitas. Assumir a responsabilidade da denúncia era exemplo de dignidade e de audácia. Para os libertários, acima de tudo dever-se-ia ter e demonstrar a coragem da própria ação. Em pequenos atos, eles procuravam estimular a prática dos princípios anarquistas.

Os manifestos, boletins e convites para a população participar das atividades do *Comitê* foram divulgados pela imprensa paulistana, que se tornou o principal veículo de difusão da campanha. Na avaliação dos anarquistas, "desta vez

⁵⁰ O formulário-indagação continha as seguintes especificações: nome, idade, sexo, residência, estabelecimento, gênero de trabalho, horário, salário, condições higiênicas do estabelecimento tratamento dispensado aos menores como assistência médica, escola, acidentes de trabalho e multas.

⁵¹ "Ai compagni dall'interno", *Guerra Sociale*, 10 de março de 1917, pag.1.

a nossa feliz campanha conquistou a simpatia até dos adversários. E os que tantas vezes nos caluniaram de criminosos, loucos, desordeiros e inimigos da família e da sociedade reconhecem a virtualidade e a superioridade da nossa obra de regeneração e de justiça social"⁵². Estimulados pelo apoio manifestado pela imprensa e encorajados pela adesão ao movimento de diversas agremiações operárias - com destaque para o Centro Feminino "Jovens Idealistas" que divulgou um manifesto de apoio assinado por 31 mulheres - , entidades populares e da Maçonaria, os membros do *Comitê* decidiram prosseguir a campanha com o concurso direto da população, num terreno essencialmente popular para evitar que o movimento fosse "desvirtuado pelos interesses de qualquer partido ou por especulações políticas e legalitárias"⁵³.

Durante a Assembléia Geral do *Comitê*, realizada em 24 de Março de 1917 para analisar os primeiros resultados do movimento de agitação contra a exploração do menor, os anarquistas avaliaram que o êxito da campanha constituía um campo propício para a atuação de "pseudo defensores da classe laboriosa". A população foi alertada "afim de que malevolamente não se atribua intuítos ocultos à humanitária agitação contra a iníqua exploração de menores, tentando-se confundí-la com os manejos interesseiros de profissionais da politicagem, sempre prontos a aproveitar as causas simpáticas para granjear prestígio"⁵⁴. O brado de alerta foi dirigido contra os socialistas, que haviam participado do comício realizado pelo *Comitê* no Largo da Concórdia (Brás), em 16 de Março, quando foi aprovada a orientação da campanha de não recorrer a procedimentos legais. Depois de terem firmado a

⁵² Florentino de Carvalho, "Agitação contra a infame exploração dos menores, em *Guerra Sociale*, 24 de março de 1917, pag.1.

⁵³ Florentino de Carvalho, "Continua com êxito a campanha contra a revoltante exploração de menores", *Guerra Sociale*, 31 de março, pag.1.

⁵⁴ *Guerra Sociale*, suplemento ao no45, 10 de abril de 1917, pag.3.

sua adesão ao movimento em nota publicada no jornal socialista *Avanti*, os socialistas se retiraram do movimento para apoiar o projeto de lei regulamentando o serviço operário, apresentado pelo vereador José Piedade à Câmara Municipal de São Paulo⁵⁵.

A atitude dos socialistas foi repudiada com veemência pelos anarquistas. Além de enveredar pelo caminho legal, o projeto de lei que apoiavam havia sido elaborado, segundo os libertários por um "inimigo da infância". O coronel José Piedade fôra um dos advogados de defesa do padre Faustino Consoni, do Orfanato Colombo, responsabilizado pelos anarquistas pelo desaparecimento da menor Idalina, em 1911. O "Caso Idalina" levou os militantes a realizarem protestos públicos e muitos deles acabaram presos pela Polícia, que os responsabilizou pelos distúrbios ocorridos na época. O recuo dos "falsos primos" (expressão usada pelos anarquistas ao se referirem aos socialistas) não arrefeceu o entusiasmo dos libertários com a campanha, mas deixou claro a dificuldade de união das duas tendências em torno de um projeto comum. A campanha evidenciou uma disputa entre "primos" pela conquista dos trabalhadores para seus ideais doutrinários. Encontros e desencontros, aproximações e distanciamentos marcaram as relações entre anarquistas e socialistas, no ano de 1917.

Com a saída dos socialistas, as agremiações aderentes ao *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*, deliberaram intensificar os trabalhos de agitação durante o mês de abril. Comícios foram realizados nos bairros do Pari (4/4), Móoca (9/4) e Bexiga

⁵⁵ O vereador José Piedade apresentou na sessão de 31 de Março de 1917, da Câmara Municipal de São Paulo, o projeto de lei no. 27/1917 regulamentando o trabalho dos menores nas fábricas de São Paulo. Entre outras medidas, o projeto estabelecia: o limite da idade, da capacidade física para admissão ao trabalho, tempo máximo de trabalho, etc... Cf. *Anais da Câmara Municipal*, 1917, pags. 258-267.

(19/4) e prosseguiram os trabalhos de distribuição do manifesto-programa, em que o *Comitê* reclamava que os menores de 14 anos não continuassem a ser empregados em estabelecimentos industriais, comerciais ou agrícolas. Por outro lado, o documento incentivou os trabalhadores a se reunirem em sociedades de resistência a fim de conseguirem melhorar suas condições de trabalho, a saber: a) conquistar a jornada de 8 horas, a abolição do trabalho noturno e extraordinário, o que permitiria aumentar o emprego e melhorar a situação dos atirados aos azares do desemprego; b) obter remuneração equivalente para o trabalho das mulheres e dos homens para evitar a concorrência feminina; c) conseguir melhoria salarial e abolição das multas e dos descontos; d) exigir melhoria nas condições de higiene e segurança no ambiente de trabalho e o recebimento de remuneração quando acidentados no trabalho.

O *Comitê* também procurou estender a campanha para além das fronteiras paulistanas. Diversas associações operárias do interior de São Paulo e de outros estados foram solicitadas a colaborar na sua divulgação. Simpatizantes do movimento auxiliaram não só na difusão, mas também deram apoio financeiro. As despesas da campanha foram cobertas com fundos angariados pelas listas de subscrição que circularam entre os trabalhadores, pelas coletas realizadas nas reuniões promovidas por agremiações operárias e doações voluntárias ⁵⁶.

Com a aproximação do Primeiro de Maio, os anarquistas interromperam a campanha em defesa do menor para dar lugar aos preparativos para a comemoração do Dia do Trabalho. Um comitê organizador das manifestações foi formado por representantes de várias organizações operárias e

⁵⁶ As receitas e despesas do *Comitê de Agitação* foram divulgadas no jornal anarquista *Guerra Sociale*. Veja um dos balancetes em anexo.

por militantes anarquistas e socialistas, que resolveram deixar as rusgas de lado e atuar juntos numa manifestação conjunta no Dia do Trabalho⁵⁷. Através de manifestos e circulares distribuídas nos vários cantos da cidade, em fins de abril, os trabalhadores foram convidados a abandonar máquinas e ferramentas no Primeiro de Maio e a protestar em praça pública contra as injustiças sociais.

Na cidade de São Paulo, o Primeiro de Maio de 1917 foi marcado por manifestações contra a guerra em curso na Europa. Os organizadores procuraram firmar o dia da confraternização universal dos trabalhadores como data de protesto e não como dia festivo. Para isso, resgataram a origem da comemoração na campanha de 1886 dos trabalhadores americanos pela jornada de 8 horas. Durante o dia, os bairros populares da Lapa, Brás, Móoca, Pari, Bom Retiro e Cambuci foram palco dos "meetings" preparatórios para o grande comício da noite. Por volta das 20 horas, os trabalhadores se reuniram na Praça da Sé. Duas bandeiras vermelhas da *Aliança Anarquista* tremulavam ao redor da tribuna improvisada. A tônica dos discursos foi a guerra em curso na Europa. Os oradores ressaltaram a morte de milhares de trabalhadores nos campos de batalha e a deterioração das condições de vida durante os três anos do conflito.

"Abaixo a Guerra" e "Guerra à Guerra" foram as palavras de ordem gritadas pelos manifestantes. Declarar guerra à guerra "que é dos povos porque são os povos que a fazem, mas que não é em nenhuma parte empreendida no interesse do povo nem para o povo"⁵⁸ significava afirmar a

⁵⁷ O comitê organizador das comemorações do Primeiro de Maio foi formado pelas seguintes entidades: Centro Libertário de São Paulo, Aliança Anarquista, Escola Moderna, Centro Socialista Internacional, Círculo Socialista da Lapa e da Água Branca, Centro Feminino "Jovens Idealistas", Grupo "O Semeador" e pelos jornais *Guerra Sociale*, *Avanti* e *Volksfreund*.

⁵⁸ Manifesto da "Aliança Anarquista ao Povo", em *Guerra Sociale*, 1º de Maio de 1917, pág.6.

crença na fraternidade universal cuja realização, segundo os anarquistas, "só será possível quando todos os governos forem abolidos, a propriedade comum for patrimônio de todos os homens e no mundo houver uma só e única religião: a do trabalho"⁵⁹. Segundo eles, a paz só viria depois da guerra de redenção social "porque nossa abstenção à guerra dos outros não deve e nem pode fazer esquecer a nossa própria guerra, a única necessária e honesta, a única urgente e inadiável, pois que tende à realização de uma ordem de coisas em que os homens não precisarão bater-se e matar-se entre si, ou seja, na defesa de uma pátria que ninguém atacará ou na conquista desse pedaço de pão, que será fácil e abundante"⁶⁰.

Durante as manifestações do Primeiro de Maio, os trabalhadores foram alertados sobre a possibilidade da entrada do Brasil no conflito europeu. O país estava sendo arrastado para a guerra, em razão do torpedeamento, no mês de abril, do navio Paraná pelos alemães⁶¹ e os militantes sabiam que o ônus recairia sobre a classe trabalhadora. O antimilitarismo, um dos componentes do ideário anarquista, foi o tema central também dos discursos dos socialistas. No Manifesto "1o. de Maio de 1917", estes conclamaram os trabalhadores a amaldiçoar a guerra porque "o Brasil para ser grande necessita de Paz e Trabalho e não de guerra e ruínas"⁶².

Nos discursos proferidos durante o Primeiro de Maio, os militantes anarquistas deram prosseguimento à campanha do "despertar da apatia". No diagnóstico sobre a situação brasileira, especial atenção foi dada às injustiças sofridas

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ O incidente com o navio "Paraná" provocou o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, em abril de 1917, e deflagrou em vários cantos do país manifestações patrióticas de repúdio a atitude dos alemães, que culminaram em depredações de estabelecimentos alemães e em violências policiais.

⁶² Manifesto "1o. de Maio de 1917", assinado por Ambrogio Chiodi, em nome dos socialistas de São Paulo.

pelos pequenos operários. O aumento do desemprego e a ameaça da falta do pão na mesa do trabalhador completaram o quadro de crise social apresentado sobre a situação brasileira. Os libertários vaticinaram uma conflagração interna, a guerra dos "ventre vazios". Exortaram os trabalhadores a não acreditarem na providência divina; na previdência do governo; na eficácia da ação parlamentar; ou na justiça da lei, por serem elas as armas da própria burguesia para manter o regime de exploração.

Uma grande passeata pelas ruas centrais da cidade encerrou as manifestações do Primeiro de Maio, em São Paulo. Nos registros do jornal *Guerra Sociale*, "eram quase 22 horas quando os manifestantes se puseram em movimento em direção à Rua 15 de Novembro, em grande coluna, a cuja frente iam as duas bandeiras vermelhas. E assim, cantando hinos revolucionários, dando morras à sociedade burguesa, estigmatizando a guerra, o sorteio obrigatório, etc., erguendo vivas aos nossos ideais e levantando os punhos cerrados para os burgueses que, medrosamente, deixavam ver as suas caras nas janelas, seguiu a manifestação pelas ruas 15, Boa Vista, São Bento, Direita e Largo da Sé, onde dois companheiros falaram dando por terminada a demonstração concitando os trabalhadores a lutar pela sua causa"⁶³.

⁶³ "Guerra à Guerra! A entusiástica manifestação de 1o. de Maio", em *Guerra Sociale*, 12 de maio de 1917, pag.6.

CAPÍTULO III

À LUTA, TRABALHADORES!

A presença de um número expressivo de operários nas manifestações públicas de protesto promovidas pelos anarquistas contra a crise do pão, contra a exploração do menor e durante as comemorações do Primeiro de Maio, sinalizou para os libertários o despertar da apatia em que se encontrava o operariado paulistano. Os militantes colhiam os frutos do intenso trabalho de agitação desenvolvido nos primeiros quatro meses do ano de 1917. O passo seguinte, era organizar os trabalhadores em ligas de resistência nos próprios bairros onde trabalhavam e/ou residiam, com o objetivo de estreitar os laços de solidariedade, indispensável para a eficácia da ação coletiva.

Na avaliação dos anarquistas, a indecisão política quanto a participação do Brasil no conflito europeu requeria dos trabalhadores uma ação urgente e efetiva em defesa dos seus interesses. Com a entrada dos norte-americanos na guerra, no mês de abril de 1917, e o conseqüente alargamento da conflagração européia, os libertários renunciaram que os brasileiros não tardariam a "engolfar-se no conflito". Tudo dependia da pressão dos credores aliados, já que o afundamento do navio "Paraná" pelos alemães não era motivo suficiente para determinar o estado de guerra. Diante da possibilidade da entrada do país no conflito, os anarquistas intensificaram o trabalho de propaganda antipatriótica, anti-militarista e anti-intervencionista. Em seus escritos anti-

bélicos, Gigi Dimanai afirmou que "o povo do Brasil entrará na guerra, como os demais povos, não para engrandecer ou defender a pátria, mas para atender aos interesses do capitalismo, vampiro internacional"¹. Ao mesmo tempo em que condenaram o conflito, os militantes fizeram um chamamento à população em geral, e aos trabalhadores em particular, para engrossarem as fileiras dos anarquistas na guerra libertária pela redenção civil da humanidade.

A possibilidade da entrada do Brasil na guerra colocava para os anarquistas um possível "amordaçamento do proletariado", a qualquer momento. Eles observaram que a perseguição da polícia carioca aos grevistas da Fábrica de Tecidos Corcovado e aos membros da Federação Operária do Rio de Janeiro era um "aviso de quanto a reação burguesa e autoritária está se preparando"². Afirmaram que a situação do país estava a exigir dos trabalhadores "uma ação coletiva rápida e decisiva para se obter hoje o que amanhã poderá ser considerado delito reclamar"³. Segundo os militantes, a eficácia da ação coletiva dependia da capacidade de organização dos trabalhadores.

Com o objetivo de agrupar os elementos dispersos que haviam demonstrado simpatia à causa libertária, comparecendo aos comícios públicos, participando das manifestações e contribuindo com listas de subscrição, os anarquistas incentivaram os trabalhadores a constituírem ligas de resistência nos bairros onde residiam e/ou trabalhavam, sem distinção de ofício, raça, sexo, ou idade. A idéia lançada em 1916, quando da reconstituição do *Centro Libertário de São Paulo*, ganhou vigor durante a campanha de

¹ Gigi Damiani, "Commedie e tragedie del patriottismo", em *Guerra Sociale*, 10 de abril de 1917, pag.1.

² "Lavoratori in piedi: l'ora è vostra!", *Guerra Sociale*, 19 de maio de 1917, pag.1.

³ Idem.

agitação promovida pelo *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*.

A fundação das ligas operárias de bairro trouxe à tona antigas discussões entre anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas sobre o papel das organizações operárias. Se por um lado, o exclusivismo sindical caía por terra, na medida em que trabalhadores dos diversos ofícios poderiam pertencer às ligas, desde que "não tenham operários ou aprendizes por conta própria e não sejam gerentes, mestres, contramestres e encarregados com exceção destes dois últimos, quando a assembléia geral determinar"⁴, os anarco-comunistas se viam às voltas com o reformismo impregnado nas bases do acordo para a constituição e funcionamento das ligas.

Acusados por alguns companheiros de terem se convertido ao "operaísmo", o grupo editor do jornal anarco-comunista *Guerra Sociale* procurou marcar sua posição quanto ao problema da organização operária. Inspirados no artigo de Kropotkin - escrito em fevereiro de 1917 no espocar da revolução que derrubou o czarismo na Rússia - que apregoava a constituição de uma Internacional Operária "que não limite a sua atividade a questões puramente profissionais de salário e de horas de trabalho, mas que coloque claramente a questão da reconstrução social"⁵, os editores afirmaram "não serem e nunca terem sido inimigos da organização dos trabalhadores em si, mas da forma e dos objetivos mesquinhos com que elas se revestem, limitadas ao círculo vicioso do reformismo...como se a possibilidade de reconstrução social fosse utopia longínqua"⁶.

⁴ "As Bases do Acordo da União Geral dos Trabalhadores (Constituição)", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.1.

⁵ "Per l'organizzazione operaia", em *Guerra Sociale*, 10 de abril de 1917, pag.2.

⁶ *idem*.

Os anarco-comunistas advertiram a militância sindicalista para ela ser "sincera com os trabalhadores e dizer-lhes que as oito horas de trabalho, o aumento de salário ou a pensão para a velhice são melhorias - mas de incerta vitalidade e consistência - e não são e nem podem ser a sua redenção, a liberdade do trabalho, a justiça social"⁷. Dessa forma, o grupo-editor do *Guerra Sociale*, encarregado de divulgar as bases do acordo⁸ para a organização e funcionamento das ligas, condicionou seu apoio à propaganda pela associação, desde que ela tivesse a reconstrução social como objetivo maior.

Os entendimentos entre anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas resultaram na formulação de um acordo para constituição e funcionamento das ligas operárias, que mesclava os anseios das duas correntes. O documento contemplou os interesses sindicalistas de conquistas imediatas como estratégia mobilizadora do operariado, mas tinha como questão de fundo a derrubada do regime de exploração burguesa. As *Bases do Acordo da União Geral dos Trabalhadores* foram publicadas na edição de 26 de maio de 1917 do jornal *Guerra Sociale* e distribuídas nos bairros para conhecimento e aprovação dos seus moradores.

⁷ "Per l'organizzazione operaia", em *Guerra Sociale*, 10 de abril de 1917, pag.2.

⁸ É importante ressaltar que no ano de 1917, até o mes de junho, existia um único jornal anarquista editado em São Paulo: o *Guerra Sociale*, de orientação anarco-comunista. Os anarquistas sindicalistas, portanto, dependiam da aprovação do grupo-editor para publicar suas mensagens no jornal. Com a fundação do semanário *A Plebe*, editado em português a partir de 9 de junho de 1917 por Edgard Leuenroth, os sindicalistas passaram a ter o seu próprio veículo de divulgação das suas idéias.

AS LIGAS OPERÁRIAS DE BAIRRO

O documento "As Bases do Acordo" para a constituição das ligas operárias de bairro apresentou, em sua parte introdutória, uma série de considerandos sobre as mazelas do regime capitalista de produção. Este foi responsabilizado "pelo antagonismo de interesses entre as duas classes sociais em que se divide a humanidade: a dos Capitalistas que tem ao seus serviço o Estado com todos os seus meios compressivos - magistratura, exército, polícia etc. - e a dos Produtores, que são os criadores de todas as riquezas, pois que o Capital se forma por uma percepção efetuada em detrimento do Trabalho"⁹. O estímulo à organização partiu do princípio de que a luta entre as classes é permanente e dela o proletariado não poderá sair vencedor "se não unir forte e conscientemente os seus esforços"¹⁰.

O princípio fundante das ligas operárias foi o axioma da *Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T)*: "A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores". Por fim último, elas deveriam criar as bases para a constituição de uma grande associação operária de resistência: a *União Geral dos Trabalhadores (U.G.T)*. Quanto aos "*Princípios Fundamentais*", o documento estabelecia que a liga deveria trabalhar para que "o operariado se dedique com constância e energia a: a) à propaganda e a ação contra o serviço militar obrigatório; b) a combater a lei de expulsão de estrangeiros; c) a zelar pelo direito de associação, de

⁹ "Bases do Acordo (Princípios Fundamentais)", em *Guerra Sociale*, 26 de abril de 1917, pag.1.

¹⁰ *Idem*.

reunião e de livre propaganda de idéias; d) a promover a defesa dos trabalhadores e propagandistas em caso de prisão, perseguição e injustiças de que sejam vítimas; e) a se esforçar pela sua cultura, criando bibliotecas, promovendo conferências, palestras e excursões; f) apoiar as escolas baseadas no método racionalista e científico e ainda mover uma campanha ativa contra o alcoolismo, vício arraigado no seio da classe trabalhadora e que tem sido obstáculo para a sua organização"¹¹.

Sem abandonar a luta pela queda do regime burguês, "causa da tirania e da exploração a que se acha sujeita a classe trabalhadora", a liga operária tinha como "*Fins Imediatos*" melhorar as condições de vida e de trabalho do operariado. A luta por melhorias objetivava manter acesa a chama da coesão, através da participação conjunta dos seus membros em movimentos de combate aos açambarcadores e falsificadores de alimentos, de protesto contra os impostos e tarifas alfandegárias e de luta pelo barateamento dos aluguéis e por condições mínimas de higiene das habitações. Os membros da liga operária foram também estimulados a exigir dos patrões e dos chefes em geral, urbanidade e respeito para com os trabalhadores assim como condições mínimas de segurança, de higiene e de conforto para evitar acidentes e as moléstias do ambiente de trabalho. Deveriam, ainda, reivindicar aumento de salário, a jornada de 8 horas, o pagamento semanal, a abolição do trabalho de menores de 14 anos, a igualdade dos salários das mulheres aos dos homens, a indenização em caso de acidente de trabalho, o fim do trabalho por obra, por hora ou por peça e a supressão do trabalho noturno (exceto em estabelecimentos em que este fosse de absoluta necessidade pública). Apesar das melhorias

¹¹ Idem, *ibidem*.

imediatas constituírem o elemento catalisador do interesse do operariado em se agrupar, as ligas operárias foram orientadas a mostrar aos seus filiados que o triunfo da causa operária não estava em alcançar o programa mínimo, mas em conseguir, através do esforço conjunto, a derrubada do regime social vigente.

Quanto aos trabalhos de propaganda e de educação dos trabalhadores para a luta contra o capitalismo, o documento assinalava no item "Orientação", o uso dos "meios próprios da ação direta, tais como a greve parcial e geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, a manifestação pública etc, variáveis segundo as circunstâncias do lugar e do momento" ¹². No seio da liga operária, não era permitido nenhuma forma de beneficiência, mutualismo ou cooperativismo, "cujos encargos pesam sempre sobre os poucos recursos dos trabalhadores, desviando-os do seu único objetivo, que é trabalhar pela sua emancipação"¹³.

As funções administrativas estavam a cargo de uma *Comissão Administrativa*, composta por 7 membros eleitos pela *Assembléia Geral*, único órgão deliberativo. As receitas eram provenientes da contribuição mensal dos filiados (1\$000) e eram destinadas "às despesas que lhe são próprias, ao trabalho da organização das classes e da propaganda em prol da emancipação dos trabalhadores"¹⁴. As questões de interesse particular de cada uma das classes reunidas no seio da liga deveriam ser tratadas por *Comissões Técnicas e de Propaganda*, compostas por cinco membros¹⁵. Em caso de suspensão das

¹² "Bases do Acordo (Orientação)", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.1.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ "Bases do Acordo (Fundos Sociais)", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.1.

¹⁵ "Bases do Acordo (Administração)", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917.

atividades, os bens da liga seriam confiados à *União Geral dos Trabalhadores* e à *Confederação Operária Brasileira*.

Durante o mês de maio, várias reuniões foram realizadas nos cinemas dos bairros operários para discutir o documento *As Bases do Acordo*. A receptividade ao chamado anarquista para a organização das ligas foi grande nos bairros onde os libertários já tinham feito um trabalho de agitação junto aos seus moradores, durante a campanha em defesa do menor ¹⁶. A primeira liga operária foi constituída na Móoca, bairro onde funcionavam importantes indústrias têxteis. Instalada no mês de maio na Rua da Móoca 202-A, a liga iniciou suas atividades com cerca de 400 filiados. Em menos de um mês, esse número subia para 600. Em sua sede, militantes anarquistas desenvolveram um intenso trabalho de propaganda libertária promovendo reuniões e palestras em que abordaram a questão social e a necessidade de fortalecimento da organização operária para a vitória da luta pela emancipação proletária.

Ainda no mês de maio, os moradores do Belenzinho se reuniram no cinema Belém e aprovaram as *Bases do Acordo* para a constituição da Liga Operária do Belenzinho, na Rua Joaquim Carlos nº20. À frente dessa associação estava Maria Angelina Soares, uma das militantes mais combativas do *Centro Feminino "Jovens Idealistas"*. Como secretária da liga, ela se destacou não só no processo de arregimentação dos trabalhadores para a constituição das associações de resistência, mas também no

¹⁶ A idéia de constituição das ligas de resistência, ventilada pelos anarquistas no ano de 1916, amadureceu durante as atividades desenvolvidas pelo *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*. As ligas operárias surgiram como desdobramento da campanha em defesa do menor, que sacudiu as energias adormecidas dos trabalhadores. Segundo Edmondo Colli, secretário do *Comitê de Agitação*, a constituição das ligas operárias daria maior vigor à campanha em defesa do menor. Cf. "Balancete de entrada e saída das despesas do *Comitê de Agitação*", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.4.

despertar da solidariedade operária quando espocou a greve dos tecelões no mês de maio.

Durante o período de junho a agosto de 1917, foram organizadas as ligas operárias nos bairros da Lapa e Água Branca, Brás, Cambuci, Bom Retiro, Vila Mariana e Ipiranga. Para os anarquistas, a proliferação dessas associações que, logo ao se formarem assumiram um caráter combativo, revelou o acerto na iniciativa de reunir os trabalhadores em sociedade de resistência de caráter geral e nos próprios bairros onde eles trabalhavam e/ou residiam. As ligas operárias tiveram papel decisivo na orientação dos trabalhadores durante os movimentos grevistas que eclodiram a partir de maio, na mobilização dos trabalhadores para a greve geral e também funcionaram como sub-comitês do *Comitê de Defesa Proletária*, durante a Greve Geral de Julho de 1917.

A GREVE DOS TECELÕES

O agravamento da crise social e as dificuldades, cada vez maiores, em equilibrar os poucos ganhos com o aumento crescente dos preços, foram transformados pelos anarquistas em propaganda eficaz para motivar os operários a não esperar a boa vontade dos patrões ou o empenho do governo em melhorar a qualidade de vida da população. A constituição das ligas operárias estreitou os laços de solidariedade entre os trabalhadores, e estes foram estimulados pelos libertários a usarem a sua própria autoridade para exigir dos patrões aumento de salário e melhoria nas condições de trabalho.

O movimento de reivindicação por aumento de salário e melhores condições de trabalho teve início na Móoca, bairro onde se constituiu a primeira liga operária. No dia 4 de maio de 1917, os 110 tecelões da seção de lanifício do Cotonifício Crespi¹⁷, reunidos em assembléia, decidiram pedir à direção da fábrica um aumento entre 10 e 15% nas tabelas em vigor e a abolição do desconto de 2% mensais em favor do Comitato Italiano Pro-Pátria, um tributo de guerra imposto pelos industriais italianos aos seus trabalhadores, independente da nacionalidade. Também denunciaram o emprego de 200 crianças que, além de serem prejudicadas em sua instrução e em sua saúde, indiretamente ocupavam o lugar dos operários adultos.

Frente a recusa da direção da fábrica em atender as suas reivindicações, os tecelões decidiram interromper o trabalho. Cruzaram os braços e paralisaram os teares, no sábado, 5 de maio. Dois dias depois, os 54 operários da seção de lã do Lanifício Ítalo-Paulista¹⁸, situado na rua João Boemer, no Largo do Belenzinho, também decidiram entrar em greve por não ter sido atendido o pedido de fornecimento de rolos engomados e de aumento de 20% sobre os vencimentos, ou seja, 210 réis por mil passagens de trama até 8 lisos, 220 réis acima de oito lisos e aumento de 10 réis por duas lançadeiras a mais.

¹⁷ O Cotonifício Crespi empregava cerca de 2000 trabalhadores e, no ano de 1917, ocupava uma área de 50000 m² no bairro da Móoca, o dobro da área ocupada em 1913. Em relação ao ano de 1916, o seu lucro líquido havia aumentado 50%. Era a fábrica de tecidos que dispunha do maior volume de capital entre os estabelecimentos congêneres. O crescimento da riqueza do industrial Crespi, no entanto, resultou para os seus empregados na diminuição dos seus salários e na deterioração das condições de trabalho. Por uma jornada de 10 horas e meia de trabalho, os tecelões da seção de lanifício recebiam um salário entre 100 e 110 mil mensais, que chegou a atingir 200 mil réis antes da guerra. O trabalho era remunerado por peça e a má qualidade do fio, que passou a ser fornecido pela gerência da fábrica, exigia maior atenção e mais esforço dos operários, acarretando uma produção menor e, conseqüentemente, um menor salário.

¹⁸ O Lanifício "Ítalo-Paulista", de propriedade de Antonio de Camillis, foi fundado em 1914 e possuía 350 operários em 1917, que produziam diariamente 1000 metros de pano. Cf. Antonio Piccarolo e Lino Finocchi *O Desenvolvimento Industrial de São Paulo através da 1ª. Exposição Industrial*. São Paulo, Pocaí Company, 1918, pag.165.

Os tecelões dos dois lanifícios decidiram unir suas forças e levar uma luta conjunta para a conquista das suas reivindicações. A Liga Operária da Móoca passou a ser o locus privilegiado das discussões sobre os rumos do movimento. Em assembléia realizada no dia 10 de maio, os tecelões deliberaram não aceitar a proposta patronal de antecipação do pagamento para o dia 11 de maio, normalmente pago a cada dia 19 no Lanifício Crespi e no dia 24 no Lanifício Ítalo-Paulista. Decidiram só receber o salário quando do retorno ao trabalho, após o atendimento das suas reclamações.

A mobilização dos tecelões ganhou a simpatia de uma parcela significativa da imprensa paulistana. Os jornais que vinham insistindo junto aos governantes e industrias sobre a necessidade de se colocar um freio à degradação das condições de vida e de trabalho, manifestaram seu apoio à causa dos trabalhadores têxteis. Abriram espaço em suas páginas para divulgar as reivindicações dos lanificadores e alardearam a generalização do movimento tendente à greve geral. A ausência nas fábricas foi vista pelo jornal *A Gazeta* como uma "digna resposta, um digno castigo a injustas escusas e negativas formais"¹⁹. O jornal *Fanfulla* considerou justa a reivindicação por aumento porque o salário estava defasado em relação ao custo de vida e os industriais, em especial os têxteis, estavam em boa situação financeira. A guerra, segundo o jornal da colônia italiana, havia sido uma "mão benéfica" para as indústrias, que tiveram sua produção aumentada para atender o crescimento da demanda. O *Fanfulla* conclamou os industriais a não abusarem da força da riqueza e a se colocarem no terreno da conciliação.

¹⁹"A Greve dos Tecelões". *A Gazeta*, 19 de maio de 1917, pag. 2.

Indícios de um possível acordo apareceram nas propostas patronais, divulgadas no dia 11 de maio. O diretor técnico do Lanifício-Ítalo Paulista, Emilio Piumatti, acenou com uma nova tabela contemplando o aumento pleiteado, desde que aceito pelos trabalhadores um novo regulamento que, entre outras coisas, estipulava uma multa de 200 réis para os retardatários, descontava 10 réis do tecelão por cada golpe falhado e 100 réis por cada dois metros de fio em cadeia, além de prever multas para os defeitos graves, cobradas na razão do prejuízo arbitrado pela fábrica²⁰. Em nome do Cotonifício Crespi, o gerente Albertoni alegou ser a tabela de salários igual ou superior a das demais fábricas, a qual permitia ganhos entre 140 a 170 mil réis mensais. Essa era a justificativa para não conceder o aumento reivindicado. Entretanto, acenou com a possibilidade de fixar uma remuneração mínima, bem como retirar a adesão à contribuição pró-pátria que, segundo ele, foi proposta, jamais imposta.

Vinte e cinco dos tecelões em greve do Lanifício Ítalo-Paulista resolveram acatar a proposta patronal e retornaram ao trabalho no dia 15 de maio, quando foi pago o salário já com base na nova tabela. Os outros vinte e nove recusaram a se submeter ao novo regime de multas e foram dispensados. Mas, os trabalhadores do Cotonifício Crespi

²⁰ O regulamento do Lanifício Ítalo-Paulista, divulgado juntamente com a tabela de aumento proposta pela direção da fábrica, é um bom exemplo das normas draconianas a que estavam sujeitos os operários fabris. O teor do documento é o seguinte: "a entrada na fábrica será marcada com um único silvo prolongado, dez minutos antes do início do trabalho e com 3 silvos continuados para marcar o início do serviço. A entrada fica estabelecida para as 6 horas e meia e para as 12 horas, depois do almoço; a esta hora será fechada a porta e os retardatários pagarão 200 réis de multa. As faltas dos operários devem ser justificadas. Verificando-se a infração desta disposição, por 3 vezes consecutivas, o operário será dispensado. No trabalho de tecelagem, o operário deve fazer pouca "filande", na base máxima de 3% sobre a matéria prima que lhe for entregue. O tecelão que não observar esta disposição, que constitui um dos maiores prejuízos causados à fábrica, será dispensado. É absolutamente proibido demorar-se nas latrinas e nos lugares estranhos às próprias oficinas. Os golpes inteiros falhados e os fios falsos que forem verificados na tecitura serão indenizados pelo tecelão à razão de 10 réis por cada golpe falhado e de 100 réis por cada 2ms de fio em cadeia. Os defeitos graves serão multados na razão do prejuízo que deles resultar. Ficam absolutamente abolidos os adiantamentos aos operários". Cf. "Lanifício Ítalo-Paulista", em *A Gazeta*, 12 de maio de 1917, pag.2.

mantiveram-se unidos na decisão de retomar as atividades somente quando atendidas as suas reivindicações. Durante a assembléia realizada em 18 de maio, na Liga Operária da Móoca, foram distribuídas listas de subscrição para arrecadar fundos para a greve. Algumas associações do interior de São Paulo, da capital da República e de outros estados manifestaram apoio aos grevistas. Os socialistas do jornal *Avanti* e do *Centro Socialista Internacional* - representado na ocasião por Fosco Pardini - estiveram presentes e propuseram que o movimento se estendesse às demais categorias de trabalhadores têxteis. Um comitê de tecelões ficou encarregado de redigir um manifesto explicando as razões da greve.

No *Manifesto* assinado pelo *Comitê de Tecelões da União Geral dos Trabalhadores (U.G.T.)*, que circulou pelas ruas de São Paulo a partir do dia 19 de maio, foram retratadas as condições de trabalho nas fábricas têxteis. O documento comparou o regime de trabalho ao que vigorava no tempo da escravidão, "...em que os trabalhadores eram tratados com uma brutalidade de que estavam livres os próprios irracionais"²¹. Os signatários do *Manifesto* afirmaram que "em indênticas condições se encontram atualmente na famosa capital do mais adiantado estado desta tão decantada democracia, os milhares de homens, mulheres e crianças, que labutam do romper ao pôr do sol nesses ergástulos industriais, que são as fábricas de tecido"²². O ambiente de trabalho era insalubre, impregnado de poeira dos fios de tecidos, e os tecelões ainda eram submetidos a regulamentos considerados "draconianos, verdadeiras portarias presidiárias que constituem um atentado aos tão apregoados direitos do

²¹ "Manifesto do Comitê dos Tecelões da União Geral dos Trabalhadores", em *A Gazeta*, 19 de maio de 1917, pag.2.

²² *Idem*.

homem, que se proclama terem sido firmados há uma boa série de anos. Constituem essas novas leis medievais a prova inconfundível do regime escravocrata dominante nas indústrias de tecidos²³. A atuação dos mestres, contramestres e gerentes também foi objeto de severas críticas. Eles foram acusados de aplicar multas de forma discricionária, além de praticarem toda a sorte de desrespeitos, brutalidades e violências, em especial contra as mulheres que, segundo o manifesto, "são obrigadas a ouvir os seus palavrões ou a repelir as suas tentativas de corrupção". O *Comitê dos Tecelões* denunciou também os constantes espancamentos a que estavam sujeitas as crianças e finalizou o documento conclamando todos os trabalhadores a se juntarem à sua luta porque era a dignidade do trabalho que estava em jogo e, portanto, a luta deveria ser de todos.

Aproveitando-se da mobilização dos tecelões, os socialistas, em nome de uma luta conjunta, procuraram se reaproximar dos anarquistas. O *Centro Socialista Internacional* convidou a Liga Operária da Móoca e o grupo-editor do jornal *Guerra Sociale* para participarem de uma reunião no dia 22 de maio, a fim de discutir o problema operário. O convite foi recusado. A Liga Operária da Móoca justificou que o operariado já vinha agitando a bandeira de sua própria reivindicação e trabalhando ativamente na constituição das ligas de resistência com vistas a estreitar os laços de solidariedade para conquistar melhorias imediatas na vida econômica e finalmente transformar a sociedade em senso igualitário e de emancipação humana. Alegou também que os meios de luta, baseados na ação legal e eleitoral estavam em conflito com o princípio anarquista da ação direta. Já os editores do *Guerra Sociale* alegaram que "em princípio, não se

²³ "Manifesto do *Comitê dos Tecelões da União Geral dos Trabalhadores*", em *A Gazeta*, 19 de maio de 1917, pag.2.

recusam a participar conjuntamente com os subversivos de outras escolas em todos os movimentos de caráter geral cuja fisionomia seja popular e revolucionária"²⁴. Afirmaram que o "*Guerra Sociale* estará com os socialistas em todas as iniciativas que não exigem renúncia teórica"²⁵. No entanto, recusaram participar da reunião por considerarem o convite uma estratégia "exibicionista" dos socialistas perante o operariado para demonstrar uma "ostentação de mérito e de força" que, segundo os anarco-comunistas, eles não tinham.

Se no momento da campanha de agitação contra a exploração do trabalho do menor foram os anarquistas a criticarem a ausência dos socialistas, desta vez foram estes a lamentar o que consideraram "sectarismo danoso" dos libertários. Em resposta às explicações da recusa ao convite, o *Centro Socialista Internacional* afirmou que "a reunião não tem escopo político ou eleitoral como pode parecer...mas objetiva examinar a situação sempre mais grave da classe operária...e busca recorrer a uma ação simultânea dos organismos operários, ação que poderá, em caso extremo, culminar com a greve geral"²⁶.

Enquanto os socialistas buscavam uma via de aproximação com os anarquistas, a agitação dos tecelões seguia seu curso. Depois de uma quinzena parados, os grevistas do Cotonifício Crespi voltaram ao trabalho em 21 de maio, após conquistarem uma nova tabela de vencimentos, a abolição do desconto pró-pátria e o pagamento mínimo diário de 5\$250 réis. No interior do estado, os operários da Fábrica de Tecidos São João, em Atibaia, conquistaram 25% de aumento de salário depois de uma semana (4 a 11 de maio) de

²⁴ "Una dichiarazione", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.2.

²⁵ *Idem*.

²⁶ "Carta do Conselho Diretivo do *Centro Socialista Internacional*" (assinada por Giuseppe Sgai, Primo Maietto, Emilio Pastore, D. Endrigo e Palmiro Grassini), em *Fanfulla*, 22 de maio de 1917, pag.5.

paralisação. Em Sorocaba, 2800 trabalhadores da Fábrica de Tecidos Votorantin, de propriedade do Banco União, em apenas dois dias de greve (9/10 de maio) conseguiram ter suas reivindicações aceitas pela diretoria do estabelecimento: o pagamento dos salários atrasados dos meses de janeiro, fevereiro e março e a readmissão dos oito operários dispensados.

Os movimentos grevistas eclodiram com mais força e determinação a partir do mês de junho, renunciando a greve geral. Várias fábricas de tecidos que funcionavam na Móoca tiveram suas atividades paralisadas. As reivindicações e a deliberação da entrada e saída da greve eram discutidas na Liga Operária da Móoca, que a cada dia ganhava novas adesões e acabou se transformando numa das mais combativas organizações operárias de orientação anarquista, durante o primeiro semestre de 1917.

Na Companhia Indústria Têxteis, localizada na Móoca, sessenta tecelões do setor de lanifício interromperam o trabalho diante da recusa do proprietário, Alfredo Montenegro, de aumentar a tabela de vencimentos. A comissão de grevistas eleita para intermediar as negociações comunicou à direção do estabelecimento que a proposta de acordo não deveria ser afixada na fábrica ou divulgada através da imprensa, mas encaminhada diretamente para a comissão, que se instalou na Liga Operária da Móoca. Durante as negociações, a direção se comprometeu a conceder o aumento solicitado mediante a dispensa de todos os que paralisaram os seus teares. A proposta patronal foi recusada e levou os trabalhadores a permanecerem em greve durante o período de 10 a 20 de junho. Só retomaram as atividades após conquistarem aumento nos vencimentos, salário diário mínimo de 5\$000 por 10 horas de trabalho e a não demissão dos grevistas. Na

Fábrica de Tecidos Labor, também localizada na Móoca, após dois dias de paralisação (29/6 a 1/7) 600 operários conquistaram, por sua vez, um aumento de 15% nos vencimentos e a abolição do desconto pró-pátria. Já na Fábrica Pinotti Gamba, no Cambuci, os trabalhadores conseguiram aumentar seus salários sem recorrer à greve.

As melhorias nas condições de trabalho, conquistadas por uma gama maior de tecelões durante o mês de junho, deram maior confiança ao operariado e sinalizaram seu poder de pressão frente aos industriais. Os anarquistas aproveitaram para sair a campo e estimular os trabalhadores a deflagrarem a greve geral. O trabalho de propaganda ganhou reforço a partir do dia 9 de junho com a publicação de um novo jornal libertário em língua portuguesa: *A Plebe* ⁽²⁷⁾.

O SURGIMENTO D'A PLEBE

O semanário *A Plebe*, editada por Edgard Leuenroth, militante anarquista sindicalista e jornalista respeitado pela imprensa paulistana, surgiu no calor dos acontecimentos grevistas. O novo jornal apareceu em substituição à *A Lanterna*²⁸ "que, atendendo às excepcionais exigências do momento gravíssimo, com nova feição ressurgiu para desenvolver a luta emancipadora em uma esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país, como o de toda a guerra, à odiosa sociedade

²⁷ De vida efêmera no ano de sua fundação (9/6 a 30/10 de 1917), *A Plebe* ressurgiu em 1919 e, apesar da inconstância na sua publicação, persistiu bravamente ao furor da repressão policial até 1951.

²⁸ O jornal anti-clerical *A Lanterna*, editado por Benjamim Motta e Edgard Leuronth, surgiu em 1901 e com várias interrupções sobreviveu até 1916.

vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências"²⁹.

A *Plebe* se propôs a ser um "eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazônia aos pampas sulinos... vive em condições de escravos modernos para manter a opulência dos ladrões legais..."³⁰. No seu primeiro número, publicou a poesia *Rebelião* por "corresponder admiravelmente ao programa da *A Plebe*". Nela, o poeta Ricardo Gonçalves cantou a rebeldia da plebe "sedenta, faminta e rota"...que "sombria, ameaçadora,...mistura aos uivos do vento a grande voz vingadoura"³¹.

A poesia foi uma presença constante nas páginas do jornal e tinha um caráter doutrinário. Buscava sensibilizar os leitores para a grandeza do ideal anárquico de uma vida sem privações, sem sofrimentos e sem grilhões. No mês de junho, foram também publicadas as poesias: *O Operário* de Benedicto Cardoso retratando a vida aflitiva do operário que labuta para ganhar pão que necessita e é roubado pela sociedade parasita; *O Sol da Nova Idéia* de Teixeira Bastos anunciando o despontar da branca luz no horizonte, a idéia anarquista que veio para derrotar os filhos da treva, e de autoria de Gomes Leal *Abril! Eu chamo-me a anarquia!*. turbilhão colérico que traz consigo "os rotos esquadra plebe, esguedelhada, roto e assassina" para varrer as imundícies da terra - os reis e as religiões - e implantar o reino da justiça³².

²⁹ "Ao que vimos", em *A Plebe*, 9 de junho de 1917, pag.1.

³⁰ "Rumo à Revolução Social", em *A Plebe*, 9 de junho de 1917, pag.1.

³¹ "Rebelião", poesia de Ricardo Gonçalves em *A Plebe*, 9 de junho de 1917, pag.2.

³² As poesias "O Operário", "O Sol da Nova Idéia" e "Abril! Eu chamo-me a anarquia" foram publicadas, respectivamente, nas edições de 23/6/1917, pags.4 e 2, e 30/6/1917, pag.2.

A *Plebe* veio reavivar no meio operário o ideal anárquico do bem viver da humanidade. A Anarquia aparecia como a sociedade ideal, onde os homens se autogovernariam e viveriam em harmonia, em paz social. Sem patrão, sem Estado, sem lei, sem direito de propriedade, nela os indivíduos seriam livres e suas ações norteadas pelos princípios da igualdade e da solidariedade. Assim como *A Lanterna*, o jornal *A Plebe* utilizou a imagem da árvore como alegoria para mostrar o funcionamento da sociedade burguesa. No tronco, a *Autoridade* de onde deriva as três principais ramificações: as iniquidades moral, econômica e política. Nos ramos secundários, as mazelas provocadas por cada uma delas. A exploração, a miséria, a mendicidade, a desocupação aparecem, entre outras, como frutos da *iniquidade econômica*. No ramo da *iniquidade moral* destaca-se a religião, o ensino viciado, a família escravizada, os preconceitos, a hipocrisia, a ignorância e a opinião pública corrompida. Como frutos da *iniquidade política*, a opressão, a corrupção, a polícia, a legislação, a magistratura, a mentira, a injustiça, o ódio, a guerra e o militarismo. O anarquismo aparecia inscrito no machado do lenhador, que com suas derradeiras machadadas deveria abater a árvore das iniquidades pela sua raiz.

Segundo *A Plebe*, a retomada das atividades dos anarquistas foi impulsionada pela conflagração européia. A guerra, considerada um acontecimento histórico de excepcional importância por ter colocado em jogo os destinos da sociedade burguesa, exigiu dos militantes o "máximo de dedicação em prol da causa da completa libertação da humanidade"³³. O jornal assinalou os benéficos resultados do trabalho de "metodização do movimento libertário", fruto da ação conjunta das correntes anarquistas que, sem abrir mão das suas

³³ Edgard Leuenroth, "Rumo à Revolução Social", em *A Plebe*, ano I, no.1, 9 de junho de 1917, pag.1.

convicções, procuraram exercitar a tolerância ideológica e desenvolver uma obra mais de solidariedade do que de oposição. O resultado foi o despertar da apatia do proletariado, "cuja passividade nos últimos tempos chegava quase a desencorajar os militantes mais otimistas e traquejados"³⁴. As manifestações de descontentamento através de queixas, reclamações, e da eclosão de movimentos grevistas foram vistas como sintoma da disposição dos operários em agir em defesa dos próprios direitos "miseravelmente conspurcados".

A aproximação entre anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas permitiu a publicação de artigos, manifestos e convocatórias de reuniões dos sindicalistas nas páginas do jornal *Guerra Sociale* durante os primeiros cinco meses do ano de 1917. Com o surgimento de *A Plebe* a partir de junho, os militantes que defendiam o sindicalismo de ação direta passaram a ter o seu próprio veículo de divulgação das suas idéias.

Na data de 9 de junho de 1917, marco da fundação de *A Plebe*, o Cotonifício Crespi voltava, novamente, a ser palco de agitações operárias. Cerca de 400 operários da seção de tecelagem, decididos a não aceitar o prolongamento da jornada de trabalho proposto pela direção da fábrica sem a concessão de um aumento de 10 a 20% sobre o horário de trabalho normal e 25% sobre o horário suplementar, paralisaram suas atividades. A greve deflagrada na fábrica de propriedade do comendador Rodolfo Crespi introduziu a polícia no cenário do conflito entre o capital e o trabalho.

³⁴ "A camorra burguesa. Não tardará a vindita da plebe", em *A Plebe*, 23 de junho de 1917, pag.1.

EM CENA, A POLÍCIA

O papel da polícia nos movimentos grevistas foi discutido na Conferência Judiciária-Policial, realizada de maio a agosto de 1917, no Rio de Janeiro. Organizada pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Aurelino de Araújo Leal, o encontro entre representantes do Poder Judiciário e autoridades policiais teve como objetivo aproximar a justiça da polícia. Das trinta e uma teses sobre temas sociais diversos, originalmente programadas, vinte e sete foram discutidas e votadas³⁵. Entre elas, a de número IX que tratou de greves e definiu que "a intervenção da polícia deve ter lugar, não para influir na sua terminação, em acordos ou transações entre operários e patrões, falcendo-lhe inteiramente competência a respeito, mas em função preventiva para velar pela manutenção da ordem ou para impedir violências contra as pessoas e contra a propriedade"³⁶.

Se a nível do discurso a polícia não tinha competência para intervir no conflito entre o capital e o trabalho, na prática ela assumiu o papel de "guardiã dos interesses dos industriais". A entrada da polícia no cenário das agitações operárias em São Paulo se deu através da atuação do Delegado Everardo Toledo Bandeira de Mello. Transferido de Campinas para São Paulo no mês de maio, comandar a 5a. Delegacia Auxiliar, localizada no Brás, Bandeira de Mello assumiu o papel de tutor dos interesses do industrial Crespi e despertou animosidade entre os operários. Até então, o operariado vinha conquistando melhorias nas condições de trabalho, através de negociações diretas com os

³⁵ As teses discutidas e aprovadas no Congresso foram publicadas nos *Anais da Conferência Judiciária-Policial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, 2 vols.

³⁶ *Anais da Conferência Judiciária-Policial*, vo. 2, pág. 326.

patrões e de movimentos de reivindicação de caráter pacífico. A polícia, por sua vez, vinha restringindo suas atividades ao guarnecimento das fábricas, quando solicitada pelos proprietários.

A interposição do 5o. Delegado Auxiliar entre patrões e empregados deu novo rumo à greve dos tecelões. Sob as ordens de Bandeira de Mello, um grupo de soldados munidos de um elenco de nomes de tecelões grevistas foram à procura dos "cabeças do movimento" e intimaram nove operários da fábrica Crespi a comparecerem à Delegacia do Brás, no dia 13 junho. A intimidação revelou um novo inimigo a ser enfrentado pelos trabalhadores em greve: a polícia. Mas, também contribuiu para estreitar os laços de solidariedade entre os operários. Decididos a se manterem unidos para conquistar suas reivindicações, os grevistas se reuniram na Liga Operária da Móoca e deliberaram enviar cinco mulheres para acompanhar os nove tecelões à delegacia, revelando a importância do papel feminino no movimento.

O primeiro enfrentamento entre grevistas e força policial se deu com conflitos verbais, no espaço privado da Delegacia do Brás. Bandeira de Mello declarou à comissão feminina estar convencido de que à testa do movimento estavam os anarquistas por ele considerados "elementos perigosos ... que querem espalhar a desordem e o terror na cidade ... e se utilizam da greve para implantar a desordem e a desventura"³⁷. Inquiridas sobre os "cabeças do movimento", as mulheres responderam que "a greve havia sido proclamada por todos, porque todos, por dolorosa experiência haviam se dado conta da enorme dificuldade de suprir suas próprias despesas e da sua própria família com o mísero salário que recebiam. E essa

³⁷ "L'illecito intervento della polizia del Braz contro gli scioperanti - abusi, intimidazioni e minaccie", em *Fanfulla*, 14 de junho de 1917, pag.4.

dolorosa condição financeira se via agravada pelo fato que se exigia, com o trabalho noturno, um maior esforço em detrimento da própria saúde"³⁸.

Como forma de intimidar as mulheres grevistas, Bandeira de Mello exortou as operárias a retornarem ao trabalho, sob pena de serem vistas como "cúmplices dos anarquistas". Segundo o delegado, os libertários eram "malfeitores, desordeiros e incendiários" e ultimamente haviam feito um derrame de notas falsas para financiar a sua "propaganda criminosa". Também apresentou um estopim de bomba como o tipo de arma usada pelos anarquistas para conseguirem atingir seus objetivos e ainda acusou a Liga Operária da Móoca de ser o reduto desses subversivos. As ameaças do delegado, no entanto, não surtiram o efeito desejado. A comissão de mulheres reafirmou sua disposição de continuar em greve até quando suas reivindicações fossem atendidas.

As "armas dos anarquistas" também foram mostradas aos nove operários. Usando os mesmos argumentos "incriminadores", Bandeira de Mello procurou intimidar os tecelões a desistirem do movimento e fez saber aos grevistas que todos seus passos eram observados e registrados por agentes policiais. Em resposta ouviu um câro de vozes afinadas afirmar: nada temos a esconder. O movimento era pacífico, pautado por razões econômicas, em momento algum haviam infringido a lei e estavam dispostos a manter a decisão de não voltarem ao trabalho até que suas exigências fossem aceitas. A postura firme dos grevistas frente às ameaças policiais sinalizou para os anarquistas o despertar da consciência operária para a necessidade de união e de estreitamento dos laços de solidariedade a fim de conquistar

³⁸ Idem.

seus objetivos. Foi saudada como fruto da associação dos trabalhadores nas ligas operárias de bairro.

Na avaliação dos libertários, as investidas de Bandeira de Mello, em particular a acusação de derrame de notas falsas de dez mil réis, fazia parte de uma campanha difamatória arquitetada pelo delegado que "não tinha coragem de prender os anarquistas de frente e precisava encontrar argumentos para justificar perante a opinião pública que a perseguição não tinha caráter político"³⁹. Os militantes distribuíram o manifesto *Ao povo, à imprensa e à polícia com* o objetivo de "restabelecer a verdade dos fatos, denunciar a trama policial, reivindicar a pureza do ideal anárquico e repelir insinuações que atribuem aos anarquistas objetivos e meios que não são e nem podem ser seus"⁴⁰. Segundo os libertários, a polícia tinha alvos bem definidos: fechar a Liga Operária da Móoca - considerada um centro de anarquistas que exploravam os trabalhadores incitando-os à greve e à desordem e onde se conspirava atos de violência -, prender seus membros e entregá-los à direção do Cotonifício Crespi⁴¹.

Em artigo contundente publicado no jornal *Guerra Sociale* com o título "Noi e la polizia", Gigi Daminani saiu em defesa de Raphaele Esteve, secretário do *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração do Menor*, sobre quem recaiu a acusação de falsificador de moedas. Denunciou a fabricação de uma trama conspiratória contra os anarquistas e rebateu as acusações policiais incriminando o próprio Delegado Bandeira de Mello por manter em seu poder objetos criminais, não permitido por lei⁴². A *Plebe*, por sua vez, denunciou a pressão da polícia sobre os operários em greve "praticando

³⁹ "Manifesto *Ao povo, à imprensa e à polícia*, em *Guerra Sociale*, 23 de junho de 1917, pag.1.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ "Attorno ad un sciopero", em *Guerra Sociale*, 30 de junho de 1917, pag.1.

⁴² "Noi e la polizia", em *Guerra Sociale*, 23 de junho de 1917, pag.2.

contra eles as suas violências costumeiras e iniciando contra os militantes do nosso movimento uma obra odiosa de difamação com o intuito evidente de os desmoralizar e exercer contra eles uma feroz perseguição.... Numa ação odiosa de sapa, a polícia está atribuindo aos anarquistas a autoria de fatos que são conseqüentes das podridões da purulenta sociedade atual"⁴³. O jornal alertou o povo para "repelir toda e qualquer apreciação menos digna feita aos libertários"⁴⁴.

A acusação policial de "incitadores da agitação", que recaía sobre os anarquistas foi rebatida com veemência pelo *Fanfulla*. Segundo o jornal da colônia italiana, "não fosse um efetivo e insuportável deságio econômico, discursos e folhetos propagandísticos não fariam sentido. A greve se torna palavra vazia quando o salário está em relação com o custo de vida"⁴⁵. A greve era vista como um livre exercício de cidadania e a intervenção da polícia no conflito foi considerada ilegal e inoportuna. O jornal da colônia italiana afirmou que "assim como os trabalhadores têm o direito de fazer greve, os industriais têm o direito de não ceder... e enquanto não houver tumulto, desordem ou ofensa à liberdade pública, a polícia, a autoridade, os juizes não têm o direito de intervir e qualquer intervenção seria um abuso e uma violação da mais sacra liberdade individual"⁴⁶. Na opinião do *Fanfulla*, as atitudes do delegado Bandeira de Mello revelaram abuso de autoridade e uso do cargo para pressão "ilícita, indébita, injusta e vexatória sobre os operários".

As insinuações, as intimidações e as ameaças policiais, no entanto, não abalaram a convicção dos grevistas

⁴³ "Alerta! O movimento operário e a Polícia", em *A Plebe*, ano I, no.2., 16 de junho de 1917, pag.3.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Fanfulla*, 27 de junho de 1917, pag.4.

⁴⁶ "La polizia e gli scioperi", em *Fanfulla*, 14 de junho de 1917, pag.4.

de permanecerem de braços cruzados. Eles decidiram constituir um comitê de greve para acompanhar o movimento e elegeram a Liga Operária da Móoca como interlocutora junto à direção do Cotonifício Crespi. As decisões eram tomadas nas assembleias realizadas na sede da Liga, que passou a ser o espaço privilegiado da propaganda e da ação anarquista. A orientação dos libertários para os trabalhadores em greve era não ceder às pressões e evitar provocações.

O clima entre os grevistas e a direção do Cotonifício Crespi foi se tornando cada vez mais tenso. Os tecelões mantinham-se firmes na decisão de permanecerem em greve até o atendimento de suas reivindicações. Foram infrutíferas as tentativas de desmobilização adotadas pela diretoria da fábrica que, após dez dias de greve convidou oito operários da seção de urdidura a retomarem o trabalho. Ao mesmo tempo, alguns tecelões dos teares baixos eram visitados em suas casas por contramestres com a mesma proposta persuasiva. A essas sondagens divisionistas, os grevistas responderam: não voltar ao trabalho, senão todos juntos e de acordo com as exigências deliberadas na Liga Operária da Móoca. Também não deu resultado as intimidações da direção do estabelecimento exercidas sobre os operários filiados à essa Liga, sobretudo mulheres, que a diretoria supunha membros do comitê de greve⁴⁷.

No dia 19 de junho, a repressão ao movimento saiu do embate verbal e se deslocou para o campo da ação efetiva. Quatro grevistas foram presos nas imediações da Cotonifício Crespi. O recrudesimento do conflito foi evitado com a pronta intervenção do Delegado Geral, Thyrso Martins, que ordenou a soltura de Ricardo Benassi, Antonio Pugliesi, Teodoro Piva e Carlo Aspesi, reivindicada por cerca de 500

⁴⁷ "Le insidie padronale", em *Guerra Sociale*, 9 de junho de 1917, pag.2.

operários que se dirigiram à Repartição da Polícia Central. A libertação dos grevistas, que se encontravam presos na Delegacia do Brás, foi festejada pelos trabalhadores em greve, que manifestaram apreço pela atitude do Delegado Geral.

O clima se fez ainda mais tenso a partir do dia 22 de junho. Em represália à decisão dos tecelões de dar continuidade à greve, a direção do Cotonifício Crespi fechou a fábrica e mandou guarnecer o estabelecimento com forças policiais, o que gerou protestos dos empregados. Até aquela data, estavam paralisados o cotonifício e as 8 seções que dependiam dele. Funcionavam o lanifício e as seções dependentes. Com o "lock-out" decretado pelos proprietários, a fábrica paralisou todas as suas atividades.

A partir do fechamento do Cotonifício Crespi, as ameaças, as provocações e as tentativas de desmobilização se amiudaram. O acordo para pôr fim ao movimento tornava-se ainda mais distante. A greve dos tecelões passou a ocupar maior espaço na imprensa. Os jornais demonstraram inquietação quanto aos rumos da agitação operária. Pediam calma aos grevistas e bom senso às autoridades. Alertaram os industriais de que a intransigência era absurda e a necessidade, má conselheira.

No meio operário, as discussões se voltaram para as formas de manifestar apoio aos tecelões em greve. Listas de subscrição para arrecadar fundos para os grevistas passaram a circular com maior intensidade entre os operários. A arma de luta dos trabalhadores em greve para enfrentar a intransigência dos patrões e as arbitrariedades da Polícia foi a solidariedade. A Liga Operária do Belenzinho, constituída em meados de junho, tomou a iniciativa de promover um comício proletário de solidariedade aos

grevistas, no Largo São José (Belenzinho), no domingo, 24 de junho de 1917. No boletim distribuído à população paulistana a comissão organizadora afirmou que "é imprescindível que a solidariedade para com esses camaradas hoje em luta contra os desumanos exploradores seja prestada aos trabalhadores, pelo povo em geral, cumprindo a divisa: **um por todos e todos por um**. A vitória destes operários representa uma vitória do povo escravo e produtor"⁴⁸.

Durante o comício promovido pela Liga Operária do Belenzinho, os oradores exortaram os presentes a se engajarem na luta porque era a dignidade de toda a classe trabalhadora que estava em jogo. Os anarquistas insistiram na urgência da deflagração de um movimento de todas as categorias de trabalhadores. A greve geral foi proclamada como indispensável e inadiável. Os libertários reforçaram os argumentos sobre a necessidade de que a greve geral fosse acompanhada de uma forte agitação popular porque o movimento não deveria se limitar a uma insurreição contra os industriais, mas também exigir o cessar da exploração dos monopolizadores dos cereais e da farinha de trigo. Reafirmaram a idéia de que "a burguesia e o Estado fazem concessões somente quando não podem deixar de fazê-las e dispõem a conceder um pouco quando se vêm ameaçados de perder muito: quando a hegemonia econômica e política se encontram em perigo"⁴⁹.

Manifestações de apoio e de solidariedade impulsionaram o movimento grevista. A Maçonaria divulgou uma nota com "votos pela vitória das classes que lutam por um fim nobre e justo"⁵⁰. Os socialistas do jornal *Avanti* lançaram um manifesto com apelos a toda a população para solidarizar-

⁴⁸ Boletim da Liga Operária do Belenzinho intitulado "Ao Povo em Geral", em *A Plebe*, 23 de junho de 1917, pag.3. Grifos no original.

⁴⁹ "Ritornando sulla proposta de uno sciopero generale", em *Guerra Sociale*, 26 de maio de 1917, pag.2.

⁵⁰ "Moção de Apoio do Grande Oriente Autônomo do Estado de São Paulo" *A Gazeta*, 2 de Julho de 1917.

se com os operários em greve. Os tecelões da Companhia das Indústrias Têxteis protestaram contra a conduta da fábrica Crespi e afirmaram sua disposição de entrar em greve como demonstração de solidariedade. Recém saídos de um movimento vitorioso por melhorias salariais, a greve dos trabalhadores do lanifício da Cia. Indústrias Têxteis, localizado na Móoca, foi usada pelos anarquistas como exemplo de que "quando os trabalhadores sabem proceder com energia, os exploradores têm forçosamente de ceder"⁵¹.

A decisão de alguns proprietários de fábrica de tecidos de conceder aumento salarial quando pressionados pelos seus empregados não teve repercussão sobre o industrial Rodolfo Crespi. Este manteve irremovível na sua atitude intransigente de não ceder. Por outro lado, contribuiu ainda mais para acirrar os ânimos dos seus empregados a ordem de reforçar o policiamento da fábrica com a presença de uma tropa de cavalaria. Os tecelões do Cotonifício Crespi, reuniram-se na Liga Operária da Móoca e decidiram divulgar um protesto contra "os abusos da gerência da fábrica que fez estacionar um contingente policial para manter a ordem pública que os operários não perturbaram e nem suscitaram nenhum incidente para justificar a medida"⁵². Também deliberaram não receber o pagamento do salário marcado para o dia 27 de junho (quarta-feira) porque se recusavam a entrar na fábrica que havia sido transformada em quartel mili-

Após mais de duas semanas de paralisação sem qualquer vislumbre de acordo, a Câmara de Comércio Italiana se dispôs a servir de árbitro no conflito, procurando uma via de aproximação entre a direção do Cotonifício Crespi e os grevistas. Estes, no entanto, se recusaram a interferência de

⁵¹ "Cessou o movimento da Companhia Textil", em *A Plebe*, 23 de junho de 1917, pag.3.

⁵² *Fanfulla*, 27 de junho de 1917, pag.4.

terceiros, alegando serem eles os que melhor conheciam as condições de trabalho e suas necessidades. As negociações só foram retomadas com o convite formulado pela diretoria da empresa para uma reunião com os grevistas. Em assembléia realizada na Liga Operária da Móoca em 26 de junho, os operários da fábrica Crespi elaboraram uma pauta de reivindicações que contemplou os interesses dos trabalhadores da diversas seções do Cotonifício: aumento de 20% nos salários, abolição das multas, abolição de diversas medidas repressivas e tratamento mais respeitoso e com mais urbanidade por parte dos mestres e supervisores, especialmente em relação às mulheres e às crianças. Também foi incluído na pauta a reivindicação dos tecelões não-grevistas de serem pagos pelos dias que não puderam trabalhar em função do lock-out praticado pelos patrões.

Em carta publicada no jornal *Fanfulla* em 28 de junho, a direção do Cotonifício Crespi tornou visível a sua disposição de não acolher as reivindicações dos grevistas. Em longa explanação, a diretoria do estabelecimento justificou o fechamento da fábrica afirmando que "numa oficina têxtil, uma seção é estreitamente ligada à outra e, não funcionando uma delas, em questão de dias não podemos trabalhar. Portanto, fomos obrigados a licenciar todos os operários"⁵³. Quanto às negociações, a diretoria afirmou serem duas as questões a resolver: uma de ordem econômica e a outra de disciplinar. Disposta a ceder no campo econômico, não transigia no campo disciplinar. O problema de disciplina revelou ser o pomo de discórdia nas negociações. Para a direção do estabelecimento, "o maior valor para o bom funcionamento da nossa fábrica é a questão disciplinar... porque em um organismo vasto e complicado como o nosso não é

⁵³ *Fanfulla*, 28 de junho de 1917, pag.4.

possível trabalhar e produzir se falta a disciplina"⁵⁴. A diretoria afirmou estar decidida a demitir cerca de 40 tecelões considerados elementos deletérios e responsabilizados por manifestações de indisciplina no interior da fábrica. Procurou justificar sua atitude afirmando que ela foi tomada "no próprio interesse dos outros operários".

Os grevistas protestaram contra as declarações da fábrica que, segundo eles, tinham por objetivo "alienar a simpatia da opinião pública ao movimento atual que tanta simpatia suscitou"⁵⁵. Irremovíveis na decisão de não permitir a dispensa dos companheiros, enviaram uma comissão para negociar com a direção do Cotonifício Crespi. Na reunião realizada no dia 29 de junho, foram informados de que as tabelas de salários ainda não estavam prontas e, posteriormente, seriam afixadas na porta da fábrica. O tratamento desprezivo dispensado à comissão e a indiferença demonstrada pela diretoria em resolver o conflito irritou os grevistas. O resultado do encontro foi discutido na assembléia realizada na Liga Operária da Móoca, em que se decidiu a realização de uma passeata de protesto contra o que consideraram descaso do industrial Crespi em encontrar uma solução para o conflito.

Na tarde de 29 de junho, cerca de duas mil pessoas percorreram, de forma ordeira e pacífica, as ruas do triângulo central da cidade. Ao passarem em frente as redações dos jornais, pediram o apoio da imprensa à greve dos tecelões. Um comício de protesto foi realizado na Praça da Sé. Em tribuna improvisada, militantes anarquistas, entre eles Edgard Leuenroth, incentivaram os grevistas a não

⁵⁴ *Fanfulla*, 28 de junho de 1917, pag.4.

⁵⁵ *Guerra Sociale*, 30 de junho de 1917, pag.1.

desistirem da luta e apelaram para os sentimentos de solidariedade dos demais trabalhadores, que deveriam contribuir com apoio financeiro e se recusarem à prática da crumiragem. Os participantes do comício foram alertados de que a direção do Cotonifício Crespi havia requisitado trabalhadores da firma Matarazzo e de fábricas de tecidos localizadas em São Roque para fazer funcionar a fábrica Crespi. Depois das manifestações de protestos, os grevistas retornaram à Liga Operária da Móoca, de onde se dispersaram.

A cada dia tornava-se mais distante a possibilidade de um acordo para pôr fim à greve. O movimento dos tecelões passou a ocupar um lugar diário nos jornais paulistanos que registravam a movimentação dos grevistas e os incentivavam a se manterem em atitude pacífica. Os jornalistas, alarmados com um possível alastramento da paralisação, pediram cautela à polícia. Como tentativa de encontrar uma solução, o jornal *Diário Popular*, na sua edição de 30 de junho, propôs a formação de uma comissão de arbitragem composta pelo Secretário da Segurança Pública e pelo cônsul da Itália. Os grevistas, no entanto, mantinham-se irredutíveis em não admitir a intervenção de terceiros. O conflito era entre industriais e operários e entre eles deveria ser resolvido.

A proposta de aumento salarial de 10% para o período diurno e de 15% para o noturno, divulgada pela diretoria do Cotonifício Crespi em 30 de junho de 1917, em nada mudou o curso da greve. Diante da falta de acordo, os anarquistas propuseram o boicote aos produtos Crespi como mais uma forma de luta contra a intransigência da direção da fábrica. Os militantes apostaram na possibilidade de que "do conflito econômico limitado a uma questão de salário surja o verdadeiro conflito de classes"⁵⁶. Ao terminar o mês de junho,

⁵⁶ *Guerra Sociale*, 30 de junho de 1917, pag.1.

os anarquistas deflagraram uma nova campanha junto ao operariado paulistano com o lema: "Toda solidariedade aos grevistas". Dessa forma, procuravam estimular as demais categorias a paralisarem suas atividades em sinal de solidariedade. A idéia de greve geral, lançada pela militância libertária no mês de maio, ganhou mais força entre os trabalhadores.

Incidentes entre a força policial estacionada na Fábrica Crespi e os grevistas foram se tornando mais freqüentes. Ao iniciar o mês de Julho, um clima de inquietação e de apreensão tomou conta da cidade de São Paulo. Os empregados da Fábrica Labor, de propriedade de Nami Jafet, localizada no Ipiranga, decidiram reivindicar aumento de 20% em nos ordenados dos trabalhadores do período diurno e 25% para os que trabalhavam à noite, além do pagamento do salário atrasado referente ao meses de maio e junho. Diante da recusa da direção do estabelecimento em atender a solicitação dos seus funcionários, cerca de 1600 trabalhadores das seções de tecelagem e de estamparia decidiram paralisar suas atividades no dia 30 de Junho e engrossar o movimento grevista iniciado pelos tecelões da fábrica Crespi.

No dia 10. de Julho, os operários da Fábrica Labor decidiram realizar um comício em frente ao estabelecimento para expor ao público as razões da greve. Temendo a possibilidade de ocorrência de incidentes com a força policial do bairro, uma comissão de operários encaminhou um ofício ao Delegado Geral solicitando a sua presença nas manifestações. No documento, os grevistas argumentaram que queriam evitar que "pessoas mal intencionadas possam perturbar a reunião, alegando depois ter sido o barulho

promovido por nós operários”⁵⁷. Os trabalhadores tinham receio de possíveis investidas do subdelegado do Ipiranga. A presença do Delegado Mascarenhas Neves, do distrito da Liberdade, enviado pelo Delegado Geral Interino, Virgílio do Nascimento, para acompanhar a realização do comício garantiu que a manifestação transcorresse sem incidentes. Por outro lado, acabou por revelar um descompasso entre as atitudes das autoridades policiais superiores e os seus subordinados. Estes, eram constantemente acusados pelos trabalhadores de praticarem arbitrariedades contra pacatos cidadãos, enquanto aqueles eram, com frequência, chamados a prevenir ou a reparar os deslizes dos seus subalternos.

A greve na Fábrica Labor teve curta duração: uma semana. A proposta patronal foi aceita pelos grevistas. Apesar dos argumentos da direção do estabelecimento que procurou justificar o atraso nos salários⁵⁸, o acordo previa o pagamento do mês vencido no segundo sábado do mês. Os grevistas também conseguiram o aumento pleiteado de 20 e 25%, a não punição aos empregados que participaram da greve e o término do trabalho aos sábados as quatro horas.

A vitória alcançada pelos tecelões do bairro Ipiranga foi comemorada num comício realizado na Móoca. Em cortejo, os empregados da Fábrica Labor se dirigiram para as imediações da Fábrica Crespi e incitaram os trabalhadores em greve a resistirem na sua luta. Mais do que a vitória econômica, a greve no bairro Ipiranga serviu para consolidar a Liga Operária do Ipiranga, que logo ao se formar iniciou a arrecadação de fundos para a manutenção do movimento dos

⁵⁷ “Ofício encaminhado ao Dr. Virgílio Nascimento”. *A Gazeta*, 2 de Julho de 1917, pag.4.

⁵⁸ O atraso no pagamento dos salários aos seus funcionários (cerca de 2000) foi assim justificado pela Fábrica Labor: “Está ao alcance de qualquer inteligência que não é possível acertar contas e fazer uma escrituração regular de milhares de cadernetas em alguns dias. Em todos os estabelecimentos bem administrados se procede dessa forma”. Cf. “A greve dos operários no Ipiranga”, em *A Nação*, 3 de Julho de 1917, pag.1.

tecelões Crespi e divulgou um boletim notificando o boicote aos produtos Crespi.

Uma nova assembléia, realizada na Liga Operária da Móoca, no dia 3 de Julho com operários tecelões de todas as fábricas de São Paulo, para discutir a melhor forma de prestar solidariedade aos grevistas Crespi acenou para a ampliação do movimento. A greve geral saía do campo das idéias para se tornar uma possibilidade real. Além dos tecelões, trabalhadores de outros setores começaram a entrar em greve diante da recusa dos patrões em atender suas solicitações. Os marceneiros deram início ao movimento da categoria em 2 de Julho em face da recusa dos proprietários da Fábrica Jacob Schneider e Companhia em conceder um aumento de 20% nos salários. No mesmo dia, mais duas fábricas menores aderiram à greve⁵⁹ e outras foram paralisando suas atividades no decorrer da primeira semana de Julho. Os marceneiros decidiram se unir numa entidade representativa dos interesses da categoria e fundaram a Liga Operária dos Marceneiros que, logo ao se formar, reivindicou 20% para a categoria e manifestou solidariedade aos grevistas Crespi. Uma comissão permanente se instalou na associação de classe para intermediar as negociações.

O movimento grevista foi se alastrando na primeira semana de Julho. No dia 7, os trabalhadores da Companhia Antartica de Bebidas, localizada na Móoca, declararam-se em greve pacífica⁶⁰ pela conquista da jornada de 9 horas e

⁵⁹ As fábricas de móveis que aderiram de imediato ao movimento foram as de propriedade de José Haider e Company e de Maurício Schienam.

⁶⁰ O jornal da colônia italiana declarou que os empregados da Cia. Antartica deflagraram uma greve pacífica e não tinham intenção de atirar a Polícia quando esta chegou para guarnecer o estabelecimento. Os vidros espalhados ao redor da fábrica, que impediam a aproximação de veículos, foram considerados pelo Delegado Bandeira de Mello como uma manobra dos grevistas para evitar a chegada da tropa policial. Segundo o *Fanfulla*, os cacos de vidro resultaram de uma manifestação de protesto dos empregados da Antartica, que quebraram as garrafas de cerveja doadas pela empresa como concessão ao pedido de melhorias salariais.

aumento de 100 réis por hora, além das reivindicações específicas a cada setor⁶¹. A presença de tropas de infantaria e de cavalaria contribuiu para exaltar o ânimo dos grevistas, que impunham como condição de volta ao trabalho, comum a todos os trabalhadores da Antartica, que nenhum funcionário fosse despedido por ter participado do movimento. A comissão de greve constituída de cerca de 40 empregados instalou-se na Liga Operária da Móoca. Apesar da proposta da fábrica de atender o pedido dos cocheiros e da seção de engarrafamento, os grevistas, reunidos na Liga Operária da Móoca decidiram não retornarem ao trabalho, senão todos juntos.

A mobilização de várias categorias de trabalhadores levou os anarquistas a proporem a realização de uma assembléia no dia 8 de Julho, na Liga Operária da Móoca para a formação de um Comitê de Greve. A reunião realizada no dia seguinte, no salão Germinal, com representantes das diferentes categorias de trabalhadores em greve, acabou por aprovar a constituição do *Comitê de Defesa Proletária*. Na segunda-feira, 9 de Julho de 1917, quando a greve do Cotonifício Crespi completava um mês, policiais e grevistas se enfrentaram nas ruas de São Paulo. O embate entre as duas forças resultou em ferimentos mortais no sapateiro José Iniguez Martinez. Tinha início a trágica semana de julho. As ressonâncias dos acontecimentos que marcaram com sangue a história da Greve Geral de Julho de 1917 se fizeram sentir por todo o país.

⁶¹ Foram as seguintes as reivindicações encaminhadas pela diferentes seções à direção da fábrica Antartica: a) *Cocheiros e Seção de engarrafamento* - aumento de 100 réis por hora, jornada de 9 horas e pagamento das horas extraordinárias; b) *Chauffeurs* - 10% de aumento e garantia de trabalho diário sem as habituais suspensões*; c) *Seção de gasosa* - aumento de 100 réis/hora e continuidade de trabalho; d) *Seção de fabricação e fermentação* - aumento de 100 réis/hora e para os mensalistas um aumento proporcional a de 100 réis/hora e também reivindicam uma hora de repouso para almoço (o trabalho na seção era de 11 horas seguidas); e) *Seção de licores e água* - 10% aumento; f) *Ajudantes* - aumento de 100 réis e a eliminação da suspensão.* A reivindicação de não suspensão do trabalho se deve à prática comum da fábrica de suspender por até 15 dias durante um mês os trabalhadores de algumas seções durante a época de frio, quando o consumo diminui.

CAPÍTULO IV

RESSONÂNCIAS

Depois de uma semana de intensa agitação operária e de confrontos entre forças policiais e grevistas, que mancharam com sangue a história da Greve Geral de Julho de 1917, os trabalhadores paulistanos decidiram aprovar em ato público a orientação do *Comitê de Defesa Proletária* de suspender o movimento. Aos poucos, as atividades foram sendo retomadas nos estabelecimentos em que os proprietários entraram em entendimento com os seus empregados¹.

Após a suspensão da greve geral, o C.D.P. se viu às voltas não só com os patrões que persistiam em não estender os benefícios conquistados aos seus funcionários, mas também com os que não cumpriam as promessas feitas ou usavam artimanhas diversas para anular os ganhos do movimento. Trabalhadores em ferro esmaltado, fabricantes de vassouras e sapateiros, entre outros, encontraram resistência dos patrões na concessão das melhorias. Os proprietários de tipografias, fábricas de móveis e empreiteiros de obras, por sua vez, deliberaram negociar a volta ao trabalho com seus empregados

¹ As indústrias têxteis foram as primeiras a entrar e a sair da greve, exceto algumas poucas em que os proprietários resistiram em assinar o acordo coletivo. Na lista das grandes firmas sem acordo figuravam, entre outras, o Lanifício Kowarick (1000 empregados) e a Estamparia Matarazzo (1500 empregados). Cf. "Ditte ove continua lo sciopero", *Fanfulla*, 18 de Julho de 1917, pág.2. Um número expressivo de fábricas e oficinas, justificando dificuldades financeiras ou a necessidade de atender reivindicações não contempladas no "Acordo do dia 14 de Julho", negociaram diretamente com seus empregados. Na edição de 22 de Julho, o *Fanfulla* listou 64 firmas que fizeram acordo especial com os seus operários e 52 signatárias do acordo coletivo. Cf. "Stabilimenti e firme che fecero accordi speciali con i loro operai", em *Fanfulla*, 22 de Julho de 1917, pág.4.

só depois de entrarem em acordo com os seus concorrentes. Por outro lado, em algumas indústrias o acordo coletivo foi utilizado como estratégia para justificar o não atendimento das reivindicações².

Durante a segunda quinzena de Julho, apareceram com frequência na imprensa paulistana denúncias contra industriais que, em vez de concederem aumento de salário como previsto no acordo, reduziram em até 50% o ordenado dos seus empregados³. Um outro estratagema usado pelos industriais foi conceder os 20% de aumento sobre tabelas antigas como ilustra o procedimento da Fábrica de Tecidos Gamba, cujo aumento concedido incidiu sobre a tabela em vigor no mês de março, o que resultou em um ordenado inferior ao que os tecelões recebiam antes de estalar a greve⁴. Entre as diferentes estratégias usadas para burlar o acordo incluía-se a do subdelegado de polícia, Álvaro Correa, gerente da Chapelaria Ítalo-Brasileiro, que se valeu da condição de autoridade policial para ameaçar despedir os chapeleiros que se recusavam a voltar a seus postos de trabalho. Por sua vez, o proprietário da Fábrica de Pentes Orion utilizou-se da ingenuidade dos empregados que, apenas sabendo escrever o

² Na Companhia Mecânica e Importadora, seção São Caetano, por exemplo, os operários em greve exigiram as mesmas condições de trabalho do pessoal da seção de São Paulo, isto é, jornada de 9 horas (trabalhavam 10:30) e aumento de 25% no salário. As melhorias foram recusadas por não constarem do acordo mediado pela *Comissão de Imprensa*. Já na Fábrica Guglielmo Giorgi, o acordo coletivo foi ignorado pelos proprietários que nada concederam aos seus empregados porque, segundo eles, nada lhes havia sido pedido.

³ Foi o que ocorreu na Fábrica de Botão Luva, onde os proprietários decidiram pagar 50 réis por grossa de botões e não mais 100 réis como anteriormente. Cf. "A Crise Operária", em *A Platéia*, 16 de Julho de 1917, pág.4. O mesmo procedimento foi verificado na Fábrica de Calçados Clark: os funcionários reclamaram a redução do pagamento do forro de 700 réis a dúzia para 500 réis, e de 100 para 50 réis passar a cola nos sapatos. Cf. *O Combate*, 20 de Julho de 1917, pág.3.

⁴ Além disso, os trabalhadores acusaram a firma de praticar desfalques frequentes no pagamento, feito sempre em pacotes de moeda durante o período noturno, o que impossibilitava a conferência. Essas acusações foram rebatidas pelo proprietário do estabelecimento, Pinotti Gamba, com o argumento de que já havia concedido aumentos de 5, 10 e 15% e não poderia conceder mais 20% sobre os salários em vigor antes da greve, sob pena de colocar sua firma em situação de desigualdade perante as demais. Sobre o pagamento noturno dos salários afirmou que a distribuição de salários se fazia das 16 às 18:30 e, portanto, "não se pode dizer, a não ser por má fé que o pagamento é feito à noite". Cf. "Carta assinada pelo industrial Pinotti Gamba, datada de 18 de Julho de 1917 e publicada no jornal *Fanfulla* em 20 de Julho de 1917, pág.4.

nome, se viram obrigados a assinar declarações de que estavam satisfeitos com os salários pagos e retornariam de imediato às suas atividades⁵. Em algumas fábricas, no entanto, a dispensa de trabalhadores se deu por motivo de greve⁶ e foi assumida pelo estabelecimento, apesar do compromisso firmado perante a *Comissão de Imprensa*.

Os problemas enfrentadas pelo C.D.P, logo após a suspensão do movimento, foram inúmeros. Entre eles, o das diversas categorias que não retornaram ao trabalho por falta de entendimento com os patrões⁷, com destaque para a dos sapateiros, que pediram a intervenção do C.D.P. para resolver o impasse em que se encontravam os trabalhadores em calçados. Os proprietários das fábricas de sapatos alegavam que o elevado preço da matéria prima não lhes permitia margem para aumentar os salários e ameaçaram fechar as suas portas. Um deles, ao ver o nome da sua firma na lista dos recalcitrantes e exposta à antipatia pública, divulgou uma nota afirmando não ter comparecido à reunião do dia 14 de Julho "nem pessoalmente, nem por procuração e que não conhecia lei que obrigue o industrial a sujeitar-se a imposição descabida"⁸. Em tom irado, manifestou seu desagrado à decisão dos industriais tomada na reunião conciliatória. Considerou "justo que os proprietários das fábricas e outros estabelecimentos favorecidos pela guerra e que pelos balanços

⁵ "O Movimento Operário", em *Diário Popular*, 17 de Julho de 1917, pág.1.

⁶ O encanador da Light, Antônio Bandeira, por exemplo, foi despedido por ter participado da greve como lhe foi declarado pelo apontador. Cf. "A Light está traindo o acordo", em *O Combate*, 18 de Julho de 1917, pág.3. Igual destino teve Gustavo Niess, ajustador mecânico da Firma Martins e Barros, por ter aderido à greve geral. Cf. *Fanfulla*, 19 de Julho de 1917, pág.2.

⁷ Uma semana após o término da greve geral, ainda era grande o número de estabelecimentos que continuavam paralisados. Durante um certo período de tempo, o jornal *Fanfulla* publicou diariamente a lista de estabelecimentos sem acordo. Em 22 de Julho, por exemplo, continuavam sem acordo 66 estabelecimentos. Cf. "Satibilimenti e ditte che ancora hanno delle questioni diverse da risolvere con i loro operai", em *Fanfulla*, 22 de Julho de 1917, pág.4.

⁸ Cf. Carta datada de 19 de Julho de 1917, assinada pelo diretor gerente da Cia. de Calçados Villaça (Ganymedes Villaça) publicada na Seção Tribuna Pública do jornal *A Platéia*, em 20 de Julho de 1917, pág.6.

publicados apresentaram lucros fabulosos, dividam parte desses lucros com os seus operários, que os ajudaram a ganhar aumentando seus salários na medida do razoável. Mas quererem estabelecer esse princípio como regra geral impondo sacrifícios aos que nada têm ganho, desde o começo da greve, não nos parece cabível, nem deve continuar a sua insistência que já está se tornando impertinente"⁹. Apesar do lamento do industrial Villaça, os representantes dos sapateiros, em reunião realizada em 18 de Julho, decidiram manter a decisão de reivindicar junto aos patrões o cumprimento do acordo estipulado pela *Comissão de Imprensa*. Também fizeram um apelo aos companheiros de profissão para retornarem ao trabalho senão todos juntos e somente após a garantia da conquista das suas reivindicações¹⁰.

Os representantes dos sapateiros e demais categorias ainda em greve foram convocadas pelo *Comitê de Defesa Proletária* para discutirem em conjunto medidas para solucionar os problemas que afligiam os trabalhadores que se encontravam ainda paralisados. O *C.D.P.* lembrou aos operários que voltaram ao trabalho o compromisso de contribuírem com as listas de subscrição em prol das vítimas do movimento grevista "sugerindo que, pelo menos nas fábricas onde fosse possível, o operários concorressem com o equivalente a uma hora de trabalho por mês em benefício do fundo "de defesa e socorro"¹¹. Ressaltou, no entanto, que "com isso não pretendia impor cotas obrigatórias ou um meio especial de contribuição: as ligas e os grupos de agitação têm toda a liberdade de estudar e praticar a forma de coleta que acharem mais conveniente"¹². Por outro lado, o *C.D.P.* também considerou as

⁹ Idem.

¹⁰ "L'agitazione del calzolaio", em *Fanfulla*, 19 de Julho de 1917, pág.3.

¹¹ *Boletim do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 1 de agosto de 1917.

¹² Idem.

propostas de alguns grupos dramáticos e musicais de oferecimento de espetáculos em favor das vítimas. Em virtude da impossibilidade de prestar auxílio a todos os que estavam passando necessidades em consequência do prolongamento da greve, o *C.D.P* também deliberou, "destinar as não fortes somas recolhidas, assim como aquelas que possam recolher, a determinados fins, tais como: a) subvencionar as famílias mais atingidas, cujo estado precário, excepcional, tenha sido constatado por uma comissão especial constituída de operários da mesma categoria ou da mesma fábrica; b) tratar das pendências processuais e c) conceder uma soma que represente um auxílio apreciável - sempre em proporção dos fundos existentes - às famílias dos mortos"¹³.

Apesar do compromisso público assumido pelos industriais e autoridades governamentais de tornar efetivas as conquistas da greve, o *Comitê de Defesa Proletária* denunciou o não cumprimento do acordo, através de boletins e manifestos publicados na imprensa paulistana. Os membros do *C.D.P.* reclamaram que os preços dos gêneros alimentícios não deixaram de subir e os falsificadores continuaram a agir sem serem importunados "se bem que as autoridades tenham declarado que para elas era um grato dever o cumprimento da lei pondo fim a esses abusos"¹⁴. Reivindicaram a soltura de todos os grevistas que ainda se encontravam presos e protestaram contra o desrespeito ao direito à associação, considerado pelos anarquistas como uma das maiores vitórias da greve. Também denunciaram a perseguição aos operários suspeitos de pertencerem às ligas operárias, que passaram a ser alvo das perseguições policiais.

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Boletim do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 1 de agosto de 1917.

A questão dos grevistas que permaneciam encarcerados foi um dos problemas candentes enfrentados pelo Comitê de Defesa Proletária. Apesar do Gabinete de Capturas e Investigações ter afirmado, através do comunicado divulgado em 21 de Julho, que "terminada a greve foram desde logo postos em liberdade pela polícia todos os que haviam sido colhidos nas desordens dos últimos dias, excetuando apenas os incursos em crimes comuns"¹⁵, o C.D.P. foi informado de que muitos grevistas ainda se encontravam presos entre os quais "diz-se haver vários feridos que não receberam socorro algum ou foram vítimas de novas brutalidades"¹⁶.

As famílias das pessoas "desaparecidas"¹⁷ - em sua grande maioria encontravam-se presas - foram estimuladas pelo Comitê de Defesa Proletária a divulgarem informações que auxiliassem a localizá-las. O C.D.P. também lançou um apelo aos advogados da capital que quisessem colaborar para a libertação dos grevistas prestando auxílio gratuito, para que entrassem em contato, através da imprensa, e solicitou aos portadores de listas de subscrição em favor dos presos que as entregassem aos jornais *Guerra Sociale*, *A Plebe* e *Avanti*.

Enquanto os membros do C.D.P. estavam envolvidos em resolver as pendências do movimento grevista paulistano, uma onda de greves sacudia o interior do estado e diversas cidades do país¹⁸. A exemplo do que ocorreu em São Paulo, em

¹⁵ Comunicado do Gabinete de Investigações e Capturas, publicado no *O Correio Paulistano*, 21 de Julho de 1917, pág.

¹⁶ Boletim do Comitê de Defesa Proletária, São Paulo, 19 de Julho de 1917.

¹⁷ Uma coluna com o título "Gli Scomparsi" passou a ser publicada no jornal *Fanfulla*, a partir do dia 17 de Julho de 1917 contendo informações sobre alguns trabalhadores presos por participação no movimento grevista ou por pertencerem às ligas operárias. Exemplos: Antônio Eugenio Lopes, 21 anos, operário da firma Souza Noschese, preso por ter participado da greve do estabelecimento; Cristovan Lavrador, 21 anos, também preso pelo mesmo motivo precedente, e ainda Martim Roura, membro da Liga Operária do Belenzinho.

¹⁸ Não cabe no escopo desse trabalho analisar os diversos movimentos grevistas que eclodiram no Brasil, no ano de 1917. Eles ainda esperam pelo seu historiador.

várias regiões brasileiras, os operários abandonaram fábricas e oficinas e fizeram da greve a arma de luta contra a exploração a que estavam submetidos. Os ecos da Greve Geral de Julho de 1917 chegaram além das fronteiras paulistas. No Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, o elemento detonador dos movimentos grevistas nessas cidades de forte tradição de luta anarquista foi a manifestação de solidariedade operária aos companheiros de São Paulo. A exemplo do que ocorreu na capital paulista, foram os libertários a incentivarem o operariado das três importantes capitais do país a paralisar suas atividades e lutar por um melhor viver. As cidades de Salvador, Recife, João Pessoa Belém e Manaus e assim como as cidades mineiras de Itajubá e Belo Horizonte também foram palco de manifestações operárias. Gigi Damiani, uma dos membros do C.D.P, chegou a afirmar que uma nova página da história poderia ter sido escrita no Brasil se todos os movimentos grevistas que eclodiram nos vários cantos do país tivessem ocorrido ao mesmo tempo¹⁹.

AS GREVES NO INTERIOR DO ESTADO

No interior do estado de São Paulo, ferroviários em Campinas e tecelões em Sorocaba e Jundiaí, encorajados pelo êxito obtido pelo operariado paulistano, entraram em greve em 16 de Julho de 1917 por aumento de salário e melhores condições de trabalho. A exemplo dos paulistanos, percorreram

¹⁹ Luigi Damiani, *La questione sociale nel Brasile*. Milano, Umanità Nova, 1920, pág.34.

as ruas centrais da cidade e realizaram comícios em praças públicas. A solidariedade manifestada pelos trabalhadores de diferentes categorias levou à generalização do movimento nas três cidades, o que assustou as autoridades locais, desguarnecidas de sua força policial. Os prefeitos, ainda sob impacto da greve geral que paralisou São Paulo e sem contar com a força pública requisitada para auxiliar na repressão ao movimento grevista da capital, recorreram às linhas de tiro para conter a onda de greves.

Em Campinas

Na segunda maior cidade do estado, os operários da Mogiana declararam-se em greve pela conquista de um aumento de 20% no salários e pagamento a cada quinze dias, sem atraso. Com a adesão dos ferroviários da MacHardy e da Lidgerwood, dos operários da Fábrica de Cerveja Colúmbia e de algumas tipografias e serrarias, o movimento ganhou força e suscitou comparações com as greves de 1906. Segundo o jornal *Fanfulla*, "era preciso retornar às greves da Paulista e da Mogiana de 1906 para se ter idéia do movimento atual"²⁰.

Com a generalização do movimento, os bondes deixaram de trafegar e o comércio fechou as portas. Inicialmente pacífica, a greve não tardou a adquirir feição violenta. O enfrentamento entre grevistas e um contingente de 50 praças comandadas pelo capitão José Dias dos Santos, que retornava de São Paulo, ocorreu em 16 de Julho na porteira da Capivara da Companhia Paulista. Fracassada a tentativa de obter a soltura do operário-grevista Ângelo Soave, que se encontrava preso num trem com destino a São Paulo, uma multidão resolver colocar pedras na linha para impedir a saída da locomotiva. A "selvageria inqualificável" (palavras

²⁰ *Fanfulla*, 17 de Julho de 1917, pág.

da imprensa campineira) que se seguiu resultou na morte imediata de Tito Ferreira Carvalho de 67 anos e de Antônio Rodrigues, de 24 anos, empregados da MacHardy. Pedro Alves, de 18 anos, funcionário da Companhia Mogiana, veio a falecer no dia seguinte.

O enterro dos operários se transformou num ato de protesto contra a violência policial. A cerimônia fúnebre foi organizada por uma comissão de grevistas que conclamou os trabalhadores campineiros, através de um manifesto divulgado na cidade, a se manterem unidos e a não se curvarem às intimidações das forças policiais que proibiram qualquer manifestação pública. No documento dirigido aos operários, a comissão de grevistas conclamou o operariado de Campinas a comparecer ao funeral afirmando que a decisão da Polícia "é uma iniquidade, é um abuso. Satisfazer esse propósito é dar prova da nossa fraqueza"²¹. Para auxiliar as famílias dos operários mortos, foram abertas listas de subscrição.

A indignação e o sentimento de pesar da população campineira ficou registrado no telegrama enviado ao Secretário da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo pela Comissão de Imprensa formada, a exemplo paulistano, no calor dos acontecimentos grevistas. Os representantes dos jornais *Correio de Campinas*, *Comércio de Campinas* e *Diário do Povo* consideraram criminosa a ação da Polícia e pediram "enérgica punição e recolhimento dos culpados pela selvageria inqualificável praticada por policiais contra civis inermes, ocasionando mortes e ferimentos em adultos e crianças estranhos ao movimento grevista sem prévio aviso e sem emprego de recursos pacíficos"²².

²¹ Manifesto Aos Operários, publicado no jornal *Diário do Povo*. Campinas, 18 de Julho de 1917, pág.1.

²² Telegrama enviado a Eloy Chaves pelos representantes dos jornais *Correio de Campinas* (Amílcar Alves), *Comércio de Campinas* (Henrique Vogel) e *Diário do Povo* (Álvaro Ribeiro).

Em resposta à mensagem dos jornalistas, Eloy Chaves afirmou que "mais do que ninguém lamentava o uso da violência, mas que no caso de Campinas a força pública agiu no rigoroso cumprimento do dever de repelir pela força o ataque que sofresse"²³. O Delegado Geral de São Paulo, Thyrso Martins, também defendeu o uso da força policial contra os grevistas campineiros. Em boletim divulgado na noite de 16 de Julho afirmou que "a força, como era do seu dever e, seguindo instruções precisas que lhe dei, repeliu com energia o ataque ...dos desordeiros que começaram a levantar os trilhos da linha da Companhia Paulista na vizinhança da cidade, acumulando dormentes e pedras no leito da estrada...e atiraram pedras e dispararam tiros de revólver e carabina contra os soldados da Força Pública... e por informações recebidas, os indivíduos mortos e feridos não são operários"²⁴.

A versão policial do episódio foi rechaçada pela *Comissão de Imprensa Campineira*, que reputou com falsa a declaração de Thyrso Martins. Os mortos e feridos, segundo os jornalistas, eram comprovadamente operários, nenhuma arma havia sido apreendida e nenhum soldado foi ferido. Em nota divulgada a 18 de Julho, os representantes dos três jornais diários de Campinas insistiram na "existência de um crime a apurar e quiçá a punir"²⁵. No documento, os jornalistas afirmaram que "a imprensa pode não ser atendida por deliberação discricionária do governo de São Paulo, porém ela fica sempre com o direito incontestável de acusar a polícia da prática de um desnecessário, se houvesse prudência,

²³ Cf. "Em Campinas", *A Platéia*, 18 de Julho de 1917, pág.2.

²⁴ Boletim do Delegado Geral Thyrso Martins, publicado no jornal de Campinas *Diário do Povo*, em 18 de Julho, pág.1.

²⁵ Nota da *Comissão de Imprensa Campineira*, divulgada no jornal *O Diário do Povo*, 18 de Julho de 1917, pág.1.

nefando crime enquanto não for provado o contrário"²⁶. Diferentemente do que ocorreu em São Paulo, quando ao estalar a Greve Geral de Julho a polícia foi acusada de ter matado José Martinez e prontamente mandou autopsiar e divulgou em seguida o laudo, inocentando-a de ter praticado o crime, no caso de Campinas, apesar dos protestos da imprensa local e de alguns vereadores, nenhum processo foi aberto para apurar as responsabilidades pela morte dos operários. O estardalhaço e a publicidade da polícia no caso da prova de sua inocência na morte do grevista paulistano contrastou com o seu silenciar sobre a acusação de culpa na morte dos três operários em Campinas.

O fim do movimento grevista contou com a participação conciliatória do Prefeito de Campinas, Heitor Penteado, que constituiu uma comissão²⁷ para discutir as bases do acordo e se entender com as empresas cujos trabalhadores paralisaram suas atividades. Aceita a proposta de aumento salarial formulada pelas Companhias Mogiana e MacHardy, os grevistas decidiram retornar ao trabalho, a partir do dia 18 de Julho, sob a garantia de nenhum operário ser demitido sob o pretexto de ter tomado parte na greve.

O desenrolar dos acontecimentos em Campinas foram acompanhados, ainda que de longe, pelos militantes anarquistas de São Paulo. Eles enviaram apelos aos operários campineiros para se manterem unidos e se organizarem em associações de resistência. Na avaliação dos libertários, uma das maiores conquistas da greve em Campinas foi o estreitamento dos laços de solidariedade entre as diversas

²⁶ *Idem.*

²⁷ Além do Prefeito, participaram da comissão de negociação o vereador Omar Simões Magro, o advogado Pedro Magalhães e uma delegação de cinco operários: Francisco Duarte, Carlos Magno, Godofredo Carvalho, José Simens e Manoel dos Santos.

categorias de trabalhadores, que decidiram fundar a Liga Operária de Campinas²⁸.

Em Sorocaba

Cerca de dez mil operários²⁹ deflagraram uma greve por aumento de salário, de curta duração em Sorocaba. Iniciada pelos tecelões da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, que se recusaram a entrar para o trabalho no dia 16 de Julho, em poucas horas o movimento ganhou a adesão dos trabalhadores de várias fábricas de tecidos, de calçados, de arreios, de chapéus e das oficinas da Sorocabana Railway³⁰. O comércio cerrou as portas, os bondes pararam de trafegar e os entregadores de pão e leite se recolheram, depois de desfalcados de algumas garrafas de leite, retiradas dos seus carrinhos por grevistas. Pelas ruas da cidade circularam apenas os trabalhadores em greve e praças da Força Pública, auxiliadas pela linha de tiro 359 e por forças do Exército aquarteladas em Ipanema, destacadas para guarnecer as oficinas da Sorocabana Railway. Um contingente policial, sob o comando do Delegado de Capturas de São Paulo, Alonso Negreiros, foi deslocado da capital com ordens de impedir qualquer manifestação pública.

A concentração de forças repressivas em Sorocaba, muito mais intensa do que em Campinas ou em outras cidades do interior, denotava a preocupação das autoridades policiais com a capacidade de organização e a força combativa dos

²⁸ Cf. José Alódio, "De Campinas - ecos do grande movimento", em *A Plebe*, 4 de agosto de 1917, pág. 1.

²⁹ "A greve nesta cidade", em *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 17 de Julho de 1917, pág. 1.

³⁰ As fábricas de tecidos Santo Antônio, Santa Maria e a de chapéus Souza Pereira paralisaram suas atividades por falta de funcionários que aderiram à greve. Outras indústrias como a Estamparia São Paulo, Fábrica de Arreios e Ferros, Fábrica de Calçados Soares, Fábrica de Calçados Fausto e Fábrica de Tecidos Votorantim decidiram dispensar seus empregados quando sentiram a tendência do movimento a generalizar-se.

trabalhadores da região, demonstrada principalmente, durante as greves deflagradas nos meses de maio e junho na Fábrica de Tecidos Votorantim³¹.

A ação violenta das forças policiais enviadas da capital para reprimir os grevistas em Sorocaba, a exemplo de Campinas, foram alvo de protestos da imprensa local. As tropas paulistanas foram acusadas pelos jornais da cidade de cometer "lamentáveis excessos e ferido pessoas de representação da nossa sociedade, que nada tinham a ver com a greve e se achavam misturadas por curiosidade com os operários"³². A imprensa também solicitou ao Delegado de Polícia de Sorocaba, Luiz Campos Vergueiro, sua intervenção junto às autoridades para "garantir a segurança dos sorocabanos ameaçados por esses agentes de segurança"³³. A golpes de espadim, a força policial paulistana dispersou a população que acorreu à Praça Coronel Prestes para assistir o comício em que se destacou o orador anarquista Ângelo Bandoni.

A proposta conciliatória partiu dos industriais, reunidos na tarde de 16 de Julho. Os grevistas, porém, não a aceitaram. As concessões gravitaram em torno do acordo coletivo que pôs fim à Greve Geral em São Paulo: aumentar em 20% sobre os salários em geral; não dispensar os

³¹ A partir do dia 25 de junho de 1917, a Fábrica de Tecidos Votorantim voltou a ser palco de manifestações grevistas. O atraso no pagamento do salário do mês de maio levou os trabalhadores das seções de fiação e tecelagem a cruzarem os braços, ainda que permanecendo na fábrica no período da manhã. Os tecelões informaram ao gerente que assim permaneceriam até que o pagamento fosse efetuado. Ao retornarem do almoço, encontraram os portões fechados e o aviso de dispensa de 42 operários, considerados os chefes do movimento, que foram informados de que só receberiam os vencimentos mediante a entrega da chave das casas que ocupavam. Em solidariedade aos trabalhadores despedidos, todos os funcionários paralisaram suas atividades. Além de reivindicar a reintegração dos despedidos, os tecelões denunciaram a existência de um armazém de secos e molhados junto à fábrica, que aceitava os valores fornecidos pela Votorantim mediante a cobrança de 15% sobre qualquer mercadoria revertidos, segundo os trabalhadores, em benefício da fábrica. "Greves Operárias". *O Combate*, 27 de junho de 1917, pág.1.

³² "A greve nesta cidade", *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 17 de Julho de 1917, pág.1.

³³ "A greve nesta cidade", *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 20 de Julho de 1917, pág.6.

trabalhadores que participaram do movimento grevista; respeitar "in totum" o direito de associação dos operários e efetuar o pagamento dos salários durante a primeira quinzena do mês.

Em 17 de Julho, uma nova reunião dos proprietários de fábricas e oficinas teve lugar na Delegacia de Polícia de Sorocaba e, desta vez, estiveram presentes cinco representantes dos trabalhadores em greve. Os industriais têxteis comprometeram-se a: estabelecer a jornada de 10 horas de trabalho; conceder aumento de 20% nos salários; pagar hora extra quando necessário prolongar a jornada de trabalho; efetuar o pagamento por metro e não mais por peça na primeira quinzena do mês seguinte ao vencido e a não demitir por motivo de greve. Os industriais dos ramos de chapéus, calçados e arreios assumiram melhorar a situação dos seus operários, conforme a decisão a ser tomada pelas suas congêneres em São Paulo, entrando cada um de per si em acordo com os seus empregados. Os grevistas, por sua vez, assumiram o compromisso de voltar ao trabalho.

Durante o movimento grevista, dois incidentes foram registrados na Sorocabana Railway: trilhos foram arrancados na altura do km 117 e o foguista José Augusto foi baleado por uma praça do Exército, quando se encontrava em serviço. O fim do movimento grevista em Sorocaba, que teve a duração de três dias, foi registrado na imprensa local com loas à boa vontade dos patrões para com os seus empregados³⁴.

³⁴ Segundo a imprensa sorocabana, os industriais da cidade personificaram a figura do pai-patrão. Foram considerados não como "proprietários que a ambição cegou e vêm nos proletários autômatos a levar-lhes ao mealheiro riquezas de fábula; na atenciosa atitude que assumiram diante dos seus empregados que reclamam, têm qualquer coisa mais do que a bondade dos patrões porque encarnam quase a indulgência de pais, aos quais os interesses da prole valem tanto como os seus". Cf. "A greve nesta cidade", *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 20 de Julho de 1917, pág.6

Em Jundiaí e outras cidades

Em Jundiaí, trabalhadores em greve conquistaram melhorias nas condições de trabalho como jornada de 8 horas; pagamento fixo mensal; pagamento dos salários atrasados e aumento de 15%. Deflagrada pelos tecelões da Fábrica de Tecidos São Bento, o movimento contou com a participação de 5000 trabalhadores, entre cocheiros, serralheiros, tecelões da Fábrica São Bento e operários das fábricas de conservas e vinhos. Sem registro de violência, o acordo entre grevistas e patrões foi negociado pelo prefeito Olavo Guimarães.

O movimento grevista paulistano também repercutiu em diversas outras cidades do interior do estado. Na semana de 16 a 22 de Julho, tecelões da Fábrica Ítalo-Americana em *São Roque* e da Fábrica de Tecidos em *São Carlos* paralisaram suas atividades. Reivindicaram aumento de salário, modificações no regulamento e jornada de 9 horas, respectivamente. Por aumento de salário, também abandonaram o trabalho os ferroviários da Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo em *Araraquara*, da Companhia Sorocabana em *Mairinque*, assim como os chapeleiros da Fábrica de Chapéus Prado, localizada em *Limeira*. Em *Cabreúva*, os operários da Companhia Paulista de Eletricidade entraram em greve por falta de pagamento enquanto que em *Piracicaba*, a greve dos trabalhadores do Engenho Central Monte Alegre por aumento de salários adquiriu o caráter de festa. A cidade parou para ouvir as três bandas de música que acompanharam a passeata dos grevistas pelas suas ruas centrais.

A GREVE NO LITORAL PAULISTA

Em 13 de Julho de 1917, a *União Geral dos Trabalhadores (U.G.T.)* de Santos encaminhou uma moção de solidariedade ao *Comitê de Defesa Proletária* acenando com a possibilidade de deflagração da greve geral pelo operariado santista, como manifestação de apoio aos companheiros paulistanos. Apesar dos esforços da *U.G.T.* percorrendo fábricas, realizando assembléias, passeatas e comícios com oradores de prestígio junto ao operariado como Manoel Perdigão incitando os trabalhadores à greve, o movimento grevista em Santos, deflagrado em 16 de Julho, foi parcial. Dele participaram trabalhadores da construção civil, dos armazéns de café e de algumas serralherias.

Enquanto os ensacadores da Cia. Paulista de Armazéns Gerais e da Central de Armazéns Gerais se limitaram a reivindicar o pagamento quinzenal dos salários e a manutenção da antiga tabela que havia sido diminuída em 20% ³⁵ os trabalhadores da construção civil encaminharam aos construtores, através da *U.G.T.* um memorial com nove reivindicações: 1) reconhecer o direito de assembléia e não dispensar o operário por fazer propaganda de classe; 2) aumento salarial de 20%; 3) fixar o dia 5 para pagamento dos salários; 4) abolição do trabalho extraordinário e em caso de necessidade extrema pagá-lo com adicional de 50%; 5) abolição da carta do Centro dos Construtores para obter trabalho; 6) não admitir menores de 14 anos sempre que o seu mister seja carregar argamassa ou outro trabalho que lhe deturpe o físico; 7) manter a jornada de 8 horas de trabalho; 8) pressionar os poderes constituídos para o estabelecimento de uma tabela de preços para os gêneros de primeira necessidade

³⁵ "O movimento operário. A situação em Santos", em *Diário de Santos*, Santos, 19 de Julho de 1917, pág 1.

e, por último, mas não menos importante, a libertação dos grevistas presos³⁶.

A *União Geral dos Trabalhadores de Santos* sugeriu aos construtores encaminharem, através da imprensa, a resposta às reivindicações constantes do memorial. Em manifesto dirigido aos operários da construção civil, o *Centro dos Construtores e Industriais de Santos* argumentou que as indústrias do setor eram as que "mais têm sofrido com a guerra; o número de construções decresce diariamente havendo avultado contingente de operários dessa classe sem trabalho...e é preciso que não se confunda a situação dessa indústria com a de outras que tiveram seus produtos altamente valorizados com a guerra"³⁷. Os empresários julgaram inoportuna a deflagração da greve, só justificada, segundo eles, "como impulsionada por maus elementos estranhos à classe"³⁸. Quanto a abolição do atestado de bons antecedentes para admissão nas empresas filiadas ao *Centro*, reivindicada pelos trabalhadores da construção civil por ser considerado um instrumento policialesco de controle das suas atividades não só dentro como fora do ambiente de trabalho, os construtores contrargumentaram que ele "era um elemento de garantia ao bom proletário. É o atestado de que o operário conseguiu provar perante o *Centro* a sua conduta e competência"³⁹. Os industriais da construção civil propuseram a criação de uma *Câmara de Trabalho* como prova do seu esforço conciliatório⁴⁰.

³⁶ "O movimento operário em São Paulo. A repercussão em Santos", em *Diário de Santos*, Santos, 17 de Julho de 1917, pág. 1.

³⁷ O Manifesto do *Centro dos Construtores e Industriais de Santos*, assinado pelo presidente Roberto Cockrane Simonsen, foi publicado no jornal de Santos *A Tribuna*, em 21 de Julho de 1917, pág. 7.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Em verdade, a constituição da *Câmara do Trabalho* era um antigo projeto acalentado há algum tempo pela diretoria do *Centro dos Construtores e Industriais de Santos* que, a exemplo do seu similar inglês, visava reduzir as manifestações grevistas do operariado.

A proposta patronal, no entanto, foi rejeitada pela U.G.T. tão logo divulgada, o órgão representativo dos interesses dos trabalhadores santistas, veio a público denunciar a "arapuca em que o engenheiro Roberto pretende fazer cair os incautos trabalhadores, e não só estes, senão os outros próprios empreiteiros que se deixam ir na lãbia do insinuante"⁴¹. O documento da U.G.T. explicou que a proposta de Simonsen previa para cada 80 operários a participação de um delegado especial, mas como poucos empreiteiros tinham essa quantidade de operários, alertou que "não somente os operários ingênuos cairão na esparrela como também outros empreiteiros, que se deixam ir pela tangente, sem deixar de prezar-se de esperto"⁴².

A *União Geral dos Trabalhadores* também não poupou críticas ao Prefeito Belmiro Ribeiro. Sobre ele recaía a denúncia de ter se utilizado de 23 trabalhadores do Albergue Noturno e da Limpeza Pública para pôr em funcionamento a Cia. Central de Armazéns Gerais, da qual era superintendente. Por outro lado, denunciou como uma farsa para acalmar o operariado santista a proposta do Prefeito de se reunir com comerciantes atacadistas no Paço Municipal para discutir medidas para baratear os preços nas feiras livres. A U.G.T. também acusou o Prefeito de ter aumentado os impostos tributados ao comércio para suprir a necessidade de recursos da municipalidade com vistas "a valorizar as propriedades privadas dos gestores dos seus negócios, para montar a Vila Belmiro como homenagem ao Prefeito que ali tem interesses, para asfaltar ruas onde tem casas suas, para ostentar um luxo e uma riqueza incompatíveis com a economia local"⁴³

⁴¹ Boletim da *União Geral dos Trabalhadores de Santos*, publicado no *Diário de Santos*, 21 de Julho de 1917, pág.1.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

Em Santos, a repressão à greve se deu logo após a eclosão das primeiras manifestações operárias. Em nome da manutenção da ordem pública e como medida de segurança para "evitar que elementos reconhecidos como desordeiros e estranhos à classe operária explorem o movimento grevista"⁴⁴, o Delegado Regional, Bias Bueno, efetuou cerca de 30 prisões, cassou o direito de associação e de livre manifestação e, segundo denúncias da *U.G.T.*, espancou o povo que aguardava a abertura de um comício no dia 17 de Julho.

A repressão policial visou eliminar do cenário social os militantes anarquistas que estavam à frente da *U.G.T.* Os mais aguerridos como Manoel Perdigão e Manoel dos Santos foram presos. O primeiro deles, na madrugada do dia 18 de Julho, num quarto do Hotel 2 de Maio, onde residia. Apesar dos esforços da *União Geral dos Trabalhadores* em manter os trabalhadores em greve até a conquista das reivindicações, uma semana após a eclosão do movimento grevista, o operariado de Santos voltou ao trabalho sem nada conseguir

São PAULO: ESPALHAFATOS DE NOVA GREVE

Em São Paulo, boatos de que uma nova greve geral estava para ser deflagrada na segunda-feira, 23 de Julho circularam pelos vários cantos da cidade durante três dias consecutivos. "Ouvi dizer" era a resposta do paulistano quando indagado sobre a origem da boataria, que encontrou terreno propício entre os habitantes da Paulicéia, ainda perturbados pelo recente movimento. Fornecedores de pão, carne e leite ajudaram a propagar o falaço avisando as donas

⁴⁴ Cf. "O Policiamento", em *A Tribuna*, Santos, 19 de Julho de 1917, pág.3.

de casa para se precaverem contra a possível greve. O clima foi se tornando asfixiante. Famílias partiram para o interior. O corre-corre tomou conta da cidade.

A própria Polícia, que dizia "não ter elementos para afirmar que haveria greve"⁴⁵ adotou medidas preventivas. Dividiu a cidade em setores e guarneceu cada um deles com forças de infantaria e de cavalaria. As estratégias de defesa da ordem pública foram discutidas em reunião realizada em 22 de Julho no Gabinete do Secretário da Justiça e da Segurança Pública com o Delegado Geral, delegados auxiliares e de circunscrições, com o Comandante Geral da Força Pública e comandantes dos Batalhões.

O editorial do jornal anarquista *Guerra Sociale* assinalou que "desta greve geral todos sabiam alguma coisa, menos os operários que deveriam praticá-la"⁴⁶. Na grande imprensa, jornais como *O Estado de São Paulo*, *A Capital*, *O Combate* e *Fanfulla* repudiaram as vozes alarmantes anunciadoras de uma nova greve. Este último foi enfático ao afirmar que "excitar os ânimos, suscitar suspeitos, criar uma agitação artificiosa na esperança de que um incidente possa nascer maiores perturbações é obra delituosa que deve ser repudiada por todos"⁴⁷.

O Comitê de Defesa Proletária, ainda às voltas com a situação de algumas categorias em greve e enfrentando dificuldades para fazer cumprir o acordo, se viu diante de mais um desafio: reverter a expectativa criada no seio da população paulistana de que uma nova greve geral com data marcada estava por acontecer. No dia 22 de Julho, o C.D.P. lançou um manifesto amplamente divulgado pela imprensa

⁴⁵"Medidas preventivas", em *O Estado de São Paulo*, 23 de Julho de 1917, pág.5.

⁴⁶"Cosa si preparava", em *Guerra Sociale*, 26 de Julho de 1917, pág.1.

⁴⁷*Fanfulla*, 23 de Julho de 1917, pág.3.

paulistana concitando "o operariado a serenamente refletir e a ter o máximo de cuidado em não se tornar vítima da sua boa fé, expondo-se aos manejos interesseiros e perversos de pessoas estranhas ao proletariado ou investidas de qualquer autoridade, as quais, aproveitando o geral descontentamento possam ter em vista provocar uma agitação com fins meramente especulativos e criminosos"⁴⁸. Para tranquilizar a população, o documento esclareceu que o prazo concedido ao poder público para execução de suas promessas não poderia ser considerado vencido "visto não ser possível remediar em alguns dias os efeitos de muitos anos de imprevidente, desleixosa e inepta administração pública"⁴⁹.

No dia 23 de Julho, nada de anormal ocorreu na vida paulistana. O jornal *A Platéia* assim registrou a data em suas páginas: "a cidade amanheceu tranqüila e os 400 mil habitantes da Paulicéia, ainda os mais medrosos, diga-se antes, os mais prudentes, respiraram sossegados e quase festivamente a plenos pulmões as auras frescas da meiga manhã, depois de uma noite de insônia. Até a própria natureza se rebelou contra os boateiros proporcionando uma alegre manhã de temperatura branda"⁵⁰.

Para os militantes anarquistas e socialistas reunidos em torno do C.D.P., os espalhafatos de uma nova greve geral prenunciavam dias sombrios. Era mais um indício de que o acordo não passou de um recuo tácito de industriais e governantes para pôr fim ao movimento grevista. Os libertários agradeceram a comissão de jornalistas que "também nesse caso prestou inestimável serviço à população avisando tratar-se de um complô"⁵¹ e alertaram o proletariado para "não

⁴⁸ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 22 de Julho de 1917.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ "A Crise Operária", em *A Platéia*, 23 de Julho de 1917, pág.4.

⁵¹ "Cosa si preparava", em *Guerra Sociale*, 26 de Julho de 1917, pág.1.

ceder aos incitamentos suspeitos e nem aos suspeitos incitadores, pois era ele que deveria escolher a hora da batalha e não a Polícia"⁵².

Para os anarquistas, a boataria fazia parte de uma trama arquitetada pela Polícia em conluio com os industriais para justificar uma intervenção mais violenta. Eles levantaram a hipótese de que por trás dos boatos poderia haver o intuito de arrastar os trabalhadores para as ruas e ali sujeitá-los a uma dura e sangrenta prova. Os rumores foram interpretados como sinais de que novas batalhas estavam sendo preparadas pelas forças repressoras. Os militantes apontaram a necessidade dos trabalhadores concentrarem seus esforços no processo de organização "afim de que, no momento oportuno, se encontre habilitado a conquistar com seu próprio esforço, as melhorias que lhe foram prometidas sob a pressão de uma greve geral"⁵³.

ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Com a suspensão da greve geral, os libertários procuraram manter acesa a chama da solidariedade, estimulando os trabalhadores a darem continuidade ao processo de organização do operariado, iniciado com a constituição das ligas de bairro. A disposição para a atividade associativa, demonstrada pelo revigoreamento de velhas sociedades de resistência e pelo surgimento de novas associações operárias, levou os anarquistas a afirmarem "que outros resultados não tivesse obtido a greve geral esse bastaria para não

⁵² Idem.

⁵³ *Manifesto do Comitê de Defesa Proletária*. São Paulo, 22 de Julho de 1917.

considerarem baldados os esforços e enormes sacrifícios feitos nas inesquecíveis jornadas...A greve geral teve o efeito de um toque de alarma. Nota-se agora uma aproveitável disposição para a atividade associativa"⁵⁴.

Segundo os anarquistas, a dura experiência da greve, os relativos resultados obtidos, além dos sinais de que o acordo não passou de um recuo tácito dos industriais e autoridades governamentais, evidenciaram a necessidade de se aproveitar o interregno da luta para estimular os operários a se organizarem em associações de resistência e, posteriormente, unir as diferentes agremiações em um organismo forte de defesa e de luta pelos interesses do operariado paulistano. Anarco-comunistas, anarquistas-sindicalistas e socialistas canalizaram suas energias para a consolidação da organização dos trabalhadores. Os primeiros voltaram a insistir junto àqueles que os acusavam de serem adversários da organização operária, que o que eles combatiam eram as associações preocupadas somente com os interesses da sua categoria, e acreditavam que da abolição do privilégio econômico possa vir a emancipação dos trabalhadores. A esse tipo de associação, os anarco-comunistas denominavam "liga dos egoístas: pequena de coração e estreita de mente"⁵⁵.

A atividade associativa ganhou impulso após a suspensão da greve geral. Uma *Comissão de Propaganda e Organização Operária*, formada por representantes das ligas operárias, auxiliou diversas categorias profissionais a constituírem ou reativarem uniões, sindicatos, ligas por profissão e sociedades de resistência. Os libertários instruíram os trabalhadores a não cederem às provocações das autoridades, que agiam como se não tivessem assumido um

⁵⁴ "O melhor resultado da greve - o operariado dispõe-se a atividade associativa", em *A Plebe*, 28 de Julho de 1917, no.7, pág.3.

⁵⁵ *Guerra Sociale*, 11 de Agosto de 1917, pág.1.

compromisso público de respeitar o direito de associação. As intimidações dos policiais e as perseguições dos industriais não conseguiram esmorecer a vontade de se associar, despertada nos trabalhadores pelos anarquistas.

A partir da segunda quinzena do mês de Julho, a imprensa anarquista e alguns jornais da grande imprensa registraram o aparecimento de um número crescente de associações operárias. Muitas delas ressurgiam depois de um período de inatividade, como por exemplo a Liga dos Trabalhadores em Madeira, reativada no início de Julho, quando da deflagração da greve da categoria. Os jornais registraram a constituição, ainda no mês de Julho, da Liga Operária da Lapa e da Água Branca, a (re)construção da União dos Alfaiates, da União dos Pedreiros e Serventes e da União dos Artífices em Calçados e ainda reuniões dos pintores e dos serralheiros com vistas a organização das categorias.

O processo de organização dos trabalhadores ganhou força no mês de agosto com o surgimento das Ligas Operárias do Cambuci, do Bom Retiro, do Brás e da Vila Mariana. A Liga Operária da Móoca, a mais combativa organização operária sob orientação anarquista e que já contava com 3000 filiados, sediou várias reuniões de diferentes categorias, promoveu palestras e conferências de propaganda anarquista, uma delas com João Penteado que propôs a criação de uma escola para educação e instrução da infância proletária. Ligas operárias de orientação anarquista também foram (re)constituídas no interior do estado: em São Roque, Sorocaba, Piracicaba e em Bauru. Outras categorias também se (re)organizaram no mês de agosto: União dos Alfaiates, Liga dos Padeiros e Confeiteiros, União dos Ferroviários e União Geral dos Metalúrgicos. Para os integrantes do *Comitê de Defesa Proletária*, a revitalização das associações operárias foi o

melhor resultado da greve geral, "o sinal iniludível de que as massas obreiras, enfim despertadas do seu longo letargo, estão dispostas à luta dignificadora, à batalha pelo ideal, à reivindicação a todo custo dos seus direitos e das suas liberdades"⁵⁶.

O surgimento de agremiações operárias, que não tinham caráter de resistência à exploração patronal, mas se voltavam para interesses exclusivamente corporativos ou beneficentes trouxe preocupação aos anarquistas. Os libertários pediram cautela aos operários com os indivíduos "que se erigem chefes por auto-eleição, que podem ser pessoas de má fé, que agem por conta dos patrões procurando tratar questões da classe a que pertençam, dividir o proletariado que está se organizando sob bandeira única"⁵⁷.

A intensa atividade associativa que se verificou a partir da suspensão da Greve Geral levou anarquistas e socialistas, reunidos em torno do *Comitê de Defesa Proletária*, a proporem a reativação da *Federação Operária de São Paulo (FOSP)*, extinta em 1913. Os socialistas manifestaram seu apoio à iniciativa dos anarquistas-sindicalistas durante a conferência proferida por Theodoro Monicelli sobre "Método e Finalidade do Movimento Operário", em 16 de Agosto, na Sociedade Aliança. Os anarco-comunistas também apoiaram a proposta mas, uma vez mais, criticaram os companheiros que "preocupando-se com o movimento operário de resistência, agem e falam como se este tivesse que encontrar um fim em si mesmo, no aumento de salário e na diminuição das horas de trabalho...no círculo vicioso das reformas que não conduzem senão a melhoramentos transitórios dando, por conseqüência, uma importância secundária à aspiração de

⁵⁶ *A Plebe*, 25 de Agosto de 1917, pág.3.

⁵⁷ Arsênio Bittencourt, "Cuidado Trabalhadores!", em *A Plebe*, 18 de Agosto de 1917, pág.1.

transformação social, como se isso fosse uma utopia"⁵⁸. Insistiram também na necessidade de que a pretexto do programa mínimo não se deveria sufocar o máximo.

O (RE) SURGIMENTO DA Federação OPERÁRIA DE SÃO PAULO

A proposta de reconstituição da *Federação Operária de São Paulo (FOSP)* continha o mesmo princípio fundante das Ligas Operárias: "a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores". O texto *Bases do Acordo da FOSP* era o mesmo das ligas operárias nos seus *Princípios Fundamentais, Fins Imediatos e Orientação*. Os demais itens *Constituição, Comissão Federal, Fundos Sociais e Resoluções Finais* mantinham a estrutura essencial das Ligas Operárias. Algumas modificações foram introduzidas para adequar o organismo federativo aos novos filiados: sindicatos de ofício ou de indústria e ligas operárias ou sindicatos de ofícios vários (item *Constituição*). A *Comissão Federal* tinha a mesma função da *Assembléia Geral* das ligas: único órgão deliberativo. No caso da *FOSP*, era constituída por todos os representantes, que deveriam se reunir duas vezes por mês ou extraordinariamente a pedido da *Comissão Administrativa*. Quanto aos *Fundos Sociais* cada associação deveria contribuir com uma cota mensal de 100 réis por cada um dos sócios. As *Resoluções Finais* (números 21 e 22) asseveravam: "21) enquanto não for reconstituída a Federação Operária do Estado, a Comissão Federal manterá uma Comissão de Relações e de Propaganda, composta de 5 de seus membros, que se encarregarão de alimentar as relações entre as sociedades

⁵⁸ "Perchè?", em *Guerra Sociale*, 11 de Agosto de 1917, pág.1.

existentes no interior, assim como organizar outras, e 22) A fim de reunir os obreiros pertencentes a classes não organizadas e residentes em bairro onde existem Ligas Operárias, a Federação Operária constituirá a União dos Trabalhadores de Profissões Várias".

O documento *Bases de Acordo da Federação Operária de São Paulo*⁵⁹ contendo a orientação e a proposta de constituição e funcionamento da FOSP foi discutido previamente nas agremiações operárias. Em 26 de agosto de 1917, um Convênio Operário reuniu no salão Germinal 63 representantes de 27 entidades (8 ligas operárias, 12 sindicatos de ofícios, 4 sindicatos de indústrias e 3 corporações) para discutir e aprovar a reconstituição da FOSP e o seu programa de ação, o mesmo que orientou a formação das Ligas Operárias. O *Comitê de Defesa Proletária* orientou a organização da mesa e organizou a seguinte ordem dos trabalhos: 1) verificação das representações e formação da mesa, 2) leitura e discussão do projeto bases do acordo da federação operária, 3) nomeação das respectivas comissões federal e administrativa, 4) constituição de uma comissão de relações entre as associações operárias do estado, 5) estabelecimento das normas administrativas das ligas operárias, 6) deliberação sobre o Congresso de Vanguarda Social do Brasil e 7) discussão de várias questões⁶⁰.

A reconstituição da *Federação Operária de São Paulo* foi aprovada na assembléia das agremiações que participaram do Convênio Operário. De acordo com as normas de funcionamento da FOSP foi constituída a *Comissão Federal* (órgão deliberativo) composta de dois membros de cada uma das

⁵⁹ Uma cópia do documento *Bases de Acordo da Federação Operária de São Paulo* encontra-se nos anexos do trabalho.

⁶⁰ "Convênio Operário de Domingo", em *A Plebe*, 10. de setembro de 1917, pág.3.

associações presentes e foram eleitos sete membros para compor a *Comissão Administrativa* (encarregada das funções administrativas). Também foi aprovada a realização de um Congresso Geral de Vanguarda Social com a participação dos agrupamentos operários e sociais de todo o Brasil, deixando a cargo da *Comissão Federal* a decisão sobre a oportunidade da sua convocação e local a ser realizado. Quanto às normas administrativas das Ligas Operárias ficou decidido que as mesmas deveriam continuar a agremiar operários "de qualquer classe ainda desorganizada, mantendo, além da Comissão Executiva, tantas comissões técnicas e de propaganda, quantas forem as categorias de operários reunidos em seu seio"⁶¹. Entretanto, possibilitava-se às categorias associadas desvincularem-se das Ligas Operárias "para melhor poderem resolver os trabalhos sindicais...a fim de constituírem seções das uniões de indústrias ou ofícios, ou sindicatos autônomos, mantendo junto às mesmas comissões de relação compostas de dois delegados"⁶². Com a reconstituição da *FOSP* desfez-se o *Comitê de Defesa Proletária*, que repassou os seus recursos financeiros para o organismo federativo.

O ressurgimento da *FOSP* foi comentado por alguns jornais paulistanos. *O Estado de São Paulo* louvou a iniciativa argumentando que "a organização simplificará as negociações nos conflitos futuros, pondo em presença delegações limitadas de indivíduos munidos de um conhecimento exato da questão a solver e com um nítido sentimento das suas responsabilidades pessoais"⁶³. Para *A Plebe e O Combate*, a reativação da *FOSP* expressava o fortalecimento do operariado e, por conseguinte, incomodava patrões e governantes. Segundo denúncias veiculadas nesses dois jornais, a Polícia estava

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Idem.*

⁶³ "O operariado", em *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1917, pág.6.

infiltrando nas fábricas e nas associações operárias, agentes policiais disfarçados de operários com a missão de identificar as principais lideranças operárias e incluí-las no *Index*, a lista negra das pessoas "indesejáveis" nas indústrias e, portanto, à mira da polícia. Denunciaram também que estava em curso um projeto de contrafação para minar junto ao operariado a força do novo organismo federativo, já no seu nascedouro. Ainda alertaram os trabalhadores a não se deixarem enganar com as iniciativas "beneficentes" dos industriais e governantes de criar sindicatos e cooperativas em benefício dos operários⁶⁴.

ALERTA, TRABALHADORES!

Logo ao se formar, a *Federação Operária de São Paulo* se viu às voltas com a fundação do Sindicato de Defesa dos Empregados Ferroviários, por iniciativa dos industriais e setores do governo interessados em desestabilizar a *União Geral dos Ferroviários (U.G.F.)*, que possuía cerca de 5000 filiados e congregava operários da São Paulo Railway, Sorocabana, Paulista, Mogiana e da Rede Sul Mineira. À frente dessa associação, denunciada pela *FOSP* como sindicato "amarelo" estava o coronel Oscar Porto, oficial da Briosa e chefe político distrital e o delegado de Santos, Bias Bueno, encarregado dos estatutos⁶⁵. No boletim de adesão distribuído entre os trabalhadores das estradas de ferro, a nova associação dos ferroviários justificou o seu surgimento como

⁶⁴ Após a deflagração da Greve Geral de Julho de 1917, surgiram algumas cooperativas beneficentes cuja iniciativa de organização não partiu dos trabalhadores. Entre elas, a Sociedade Beneficente dos Empregados da Light (agosto/1917) e a Cooperativa da Cia. Antarctica Paulista (julho/1917), que se propôs a destinar o pagamento das multas impostas aos empregados para o fundo da cooperativa.

⁶⁵ "Quem são os cabeças dessa ratoeira", em *A Plebe*, 8 de setembro de 1917, pág.2.

"um fato que se impunha para suavizar a vida futura dos empregados, proporcionando Montepio às famílias e outras garantias, por meio de leis sancionadas pelo governo, sem prejudicar a disciplina e os interesses da Estrada ..."⁶⁶.

As investidas dos industriais e policiais para dismantelar a FOSP e as organizações operárias que a constituíam foram denunciadas pelos jornais anarquistas e socialistas. Segundo *A Plebe*, "governo e industriais opõem às associações de trabalhadores organizadas por trabalhadores as associações de trabalhadores organizadas por eles próprios"⁶⁷. A fundação de sindicatos "amarelos" foi vista pelos anarquistas como "obra dos Cains sociais ... e urge estarmos na estacada a vigiar a sementeira de nossos ideais de redenção humana para evitar que espíritos perversos não venham lançar o joio no meio das boas sementes"⁶⁸. O jornal socialista *Avanti*, por sua vez, afirmou que "alguns acontecimentos recentes nos advertem de que os inimigos da organização operária depois que verificaram a inutilidade das repressões de Julho...mudaram de método: deixaram de ser ferozes, tornando-se espertos...Procura-se um pretexto para arrastar a massa operária que acaba de constituir a sua organização, e antes que a organização tenha consolidado, a um prova superior às suas forças, a fim de tentar o seu esfacelamento"⁶⁹. O militante socialista Theodoro Monicelli alertou os trabalhadores para estarem atentos às provocações e saberem o momento oportuno de retomada das paralisações como resposta às investidas patronais que procuravam anular as conquistas da greve geral. afirmou:"não é quando pode ser

⁶⁶ Boletim de adesão publicado no jornal *O Combate*, em 4 de setembro de 1917, pág.2. O documento deveria ser assinado e devolvido à sede do Sindicato de Defesa dos Empregados Ferroviários na Rua São Luís, 12 "que sob a palavra de honra guardará reserva em benefício da classe".

⁶⁷ "Brado de alerta - Desmarcando tartufos", em *A Plebe*, 10. de setembro de 1917, pág.1.

⁶⁸ "Cuidado! Os burgueses fundaram um sindicato amarelo", em *A Plebe*, 10. de setembro de 1917, pág.1.

⁶⁹ Theodoro Monicelli, "Aos Operários", *Avanti*, 10. de setembro de 1917, reproduzido no jornal *O Estado de São Paulo*, 5 de setembro de 1917, pág.10.

agradável à polícia e aos patrões que os operários devem cruzar os braços e declarar greves"⁷⁰.

A retomada dos movimentos grevistas foi noticiado pelos jornais *O Combate*, *A Capital* e *O Estado de São Paulo* como uma manifestação justa dos operários face ao descumprimento do acordo, em especial no que diz respeito ao direito de associação e não punição aos que participaram da Greve Geral de Julho. Os trabalhadores mais combativos e atuantes nas organizações operárias foram alvos das perseguições dos patrões, que usaram a justificativa das dificuldades financeiras enfrentadas em decorrência da elevação dos salários para despedi-los.

Em algumas fábricas, os trabalhadores se mobilizaram contra as demissões. Na Companhia Antártica Paulista, por exemplo, a notícia de fechamento da seção de marcenaria e pintura e a conseqüente demissão dos seus funcionários revelou a perseguição dos industriais aos trabalhadores que mais se destacaram nas agitações de julho e na luta pela organização operária. Deflagrada a greve na seção de pintura no mês de Julho, o gerente da Antártica, durante as negociações com a *Comissão de Imprensa* chegou a propor como condição para a reabertura da fábrica, que lhe fosse assegurada a faculdade de poder dispensar os operários que entendesse. Obrigada a ceder diante das circunstâncias, a Cia. Antártica voltou à carga no mês de setembro oferecendo "espontaneamente pagar aos operários na íntegra, os salários correspondentes ao mês de setembro e mais 50% do que lhes haveriam de tocar nas folhas de outubro, novembro e dezembro ...de uma só vez, no ato da despedida dos operários"⁷¹. Os operários da Antártica, reunidos em assembléia no dia 10 de

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ "Aviso da Cia. Antártica aos operários", em *A Capital*, 11 de Setembro de 1917, pág.3.

setembro, aprovaram uma proposta conciliatória sujeitando-se em todas as oficinas à redução de uma hora de serviço diário em troca da manutenção das atividades dos marceneiros e pintores⁷². A proposta foi desconsiderada pela diretoria do estabelecimento e os trabalhadores decidiram entrar novamente em greve.

Cerca de 700 empregados da estrada de ferro São Paulo Railway (seção Lapa) também entraram em greve, no início do mês de setembro, contra a demissão de 22 funcionários das seções de carpintaria e pintura, dispensados sob a alegação patronal de dificuldades financeiras. Os grevistas também propuseram a redução de meio dia de trabalho semanal e a conseqüente diminuição de salário, em troca da readmissão dos carpinteiros e pintores. Diante da intransigência dos patrões retornaram ao trabalho, mas manifestaram solidariedade aos demitidos prontificando a ajudá-los com auxílio financeiro. A dispensa dos empregados da São Paulo Railway foi denunciada pela *A Plebe* como parte de um plano policial-industrial de perseguição aos trabalhadores e às associações operárias mais combativas. Afirmou tratar-se de uma provocação porque ao mesmo tempo em que ocorriam as demissões, novos empregados eram contratados pela São Paulo Railway e os antigos, aconselhados a se dissociarem do seu sindicato de classe. O jornal anarquista afirmou estar em curso uma "guerra franca às nossas organizações" e alertou os trabalhadores para se manterem unidos para evitar "o suicídio moral da classe trabalhadora"

⁷³.

Com a deflagração de novos movimentos grevistas, os jornais *O Correio Paulistano* e o *O Jornal do Comércio*, ambos

⁷² "Ata da sessão extraordinária dos operários da Cia. Antractica", em *A Capital*, 12 de setembro de 1917, pág.3.

⁷³ "Mais uma infâmia", em *A Plebe*, 15 de setembro de 1917, pág.1.

atrelados ao governo, rumorejaram em suas páginas uma nova greve geral "em perspectiva". O anúncio do novo movimento "em gestação" apareceu na edição do dia 2 de Setembro de 1917 e vinha acompanhado de uma crítica contundente aos operários, que por qualquer desentendimento com os patrões, declaravam-se em greve. O caso da greve deflagrada na Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa foi considerado exemplar. Segundo o *Jornal do Comércio*, a greve deflagrada em 27 de agosto por cerca de 500 funcionários tinha por objetivo "compelir o dono do atelier a por na rua uma auxiliar que é com certeza escrupulosa e pune as infrações por um meio tão inocente e infantil...o puxão de orelha"⁷⁴. Ainda que não aprovando em tese o puxão de orelha, o jornal afirmou que "ninguém poderá negar que muitas vezes é salutar e benéfico"⁷⁵. Os funcionários da Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa mantiveram suas atividades paralisadas por cerca de quinze dias e só retornaram ao trabalho quando suas exigências foram aceitas: a dispensa da mestra da seção de carretéis, acusada de espancar as crianças e fazer uso do puxão de orelhas, além de insultar as operárias e também a dispensa do encarregado da seção de carretéis, que por sua inabilidade e imperícia, segundo os grevistas, prejudicava os demais trabalhadores da seção. Segundo o *Jornal do Comércio* "é preciso pôr em definitivo um ponto final a essas inquietações. É preciso que o proletariado da capital não se deixe levar por mal intencionados agitadores..."

Como num ensaio orquestrado, *O Correio Paulistano*, órgão de representação oficial dos interesses do governo, no mesmo dia 2 de setembro assinalou não haver razão para uma nova greve pois "a classe proletária ainda há pouco teve aumento de salário e também na medida do possível

⁷⁴ "Várias Notícias", em *Jornal do Comércio*, 2 de setembro de 1917, pág.6.

⁷⁵ *Idem*.

satisfeita a sua maior aspiração e o empenho do governo de garantir seus direitos e melhorar sua sorte"⁷⁶. Dessa forma, o jornal alertou o operariado de que "qualquer agitação não seria não só descabível, mas condenável...e se por ventura se converter em realidade o Secretário da Segurança Pública e seus auxiliares vão intervir não como benevolentes mas com medidas repressivas para sufocar no seu nascedouro..."⁷⁷.

As investidas dos dois jornais governistas contra os novos movimentos grevistas foi duramente criticada pela *A Plebe*. O semanário anarquista lançou suas baterias contra os dois principais argumentos das matérias jornalísticas: "o motivo das greves é um simples mal entendido entre empregados e patrões" e "os operários se deixam inconscientemente levar pelos "mal intencionados agitadores". Utilizando uma linguagem com referências animais, *A Plebe* afirmou que "nos seus zurros filosóficos-sociológicos, os zebróides pontificadores dos órgãos oficiosos dão-se ao fácil sport de afirmar que os operários na última greve obtiveram uma considerável elevação de salários...sendo, por conseqüência, lamentável que se deixem transviar de novo para insinuações perniciosas em nome duma solidariedade descabida". Quanto às investidas contra os militantes rebateu as acusações afirmando: "não nos intimidamos com as truanescas ameaças, porque não nos preocupam outros interesses senão os da humanidade que trabalha e sofre e para quem reivindicamos a máxima felicidade e o máximo bem estar"⁷⁸.

Os jornais da grande imprensa simpáticos à causa operária e vigilantes ao cumprimento do "Acordo de 14 de Julho" também se levantaram contra as ameaças governamentais.

⁷⁶ "Notas", em *O Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1917, pág.3.

⁷⁷ "Notas", em *O Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1917, pág.3.

⁷⁸ "Que nojo!Havemos de reagir, apesar de tudo.", em *A Plebe*, 8 de setembro de 1917, pág.1.

Uma vez mais, repudiaram as vozes alarmantes e voltaram suas baterias contra o governo. Para *O Combate* "o operariado não está preparando a greve geral porque confia na palavra oficial mais do que ela procura fazer se valer"⁷⁹. Segundo *O Estado de São Paulo*, "o governo não terá necessidade de tomar medidas enérgicas, como anunciou... porque a idéia de um novo movimento como o de Julho nem chegou a ser objeto de discussão entre o operariado...porque o trabalhador não faz greve pelo prazer de fazer greve nem pelo caprichoso desejo de jogar um 'match' com os patrões"⁸⁰. Nos comentários de *A Capital*, o governo também estava na berlinda e a ele era sugerido prevenir o movimento "cumprindo e fazendo cumprir o que sob a palavra de honra prometeu"⁸¹. Também aconselhou a Polícia a ser "ao menos uma vez o que deve ser preventiva e não repressiva, que esta é a triste fama que tem gozado"⁸².

A possibilidade de retomada do movimento grevista, deixada em aberta pelo *Comitê de Defesa Proletária* para pressionar o cumprimento do acordo, foi usada pelo governo para culpar anarquistas e socialistas pelo clima de inquietação reinante na capital paulista. Os boatos de uma nova greve geral, que circularam na cidade de São Paulo uma semana após a suspensão do movimento e também no início do mês de setembro, foram utilizados pelas autoridades governamentais para incriminar os militantes como perturbadores da ordem pública e servir de justificativa perante a opinião pública para uma ação repressiva. A boataria também serviu para sensibilizar a Assembléia Legislativa de São Paulo a aprovar o projeto de lei que

⁷⁹ "Uma Notícia Alarmante". *O Combate*, 4 de setembro de 1917, pág.1.

⁸⁰ "Greve". *O Estado de São Paulo*, 5 de setembro de 1917, pág.6.

⁸¹ "Movimento Operário", em *A Capital*, 6 de setembro de 1917, pág.3.

⁸² *Idem*.

aumentou o efetivo da Força Pública em 1128 homens totalizando 8821⁸³.

Os fios de uma trama tecida para incriminar os militantes, principalmente os anarquistas, que mais se destacaram no processo de organização dos trabalhadores e de mobilização do operariado paulistano começaram a ser entrelaçados desde o fim da Greve Geral de Julho. Nas ordens internas e nos telegramas expedidos pelo presidente do estado, bem como em conversas com o seu secretariado, os libertários passaram a figurar como elementos subversivos e sobre eles recaiu a culpa pelo caráter violento de que se revestiu os acontecimentos da Semana Trágica. Para Altino Arantes, o movimento teria sido pacífico e ordeiro "não fora a atitude subversiva assumida pelos operários, evidentemente inspirados, nesse passo, por elementos anárquicos"⁸⁴. No discurso governamental, os libertários perturbavam a vida da cidade e era preciso pôr um ponto final a essas inquietações.

Os anarquistas passaram a figurar nos discursos das autoridades paulistanas, quando ainda estava em curso a Greve Geral de Julho de 1917, como elementos subversivos responsáveis pela promoção da "grave agitação operária... levada a condenáveis extremos"⁸⁵. Em reunião do chefe do governo do estado com o seu secretariado, realizada no Palácio dos Campos Elíseos em 18 de Julho de 1917 para avaliar os acontecimentos de Julho, Altino Arantes afirmou que "no fundo de toda essa injustificada agitação, o que havia era nada mais, nada menos que uma clamorosa exploração

⁸³ Projeto nº5 (Fixa a força pública do Estado para o exercício de 1918 - Art.1º - A força pública do Estado de São Paulo para o exercício de 1918 compor-se-á de 8821 homens). *Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Anais da Sessão Ordinária de 1917*, pág.121.

⁸⁴ Altino Arantes, *Meu Diário (registro íntimo de factos e impressões)*. Registro do dia 15 de Julho. São Paulo, 1917.

⁸⁵ Mensagem presidencial de Altino Arantes dirigida ao Congresso Legislativo de São Paulo (Ordem Pública). São Paulo, 15 de Julho de 1917.

política contra a ordem das coisas assentadas na Federação agora e para o futuro⁸⁶. Segundo Altino Arantes, uma "conspiração" contra a ordem social estava em curso tendo à frente anarquistas estrangeiros acobertados pelo jornal *O Estado de São Paulo*, acusado de ser o reduto dos inimigos do governo: monarquistas, parlamentares e militaristas que haviam se convertido à causa anarquista.

⁸⁶ Altino Arantes, *Meu Diário (registro íntimo de factos e impressões)*. Registro do dia 18 de Julho. São Paulo, 1917.

CAPÍTULO V

O DESFECHO

Aos olhos do governo, os anarquistas eram vistos como um "cancro" que corroía os valores da harmonia social instituídos pela sociedade moderna e ameaçavam os poderes constituídos. A metáfora médica foi utilizada por Altino Arantes para identificá-los como "um incômodo tumor que nos anda molestando há tanto tempo, e que precisa desaparecer"¹. Combater esse mal pela raiz, evitando o seu alastramento por todo o tecido social, passou a ser uma das metas prioritárias do presidente do estado de São Paulo, durante o segundo semestre de 1917.

Em busca de apoio ao seu diagnóstico e às medidas a serem prescritas para extirpar o tumor anarquista, Altino Arantes acionou seu secretariado, auxiliares, correligionários e jornalistas "amigos e de boa fé". Na imprensa paulistana, os jornais *Correio Paulistano* e o *Jornal do Comércio* deram início, ainda no mês de Julho, a uma campanha difamatória contra os libertários e reclamaram o uso de medidas drásticas para conter a onda subversiva que colocava em xeque a estabilidade do governo. Argumentaram em seus editoriais que os trabalhadores já haviam sido atendidos nas suas reivindicações e os alertava a não se deixarem seduzir por esses "pseudo-apóstolos do proletariado", que se imiscuíam no meio operário para pregar idéias subversivas. Contra os

¹ Altino Arantes, *Meu Diário (registro íntimo de factos e impressões)*. Registro do dia 11 de Setembro. São Paulo, 1917.

chamados "lenines paulistas", o governo do estado de São Paulo acenou com uma repressão enérgica e aventou a possibilidade de decretação da lei marcial para a sua eficácia.

Na Câmara dos Deputados de São Paulo, a investida contra os anarquistas partiu do deputado Veiga Miranda, amigo pessoal de Altino Arantes, que elegeu a questão da nacionalidade estrangeira para centrar seu ataque aos libertários. Em discurso - lido e aprovado pelo presidente do estado de São Paulo - Veiga Miranda afirmou serem os anarquistas, em sua grande maioria, estrangeiros que para cá vieram no fluxo da corrente imigratória e se dirigiram para as fábricas em vez de se fixarem na lavoura, sacrificando assim uma situação estável e progressiva aos azares de um empreendimento duvidoso. Segundo o deputado, a atividade rural era o "nosso verdadeiro recurso de riqueza e engrandecimento" enquanto a indústria era por ele considerada "fictícia e artificial". Ao optar pela vida nas cidades, o estrangeiro, no dizer de Veiga Miranda, "exonerava, até certo ponto, o Estado das responsabilidades de hóspede, quanto à sorte dos hospedados"². Além de estrangeiros que vieram se imiscuir na vida das cidades e, portanto, lançados à própria sorte, os anarquistas foram considerados "elementos dissolventes ...,subversivos que agem nas trevas ... e exploram em seu proveito a causa dos operários ...e vem atrevidamente insultarnos como povo, insultarnos como organização social, insultarnos como agregado político"³. Ao final do discurso, afirmou não ser possível "tolerar esse atrevimento de estrangeiros a atacar, a deprimir as coisas do

2 Discurso do deputado Veiga Miranda proferido na 5ª sessão ordinária em 23 de Setembro de 1917, na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anais da Sessão Ordinária*, 1917, pag.75.^a

3 Idem, pag. 79.

nosso país"⁴ e sinalizou seu aval às medidas de caráter repressivo a serem tomadas pelo governo.

No Congresso Nacional, o deputado federal Álvaro de Carvalho, líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados e amigo pessoal de Altino Arantes, em discurso proferido no Parlamento afirmou que "a quase unanimidade dos brasileiros é pela ordem pública, a quase unanimidade quer manter a sociedade que aí está organizada ... e uma ínfima minoria - a anarquia casada com o arrivismo - tenta demolir o que está feito"⁵. Segundo o deputado, responder aos anseios da grande maioria dos brasileiros era tarefa do poder público e cabia à Polícia fazer uso das armas em suas mãos para defender a sociedade organizada dos elementos subversivos.

Depois de justificada, a nível do discurso, a necessidade de uma ação mais enérgica contra os anarquistas, o governo do estado de São Paulo partiu para a repressão efetiva. A notícia de uma possível deflagração de greve na Estrada de Ferro Inglesa - a mais importante via férrea do estado ligando a capital a Jundiaí-, aventada pelos ferroviários em 9 de Setembro para pressionar a companhia a readmitir os companheiros despedidos, foi interpretada pelo poder público como "o primeiro fruto de uma agitação subterrânea, que devia ser sufocada no nascedouro"⁶. Diante da movimentação governamental em busca de um alibi para pôr em prática o seu plano de perseguição aos "conspiradores", os ferroviários acataram a orientação da FOSP de evitar deflagrar movimentos grevistas para não dar margem à repressão policial, e recuaram da decisão de paralisar suas atividades. Em nota divulgada no jornal da colônia italiana

4 *Idem, ibidem.*

5 *Anais da Câmara dos Deputados, sessão 18 de Julho de 1917, vol.3, pag. 509.*

6 "Como se faz uma revolução", em *A Platéia*, 15 de Setembro de 1917, pag.

Fanfulla⁷ anunciaram a desistência da greve, que foi interpretada pela Polícia como um "estratagema" para despistar as forças policiais. Na greve não deflagrada, o governo farejou mais indícios "conspirativos" e fez dela o alibi para pôr em prática a sua urdidura persecutória. Deu forma à "conspiração" e corpo aos "conspiradores".

A TRAMA CONSPIRATÓRIA

Após a suspensão da Greve Geral de Julho, a Polícia infiltrou agentes secretos no meio operário com o objetivo de descobrir os líderes do movimento grevista. O relatório do agente Francisco Gomes Machado apontou o envolvimento nas agitações operárias dos militantes Edgard Leuenroth e Antonio Nalepinski como "instigadores"; Florentino de Carvalho, Manuel Martinez, Antonio Candeias Duarte, José Fernandez e Francesco Cianci como "cabeças" e ainda João Minieri, Joaquim Arganz, Antonio Lopes, Mario Bernardo, Emilio Gutler e Francisco Siepletz como os "homens da rua"⁸. O documento também registrou a existência de um plano subversivo para perturbar a ordem pública paulistana e colocar em xeque a capacidade de governar do presidente do estado, Altino Arantes.

Segundo a "peça conspiratória" "descoberta" pelo poder público, à frente do "grupo conspirador" estavam anarquistas estrangeiros "rebutalho das mais baixas camadas sociais européias refratários ao cumprimento de seus deveres primordiais de patriotismo. Enquanto seus compatriotas expunham a vida nas frentes de batalha, aqui se deixavam

⁷ "Una comunicazione del ferrovieri", em *Fanfulla*, 13 de Setembro de 1917, pag.4.

ficar na exploração rendosa da ignorância das grandes massas operárias, atraindo-as para as associações anárquicas, disfarçadas em ligas de resistência e instituições de classe"⁹. Atrás deles, segundo relatório do Delegado Geral, estavam jornalistas com destaque para os editores do jornal O Estado de São Paulo, advogados e políticos que fomentavam greves em São Paulo e planejavam a deposição do governo Altino Arantes. O plano subversivo, de acordo com a Polícia, previa o ataque à propriedade privada e a execução sumária de membros do governo e alguns funcionários da Polícia. O governo seria deposto e "nada impedia que o Centro Libertário fosse instalar-se na residência presidencial"¹⁰.

A ação repressiva que se seguiu à "descoberta da conspirata" foi justificada pelas autoridades paulistanas como uma necessidade preventiva para abafar qualquer tentativa de perturbação da ordem pública. A perseguição aos anarquistas "conspiradores" teve início em 13 de Setembro de 1917. Forças policiais se espalharam pela cidade. Ao mesmo tempo e em lugares diferentes, sem processo, sem formação de culpa e às ocultas, policiais invadiram lares na calada da noite e prenderam vários trabalhadores considerados elementos subversivos, conservando-os incomunicáveis. As sedes das organizações operárias também não escaparam à investida policial. Do Salão Germinal localizado na Rua do Carmo, lugar de reuniões e assembléias promovidas pelos anarquistas, foi levado todo o mobiliário (bancos, mesas e arquivos) para a Repartição da Polícia Central. Quem lá se encontrava na noite do dia 13 de Setembro acabou preso. As ligas operárias da Móoca e do Brás também foram fechadas e os nove operários que ensaiavam um drama na Liga Operária da Móoca foram levados

8 "A Conspiração", em *O Combate*, 01 de outubro de 1917, no.722, ano III, pag.1.

9 CF. Relatório do Delegado Geral Thyrso Martins, publicado no jornal *Correio Paulistano*, 7 de outubro de 1917, pag.3.

10 *Idem*.

para a prisão. Ainda nessa mesma noite, a Polícia invadiu a Gráfica Piratininga, situada na Rua Conselheiro Crispiniano, onde era impresso o jornal anarquista *A Plebe*. Sob o pretexto de apreender boletins aconselhando os ferroviários a entrarem em greve, a Polícia levou os originais da edição do dia 15 de Setembro¹¹ para a Repartição da Polícia Central.

Segundo denúncias publicadas nos jornais paulistanos não atrelados ao governo, a Polícia não só violou domicílios, mas também usou de violência física contra os indivíduos que foram retirados das suas casas na calada da noite. Agrediu com pontapés, bofetadas, sopapos e socos os anarquistas que foram conduzidos para a prisão. Uma lista com o nome de alguns dos presos, elaborada com base nos depoimentos de familiares, foi divulgada no jornal anarquista *A Plebe*, que circulou em 15 de Setembro de 1917. Entre os diversos nomes constantes da listagem dos presos estava o de Edgard Leuenroth, responsável pela edição do jornal. Além dele, foram aprisionados José Sarmiento Marques, Antonio Candeias Duarte, Evaristo Ferreira de Souza, Virgílio Fidalgo, Antonio Nalepinski, José Fernandez, Florentino de Carvalho, Edmondo Colli, Francisco Peralta, Antonio Lopes, Emílio Gutler, Zeferino Oliva, Giuseppe Ghicco, Francisco Arouca, Paschoal Andreani e Marcial Megia.

Segundo declarações do Delegado Geral, a ação repressiva desencadeada a partir do dia 13 de Setembro de 1917 visou abortar "o processo revolucionário em curso" e pôr um fim definitivo ao clima inquietante que reinava em São Paulo. Proceder de modo contrário, no dizer da autoridade policial, seria faltar com o seu dever. Toda a ação da Polícia foi justificada como respaldada na lei. O *Correio*

¹¹ A edição do jornal anarquista *A Plebe* de 15 de Setembro de 1917 foi impressa nas oficinas do jornal *O Combate*.

Paulistano considerou a ação policial desencadeada contra os libertários como uma prática da polícia preventiva, universalmente empregada. Dessa forma, justificou o órgão representativo dos interesses do governo de São Paulo, "a Polícia invadiu a sede de uma pretensa associação operária e apoderou-se dos documentos que ali encontrou. Tinha razões para fazê-lo, suspeitando que essa associação era um foco de agitadores, nocivos à tranquilidade pública"¹². As ligas operárias, por sua vez, foram fechadas sob acusação de serem meros ajuntamentos ilícitos, sociedades secretas e perigosas infringindo, assim, o artigo 382, #2 do Código Penal¹³. A lei também foi invocada para justificar a apreensão dos originais do jornal anarquista *A Plebe* bem como o interrogatório de dois editores do jornal italiano *Il Piccolo*, Paolo Mazzoldi¹⁴ e M. Cerchiai, intimados pelo 4º delegado, Acácio Nogueira, responsável pelas diligências policiais, a prestar esclarecimentos sobre a denúncia do jornal estar envolvido na organização da nova greve geral. Silenciou, no entanto, quanto às prisões efetuadas de forma arbitrária.

Contra as arbitrariedades da Polícia levantaram-se os militantes libertários que escaparam às perseguições policiais. Os anarquistas não esmoreceram o espírito aguerrido de luta, que tanto temor causava às autoridades.

12 "Revertendo os pontos", em *Correio Paulistano*, 27 de Setembro de 1917, pag.5.

13 O artigo 382 do Código Penal de 1890 assevera: "Considera-se sociedade secreta a reunião em dias certos e determinado lugar, em que mais de sete pessoas, sob juramento ou sem ele, se impuseram a ocultar das autoridades públicas o objeto da reunião, a organização interna do seu pessoal de administração. O #2 diz: "se forem falsas as declarações e a associação tiver fins opostos à ordem social, a autoridade fará dispersar a reunião e aos chefes ou diretores se imporá a pena de 10 a 30 dias de prisão.

14 Em seu depoimento à Polícia, Paolo Mazzoldi rebateu a acusação de que era um "perigoso subversivo, promotor de desordens e agitador das turbas operárias". O jornalista italiano afirmou que sentia muito honrado, e ao mesmo tempo, muito injustiçado com as considerações do delegado à sua pessoa. Honrado por "ter sido acusado de ajudar os humildes e sublevar-se contra a miséria e os trabalhadores a lutar por direitos sociais, pela organização e por dignidade humana". Mazzoldi, no entanto, considerou injusto "ser-lhe atribuída a honra de ter feito tudo isso porque os que realmente haviam lutado pela melhoria da condição operária estavam sendo perseguidos, aviltados e encarcerados". Cf. "Lettera aperta a sua eccellenza il dottore Eloy Chaves", publicada no jornal *O Estado de São Paulo* 21 de setembro de 1917, pag.10.

Ainda que com sua imprensa amordaçada, suas organizações fechadas e presos os militantes mais combativos, continuaram estimulando os trabalhadores a lutarem pelo cumprimento dos seus direitos conquistados. Afirmaram ser "como a caravana que passa sem que nada a detenha no seu caminho"¹⁵. Procuraram incentivar os operários a manterem a união "embora vos hajam dispersados no afã de extinguir a vossa solidariedade tão bela"¹⁶ e a não se deixarem aterrorisar diante das ameaças policiais afirmando que "a demonstração de fraqueza seria uma catástrofe para vós mesmo, pois, jamais, verieis coroados os vossos ideais de emancipação se a tibieza vos invadissem"¹⁷. O lema da Internacional voltou a ser lembrado. Os trabalhadores foram aconselhados a se revoltarem contra a opressão como única forma de manterem-se livres.

Em Manifesto divulgado em 15 de Setembro, a Federação Operária de São Paulo protestou contra o "arrombamento e violação de domicílio de honestas famílias operárias, contra a invasão das suas sedes, contra a proibição de suas assembléias e contra as prisões em massa dos membros da FOSP e de muitos outros companheiros"¹⁸. A FOSP acenou com a possibilidade de deflagração de uma greve geral como resposta dos trabalhadores à violência policial. Desta vez, afirmaram os libertários, o estopim seria a provocação da Polícia. Num segundo manifesto divulgado uma semana depois, a FOSP exigiu a soltura dos presos e o respeito ao direito de associação. O Centro Libertário de São Paulo também divulgou uma nota de protesto contra a pecha de sociedade secreta. No documento assinado pelo secretário da associação, Giovanni Ranniero afirmou que a entidade de

15 *A Plebe*...

16 "Alerta, operários!", em *A Plebe*, 22 de Setembro de 1917, pag. 3.

17 *Idem*.

18 Manifesto "Alerta, operários!" da *Federação Operária de São Paulo*, publicado no jornal *A Plebe*, 22 de Setembro de 1917, pag.3.

orientação anarquista existia há cinco anos; sempre foi aberta ao público; as reuniões, palestras e conferências realizadas na sua sede - que ficava próxima à Repartição da Polícia Central - sempre foram anunciadas e convocadas por meio dos jornais da cidade e ainda que a Polícia nunca ignorou a existência do Centro, mesmo porque para lá endereçou correspondência denegando autorização para a realização de comícios¹⁹. O jornal anarquista *A Plebe* - que apesar do seu empastelamento e do encarceramento do seu fundador continuou a ser editado até 30 de outubro de 1917 e impresso nas oficinas de *O Combate* - acusou a formação de um Comitê de Salvação do Povo, constituído em nome de todas as coletividades operárias e, especialmente, da União Geral dos Ferroviários e Ligas Operárias do interior, que ameaçavam declarar greve caso não fossem restituídos à liberdade os companheiros encarcerados.

Às vozes de protesto anarquista contra as medidas repressivas adotadas pelo governo estadual para minar a influência libertária junto ao operariado paulistano, juntou-se a da imprensa liberal. Os jornais *O Combate*, *Fanfulla*, *A Capital*, *Diário Popular* e, em especial, *O Estado de São Paulo* - acusado pelo governo de acoitar as maquinações libertárias-oposicionistas -, criticaram as ações policiais contra os operários considerados "indesejáveis" pelas autoridades governamentais.

A Capital divulgou uma nota de protesto contra a violência utilizada pelos agentes secretos, por ela considerados "secretas arruaceiros". Em sua primeira avaliação sobre as atitudes tomadas pelas forças policiais, o jornal atribuiu os desmandos praticados pela Polícia aos 'secretas', que deveriam estar agindo sem o conhecimento das

19 "Sfacciati", em *Guerra Sociale*, 20 de outubro de 1917, pag.3.

autoridades superiores. Também lançou um apelo ao Secretário da Justiça e da Segurança Pública para mandar 'policiar a Polícia' e, assim, evitar que os seus subordinados praticassem arbitrariedades. No entanto, na medida em que o furo de reportagem do *O Combate* em 3 de Setembro de 1917 denunciando a existência de um plano policial armado para dar sustentação à deportação dos anarquistas estrangeiros ganhou credibilidade pública, o jornal *A Capital* passou a considerar as ações policiais como uma "espécie de 'revanche' pela humilhação que suportou a administração pública, durante o último movimento grevista"²⁰.

O jornal da colônia italiana *Fanfulla*, que desde o mês de maio vinha criticando a intervenção da Polícia em assuntos que considerava da alçada exclusiva de patrões e empregados, disparou suas baterias contra a ação das forças repressoras. Qualificou de "farsa conspiratória" a divulgação policial de existência de um complô anárquico-oposicionista e lançou aos seus leitores as seguintes indagações: "Onde está o complô? Quem são os conspiradores? Qual é o material descoberto? E se tudo existe, porque circundá-lo de mistério? Por que não abrir um processo contra os culpados, obedecendo às regras legais?"²¹ Segundo o jornal, a Polícia criou um "fantasma anárquico para ter a mão livre para golpear uma dúzia de indivíduos que tinham um discurso socialista e organizavam ligas de resistência contra os capitalistas"²². O *Fanfulla* ainda aconselhou as autoridades a seguirem o exemplo dos países civilizados que "depois de inúteis experiências de medidas excepcionais se convenceram de que a melhor medida contra a sedução da ideologia libertária consiste em educar e

20 "O Movimento Operário", em *A Capital*, 19 de setembro de 1917, pag.3.

21 "In tema di libertà", em *Fanfulla*, 23 de setembro de 1917, pag.4.

22 *Idem*.

instruir o povo para fortificar a mente e a consciência...fazendo-o partícipe de toda a legislação"²³.

Em nome da defesa da liberdade de imprensa e da solidariedade jornalística, *O Estado de São Paulo* censurou a intimação policial aos dois jornalistas italianos do *Il Piccolo*. O jornal elegeu a Polícia como alvo das suas críticas por ser ela, em qualquer país "de todos os departamentos do governo o que mais se expõe ao granizo da imprensa livre, primeiro por ser, pela natureza especial das suas funções, o que mais erra, seguido por serem os seus erros os que mais ofendem o sentimento popular e, por conseguinte, os que menos desculpam a indiferença"²⁴. Segundo o jornal, o modo de proceder arbitrário e violento, por ação de solavancos, impedia a Polícia de manter a ordem. Sobre ela recaía a acusação de agitar a atmosfera, desencadear ventos e preparar tempestades.

O rebate às críticas desferidas à atuação da Polícia pelo jornal *O Estado de São Paulo*, pertencente à família Mesquita que encabeçou o grupo dissidente do Partido Republicano Paulista em 1901, foi feito pelo *Correio Paulistano*. Segundo este jornal - que defendia os interesses do P.R.P., partido do governo Altino Arantes - a Polícia agiu "consoante a lei que lhe confere o direito de intimar a prestar declarações os cidadãos cujo depoimento a mesma polícia presume ser útil nos inquéritos a que procede e também de fechar associações com características de sociedades secretas"²⁵. A troca de farpas entre os dois jornais sobre as atitudes da polícia paulistana deu início a uma polémica jornalística travada nas colunas "Violências

23 Idem

24 *O Estado de São Paulo*, 22 de Setembro de 1917, pag.5.

25 "Revertendo os pontos", *Correio Paulistano*, 27 de Setembro de 1917, pag.5.

Policiais" d'*O Estado de São Paulo* e "Fatos Diversos" do *Correio Paulistano* e acabou por revelar fissuras de sensibilidade na política paulistana que o correr dos anos não conseguira tapar.

O *Correio Paulistano* definiu as críticas do *Estadão* como uma atitude de má vontade política contra os que dirigiam os destinos de São Paulo. Consternação e assombro foram as expressões usadas pelo *Correio Paulistano* para assinalar o que considerou ser uma mudança de rumo do *O Estado de São Paulo* que "havia se transformado de órgão ponderado em paladino de um sectarismo demolidor, agasalhando anarquistas e o que é pior, desmentindo todo o seu nacionalismo em um lúbrida aliança com agitadores estrangeiros"²⁶. O papel timbrado do *O Estado de São Paulo* encontrado pela polícia durante a invasão d'*A Plebe* foi usado como testemunho da cumplicidade do jornal com os "promotores da anarquia".

No rebate às acusações, o *Estadão* asseverou que a sua defesa era em favor dos princípios das liberdades públicas, do respeito pelas leis e obediência à Constituição. Denunciou ainda que "com a guerra de extermínio promovida contra os anarquistas, a polícia procurava esconder seus repetidos fiascos, mesmo porque...o seu fado é errar"²⁷. Segundo o jornal dos Mesquita, a polícia "fez todo esse barulho, causou todo esse abalo, despertou todas essas apreensões, espalhou todos esses sobressaltos, semeou todo esse susto por ter apanhado os fios de uma conspiração anarquista. Todavia, a tragédia acabou, o pano desceu, e de conspiração anarquista nada, absolutamente nada"²⁸.

²⁶ "Fatos Diversos", *Correio Paulistano*, 20 de Setembro de 1917, pág.5.

²⁷ "Violências Policiais", *O Estado de São Paulo*, 24 de Setembro de 1917, pág.5.

²⁸ "Violências Policiais", *O Estado de São Paulo*, 26 de Setembro de 1917, pág.6.

OS ERRANTES NAVEGANTES

A via crucis dos militantes presos na madrugada de 13 de Setembro de 1917 começou no posto policial do Brás para onde foram levados, entre outros, José Fernandez, Francisco Peralta, Antonio Candeias Duarte, Antonio Nalepinski, Antonio Lopes, Manuel Martinez e Emílio Gutler. Depois de despojados dos seus pertencentes, os prisioneiros foram transferidos para a Vila Mariana, onde encontraram o pai de Vicente Anódio, um senhor de 60 anos de idade, enclausurado por ter se recusado a denunciar o paradeiro do filho. Recolhidos num único cubículo, sem ter como ferrar o chão frio da prisão, os militantes conseguiram junto a carceragem um colchão para Emílio Gutler, que se encontrava ferido. No posto policial da Vila Mariana permaneceu somente Antonio Candeias Duarte, que depois de fotografado foi removido para uma solitária e, posteriormente libertado por intervenção do cônsul português²⁹ Os demais presos foram levados para o posto policial de Vila Mathias, em Santos, para serem deportados.

A estratégia de ação formulada pelo governo paulista para se livrar dos indivíduos por ele considerados "indesejáveis" foi expulsar os militantes estrangeiros de maneira silenciosa, sem ciência dos acusados e fazer calar os de nacionalidade brasileira, deixando-os incomunicáveis nas prisões, ou deportando-os para o interior do estado. A pedido

²⁹É possível que a soltura de Antonio Candeias Duarte tenha resultado das pressões do cônsul português sobre o governo de São Paulo. Depois de ter sido enviado para Santos para ser deportado juntamente com os demais anarquistas estrangeiros, presos na madrugada do 13 de setembro, o militante libertário, de nacionalidade portuguesa, foi enviado de volta à São Paulo e libertado depois de um encontro na residência do Secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo, intermediado pelo Delegado de Santos, Bias Buenos. Cf. "Prisões Arbitrárias - O Caso Candeias", em *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1917, pag.6.

do presidente do estado de São Paulo, o Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, assinou em 11 de Setembro a portaria de expulsão de 25 estrangeiros do território nacional³⁰. O navio de guerra "Carlos Gomes" com um contingente a bordo do Batalhão Naval, colocado à disposição do governo de São Paulo pelo Ministro da Marinha, aportou em Santos.

Os inquéritos policiais para instruir os pedidos de expulsão foram abertos pelo delegado Acaccio Nogueira (4a. Delegacia Auxiliar), a partir de 31 de Agosto de 1917. Eles foram instaurados com base nos ofícios encaminhados pelo chefe do Gabinete de Capturas e Investigações, Virgílio Nascimento, identificando os militantes estrangeiros que procediam, segundo as autoridades, de modo comprometedor à segurança nacional e à tranquilidade pública para os efeitos do artigo 1º do Decreto 1641 de 7 de Janeiro de 1907, também conhecido como "Lei Adolpho Gordo", que regulamentava a expulsão de estrangeiros do país. Depois de 'inquirido' o acusado e ouvido as testemunhas³¹, todas unânimes em afirmar que os indiciados eram agitadores, indivíduos perigosos, desordeiros e com participação comprovada na Greve Geral de Julho e na propaganda da "suposta" greve a ser deflagrada no mês de Setembro, o relatório do inquérito foi encaminhado ao Secretário da Justiça e da Segurança Pública por intermédio do Delegado Geral. Posteriormente, foi despachado para o

30 Cf. "Expulsão de Estrangeiros", em *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, agosto de 1918, pag. 50.

31 Cruzando as informações constantes nos inquéritos policiais encontrados no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) junto aos processos de expulsão relativos ao ano de 1917 dos anarquistas estrangeiros José Sgai, Sílvio Antonelli, Vicente Anodio, José Peralta e Theodoro Monicelli foi possível perceber que a Polícia utilizou as mesmas testemunhas em vários processos, o que permite supor tratar-se de pessoas instruídas para confirmar as acusações de "indivíduos perigosos e comprometedores da segurança pública". As testemunhas Benedicto Manuel Pedrozo e Benedicto José Fernandes, por exemplo, fizeram uso da mesma fala para incriminar Vicente Anodio e Theodoro Monicelli. Do mesmo modo, Fernando Torres e João Carneiro testemunharam contra José Peralta e José Sgai.

Ministro da Justiça, que dele se utilizou para justificar as portarias de expulsão.

Segundo denúncias publicadas no jornal *O Combate*, os inquéritos policiais foram recheados de informações falsas. Muito dos acusados só tomaram conhecimento de que estavam sendo secretamente processados quando do aprisionamento para serem deportados. Por outro lado, as testemunhas de acusação - compradas a dois tostões, segundo o jornal - que se prestaram a dar informações sobre os indiciados à Polícia em voz monocórdia afirmaram tratarem-se de indivíduos anarquistas que residiam no país há menos de um ano. O tempo de residência possibilitava enquadrar os indiciados na lei de expulsão, já que para não ser expulso, o estrangeiro deveria provar a residência no país por mais de dois anos consecutivos. Três dessas testemunhas foram identificadas pelo *O Combate* como agentes da polícia³².

De posse da portaria de expulsão emitida pelo Ministro da Justiça, as autoridades paulistanas procuraram embarcar os "indesejáveis" em vapores estrangeiros. A primeira tentativa, em navio de bandeira italiana, foi frustrada pelo Consul Geral da Itália em São Paulo. Consultado pelo Chefe do Gabinete de Investigações e Capturas sobre a possibilidade de embarcar no vapor *Indiana* um agitador alemão, quatro espanhóis, além dos italianos, o Sr. Beverini alegou não poder permitir a presença de um alemão a bordo do navio italiano (as repercussões da guerra européia se faziam sentir do outro lado do Atlântico). Quanto aos espanhóis, exigiu o passaporte com o visto das autoridades consulares, o que contrariava o desejo das autoridades governamentais de segredar a deportação. No caso dos italianos, julgou inconveniente "embarcar elementos que

32 "Os deportados. Mais revelações sobre o processo", em *O Combate*, outubro de 1917.

podiam provocar desordens durante a viagem e trazer preocupações uma vez na Itália"³³. Outras companhias de navegação consultadas também alegaram dificuldades em transportar indivíduos proclamados "undesirable"³⁴ pelo próprio governo que os expulsou.

Nove "indesejáveis" anarquistas estrangeiros foram finalmente embarcados, sob severa vigilância policial, no vapor *Curvello* da Companhia Lloyd Brasileiro, que zarpou de Santos em 19 de Setembro com destino a Nova York. José Sarmiento Marques (chapeleiro espanhol, naturalizado brasileiro), Primitivo Raymundo Soares (comerciário, espanhol), Zeferino Oliva (pintor, italiano), Antonio Nalepinski (sapateiro, russo), Virgílio Fidalgo (sapateiro, espanhol), Antonio Lopes (tecelão, espanhol), José Fernandes (pintor, espanhol), Francisco Aroca Romero (jornaleiro, italiano) e Giuseppe Ghicco (mecânico, italiano) foram encarcerados em dois camarotes de terceira classe próximos à proa e mantidos sob os olhares de quatro agentes de polícia, escalados para acompanhá-los até Barbados, local do desterro. Levavam apenas a roupa do corpo e 20 libras esterlinas cada um, importância exigida para o desembarque na ilha de posseção inglesa.

33 "Relatório, 25 de Setembro de 1917, de Luigi Mercatelli (Regia Legazione al Brasile) al Ministero degli Affari Esteri in S.Paolo, em Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*, vol. II, São Paulo, Brasiliense, 1981, pag.269.

34 A polémica em torno dos "indesejáveis" começa na origem da própria palavra. Inglesa ou americana? É possível que sua origem remonte ao século XIX e ela tenha sido usada pela primeira vez por um chanceler inglês para mostrar seu desagrado quanto a candidatura de um russo a diplomata na Inglaterra. Ele fez saber ao país em questão (Rússia) que o candidato era "undesirable". Cf. "Atualidades", em *A Gazeta*, 24 de setembro de 1917, pag.1. De uso corrente nos Estados Unidos, o termo "undesirable" foi utilizado para designar os imigrantes a quem a república americana fechava as portas por não satisfazerem as condições necessárias para viver nos EUA (robustez, folha corrida e um capital mínimo de US\$ 50,00). Uma outra interpretação sobre a origem do termo "undesirable" aponta que antes de apropriada pelo governo dos Estados Unidos, ela foi utilizada por organizações operárias americanas para designar operários analfabetos e desorganizados. Cf. "Verdade" em *O Estado de São Paulo*, 23 de setembro de 1917, pag.9. No dicionário contemporâneo de língua portuguesa Aurélio, a palavra indesejável significa "pessoa estrangeira cuja entrada ou permanência é julgada inconveniente e por isso proibida".

A chegada do *Curvello* no Rio de Janeiro em 21 de Setembro provocou uma movimentação soldadesca nas proximidades do porto da capital federal. Forças policiais espalhadas pelo cais e agentes de segurança postados nas escadas do navio impediam a aproximação da imprensa. Os deportados estavam incomunicáveis. O movimento de tropas no cais levou o jornal *O Estado de São Paulo* a comentar que ela revelava "o terror que esses homens inspiravam à polícia paulista, não pelo que pudessem fazer em detrimento da ordem pública, mas pela narrativa que, certamente fariam do muito que sofreram desde a sua prisão arbitrária"³⁵.

Apesar dos esforços policiais de não permitir qualquer contato com os "indesejáveis", o tratamento a eles dispensado veio à tona com a publicação da *Carta dos Deportados* no jornal carioca *A Razão*. No documento, eles relataram a passagem pelos postos policiais "onde tínhamos de dormir no cimento, sob um frio rigoroso e cortantes, sendo submetidos a prolongados jejuns, pois passávamos dias inteiros sem alimentação, que constava apenas de feijão e arroz, em cada 24 horas". Depois, houve a transferência em ambulâncias do posto policial de Vila Mariana até Santos, "onde continuamos a ter o mesmo tratamento, pois só dois ou três dias depois nos deram para descansarmos, uns colchões sujos e mais nada", até o embarque a bordo do *Curvello* "onde fomos encarcerados num cubículo de 3ª classe, sob uma atmosfera verdadeiramente insuportável"³⁶.

A situação irregular dos deportados a bordo do navio-prisão, embarcados sem passaporte e sem constar da

35 "Jornais do Rio", em *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1917, pag.3.

36 A "Carta dos Deportados", publicada no jornal do Rio de Janeiro *A Razão* foi reproduzida no jornal paulistano *O Combate* na seção "A palavra dos operários", em 8 de outubro de 1917, pag.1.

lista de passageiros ³⁷, reteve o *Curvello* no porto do Rio de Janeiro. O diretor-presidente do Lloyd Brasileiro, Osório Almeida, manifestando preocupação com possíveis dificuldades a serem enfrentadas junto às autoridades portuárias dos países estrangeiros, em especial nos Estados Unidos, solicitou à Polícia do Distrito Federal providenciar a emissão dos passaportes visados pelo consulado inglês, já que Barbados, para onde eles deveriam ser enviados, era possessão inglesa. Com a documentação providenciada, o navio zarpuo no dia 23 de Setembro levando a bordo os nove "indesejáveis" anarquistas.

Como errantes navegantes, carregando a pecha de caftens e ladrões atribuída pela Polícia, os deportados seguiram rumo ao degredo. Na noite de 29 de Setembro, Primitivo Soares, Francisco Arouca e Antonio Lopes conseguiram iludir a vigilância a bordo e fugiram do *Curvello* em sua chegada ao Recife³⁸. Quando descoberta a fuga, o navio havia zarpado. Os três militantes foram enviados para a Cada de Detenção da capital pernambucana e mantidos incomunicáveis. No Pará, foi a vez de Zeferino Oliva evadir-se quando o navio por lá passou.

Em terra, o "Caso dos Indesejáveis" embarcados rumo ao degredo levantou a suspeita de que um novo "Caso Satélite" poderia vir a se repetir. O episódio da *Revolta da Armada*³⁹

37 Na lista de passageiros (1ª e 3ª classe) do navio *Curvello*, consultada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, não consta o nome dos nove deportados. Cf. *1917-Relação de Passageiros Saídos*, ANRJ IJ(6)643-cx.596.

38 A fuga parece ter ocorrido quando o *Curvello* ficou fundeado no Lamarão. Valendo-se da lancha do fornecedor do Lloyd Brasileiro, os 3 expulsos conseguiram evadir-se. Cf. "Três agitadores fugiram do *Curvello*", em *Jornal do Comércio*, São Paulo, 30 de setembro de 1917, pág.1.

39 De 22 a 25 de novembro de 1910, 2379 marinheiros rebelados mantiveram a cidade do Rio de Janeiro sob a mira dos canhões dos navios Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Bahia, comprados pela Marinha Brasileira para manter a segurança e a soberania do país. Sob a liderança de João Cândido, que ficou conhecido como o "almirante negro", eles protestaram contra o excesso de trabalho, o ordenado insuficiente e exigiram o fim dos castigos físicos na Marinha. O acordo que pôs fim à "Revolta da Armada" previa a anistia aos marinheiros rebelados e o fim dos castigos físicos na Marinha. Pouco tempo após o término do

ocorrido em novembro de 1910, também conhecida como *Revolta da Chibata* foi revivido pela imprensa em 1917, temerosa de se repetir a violência que incidiu sobre os marinheiros, logo após o acordo que pôs fim ao uso da chibata na Marinha e anistiou os revoltosos. Temia-se para os anarquistas deportados a bordo do *Curvello* o mesmo destino dos marinheiros-anistiados, embarcados no cargueiro *Satélite* rumo ao degredo: a morte por fuzilamento em alto mar.

O jornal *O Combate*, que desvendou e trouxe a público o processo da expulsão dos militantes libertários, comparou Altino Arantes aos responsáveis pelo crime da Ilha das Cobras. Assinalou em suas páginas que, assim como os marinheiros confiaram na anistia concedida pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, os militantes anarquistas também confiaram na palavra de honra de Altino Arantes de que não atentaria contra a liberdade dos participantes da Greve Geral de Julho. As críticas foram centradas na figura do presidente do estado de São Paulo. A formação jesuítica de Altino Arantes foi usada para justificar o que o jornal considerou ser uma traição ao povo paulistano, que acreditou ser ele um espírito mais tolerante do que os seus predecessores, respeitador das leis e das liberdades públicas. Segundo *O Combate*, ao aceitar o governo Altino Arantes como o "mais tolerante e mais legalista, o povo estava sendo vítima de uma burla que só os loyolanos são capazes de urdir e executar.

movimento, 600 marinheiros foram presos sob a acusação de serem co-autores e cúmplices da sublevação ocorrida em 9 de dezembro de 1910, na sede dos Fuzileiros Navais na Ilha das Cobras. Dos 18 encarcerados no Presídio da Ilha das Cobras, 16 morreram queimados com cal virgem, jogado sobre os presos às vésperas do Natal de 1910. João Cândido sobreviveu ao massacre. Outros 105 marinheiros-anistiados foram embarcados no cargueiro *Satélite*, do Lloyd Brasileiro. Ao raiar o ano de 1911, nove deles foram fuzilados e jogados em alto mar. Os demais morreram como cativos nos seringais da Amazônia ou vítimas da malária; Quanto a João Cândido, foi julgado e absolvido pelo Conselho de Guerra. Evaristo de Moraes foi um dos seus defensores. Um estudo detalhado sobre a "Revolta da Armada" encontra-se em Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1963.

Toda a sua cordura anterior era fruto de um plano preconcebido para captar confiança dos cidadãos. Nós não desconfiamos que a conduta de Altino era o cavalo de Tróia que ocultava os sentimentos de insídia e perversidade agora revelados"⁴⁰

Os desdobramentos da "Revolta da Armada" também foram comparados pelo líder da insurreição dos marinheiros em 1910, aos que ocorreram após o movimento grevista de Julho de 1917. Em nota divulgada no jornal *Guerra Sociale*, João Cândido afirmou que assim como ele acreditou na palavra do marechal Hermes e dos deputados e senadores, cujo resultado foi "a orgia inquisitorial na ilha das Cobras e a carnicina a bordo do Satélite"⁴¹, os operários foram enganados ao acreditar na palavra de Altino Arantes. Segundo ele, os dois exemplos deveriam servir de alerta para se evitar um terceiro engano. O episódio da *Revolta da Chibata* foi igualmente lembrado por Evaristo de Moraes, defensor de João Cândido no Conselho de Guerra. O advogado criticou "os autocratas de São Paulo, que em certa fase política tanto combateram o hermismo, adotaram o mesmo plano insidioso com que foi castigada,, 'depois da anistia', a revolta dos marinheiros de 1910"⁴².

A expulsão dos anarquistas estrangeiros fez a imprensa reviver, além da *Revolta da Chibata*, dois outros acontecimentos históricos que se prestavam à análise comparativa com o episódio das deportações: a inquisição e a colonização espanhola na América. O jornal *República de Itú*, por exemplo, elegeu o Secretário da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo como alvo de suas críticas "por sua

⁴⁰"Está Revogada a Constituição", em *O Combate*, 17 de setembro de 1917, pag.1.

⁴¹"Un ammonimento", em *Guerra Sociale*, 20 de outubro de 1917, pag.3.

⁴²"A Polícia", em *O Estado de São Paulo*, 6 de outubro de 1917, pag.6.

desastrosa falta de compostura, inspirada, talvez, nos banditismos da autocracia russa decaída, num requinte de perversidade que fez reviver na história da América o atrabiliarismo perigoso de Solano Lopez"⁴³. O jornal anarquista *A Plebe* reviveu o período inquisitorial procurando mostrar que era ilusão pensar que a Inquisição estava morta. Ela "apenas se mantinha agachada, solapada, à espera da hora mais apropriada para reencetar a sua jornada de crimes e iniquidades, a sua cruzada de vexames e afrontas à consciência e à liberdade...Ei-la agora escabujando, epiléptica, raivosa, possessa, arremetendo contra quantos se depara no seu caminho"⁴⁴.

PROTESTOS CONTRA A EXPULSÃO

A expulsão dos anarquistas estrangeiros tornou-se um assunto polêmico e ocupou as páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, durante o meses de setembro e outubro de 1917. Os que condenaram a atitude do governo de São Paulo, referendada pelo governo federal, definiram o episódio da deportação sumária dos "indesejáveis" militantes como uma traição de Altino Arantes à sua palavra de honra firmada no Acordo de Julho de que não atentaria contra a liberdade dos participantes do movimento grevista, além de a considerarem uma violação dos direitos constitucionais. Os que a defenderam argumentaram tratar-se

⁴³ "O Regimem de Terror", em *República de Itú*, nº 307, ano XVII, reproduzido no jornal *O Estado de São Paulo*, 8 de outubro de 1917, pag. 10.

⁴⁴ "Crê ou Morre! O Santo Ofício do Largo do Palácio, em *A Plebe*, 22 de Setembro de 1917, pag. 1.

de uma obra de saneamento social e um direito de soberania nacional.

Em vários cantos do país a expulsão dos anarquistas desencadeou uma onda de protestos contra as violências policiais e manifestações de solidariedade aos deportados e aos militantes que ainda se encontravam presos. A militância feminina, mais uma vez, marcou sua presença, demonstrando a importância do papel das mulheres na luta contra as injustiças. Através do *Centro Feminino 'Jovens Idealistas'*, as militantes libertárias lançaram um "Manifesto ao Trabalhador", em 21 de Setembro de 1917, onde fizeram um caloroso apelo aos trabalhadores de São Paulo a fim de que eles permanecessem unidos "continuando nas ligas ou sindicatos a que pertencem, redobrando de atividade, no sentido de atrair à organização os operários ainda não organizados, desbaratando desta forma os planos maquiavélicos dos industriais e da polícia e salvando a sua dignidade de homens de brio"⁴⁵. Durante o mês de setembro, os dois jornais anarquistas publicados em São Paulo, *A Plebe* e *Guerra Sociale* - que continuaram a ser editados até o final de outubro graças aos esforços de alguns militantes que escaparam das investidas da Polícia - ⁴⁶clamaram por liberdade aos presos e aos deportados. Ao povo dirigiram uma mensagem de mobilização geral em praça pública para tentar sensibilizar os governantes, considerados indivíduos com "corações de gelo e alma de granito", insensíveis às vozes de protesto, aos apelos jurídicos e aos elementares princípios do direito.

45 "Manifesto Ao Povo Trabalhador", Centro Feminino "Jovens Idealistas", publicado em *O Combate*, 21 de Setembro de 1917, pags. 1-2.

46 O editor-responsável pelo semanário anarquista *Guerra Sociale*, Luigi Damiani, conseguiu fugir ao cerco policial e esconder-se no interior do estado de São Paulo. O jornal continuou a ser editado por Francesco Cianci, auxiliado pelos militantes João da Costa Pimenta, Francisco Azevedo, Cleto Trombetti, Francisco Scudelario, José Cardozo de Almeida e Maria Angelina Soares. Cf. "Dichiarazione importante", em *Guerra Sociale*, 20 de outubro de 1917, pag. 1.

Em nome da solidariedade humana, o jornal *Il Piccollo* deu início a uma campanha de subscrição popular a fim de angariar fundos para custear os processos judiciais e auxiliar as famílias dos presos e dos deportados. À campanha intitulada "em favor das vítimas dos 'trepoffs paulistas'" aderiram os jornais *A Plebe*, *Guerra Sociale* e *O Combate*, que periodicamente publicavam a quantia arrecadada e o nome dos doadores. Diversas associações operárias, com destaque para as ligas operárias da Móoca, Belenzinho e Cambuci, a União dos Chapeleiros (cujo secretário José Sarmiento Marques havia sido expulso) e a União dos Sapateiros (da qual faziam parte Virgílio Fidalgo e Antonio Nalepinski, embarcados no *Curvello*) promoveram festivais com bailes e quermesses de arrecadação de fundos para ajudar as vítimas das perseguições policiais e aos seus familiares. Um *Comitê de Agitação Pró-Presos* foi formado em São Paulo com o objetivo de prestar auxílio aos presos e deportados.

No Rio de Janeiro foi constituído um *Comitê de Defesa dos Direitos do Homem* com o fim de unir as forças do operariado e do povo em geral para dar combate "às tendencias arbitrárias dos governantes contra os direitos do homem". Segundo os seus integrantes, as perseguições policiais eram indícios de que o país corria sério risco de ver os direitos e a liberdades dos indivíduos suprimidas se não houvesse por parte do povo uma enérgica decisão no sentido de defende-los. Em outubro de 1917, o Comitê promoveu um festival em benefício das famílias dos deportados, no Centro Galego do Rio de Janeiro, em que se destacou a presença do advogado Evaristo de Moraes, defensor dos "indesejáveis" anarquistas junto às instâncias judiciárias. Em seu discurso, Evaristo de Moraes afirmou que "se achava completamente identificado com a causa por que se debatiam os deportados, que admirava

sinceramente a grandiosidade das idéias que animavam os movimentos operários"⁴⁷. Também examinou a conduta do governo de São Paulo no processo de expulsão e concluiu que "esse governo entre todos os governos é o menos respeitador das liberdades individuais"⁴⁸.

O episódio da deportação dos anarquistas levantou uma discussão acalorada sobre a questão das liberdades individuais e o direito de livre expressão, garantidos pela Constituição. Os que repudiaram a atitude do Poder Executivo de expulsar do território brasileiro os estrangeiros considerados 'indesejáveis' colocaram em xeque a constitucionalidade da própria lei de expulsão. O articulista do jornal *O Estado de São Paulo* Mário Pinto Serva, em seu artigo "Hospitalidade Brasileira", considerou duplamente inconstitucional o Decreto no.1641, de 7 de Janeiro de 1907. Primeiro, por ferir o #20 do artigo 72 da Constituição que aboliu o banimento. Segundo ele, "expulsão é banimento, e o banimento é inconstitucional. Logo essa lei é toda ela de uma inconstitucionalidade aberrante"⁴⁹. Por outro lado, argumentou que a lei delegava competência ao Poder Executivo para processar a expulsão (art.7), o que também violava a Carta Constitucional no dispositivo que assegurava à autoridade judiciária o poder de julgar e de condenar brasileiros ou estrangeiros residentes no país. Sem nomear as personagens envolvidas no episódio da deportação, Mário Pinto Serva fez duras críticas aos governantes que não se achavam capazes de garantir a ordem social dentro da Constituição, insinuando a desistência do cargo, se para ocupá-lo se fazia necessário revogar a Carta Magna.

47 "Em benefício dos operários deportados", *Guerra Sociale* 20 de outubro de 1917, pag.4.

48 Idem.

49 Mário Pinto Serva, "Hospitalidade Brasileira", em *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1917, pag.3.

"Está Revogada a Constituição". Com essa manchete estampada na primeira página da edição de 17 de Setembro de 1917, *O Combate* definiu o episódio da expulsão como uma violação dos direitos constitucionais e uma traição de Altino Arantes. O presidente do estado de São Paulo foi acusado de fazer uso do armistício (o Acôrdio de Julho que pôs fim à Greve Geral) para preparar a revanche durante dois meses. Segundo o jornal editado por Nereu Rangel Pestana, que nutria simpatia pela causa dos anarquistas, o recuo humilde do governo de São Paulo no mês de Julho foi "...uma indigna felonía ...para desarmar o adversário e melhor poder salteá-lo de surpresa em setembro".

Na imprensa carioca, o *Jornal do Brasil* classificou de 'odioso' o processo da expulsão. Fez duras críticas ao procedimento da polícia paulista, que passados dois meses do movimento grevista resolveu agir de forma arbitrária, prendendo, intimidando, e ameaçando os indivíduos que tiveram participação na Greve Geral com o pretexto de imaginários movimentos subversivos. Ressaltou o ineditismo do governo paulista ao inaugurar uma nova praxe de expulsão sem as formalidades até então exigidas por lei. Afirmou: "nada há mais a preencher; a vontade despótica da polícia, com o auxílio do governo, supre tudo"⁵⁰. Tal maneira de proceder também foi criticada pelo jornal *Graphia* por marcar "uma nódoa indelével na história da República porque...destrói as tradições do povo brasileiro, nivelando-o com as tribos antropófagas que habitam algumas ilhas da Oceania"⁵¹.

O semanário carioca *O Debate*, dirigido por Astrogildo Pereira e Adolpho Porto, também se manifestou

⁵⁰ Com o título "Jornais do Rio", *O Estado de São Paulo*, reproduz na página 3 da edição do dia 25 de setembro de 1917 o artigo publicado no *Jornal do Brasil*.

⁵¹ "A Autocracia Paulista", em *Guerra Sociale*, 20 de setembro de 1917, pag.2. Reprodução do artigo publicado no *O Graphia*.

contra a expulsão dos anarquistas estrangeiros. Qualificou o "Caso dos Indesejáveis" como "o enxovalhamento mais canalha desta democracia em molambos, desta República de cartaz e lantejoulas, em que as leis são ficções teatrais e cada governante um bufo de baixa comédia"⁵². Por outro lado, acusou o governo de São Paulo de se valer de um plano "covardemente diabólico" ao expulsar os militantes sem formalização de culpa impedindo, assim, o direito à defesa. Altino Arantes foi também alvo de duras críticas desferidas por Lima Barreto em dois artigos publicados no *O Debate*. Neles, o escritor carioca resgatou a contribuição dos estrangeiros para o progresso de São Paulo e censurou "os políticos profissionais de São Paulo que deram em excomungar os estrangeiros a quem chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social...e que agora já não os serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a sua cupidez..."⁵³. Sobre Altino Arantes, escreveu ser ele "uma definição da época e queira Deus que ele não pare no Catete, fazendo na presidência o que acaba de fazer no estado, para vergonha de nossa cultura e sentimentos liberais"⁵⁴.

No Congresso Nacional, a deportação dos militantes estrangeiros provocou um debate entre os parlamentares sobre o direito de expulsão. Na Câmara Federal, Maurício de Lacerda saiu em defesa dos militantes estrangeiros expulsos e convidou os demais deputados a refletirem sobre a inconveniência e a improcedência do governo lançar mão de medidas dessa natureza "criando a ficção feudal de um delito de opinião, qual seja declarar crime a crença filosófica do

⁵² "O Terror em São Paulo", em *O Debate*, Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1917, pag.6.

⁵³ Lima Barreto, "São Paulo e os Estrangeiros", em *O Debate*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1917, pag.1. Esse mesmo artigo encontra-se na obra de Lima Barreto, *Bagatelas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961, pags.52-55.

⁵⁴ Lima Barreto, "São Paulo e os Estrangeiros" (2a. Parte), em *O Debate*, 13 de outubro de 1917, pag.3.

anarquismo"⁵⁵. O deputado da bancada carioca questionou os parlamentares que defendiam o direito de expulsão como direito de defesa exercido pela soberania política, denunciando a confusão proposital entre o problema dos "indesejáveis" com o dos "expulsáveis". Defendeu o direito soberano do país de limitar a entrada em seu território de certas correntes imigratórias "indesejáveis", mas considerou inexpulsável o estrangeiro residente, por estar amparado pela Constituição. Já o senador Adolpho Gordo saiu em defesa da lei que levava o seu nome, engrossando o coro de vozes que defendia o direito de expulsão como uma manifestação de direito de soberania nacional.

MANIFESTAÇÕES A FAVOR DA EXPULSÃO

Em discurso proferido no Senado Federal, na sessão de 25 de Setembro de 1917, o senador Adolpho Gordo defendeu a expulsão dos anarquistas estrangeiros como um direito de soberania nacional, procurando afastar a dúvida sobre a inconstitucionalidade da lei de expulsão, utilizando a positividade do verbo ser. Afirmou: "O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é inerente à soberania nacional, é uma medida de segurança, é um instrumento absolutamente necessário para a defesa das nações"⁵⁶. E, para além dessa afirmativa, um direito pré-existente à admissão do estrangeiro em solo brasileiro.

⁵⁵ Discurso de Maurício de Lacerda proferido na sessão de 5 de outubro de 1917 na Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. VIII, pag. 449.

⁵⁶ O discurso do senador Adolpho Gordo foi reproduzido na seção "Gazetilha", *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1917, pag. 2.

A expulsão sumária dos "indesejáveis anarquistas" foi considerada pelos seus defensores não só como um direito de soberania, mas um dever de Estado. Para eles, os que se manifestaram contra o fizeram por "espírito de oposição política". A linguagem médica foi usada para justicar a medida como uma obra de saneamento social, um remédio para dar cabo da "infecção social" que ameaçava contaminar o país. Ao poder público cabia, portanto, fazer uso de medidas profiláticas para expelir os desordeiros estrangeiros, que intentavam anarquizar a sociedade brasileira.

O "Caso dos Indesejáveis" levantou discussões polêmicas não só sobre a permanência dos estrangeiros no Brasil, mas também sobre a entrada deles no país. A tradição brasileira de acolher imigrantes sem qualquer restrição foi lembrada como nefasta aos interesses nacionais⁵⁷. A guerra em curso na Europa foi usada como justificativa para reforçar a tese da necessidade de adoção de uma política seletiva para a entrada de estrangeiros no Brasil, a exemplo do que se fez nos Estados Unidos, Chile e Argentina. Esses países restringiram o desembarque de indivíduos considerados nocivos à saúde (doentes), à moral (revolucionários - principalmente anarquistas -, prostitutas e caftens) e à economia (aleijados, velhos, mendigos). Essa medida seletiva era considerada imprescindível para defender o país de uma possível invasão de mutilados, inválidos, estropiados e incapazes, do pós-guerra. O jornal carioca *Correio da Manhã* asseverou: "É tempo de reagir, contra essa perigosa ilusão de que, por termos imensos territórios desabitados, devemos abrir os diques e deixar que os outros povos nos convertam na

⁵⁷ Os defensores da expulsão dos "indesejáveis" lembraram que desde os primórdios da colonização, com a chegada dos degredados para povoar as terras brasileiras, a entrada de estrangeiros no Brasil se deu de forma indiscriminada, o que permitiu aos anarquistas estrangeiros, considerados elementos deletérios entrarem no país, através da corrente imigratória.

cloaca máxima dos detritos de toda a civilização"⁵⁸. Ao atacar a idéia de que na densidade populacional resumia o problema demográfico da prosperidade e do progresso de um povo, o que chamou de 'superstição numérica dos demógrafos', o jornal saiu em defesa da teoria eugenista da escola de Galton, que afirmava ser a prosperidade de uma nação proporcional ao valor útil da sua população, como instrumento de produção de riqueza e não ao número de indivíduos que vivem dentro do seu território.

Os efeitos perversos da conflagração europeia na situação interna do país também foram usados como argumentos para justificar a expulsão dos libertários. O Brasil havia rompido a neutralidade e se preparava para entrar na guerra, o que exigia, no nível interno, um clima de tranquilidade e de paz social. Os anarquistas, com sua teoria e prática revolucionária traziam, segundo seus detratores, desassossego ao país, o que por si só, diziam, justificava excluí-los do convívio social. Por outro lado, aos militantes libertários foi atribuída a pecha de serem "agentes pagos pelos alemães" para desestabilizar as forças governamentais. Assim, a expulsão desses indivíduos considerados convulsionários e perigosos ao país foi proclamada como um dever de Estado para a garantia do direito de soberania nacional.

Enquanto prosseguiam os debates sobre apoiar ou condenar o ato de expulsão, os militantes José Sarmiento Marques, Antonio Nalepinski, Virgílio Fidalgo, José Fernandes e Giuseppe Ghicco continuavam navegando rumo ao desterro. Em terra, os advogados dos deportados lutavam para suspender a sentença condenatória. Após esgotados os recursos junto à

⁵⁸ "Hóspedes Perigosos", em *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1917, reproduzido em *A Gazeta*, 20 de setembro de 1917, pag. 5.

Justiça paulista, recorreram ao Supremo Tribunal Federal, impetrando pedidos de habeas corpus.

APELO À JUSTIÇA

Tão logo o aprisionamento dos anarquistas foi divulgado pela imprensa, os advogados Benjamim Motta, Roberto Feijó, entre outros que se ofereceram para defendê-los, entraram com pedidos de soltura na 2^a., 3^a e 4^a Varas Criminais de São Paulo.⁵⁹ Em vista das informações fornecidas pela Polícia paulista de que os pacientes não se encontravam presos, os pedidos de "habeas corpus" foram julgados prejudicados, o que levou o advogado da *Federação Operária de São Paulo*, Roberto Feijó, a procurar, no Rio de Janeiro, Evaristo de Moraes, conhecido defensor dos direitos operários, para recorrer contra o ato de expulsão junto ao Supremo Tribunal Federal. Já às voltas com o processo movido contra Edgard Leuenroth, o advogado carioca decidiu assumir também a defesa dos "indesejáveis" expulsos.

Evaristo de Moraes considerou a informação fornecida pela Polícia à Justiça de São Paulo de que os pacientes não se encontravam presos, uma manobra do governo paulista para burlar o recurso constitucional⁶⁰. Em 18 de

⁵⁹ Os pedidos de 'habeas corpus' revelaram um número significativo de trabalhadores presos, muitos deles expulsos do país. Na 2^a Vara Criminal foram registrados pedidos de 'habeas corpus' em favor de Francisco Silva, Guilherme Giordano, Antonio Candeias, Evaristo Ferreira de Souza, José Fernandes, José Peralta, Florentino de Carvalho, Antonio Lopes, Antonio Nalepinski, Manuel Martinez e Marcial Megia. Na 3^a Vara foram solicitados para Francisco Giordano, Guilherme Andrade e Antonio Francisco Costa. Na 4^a Vara Criminal foram requeridos em favor dos militantes Edmondo Colli e Edgard Leuenroth.

⁶⁰ Em seu pedido de 'habeas corpus' encaminhado ao STF, Evaristo de Moraes afirmou: "...de maneira que, por tal manobra - pois outro nome não merece o plano empregado - quer a autoridade constrangedora atingir o seu fim consistente na 'expulsão clandestina' dos pacientes, mediante a complacência do poder central". "Apelo à Justiça", em *O Combate*, 22 de setembro de 1917, pag.1.

Setembro de 1917, entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal, em que qualificou de improcedente e ilegal a expulsão dos trabalhadores estrangeiros. Segundo os argumentos do advogado, em nenhum processo regular foi constatado "delito de anarquismo". Também desqualificou a alegação do princípio de defesa social ao afirmar que quando se deram as prisões, o clima em São Paulo era de tranquilidade pública. Por outro lado, asseverou que a Lei "Adolpho Gordo" não poderia ter sido invocada, porque todos os seus pacientes eram domiciliados no Brasil há mais de dois anos, o que lhes garantia o direito de não ser expulso.

O início do julgamento no STF, previsto para o dia 22 de Setembro foi adiado para a sessão seguinte, em 26 de Setembro. Segundo denúncias publicadas no jornal carioca *A Razão*⁶¹, o adiamento foi uma manobra política do relator do processo, ministro Canuto Saraiva, que atendeu a solicitação do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, para iniciar as discussões no STF somente quando o *Curvello* tivesse zarpado do porto carioca. A questão do direito que envolvia o julgamento dava sinais evidentes de que havia se transformado numa questão política.

O Supremo Tribunal Federal, ao tomar conhecimento do pedido de "habeas corpus" na sessão de 26 de setembro solicitou informações sobre o processo de expulsão ao Ministro da Justiça e ao governo de São Paulo. Também ordenou ao Procurador Geral da República telegrafar aos representantes da Justiça Federal na Bahia e em Recife para fazer desembarcar os indivíduos expulsos, que se encontravam a bordo do *Curvello*. No entanto, estes prosseguiram em sua viagem rumo ao desterro.

⁶¹ "Um ministro do STF a serviço de Aurclino Leal", em *O Combate*, 24 de setembro de 1917, pag.1, reproduzido do jornal *A Razão*.

Em 29 de Setembro de 1917 teve início o julgamento do "habeas corpus" em favor dos expulsos, com a leitura das informações prestadas pelo Ministro da Justiça, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Este afirmou ter decretado a expulsão com base nas provas do inquérito enviado pela polícia paulista em que "ficou patenteado serem os pacientes caftens e anarquistas perigosos, instigadores de greve, exploradores de operários, sem residência e sem ocupação"⁶². Em seguida, foram lidas as declarações sobre os motivos da expulsão, encaminhadas ao STF pelo presidente do estado de São Paulo. Junto ao ofício, Altino Arantes anexou o relatório do Delegado Geral, no qual Thyrso Martins fez uma longa exposição sobre a Greve Geral de Julho, vista por ele como "um movimento operário baseado, originariamente, em justa causa...que pouco a pouco foi se desvirtuando, a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução"⁶³. A segunda greve geral anunciada pela Polícia para eclodir no mês de setembro foi o motivo alegado para a ação repressiva-preventiva do governo de São Paulo. Sobre os indivíduos expulsos, dizia-se que eram "os fomentadores dessa revolução...um grupo de agitadores inveterados, que pretendia levar o Estado à anarquia e cuja atitude insólita trazia a vida da população desta capital presa a sobressaltos permanentes e sustos revelados no retraimento geral que se notava em todas as classes conservadoras"⁶⁴.

Sobre a situação dos indivíduos constantes dos pedidos de 'habeas corpus' impetrados por Evaristo de Moraes junto ao STF, Altino Arantes informou que apenas três deles haviam sido presos e expulsos: Antonio Nalepinski, José

⁶² "As violências da Polícia", em *O Estado de São Paulo*, 30 de setembro de 1917, pag.5.

⁶³ "Relatório do Delegado Geral", em *O Correio Paulistano*, 7 de outubro de 1917, pag.3.

⁶⁴ *Idem*.

Fernandes e Antonio Lopes. Os demais, não se encontravam presos⁶⁵. Nos esclarecimentos sobre a residência dos expulsos, o presidente do estado de São Paulo afirmou não se tratar de residentes, mas sim de "itinerantes", indivíduos sem profissão e "sem a menor radicação à terra cuja vida querem perturbar". Sobre os três expulsos, informou que Antonio Nalepinski, apesar de ser sapateiro, "não trabalhava na profissão e vivia do trabalho de sua mulher, cozinheira numa casa de tolerância". José Fernandes, por sua vez, não tinha profissão fixa. Orador de comícios, havia sido "desde vendedor ambulante até mordomo do Centro Libertário da Móoca". Quanto ao terceiro expulso, o espanhol Antonio Lopes "foi anarquista perigoso e orador de comícios e dominava os companheiros de fábrica pelo terror"⁶⁶.

Ao finalizar suas explicações sobre os três deportados, Altino Arantes esclareceu ao STF que Florentino de Carvalho era um nome falso usado por Primitivo Raymundo Soares, que havia sido expulso do território nacional, em 1912, e retornado com falsa identidade. Florentino figurava no relato do governante paulista como um "perigoso anarquista, que se auto intitulava professor de anarquismo". Um homem sem profissão, que vivia da exploração da classe operária. Os diferentes números de expulsos apontados por Altino Arantes, três ou quatro (se considerado Florentino) no ofício ao STF e nove no telegrama enviado aos governadores da Bahia e de Pernambuco⁶⁷, serviram de mote para os que se

⁶⁵ No ofício encaminhado ao STF, Altino Arantes afirmou: "Dos nomes constantes no referido despacho, não se acham presos Francisco Peralta, Evaristo Ferreira de Souza, Florentino de Carvalho, Marcial Megias, José Bastone e Antonio Candeias Duarte. Alguns destes estão em lugar conhecido e outros, tendo consciência de que estão implicados em casos que dizem respeito à ordem pública estão foragidos". Cf. *O Estado de São Paulo*, 5 de outubro de 1917, pag.5.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Em telegrama expedido em 24 de setembro de 1917 pelo Gabinete do Presidente do estado de São Paulo para os governadores da Bahia e Pernambuco, Altino Arantes informou: "devem passar por esse porto pelo vapor Curvello nove indivíduos embarcados no porto de Santos e que vão com passaportes e destino a Barbados". (Documento em anexo).

manifestaram contra a expulsão duvidassem da veracidade das informações fornecidas ao STF.

Evaristo de Moraes falou em defesa dos deportados. Acusou o governo de São Paulo de querer impressionar os ministros do STF ao lançar a pecha de anarquistas perigosos sobre os seus pacientes. Segundo o advogado, as autoridades paulistas, por não ter como se basear em dispositivos legais para justificar a expulsão, procederam de forma desrespeitosa em suas informações ao Supremo Tribunal Federal. Julgou ser uma "heresia jurídica" a afirmação de que não tivessem profissão, trabalho e residência. Sobre o Decreto Lei nº 2741 de 8 de janeiro de 1913, que revogou algumas disposições da Lei de Expulsão de 1907, lembrou ele já ter sido julgado inconstitucional. Mas, independente disso, argumentou que o ato de expulsão deve obedecer a disposição imperativa de notificar o expulsando, o que não ocorreu. Em seu discurso aos ministros do STF afirmou que só isso fundamentaria a concessão do "habeas corpus", mas solicitou ao STF adiar o julgamento a fim de anexar a prova de residência que estava sendo providenciada junto ao juiz federal de São Paulo.

A presença nas sessões do julgamento do deputado federal por São Paulo, Prudente de Moraes Filho, foi um indício da importância política de que se revestiu "O Caso dos Indesejáveis". Expulsar estrangeiros com processo regular era uma questão delicada porque havia jurisprudência firmada pelo STF condenando a Lei de Expulsão como inconstitucional. A clandestinidade do ato era, portanto, mais um agravante a ser enfrentado por Altino Arantes durante o julgamento do 'habeas corpus' de nº 4386. Ingerências políticas no caso em questão foram, paulatinamente, sendo reveladas pelas maquinações das autoridades paulistanas junto ao STF. Ao senador Adolpho Gordo foi solicitado fazer a defesa do ato de

expulsão no Congresso Nacional. Na mensagem enviada ao senador pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo, escrita de próprio punho, Eloy Chaves explicou tratar-se de uma "obra de salvação pública". Assim, justificava "ser preciso que todos Vs. trabalhem com pertinácia por nós"⁶⁸. O deputado federal Alvaro de Carvalho, amigo pessoal de Altino Arantes, foi por este instruído a redobrar esforços para fazer prevalecer junto ao STF o argumento da defesa da ordem pública e da soberania nacional. Indícios do empenho da Igreja Católica em defender os interesses do governo paulista no caso da expulsão foram revelados pelos agradecimentos de Altino Arantes ao arcebispo D. Duarte Leopoldo.

O Julgamento do Supremo Tribunal Federal

O pedido de "habeas corpus" impetrado em favor dos anarquistas expulsos foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 6 de outubro de 1917, apesar da discordância do relator do processo, ministro Canuto Saraiva, sobre o julgamento do pedido pelo STF. Para o ministro, o recurso deveria ter sido encaminhado para o Poder Executivo, de acordo com o artigo 8 da Lei de Expulsão de 1907. Por nove votos a quatro⁶⁹, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido. No acórdão do STF, os pacientes foram considerados "sectários do anarquismo ...elementos flutuantes que não se fixam em

⁶⁸ Excertos da carta datada de 14 de setembro de 1917, enviada por Eloy Chaves ao senador Adolpho Gordo. Cf. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: Representação e Sociedade*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, março de 1989, pag.157.

⁶⁹ Os ministros Viveiros de Castro, Pires e Albuquerque, Coelho de Campos e André Cavalcanti negaram a ordem por julgar insuficientes as provas de residência. Concederam o 'habeas corpus' Pedro Lessa, Pedro Mibieli, Edmundo Lins e Guimarães Natal, por considerarem provada a residência e não admitirem, nesse caso, a expulsão do território nacional. Os demais ministros Canuto Saraiva, Sebastião Lacerda, João Mendes, Godofredo Cunha e Leoni Ramos abraçaram a doutrina do direito soberano do Estado de expulsar estrangeiros considerados "indesejáveis", e denegaram o pedido.

parte alguma e, portanto, sem residência no país".⁷⁰ A tese do governo paulista de que se tratava de indivíduos itinerantes, perigosos à tranquilidade pública e à segurança nacional vingou no Supremo Tribunal Federal. Foram em vão os esforços do advogado Evaristo de Moraes em provar a inconstitucionalidade do ato de expulsão a partir das provas judiciais de residência dos deportados. A decisão do STF de negar o pedido de "habeas corpus" impetrado em favor de estrangeiros residentes no país foi inédita, por desconsiderar jurisprudência anterior⁷¹. Os réus foram enquadrados no artigo 1º da Lei de Expulsão.

Pelo indeferimento do pedido de "habeas corpus" em favor dos expulsos, o Supremo Tribunal Federal recebeu aplausos, mas também críticas contundentes. O jornal *A Gazeta*⁷², por exemplo, considerou a decisão do STF como "o complemento da nossa independência proclamada há 95 anos"⁷³. Argumentou que os que condenaram a expulsão o fizeram por motivos passionais e apostou no reconhecimento da necessidade de se ter sempre à mão essa "válvula de garantia de segurança pública", passado o momento da paixão. Já para Lima Barreto, a sentença do STF foi classificada como "vergonhosa". Indignado com a subserviência do Poder Judiciário ao Poder Executivo, o escritor carioca considerou a denegação do pedido como significativa do "total domínio dos doges de São Paulo sobre os poderes políticos do país...e o rebaixamento

⁷⁰ Cf. "Jurisprudência do STF - Habeas Corpus no.4386 em *Revista do Supremo Tribunal Federal*, fasc.1, vol. XIII, outubro de 1917, pag.10.

⁷¹ Em agosto de 1914, o STF julgou inconstitucional o direito de expulsão para os estrangeiros residentes no país, em virtude da Constituição equipará-los aos nacionais, assegurando-lhes as outorgadas no artigo 72. Cf. *Acórdão do Supremo Tribunal Federal* de 19 de agosto de 1917.

⁷² A mudança de opinião de alguns jornais paulistanos em relação aos anarquistas registrada no ano de 1917 foi notória. *A Gazeta*, por exemplo, que abriu espaço em suas páginas para divulgar a campanha anarquista contra a exploração dos menores trabalhadores e os boletins do C.D.P. durante a Greve Geral de Julho, assumiu a defesa do governo de São Paulo no episódio da expulsão dos "indesejáveis" anarquistas estrangeiros.

⁷³ "Impressões do dia. A expulsão de agitadores de São Paulo, em *A Gazeta*, 8 de outubro de 1917, pag.4.

da independência dos magistrados, perante o povo 'bestializado', calado de medo ou de estupidez, esquecido de que a violência pode amanhã voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija"⁷⁴. Negar o "habeas corpus" foi para ele como rasgar a Constituição.

Para os cinco militantes expulsos, ainda a bordo do *Curvello*, a denegação do pedido os levou a amargar o desterro em alto mar. Como lhes havia sido negada a permissão para desembarcar em Barbados, os "indesejáveis" seguiram viagem para Nova York. Lá chegando, as autoridades americanas também não permitiram o desembarque. Elas haviam sido advertidas pelo consul americano no Brasil de que os expulsos eram "agitadores perigosos e possivelmente pagos pelos alemães"⁷⁵. Como errantes navegantes, de porto em porto, em águas nacionais e internacionais, os cinco anarquistas penaram cinco meses nos porões de um navio.

A sentença judicial do STF não arrefeceu, no entanto, o ânimo do advogado Evaristo de Moraes. Defensor incansável dos direitos operários, desde os primórdios da República, vinha trabalhando com e pelos operários. Tendo já enfrentado tribunais e inquéritos viciados, Evaristo não se deu por vencido no episódio da expulsão. Prosseguiu em sua batalha pelo direito de justiça impetrando novo pedido de "habeas corpus" no STF. Desta vez, em favor de Luigi Damiani e José Sarmiento Marques.

⁷⁴ Lima Barreto, "São Paulo e os Estrangeiros", em *O Debate*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1917, pag.4.

⁷⁵ Cf. Correspondência datada de 20 de outubro de 1917, enviada pelo consul americano no Brasil ao Secretário de Estado norte-americano alertando sobre a passagem pelo porto de Nova York a bordo do vapor *Curvello*, dos 'undesirables' anarquistas, expulsos pelo governo brasileiro. National Archives, Washington, 811.108/307.

O Caso Damiani/Sarmento

Luigi Damiani, redator do jornal anarquista *Guerra Sociale* e membro do *Comitê de Defesa Proletária*, conseguiu escapar da perseguição policial. Sua casa, na Rua Formosa 83, foi vasculhada no dia 15 de Setembro, mas Damiani encontrava-se no interior de São Paulo, exercendo sua profissão de pintor. As tentativas de arrancar da sua companheira Ema Ballerini informações sobre o seu paradeiro foram infrutíferas. O insucesso da investida policial e as ácidas observações de Gigi sobre a (in)eficiência do Gabinete de Investigações e Capturas, publicadas na imprensa paulistana, despertaram a ira da Polícia. Com bom humor, alardeava que naquela situação só lhes restava ter presença de espírito e ausência de corpo. Apesar de ter sua cabeça colocada a prêmio⁷⁶, Damiani não foi encontrado.

Um pedido de "habeas corpus" preventivo em favor de Luigi Damiani foi encaminhado à Justiça Federal de São Paulo pelo advogado José Martins Pinheiro Júnior. Em sua petição, alegou que Damiani residia no país há mais de oito anos contínuos, era proprietário de um terreno do Paraná e exercia a profissão de pintor. Com essas provas, José Martins procurou refutar a portaria de expulsão como uma manifesta violação da Carta Constitucional, lembrando ao juiz da jurisprudência firmada sobre o assunto, pelo Supremo Tribunal Federal em 1914. Também considerou inconstitucional a expulsão de Damiani por ter sido baseada somente em inquérito policial, já que o STF havia reconhecido "que os inquéritos policiais nunca foram e não são o meio legal de verificação de delitos, nem a autoridade policial é a competente para

⁷⁶ O semanário carioca *O Debate* informou aos seus leitores que a polícia paulistana havia instituído o prêmio de 2 contos de réis para quem descobrisse o paradeiro de Gigi Damiani. Cf. *O Debate*, 6 de outubro de 1917, pag.4.

esta verificação⁷⁷. O julgamento do "habeas corpus" foi realizado em 3 de Outubro de 1917. O juiz federal Washington Osorio de Oliveira considerou improcedente o pedido, em vista das informações prestadas pelo Delegado Geral de que Damiani não estava sob ameaça de qualquer violência ou constrangimento ilegal.

O "Caso Damiani", no entanto, não parou por aí. O nome de Gigi constava da portaria de expulsão n° emitida pelo Ministro da Justiça e ele, portanto, se encontrava sob ameaça de deportação. Em 29 de Outubro, Evaristo de Moraes entrou com pedido de "habeas corpus" junto ao STF em favor de Luigi Damiani e José Sarmiento Marques, que se encontrava a bordo do *Curvello*. Repetia-se a experiência de 1900, quando Damiani e Marques enfrentaram juntos o processo onde foram acusados de prática de crime contra a honra de Gabriela Dias de Andrade, filha de uma família abastada de São Paulo. Desta vez, a acusação era "delito de anarquismo".

Em favor de José Sarmiento Marques, secretário da *União dos Chapeleiros* e membro do *Comitê de Defesa Proletária*, o advogado Benjamim Mota havia requerido "habeas corpus" na Justiça Federal de São Paulo, em 28 de Setembro, justificando ser ele um brasileiro naturalizado, ex-funcionário público e residente em São Paulo por vários anos. A sua expulsão, confirmada pelo Delegado Geral de São Paulo, ao juiz Washington Oliveira, tornou a questão dos "indesejáveis" ainda mais efervescente. Altino Arantes, com o aval do Ministro da Justiça, havia mandado expulsar do país um cidadão naturalizado brasileiro!

Em sua justificativa ao Supremo Tribunal Federal, Evaristo de Moraes apresentou farta documentação para

⁷⁷ "Acórdão do STF de 19 de agosto de 1914".

comprovar que os seus dois pacientes estavam amparados pelas leis vigentes no país. Anexou provas do alistamento eleitoral de José Sarmiento Marques, do seu domicílio em São Paulo durante vários anos e documentos comprovando ele ter sido condutor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil. Quanto a Luigi Damiani, apresentou prova de residência em São Paulo desde 1912, além de documentos comprovando seu trabalho como pintor decorativo.

O julgamento do "habeas corpus" n° 4422 se deu na agitada sessão do Supremo Tribunal Federal de 10 de Novembro de 1917. Nas informações prestadas aos ministros do STF pelo governo de São Paulo, os dois militantes anarquistas apareciam como chefes de movimento subversivo, homens perniciosos e perigosos à sociedade, e que já haviam sido processados pela Justiça. Todas as acusações foram rebatidas por Evaristo de Moraes que esclareceu o episódio envolvendo os seus dois pacientes no processo-crime de desonra. No episódio, Damiani foi absolvido e Marques cumpriu a pena prescrita estando, portanto, sem dívidas com a Justiça. Por sua vez, Evaristo de Moraes denunciou ao STF a farsa da intimação a José Sarmiento Marques para defender-se no processo de cancelamento de seu título de eleitor⁷⁸, quando ele já havia partido para o desterro.

A palavra "residência" foi a vedete das discussões ocorridas durante o segundo julgamento do STF envolvendo os "indesejáveis". A constitucionalidade ou não do decreto de expulsão passava pela diferentes interpretações sobre o termo

⁷⁸ O cancelamento do título de eleitor de José Sarmiento Marques foi considerado pelo advogado Evaristo de Moraes como uma manobra política do governo de São Paulo para se livrar da acusação de ter deportado um cidadão naturalizado brasileiro. A solicitação foi feita pelo segundo promotor público da capital de São Paulo. Em 19 de outubro de 1917, a Junta de Recursos Eleitorais, reunida sob a presidência do juiz federal Washington de Oliveira, analisou o recurso e decidiu converter em diligência o julgamento "a fim de ser cumprido o disposto no parágrafo 2 do artigo 13 da Lei Eleitoral, que dá prazo de 10 dias para o recorrido oferecer as suas razões de defesa contra o recurso". Cf. "A Polícia", em *O Estado de São Paulo*, 20 de outubro de 1917, pag.6.

"residente", constante no artigo 72 da Constituição Federal. Um princípio de tumulto ocorreu durante o julgamento, quando o ministro Pedro Lessa expunha seus argumentos favoráveis ao deferimento do pedido e foi aparteado pelo Procurador da República. O ministro do STF afirmou ser inadmissível apartes no Supremo porque ali não era o Parlamento. A pronta intervenção do presidente da sessão, André Cavalcanti, contornou a situação. Pedro Lessa e mais cinco ministros declararam-se favoráveis ao deferimento do pedido de "habeas corpus"⁷⁹ Outros seis, votaram contra. O voto de minerva coube ao ministro André Cavalcanti, que desempatou a favor da concessão do "habeas corpus". Com essa decisão, o STF ordenou ficar "sem efeito os decretos de expulsão de José Sarmento Marques, que deverá ser reconduzido ao lugar onde se achava na ocasião em que foi expulso, e de Luiz (ou Gigi) Damiani, a quem será permitido, se assim o quizer, permanecer na cidade de São Paulo, enquanto lhe aprouver"⁸⁰.

No entender da mais Alta Corte de Justiça do país, a atitude de expulsar incontinenti feriu os preceitos constitucionais. O governo do estado de São Paulo, no entanto, declarou não haver motivos para entusiasmos porque o deferimento foi concedido com o voto de minerva. Apesar de não assumir a decisão do STF como derrota, esta pode ter tido o gosto amargo de uma segunda batalha perdida frente aos "indesejáveis" anarquistas: a primeira, quando se mostrou incapaz de negociar o fim da Greve Geral de Julho e a segunda, por não ter conseguido sustentar a legalidade do seu ato de expulsão.

⁷⁹ A favor do deferimento do pedido manifestaram-se os ministros Pedro Lessa, Guimarães Natal, Pedro Mibielli, Viveiros de Castro, Coelho Campos e o relator do processo Edmundo Lins. Os votos contrários foram dos ministros Pires de Albuquerque, João Mendes, Sebastião de Lacerda, Leone Ramos, Canuto Saraiva e Godofredo Cunha.

⁸⁰ Cf. *Revista Forense (Doutrina, Legislação e Jurisprudência)*, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, vol. XXXV, janeiro a junho de 1921, pag. 474.

A sentença do STF favorável ao segundo pedido de "habeas corpus" em favor dos "indesejáveis" foi considerada por Benedicto de Andrade, redator da revista *O Parafuso*, como o "Waterloo do trepoffismo paulista". Em suas considerações sobre o julgamento, o governo de São Paulo aparecia como "réu de um crime de que se supunha só o Hermes da Fonseca fosse capaz de ser o autor"⁸¹. Em seu artigo, Benedicto de Andrade alertou para as manobras governamentais paulistas que intentavam evitar o cumprimento da sentença judiciária, aproveitando-se da entrada do Brasil na guerra, em fins de outubro de 1917, para pressionar o Congresso Nacional a decretar o estado de sítio. Esse instrumento de exceção suspendia as garantias constitucionais e, por conseguinte, permitia burlar o "habeas corpus". Sob o estado de sítio, o governo de São Paulo poderia se "armar de poderes para a prática de novas e mais absurdas violências. O seu desejo é que sobre a cabeça de todos os insubmissos fique pesando a espada de Damocles do arbítrio policialesco, pronto a arrolhar a imprensa, a sufocar as consciências, a suprimir as oposições"⁸². A previsão do redator do *O Parafuso* de que a decisão do STF dificilmente seria cumprida acabou por se confirmar. Mais de um mês após a concessão do "habeas corpus", José Sarmiento Marques ainda encontrava-se na Bahia, preso no Quartel dos Aflitos.

As pressões do governo paulista para a decretação do estado de sítio, por sua vez, levaram Ruy Barbosa, que se encontrava doente, a subir à tribuna do Senado Federal para denunciar e condenar o uso político desse instrumento de exceção. O senador afirmou que era da competência exclusiva do presidente da República declarar o estado de sítio, quando

⁸¹ "A Justiça tardou mas não faltou", em *O Parafuso*, 17 de novembro de 1917, ano III, nº7, pag.9.

⁸² "Duas derrotas do trepoffismo paulista. Os furores senis do vovô", em *O Parafuso*, 17 de novembro de 1917, ano III, nº 7, pag.3.

a segurança do país o exigir em caso de agressão estrangeira ou grave comoção intestina, e este não o fizera quando da declaração de guerra à Alemanha. Dessa forma, contestou os parlamentares que procuravam associar a necessidade do estado de sítio em função do estado de guerra. Em longo discurso, Ruy Barbosa denunciou a pressão exercida por políticos, que tinham por objetivo, ainda que não revelado, dispor de um instrumento de exceção "para lutar contra elementos de perturbação e desordem existentes entre nós em certas camadas sociais"⁸³. O senador asseverou não existir indícios de uma comoção intestina. Por outro lado, condenou o uso de meias palavras e a falta de franqueza dos políticos ao abordar o chamado "perigo anarquista".

DE VOLTA À LIBERDADE

A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal no "Caso Damiani/Sarmiento" deu ânimo ao advogado Evaristo de Moraes para prosseguir na sua luta em defesa dos anarquistas expulsos. Em 12 de Dezembro de 1917, impetrou um terceiro pedido de "habeas corpus" no STF. Desta vez em favor de Primitivo Raymundo Soares, Virgílio Fidalgo (ambos expulsos) e de Alexandre Zanella (com portaria de expulsão expedida). Durante o julgamento, ocorrido em 22 de Dezembro, Evaristo de Moraes sustentou que os seus pacientes eram estrangeiros residentes, homens trabalhadores, só culpados de ter idéias cujo fundamento não cabia ao governo apreciar, nem contra eles era legítima a ação da autoridade pública enquanto não cometessem crimes. O Supremo Tribunal Federal

⁸³Discurso proferido por Ruy Barbosa no Senado Federal em 9 de novembro de 1917. Reproduzido no jornal *O Estado de São Paulo*, 11 de novembro de 1917, pag.3.

decidiu nada conceder a Alexandre Zanella por ele não ter sido expulso. Sobre Primitivo Raymundo Soares pesava a sua expulsão anterior (1912), argumento usado pelos ministros do STF para denegar o segundo "habeas corpus" impetrado em seu favor. Virgílio Fidalgo foi o único a ter o seu pedido deferido.

Apesar da insistência de Evaristo de Moraes junto ao Ministro da Justiça para cumprimento da sentença judiciária, foi preciso a intervenção do presidente da República para que os militantes deportados voltassem a ser homens livres. Atendendo à solicitação do advogado, Wenceslau Brás ordenou em 27 de janeiro de 1918 a libertação de José Sarmiento Marques e Virgílio Fidalgo, que se encontravam a bordo do vapor *Itapuca*, ancorado no Rio de Janeiro. Ainda no mês de janeiro, Primitivo Raymundo Soares e Antonio Nalepinski, que se encontravam a bordo do *Avaré*, também foram libertados a mando do STF, quando o navio passou pelo porto do Rio de Janeiro. Antonio Lopes, Giuseppe Ghicco, José Fernandes e Zeferino Oliva só foram libertados no início de março de 1918, quando também se deu a libertação de Edgard Leuenroth, depois dele ter amargado seis meses na Cadeia Pública de São Paulo.

Edgard Leuenroth reconquistou a liberdade em 8 de março de 1918, quando foi absolvido por unanimidade, por um júri popular, da acusação de crime de roubo. A polícia paulista o acusou de ser o "autor psíquico-intelectual" do roubo de seiscentas sacas de farinha de trigo, praticado por dezesseis indivíduos, durante o assalto aos depósitos do Moinho Santista ocorrido no dia 11 de Julho de 1917, durante a Greve Geral. Por "falta de provas", os dezesseis co-réus presos em flagrante, foram libertados em 16 de julho. Somente Edgard foi processado.

Calar a voz desse aguerrido militante fazia parte da estratégia governamental de silenciar os anarquistas. A partir da publicação do jornal libertário de língua portuguesa *A Plebe*, em junho de 1917, Edgard Leuenroth, tornou-se o "espectro negro" do governo de São Paulo. Nas páginas do semanário anarquista, do qual era o editor-responsável, não poupava crítica aos industriais, que se enriqueciam às custas da miséria do operariado, e também ao governo, braço armado da indústria. Além de ser um jornalista respeitado pela imprensa brasileira, Edgard era um orador com forte influência junto ao operariado paulistano. O poder mobilizador dos seus discursos fazia dele um militante temido pelas autoridades.

Por ser brasileiro, Edgard Leuenroth não podia ser expulso do país. A Polícia decidiu então processá-lo, instaurando na 5ª Delegacia Auxiliar um inquérito policial em que era acusado de haver, num dos seus discursos, instigado os operários a assaltarem os depósitos de farinha de trigo. A pedido do delegado Bandeira de Mello, o juiz Matheus Chaves da 4ª Vara Criminal expediu mandato de prisão preventiva como incurso nas penas do artigo 356, combinado com o parágrafo 2º do artigo 18 do Código Penal⁸⁴. A prisão de Edgard, em 14 de setembro de 1917 foi o coroamento do plano de silêncio imposto às vozes anarquistas.

⁸⁴ O artigo 356 do *Código Penal* afirma ser crime "subtrair, para si ou para outrem coisa alheia móvel, fazendo violência à pessoa ou empregando força contra a coisa". O artigo 18 que trata da autoria dos delitos dispõe em seu artigo 2º: "Os que, tendo resolvido a execução do crime, provocarem e determinarem outros a executá-lo por meio de dádivas, promessas, mandato, ameaças, constrangimento, abuso ou influência de superioridade hierárquica".

O PROCESSO EDGARD LEUENROTH

Tão logo foi divulgada a prisão de Edgard Leuenroth, o advogado Benjamim Mota e o diretor do jornal *A Capital*, M.M.Pacheco Prates entraram com pedidos de "habeas corpus" em seu favor, na 4ª Vara Criminal de São Paulo. Em vista da informação da Polícia de que Edgard se achava preso preventivamente por ordem do juiz Matheus Chaves (da 4ª Vara Criminal), os pedidos foram julgados prejudicados. Uma semana após a prisão do militante anarquista, o juiz Matheus Chaves acatou a denúncia do 4º promotor público, Roberto Moreira, contra Leuenroth e os demais acusados.

No sumário de culpa foram ouvidas cinco testemunhas⁸⁵: três declararam nada saber e outras duas afirmaram ter visto o jornalista libertário em frente ao Moinho Santista na ocasião do assalto ao estabelecimento. Em seu depoimento, Edgard reiterou ser militante anarquista e que "jamais pregou em seus discursos a desordem, mas apenas, a revolução social, como consequência da preparação do povo para um novo estágio social e que não é verdade que tivesse na última greve aconselhado o povo a provocar desordens e a assaltar moinhos...e que no dia do assalto ao Moinho Santista estava na cidade e só soube do fato no dia seguinte...mas não considera um crime o assalto coletivo em bem da coletividade, o que constitui expropriação"⁸⁶. Encerrado o sumário, o promotor público manteve a sua denúncia contra Edgard

⁸⁵ As testemunhas João Alze, José Fazolari e Augusto Epozzi afirmaram nada saber. Quanto as duas outras testemunhas, Pedro Pinto Gouveia e Vicente Deodato, que procuraram incriminar Edgard Leuenroth, o jornal *O Combate* denunciou serem agentes de polícia comprados a 30 dinheiros para depor contra o militante libertário.

⁸⁶ "Declarações de Edgard na Polícia", mimeo. O acesso a esse documento só foi possível graças ao empenho do amigo pessoal de Edgard, Jaime Cubero, que gentilmente nos cedeu uma cópia da defesa escrita por Leuenroth para ser lida durante o julgamento do processo-crime em que foi acusado de ser o autor intelectual de um roubo coletivo.

Leuenroth alegando que na sua defesa ele só fez confirmar as provas do processo que o incriminavam como autor psíquico-intelectual do roubo das sacas de farinha de trigo.

Para surpresa dos que aguardavam a despronúncia do redator da *A Plebe*, o juiz Matheus Chaves, em 24 de setembro de 1917, declarou Edgard culpado. O despacho do juiz tornava o processo transparente: Leuenroth não estava sendo processado por ter praticado um ato ilícito, mas por suas idéias. Segundo o juiz, "o denunciado Edgard Leuenroth na sua defesa se confessa anarquista, e nessa qualidade era por certo que se julgava com o direito de se pôr à frente do operariado paulista para guiar-lhe os passos, encaminhar-lhe a sua ação reivindicativa, e assim poder eficaz e praticamente, servir-se dele para a conquista dos seus ideais políticos. Obedecia, portanto, a um plano consciente e deliberado e visava um fim certo e determinado, que satisfaria aos seus desejos e correspondia aos seus desígnios políticos; e para conseguir esse fim servia-se do braço executor do operário, cujos sentimentos explorava, aproveitando-se da época especial de temerosa crise que atravessa o nosso país, como todo o mundo, para incutir-lhes no espírito essas idéias subversivas, instigando-o e determinando-o à prática dos crimes, que eles cometeram"⁸⁷.

As repercussões do "Caso Leuenroth" foram imediatas. O assunto foi manchete nos principais jornais do país. Diferentemente do "Caso dos Indesejáveis", em que foram registradas manifestações de apoio ao ato da expulsão, no "Caso Leuenroth" o que veio a público foram as moções de protesto contra o seu encarceramento. Às vozes de repúdio à expulsão dos "indesejáveis" anarquistas estrangeiros,

⁸⁷ "O Caso Leuenroth. O diretor *d' A Plebe* foi hoje pronunciado", em *A Gazeta*, 24 de setembro de 1917, pag.3.

juntaram-se as que condenaram a prisão de Edgard. Um canto de protesto contra as arbitrariedades da polícia paulista se fez ouvir por todo o país.

Para os amigos e simpatizantes das idéias libertárias professadas por Edgard, a pronúncia judicial confirmando um crime inafiançável foi considerada uma demonstração da força política do jornalista-militante, que o tornava temível perante os seus adversários. Segundo *O Combate*, o governo encarcerando Leuenroth dava a ele mais uma auréola: a de ter sido preso por um crime que não mancha, mas honra. O redator de *O Parafuso* encaminhou uma carta endereçada ao amigo na Cadeia Pública, na qual alimentou esperanças de uma breve libertação, quando "receberás a merecida recompensa do teu sacrifício e a grande apoteose que terás da classe operária, será a prova inconclusa de que o governo infamando-te, glorificou-te"⁸⁸. Na Carta, Benedicto de Andrade fez duras críticas ao juiz Matheus Chaves chamando-o de "patife que, sabendo-se tratar-se de uma farsa não teve hombridade para desobedecer as ordens do Secretário da Justiça em benefício da lei e da moralidade da Justiça"⁸⁹. Para o grupo anarquista que continuou a editar *A Plebe* nas oficinas do *O Combate*, privar Edgard de sua liberdade, sequestrá-lo do convívio da sua família e dos amigos foi a resposta do governo à campanha anti-governamental movida pelo jornal libertário desde a sua fundação em junho de 1917, e à sua participação decisiva no processo de organização dos trabalhadores, incutindo neles o espírito de luta por dignidade humana.

As esperanças de soltura foram depositadas no julgamento do recurso de apelação contra o despacho de

⁸⁸ "Carta Reservada. Amigo Edgard Leuenroth", em *O Parafuso*, 29 de setembro de 1917, ano III, nº 67, pag.3.

⁸⁹ Idem.

pronúncia do juiz da 4ª Vara Criminal, interposto em 13 de outubro pelo advogado Benjamim Motta junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. O julgamento do recurso que deveria ter ocorrido quatro dias após sua entrada no Tribunal só foi realizado na sessão de 29 de Outubro. Dois dias antes da audiência, o redator do *O Parafuso* apresentou indícios de que a decisão de negar provimento ao recurso já estava tomada, antes mesmo do julgamento. Denunciou como manobras para manter a pronúncia, o adiamento e a troca de relator do processo, inicialmente em mãos de Pinto de Toledo que, segundo Benedicto de Andrade, "não se prestaria a capacho" para Campos Pereira que "não terá fibra para recuar em face das ordens do Palácio"⁹⁰. Em carta endereçada ao ministro Campos Pereira assinalou: "crer que o Tribunal, com raríssimas exceções se manifestará favorável à causa é o mesmo que dizer que o mundo está de cabeça para baixo"⁹¹.

As previsões de Benedicto de Andrade se confirmaram. No julgamento do Tribunal de Justiça, o juiz Matheus Chaves manteve o seu despacho de pronúncia proferido contra Edgard Leuenroth. Acusou o réu de ser anarquista confesso e de estar provado nos autos que ele aproveitando-se da "massa popular, exaltada e apaixonada no momento de uma greve...aconselhou, em discursos eloqüentes, inflamados e sugestivos o desrespeito às autoridades e o ataque à propriedade privada...e assim procedendo conseguiu o resultado almejado, pela realização efetiva dos seus conselhos"⁹². O relator Campos Pereira e o revisor sorteado, ministro Almeida e Silva, confirmaram a pronúncia. Com voto contrário ao dos seus colegas, o ministro Brito Bastos, também sorteado como revisor do processo, entendeu não estar

⁹⁰ Benedicto de Andrade, "Carta Reservada ao Ministro Campos Pereira", em *O Parafuso*, 27 de outubro de 1917, ano III, nº71, pag.2.

⁹¹ Idem.

⁹² "O Caso Leuenroth", em *Correio Paulistano*, 30 de outubro de 1917, pag.5.

provado ter o réu se referido diretamente ao assalto ao Moinho Santista para que o seu discurso pudesse ser considerado como causa desse ato. Também analisou as características legais do crime de sedição e concluiu que os atos de Edgard Leuenroth não poderiam ser incluídos entre os que formavam a figura jurídica de tal delito. Com o voto contrário do ministro Brito Bastos, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a pronúncia contra Edgard Leuenroth. A sua libertação agora estava em mãos do Tribunal do Juri.

A batalha judicial definitiva, no entanto, ainda estava por acontecer. Os advogados Marrey Júnior e Evaristo de Moraes abraçaram a causa de Edgard Leuenroth. Vitorioso no processo Damiani/Sarmento junto ao Supremo Tribunal Federal, mas ainda às voltas com a defesa dos demais anarquistas expulsos, Evaristo não se furtou a atender os apelos dos operários para defender o redator de *A Plebe*. O advogado carioca, um defensor de trabalhadores perseguidos, era "persona non grata" entre os juizes. Para evitar sua presença na audiência prevista para o dia 8 de Janeiro de 1918, o juiz Matheus Chaves determinou o adiamento da sessão para o dia 14 do mesmo mês. Seguro do retorno do advogado ao Rio de Janeiro, o magistrado decidiu antecipar o julgamento para o dia 11 de Janeiro. A manobra do juiz para garantir a ausência de Evaristo no julgamento não deu o resultado esperado. Avisado a tempo, Evaristo de Moraes marcou presença na data arditosamente programada. Juntamente com o advogado Marrey Júnior, recusou o conselho de jurados constituído para julgar Edgard Leuenroth, por dele fazer parte "dois oficiais de polícia, um subdelegado, um empregado da Secretaria de Justiça, dois empregados públicos, um chefe político governista e um parente 'posticho' de Altino"⁹³.

⁹³ "No Forum Criminal", em *O Combate*, 12 de janeiro de 1918, pag.1.

Os passos do julgamento do jornalista libertário foram acompanhados pelo jornal *O Combate*, que denunciou o delegado Bandeira de Mello, o promotor público Roberto Moreira e o juiz Matheus Chaves por crime de prevaricação no processo Edgard Leuenroth. O primeiro, por ter ordenado a soltura dos dezesseis indivíduos presos em flagrante durante o assalto ao Moinho Santista. O segundo, "que não teve uma palavra para protestar contra o ato da polícia que soltou os réus de crime inafiançável e presos em flagrante, como concordou com o processo de sete menores sem curadores"⁹⁴. De acordo com as acusações do jornal, o juiz Matheus Chaves prevaricou quando mandou prender novamente os dezesseis executores materiais do crime para ordenar, em seguida, fossem de novos postos em liberdade antes do julgamento, conservando preso na Cadeia Pública somente Edgard Leuenroth, considerado o autor psíquico-intelectual do crime de roubo.

Edgard Leuronth, por sua vez, ainda que privado da sua liberdade, não teve sua voz calada. Na prisão, continuou a pregar os ideais libertários. Sua solidariedade aos presos que lutavam pela melhoria da alimentação fornecida nos cárceres paulistanos e os seus protestos contra os castigos físicos infligidos a um dos signatários de um abaixo-assinado contra a má alimentação enviado do cárcere para Altino Arantes, ajudaram a tornar público as péssimas condições dos presídios em São Paulo⁹⁵. A imprensa passou a se ocupar das precárias condições existentes nas prisões e cobrar a atenção das autoridades para os problemas de superlotação, das péssimas condições de higiene e de alimentação, e para coibir os maus tratos aos presos.

⁹⁴ Dos dezesseis co-réus do crime de roubo, presos em flagrante e liberados em seguida, sete eram menores de idade e foram processados sem a presença de curadores, exigida por lei. Dois deles, Carmine Pedro e Sabino Bianchi, tinham apenas quinze anos. Cf. "O Processo Edgard Leuronth. Falsos Pudores da Nossa Justiça", em *O Combate*, 10 de janeiro de 1918, pag.1.

⁹⁵ Carta de Edgard Leuenroth datada de 1917, escrita de próprio punho, enviada ao carcereiro (em anexo).

A notoriedade de Edgard Leuenroth acabou por colocá-lo diante de uma situação inédita para um militante anarquista. Quando ainda se encontrava prisioneiro, um grupo de simpatizantes resolveu lançar seu nome para uma vaga de deputado federal por São Paulo, no pleito de Março de 1918. A sua candidatura-protesto tinha por objetivo denunciar as injustiças por ele sofridas. Apesar de se sentir "enternecido com essa nova demonstração de simpatia", Edgard recusou a proposta. Como anarquista, não podia compactuar com a delegação de poder imposto pelo regime parlamentar. Militante libertário desde 1904, toda a sua luta, conforme suas próprias palavras, foi no sentido de "conseguir que cada indivíduo, libertando-se do espírito messiânico imperante, tornando-se senhor de si mesmo, constitua uma unidade ativa na vida social, agindo em causa própria no patrocínio dos interesses que, sendo seus estejam em harmonia com os interesses da coletividade"⁹⁶. Numa longa carta publicada no jornal *O Combate*, Edgard explicou as razões de sua não aceitação a participar como candidato. Afirmou: "A experiência é a grande mestra e esta nos ensina que o parlamento, instituição essencialmente burguesa, nunca agiu e jamais poderá agir em detrimento da vigente ordem de coisas, o que corresponde a nada fazer em proveito da causa popular. Qualquer melhoria na situação do povo, por insignificante que seja, representa o resultado da sua própria ação, exercida fora da esfera parlamentar"⁹⁷.

Uma semana após a realização das eleições de Março de 1918, Edgard foi levado a julgamento. Sua auto-defesa perante o Tribunal do Juri foi uma confissão de fé aos princípios libertários. O sofrimento na prisão o teriam

⁹⁶ Carta datada de 19 de fevereiro de 1918, escrita por Edgard Leuenroth na Cadeia Pública e publicada sob o título "A Candidatura-Protesto. Porque Edgard Leuenroth não a pode aceitar", em *O Combate*, 26 de fevereiro de 1918, pag. 1.

⁹⁷ Idem.

tornado ainda mais crente nas idéias-força do anarquismo. Perante os jurados, Edgard rebateu a acusação de mandante dos assaltos praticados contra os armazéns de farinha de trigo, declarando que "no dia dos assaltos nem sequer estive no bairro da Móoca, e na minha ação de propagandista nunca aconselhei alguém à prática de atos nos quais eu não tivesse participação direta"⁹⁸ Sobre o processo afirmou: "processando-me, teve-se em mira desmoralizar com um labéu infamante o modesto militante operário, pretendendo-se conservar no cárcere o propagandista e não o ladrão inexistente, pois que se trata evidentemente de um processo de idéias"⁹⁹. Considerou a sua condenação como uma artimanha dos que "não me podendo fazer abdicar do exercício de um direito irrecusável e consignado nos fundamentos legais do país, como seja o da propaganda de idéias, trouxeram-me até à barra deste Tribunal sob uma insustentável quão infamante imputação"¹⁰⁰.

A defesa jurídica coube aos advogados Marrey Júnior e Evaristo de Moraes. O primeiro fez uma análise dos autos do processo e apontou erros crassos no depoimento das duas testemunhas que incriminaram Edgar, os agentes secretos, Pedro Gouveia e Vicente Deodato quanto ao local; hora; e até sobre o produto do roubo, pois no depoimento da primeira testemunha os operários assaltaram um caminhão "com latas de fósforo"! Para Marrey Júnior, "o que se deu em julho foi um delito de multidão que se quer imputar a um 'meneur'"¹⁰¹. Com grande eloquência, Evaristo de Moares leu o seu libelo *O Anarquismo no Tribunal do Jury*, escrito em defesa de Edgard Leuenroth. Começou explicando a sua presença na tribuna como

⁹⁸ "Auto defesa de Edgard Leuenroth", apresentada perante o Tribunal do Juri em 8 de março de 1918, mimeo.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ "Defesa do advogado Marrey Júnior", apresentada perante o Tribunal do Juri em 8 de março de 1918, mimeo.

mais uma realização do seu programa profissional de defesa dos pobres, dos oprimidos e das vítimas da violência, iniciado em 1897, quando defendeu os réus acusados de conspiração monarquista, enquanto ainda fumegava o episódio de Canudos. Entre outros casos, em que atuou como advogado de defesa, lembrou o de João Cândido, o almirante negro que, juntamente com os seus companheiros, foram processados depois de anistiados, e absolvidos.

Como defensor de um adepto de idéias anarquistas, Evaristo lançou mão de obras de grandes escritores universalmente conhecidos, como Kropotkin, Jean Grave, Malatesta, Réclus, Tolstoi e Ibsen, para demonstrar que a doutrina anarquista não podia ser considerada desprezível e nem tido desprezada. Em sua defesa afirmou ser mais fácil combater as idéias anarquistas "a golpes de processos criminais, do que por raciocínio. Para o segundo método de combate, força seria conhecê-las e digo-o sem reboço, a maioria dos agressores do Anarquismo nunca leu os livros e as revistas anarquistas; fala por informação policial..."¹⁰². Quanto ao aspecto jurídico-penal do processo, analisou o crime de roubo sob o ângulo da psicologia individual e coletiva. Considerou a intenção e a determinação da vontade como geradora do crime doloso. No caso de crime contra a propriedade, entre os quais o roubo, argumentou que a intenção reside na idéia de se apropriar o indivíduo da coisa alheia para aumentar o patrimônio pessoal. No caso em tela, em que o roubo ocorreu durante uma agitada greve, argumentou não ser possível caracterizar a intenção de roubar nos gestos depredatórios da turba durante a greve, "uma dessas multidões que surgem espontaneamente, sem coesão, sem

¹⁰² Evaristo de Moraes, *O Anarquismo no Tribunal do Jury (Processo Edgard Leuenroth)*, publicado pelo Grupo Editor "La Vera", Rio de Janeiro, 1918, 31 pags. Em 1982, esse texto foi reproduzido na *Revista Forense*, julho/agosto/setembro de 1982, vol.279, ano 78, pags. 391-398.

uniformidade inicial de vistas, sem plano, sem chefes, um desses conglomerados do acaso"¹⁰³. Baseando-se nos estudos sobre psicologia das multidões de Le Bon, Scipio Sighele, Tarde, Fournial e Rossi, afirmou ser quase impossível identificar responsabilidades individuais quando se trata de delito de multidão.

Durante o julgamento, o promotor manteve-se mudo. Os jurados, por unanimidade de votos, absolveram Edgard Leuenroth. Sua libertação, festejada pelos familiares, companheiros e amigos que se mantiveram solidários durante os seis meses de calvário, ficou assim registrada no jornal *A Rolha*: "Afiml, se pensavam em humilhá-lo, só o fizeram maior. Se pensavam em desarmá-lo, só fizeram dar-lhes maiores ímpetos. Se pensavam em demolí-lo, só fizeram torná-lo um dos homens mais populares, de Norte a Sul, com repercussão em todos os centros libertários estrangeiros"¹⁰⁴.

O "SÃO BARTOLOMEU PAULISTA"

A partir de 1917 a "questão operária", negada por uns e "esquecida" por outros, passou a ser objeto de discussão a nível do Estado e da sociedade civil. Em 1919, a "questão operária" foi reconhecida também em sua dimensão política ao ser incluída nas plataformas de candidatos a cargos eletivos como na campanha presidencial de Rui Barbosa¹⁰⁵ e na plataforma de governo de Washington Luís,

¹⁰³ Evaristos de Moraes, "O Anarquismo no Tribunal do Juri", em *Revista Forense*, pag.392.

¹⁰⁴ "Absolvição de Edgard Leuenroth, por unanimidade de votos", em *A Rolha*, 12 de março de 1918, pag.13.

¹⁰⁵ "A questão social e política no Brasil" foi o tema da conferência pronunciada por Rui Barbosa durante a campanha à presidência do país, em 1919. Segundo Evaristo de Moraes Filho "talvez o maior peso democrático da campanha de 19 tenha sido exatamente esse tratamento frontal do tema da questão social".

candidato à presidência de São Paulo, no quadriênio 1920-1924. Segundo a historiografia, Washington Luís teria afirmado que "a questão operária é um caso de polícia". Na verdade, ele jamais proferiu tal frase¹⁰⁶.

No entanto, diante da inexistência de uma legislação social para regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, os conflitos entre patrões e empregados durante a Primeira República foram na realidade tratados como "caso de polícia". Em nome da manutenção da ordem pública, as manifestações operárias foram sufocadas com violência policial. A repressão ao movimento grevista de 1917 é exemplar. Informações coletadas em fontes diversas permitem suspeitar da ocorrência de um morticínio. As especulações em torno de uma possível carnificina apareceram, principalmente, no jornal carioca *A Razão*. Os resultados dos conflitos envolvendo policiais e grevistas deixaram de ser divulgados nos jornais de São Paulo, possivelmente em atendimento ao

Cf. Rui Barbosa, *A questão social e política no Brasil*. Conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 20 de Março de 1919. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983 (introdução de Evaristo de Moraes Filho, pág.XI).

¹⁰⁶ Quando candidato ao governo de São Paulo, em discurso proferido durante o banquete oferecido pelo Partido Republicano Paulista, no Teatro Municipal de São Paulo, na noite de 25 de janeiro de 1920, Washington Luís observou que "...em São Paulo, pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que a ordem social. Não quer isto dizer que as lições tumultuosas das revoluções alheias não sirvam ao encaminhamento seguro da nossa evolução, na qual o trabalho e o capital têm de ser defendidos, visto que, se o capital não vive sem o trabalho, o trabalho não prospera sem o capital. Só no consórcio humano e inteligente dos dois, as crises atuais encontrarão remédio e solução". (Cf. Eugenio Egas, *Galeria dos Presidentes de São Paulo (período republicano 1920-1924)*. São Paulo, Seção D'Obras Raras do Estado de São Paulo, vol.3, 1927, pág.31). Na interpretação dessa passagem do discurso feita por Amadeu Amaral, quando da sua candidatura a uma vaga de deputado estadual nas eleições paulistas de 1922, pode estar a origem do mal-entendido. Ao analisar a plataforma política do então presidente de São Paulo, Amadeu Amaral, um dos seus desafetos, afirmou: "O Sr. Presidente do Estado, em sua plataforma, teve uma expressão que fez bela carreira através da imprensa nacional e da opinião conservadora, sendo festejada como a fórmula precisa e luminosa da chamada *questão social* entre nós. Disse S.Exa. que *questão operária* era antes de *ordem pública* do que qualquer outra ordem...Deixou assim indicada a solução que se lhe antolhava melhor: consistia no emprego de medidas enérgicas, no sentido de abafar agitações. Quem teria de proceder, principalmente, era a polícia e não o legislador...Para muita gente, como para o honrado Dr. Washington Luís, a questão social no Brasil se reduz à mera questão de polícia". (Cf. Célio Debes, *Washington Luís: Primeira parte 1869-1924*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1994, pág.287). Difundida sobre a forma sintética "a questão operária é um caso de polícia", a frase entrou para os anais da história como sendo de autoria de Washington Luís, apesar de não ter sido por ele pronunciada.

pedido formulado pelo Secretário de Justiça e da Segurança Pública à imprensa paulistana para evitar a divulgação de notícias que pudessem alarmar a população da cidade. No entanto, em algumas notícias esparsas foi possível perceber que o número de mortes pode ter sido muito superior às três anunciadas oficialmente: José Iniguez, Nicola Salerno e Eduarda Binda.

Ainda no calor dos acontecimentos, o jornal *O Estado de São Paulo* mencionou, na sua edição do dia 13 de Julho, a ocorrência de dezoito mortes. No dia seguinte, o *Fanfulla* registrou que na noite do dia 13, conhecida como *Noite do Terror*, o número de mortos chegava a dezenas. Os jornais anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* também questionaram o número oficial de mortos da greve. O primeiro afirmou: "São às dezenas os mortos e às centenas os feridos que os copeiros do Estado serviram aos patrões, no grande banquete que lhes ofereceram"¹⁰⁷. *A Plebe*, por sua vez, indagou: Quantos são os mortos? A polícia denunciou apenas três mortes, entre as quais a de uma criança. Há outras porém, muitas outras. Quantas? É o que o povo precisa saber. Afirmam que muitos cadáveres foram sepultados clandestinamente, sendo transportados nas carroças da polícia.

As informações fornecidas pelo coronel Arrisson, testemunha ocular dos acontecimentos de Julho de 1917, alimentaram as suspeitas de que houve um morticínio. De acordo com o seu relato "foi elevado o número de operários mortos nas escaramuças...Na avenida Celso Garcia, os grevistas investiram contra a tropa em posição e a reação não fez esperar: muitos operários pagaram a imprudência com a vida... Na Praça da Sé, houve um choque de grandes

¹⁰⁷ "O Banquete dos Chacais", *Guerra Sociale*, 11 de Agosto de 1917, pág.3.

proporções. A massa grevista, aos gritos e pedradas, lança-se contra os contingentes e mais atacantes tombam de morte. Na Avenida Água Branca, em frente às Indústrias Matarazzo, verifica-se também um choque de grandes proporções com o sacrifício de inúmeros grevistas"¹⁰⁸. A autoridade militar também registrou a morte de milicianos da Força Pública "que tombaram ceifados nos vários choques, no cumprimento do dever, mas a proporção dessas baixas em relação aos paredistas foi bem insignificante"¹⁰⁹.

Poucos dias depois da suspensão da greve geral, o jornal carioca *A Razão* iniciou a publicação de uma série de reportagens denunciando a violência policial usada não somente contra os grevistas nas ruas de São Paulo, mas também contra os indivíduos presos durante as agitações operárias. Na sua edição de 19 de Julho, estampou na primeira página a seguinte notícia: "sabe-se por informação positiva do Corpo de Bombeiros que nas ocorrências do Brás, Móoca, Belenzinho forma mortos mais de 40 proletários, cujo enterro a polícia promoveu às ocultas dos curiosos"¹¹⁰. Em 22 de Julho, voltou a explorar a questão dos mortos da greve com a publicação da carta de um leitor, em que este afirmava ter acompanhado o desenrolar dos acontecimentos em São Paulo. Em sua descrição mortuária, o missivista afirmou: "Só em mortes no bairro do Brás desde o início da greve até finalizar em parte a mesma morreram 30 operários dos quais 2 menores de 14 anos e uma mulher em frente à Estação do Norte. Uma mulher operária que carregava sobre a cabeça uma saca de farinha, isto na noite em que o Moinho Santista foi assaltado, foi morta por um

¹⁰⁸ Coronel Arrisson de Souza Ferraz, "A Greve de 1917 em São Paulo", em *Militia* (órgão do Clube dos Oficiais da Força Pública de São Paulo). São Paulo, Dezembro de 1958, nº 78, pág.18.

¹⁰⁹ Idem. A morte de policiais durante o movimento grevista pode ser confirmada pela estátua de bronze que se encontra no Mausoléu da Polícia Militar, localizado no cemitério do Araçá, cuja lápide homeganea os policiais que morreram em serviço durante a Greve Geral de 1917.

¹¹⁰ "A polícia de São Paulo matou friamente nas ruas e nos cárceres dezenas de operários". *A Razão*, Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1917, pág.1.

pontaço de espadim, ficando cerca de 2 horas estendida na calçada no meio da farinha de trigo esparramada. Na Noite da Morte, sexta para sábado...morreram a bala 9 populares e dezenas ficaram feridos, sendo estes depois de medicados ou não atirados às enxovias, onde muitos morreram por falta de cuidados"¹¹¹. Além das informações sobre a morte de vários grevistas, a carta continha dados sobre policiais que perderam a vida durante a greve: "no Brás foram mortos durante os conflitos quatro praças de cavalaria e nove soldados. Na rua da Móoca, um popular, por ocasião em que era espaldeirado sem motivo algum, puxou do seu revólver e matou as duas praças que eram da cavalaria a tiros...Na rua Ana Nery, esquina da rua da Móoca, um sargento que esbofeteava uma indefesa mulher foi morto a cacetadas e tiros por um grupo de grevistas que surgiu no momento...Os próprios chauffeurs das ambulâncias são os primeiros a dizer os mortos e feridos que conduziram nesses nefastos dias"¹¹².

Em 25 de Julho, *A Razão* publicou uma carta enviada de São Paulo com a assinatura de Bento Ferreira da Silva em que este afirmou ter sido informado, em conversa reservada com um empregado da polícia que "sobe a mais de 400 o número de mortos, enterrados a noite e sem registro legal, e a mais de mil o número de feridos...eu sei de fonte limpa que dentro da cadeia foram mortas mais de 50 pessoas durante seis dias, apanhando e sem comer, nem beber, no entanto o governo diz que agiu só contra os anarquistas"¹¹³. No dia seguinte, o jornal tornou público a seguinte declaração de um repórter policial: "O que me leva a procurar essa folha é a atitude desassombrada que ela tem em face aos acontecimentos. Os jornais, como disse o seu representante, nada dizem e eu

¹¹¹ "O morticínio dos operários durante a greve paulista". *A Razão*, Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1917, pág.5.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ "Ecos da greve em São Paulo". *A Razão*, Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1917, pág.6.

venho procurar *A Razão* coadjuvando-a no que estiver na medida das minhas forças para informar sobre a ação da polícia nesses inolvidáveis dias de sangue que poderiam ser citados como São Bartolomeu Paulista...Os operários foram tratados cruelmente pela polícia e há testemunhos incontestáveis que assistiram às cenas revoltantes. Na Polícia Central, no saguão achava-se uma turma de agentes espancadores. Todo o preso que chegava, operário ou não, bem ou mal trajado era espancado de modo desumano. O dr. José Líbero médico da polícia que se encontrava presente protestou de modo enérgico"¹¹⁴. No mesmo dia, uma outra reportagem informava sobre as perdas sofridas pela polícia. Entre elas, a do tenente Índio do Brasil que havia morrido "num encontro com grevistas que mui legitimamente se defendiam quando foram atacados. O capitão Vicente Calsaterra se acha ferido e está em tratamento no Hospital Militar assim como mais de meia centena de soldados. De um funcionário da polícia ouvi dizer que morreram mais de uma trintena de milicianos...Compreende-se que à polícia não convem dizer quais as baixas que sofreu. Os soldados andavam caindo dos animais porque durante dois dias não ingeriram alimentação alguma e durante o movimento não trocaram a roupa e nem tiraram o calçado dos pés. De operários diz-se muita coisa. De pessoa que reside nas proximidades do cemitério do Araçá ouvi dizer que os autos do Corpo de Bombeiros estiveram constantemente trafegando e empregados no transporte de cadáveres para aquela necrópole. Os operários assassinados sobem talvez a mais de 40..."¹¹⁵.

O tipógrafo Alberto de Oliveria Neves, em carta enviada à redação do jornal carioca também acusou a polícia de ter "assassinado inermes operários indefesos e curiosos que nada tinham com a greve. Foi uma selvageria nunca vista.

¹¹⁴ "Acusações contra a polícia paulista". *A Razão*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1917, pág.6.

¹¹⁵ *Idem*.

A polícia dispersava os agrupamentos a tiros e a baioneta. Os próprios soldados são unânimes em afirmar que os seus superiores foram de uma crueldade inegável. O que fizeram aqui talvez na guerra não o façam. O Corpo de Bombeiros andava com os seus caminhões ajuntando cadáveres pelas ruas de pessoas mortas pela polícia...Barbaridade tamanha, nunca se viu sr.redator, era um horror!¹¹⁶.

O número avultado de pessoas "desaparecidas"¹¹⁷ durante a greve fez aumentar as especulações sobre as mortes. É provável que a maioria delas estivesse presa na Repartição da Polícia Central, no quartel da Guarda Cívica ou nos diversos postos policiais. As denúncias de maus tratos e espancamentos de grevistas presos circularam na cidade de São Paulo e alimentaram os rumores sobre mortes ocorridas nas dependências das prisões. O jornal *O Combate* publicou a carta de um leitor denunciando "os horrores sofridos pelos grevistas nas prisões...Ao serem agarrados eram eles levados para o posto do Brás e daí removidos para o antigo hospício onde hoje está aquartelada a Guarda Cívica. Lá eram espancados e bofeteados por secretas, praças, oficiais e até autoridades. Aqui eram atirados às centenas na área central. expostos ao frio dia e noite, sem o menor abrigo. Muitos deles asseguram ter visto com os próprios olhos muitos cadáveres, que teriam sido enterrados a noite, clandestinamente sem registro"¹¹⁸.

A questão dos maus tratos aos indivíduos presos e a forma indiscriminada como ocorreram as prisões durante a greve geral também foram exploradas pelo jornal *A Razão*. O diário carioca informou aos seus leitores saber que "na

¹¹⁶ "A Greve nos Estados - Em São Paulo" *A Razão*, 26 de Julho de 1917, pág.6.

¹¹⁷ A questão dos "desaparecidos" foi tratada pelo jornal *Fanfulla* em sua coluna diária "Gli scomparsi", a partir de 17 de Julho de 1917.

¹¹⁸ "Espancamento de grevistas nas prisões". *O Combate*, 19 de Julho de 1917, pág.3.

Repartição Central e no quartel da Guarda Cívica à Rua Alvarenga, as autoridades foram de revoltante crueldade para com todos os detidos, espaldeirando-os desapiadosamente, sem verificar até que ponto ia a responsabilidade de cada um deles nos distúrbios, pois muitos foram presos com evidente arbítrio, achando-se entre eles pessoas qualificadas, que nada tinham a ver com o movimento operário, tendo sido surpreendidas no burburinho das ruas pelos esbirros do dr. Thyrso Martins"¹¹⁹. O uso de violência no tratamento aos presos foi denunciado no Congresso Nacional pelo deputado Maurício de Lacerda ao afirmar "que dos operários presos, 400 que tiveram sua prisão relaxada tinham ferimentos a sabre na cabeça"¹²⁰.

A soltura dos grevistas constava do acordo que suspendeu a greve geral. Apesar do Delegado Geral ter declarado só manter nas prisões os indivíduos com contas a acertar com a justiça, a pressão exercida por alguns jornais paulistanos sobre as autoridades policiais para libertação dos presos por motivo de greve pode ser considerada um forte indício de que muitos grevistas continuaram encarcerados após a suspensão do movimento. O *Combate*, por exemplo, questionou a atitude arbitrária da polícia de manter indivíduos presos sem formação de culpa. Segundo o jornal "se há culpados presos, é preciso requerer a sua prisão preventiva, apuradas as suas responsabilidades em processo regular para que inocentes não fiquem atirados no cárcere, tanto mais que muitos deles são acusados de crimes afiançáveis. Nesse assunto, para crédito da polícia é necessário que se faça toda a luz possível. Mesmo os que não acreditam que fosse ocultado o número de mortos desejam que isso fique bem

¹¹⁹ "A polícia de São Paulo matou friamente nas ruas e nos cárceres dezenas de operários". *A Razão*, Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1917, pág.1.

¹²⁰ Discurso proferido pelo deputado Maurício de Lacerda na sessão da Câmara dos Deputados em 26 de Julho de 1917. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol.3., pág.693.

averiguado para por termo aos boatos que correm com insistência cada vez maior"¹²¹.

A não libertação dos indivíduos presos durante o movimento grevista foi considerada pelo *Fanfulla* não só um desrespeito ao acordo firmado mas, principalmente, um ato ilegal por demandar um processo judicial. O jornal italiano afirmou ter acompanhado com cuidado e com paciência as denúncias da polícia aos juizes dos tribunais e não ter encontrado acusação contra os presos durante as jornadas da greve e nem nas denúncias e pronúncias dos promotores públicos e dos juizes. Segundo o *Fanfulla*, ao agir de forma arbitrária, a própria polícia colocava em xeque sua credibilidade. Sobre ela recaía a responsabilidade pela inquietação da população paulistana com os "desaparecidos" e pela propagação de vozes alarmantes que especulavam sobre o destino dos "scomparsi": "Se essas pessoas não estavam presas, não se encontravam nos hospitais, possivelmente foram sepultadas...e certamente, não vivas"¹²². O cemitério do Araçá teria sido escolhido para sepultar as vítimas da repressão policial.

Em 22 de Julho de 1917, o *Fanfulla* registrou em suas páginas que "...o número de vítimas atingia a uma centena. No cemitério do Araçá, em poucos dias, foram abertas 210 covas e precisamente na quadra n°139, letra O. Durante a noite de 15, nas covas foram sepultados os cadáveres dos mortos. Um esquadrão de cavalaria, disposto na vizinhança impedia qualquer curioso de se aproximar. Os vizinhos, no entanto, observavam e viam os carros da política que iam e vinham sibilando sinistramente a sirene. A lúgubre operação

¹²¹ *O Combate*, 21 de Julho de 1917, pág.3.

¹²² "Voci allarmanti sul numero dei morti- una visita al cimitero dell'Araçá". *Fanfulla*, 22 de Julho de 1917, pág.2.

prosseguiu na noite seguinte. Os cadáveres - sempre segundo essas vozes - eram colocados nus nas covas. No dia 19, outros seis cadáveres foram sepultados...Eram cinco homens e uma mulher..."¹²³.

No calor das discussões sobre os "desaparecidos", rumores da deflagração de uma nova greve geral, a partir da segunda-feira, 23 de Julho, propagaram-se rapidamente pela cidade de São Paulo. Não se sabe quem espalhou os boatos. Talvez tenha sido a própria polícia que fez divulgar a falsa notícia para desviar a atenção da população paulistana sobre as especulações em torno de um número elevado de mortos da greve. Os indícios apontam que São Paulo também teve o seu "São Bartolomeu".

¹²³ Idem.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS CONSULTADOS

- AMERICANO, Jorge - *São Paulo Nesse Tempo:1815-1945*. São Paulo, Melhoramentos, 1962.
- BARBOSA, Rui - *A Questão Social e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.
- BEIGUELMAN, Paula - *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977.
- BOSI, Ecléa - *Memória e Sociedade (Lembranças de Velhos)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- BRÉCY, Robert - *La Grève Générale en France*. Paris, EDI, 1969.
- CAMPOS, Cristina Hebling - *O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921)*. Campinas, Editora da UNICAMP/Pontes, 1988.
- CARONE, Edgar - *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo, DIFEL, 1972.
- CELLA, Gian Primo (org) - *Il Movimento Degli Scioperi Nell XX Secolo*. Bologna, Società Editrice Il Mulino, 1979.
- DAMIANI, Gigi - *La Questione Sociale nel Brasile (I paesi nei quali no si deve emigrare)*. Milano, Edizione di Umanità Nova, 1920.
- DEBES, Celio - *Washington Luís: Primeira Parte (1869-1924)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- DIAS, Everardo - *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- DI CAVALCANTI, Emiliano - *Viagem da Minha Vida (Memórias)*. Vol. I "O Testamento da Alvorada". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1955.

DULLES, John Foster - *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1977.

EGAS, Eugenio - *Galeria dos Presidentes de São Paulo (Período Republicano 1920-1924)*. São Paulo, Seção d'Obras do Estado de São Paulo, vol.3, 1927.

FAUSTO, Boris - *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1986.

GARCIA, Victor - *Antologia Del Anarcosindicalismo*. Caracas, Ediciones RUTA-BASE, 1988.

GIRARDET, Raoul - *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro - *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio - *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, vol. I.

HARDMAN, Francisco Foot - *Nem Pátria, Nem Patrão (Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

JULLIARD, Jacques - *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d'Action Directe*. Paris, Éditions du Seuil, 1971.

JULLIARD, Jacques - *Autonomie Ouvrière (Études sur le syndicalisme d'action directe)*. Paris, Éditions du Seuil, 1988.

KHOURY, Yara Aun - *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*. São Paulo, Cortez Editora, 1981.

KOVAL, Boris - *História do Proletariado Brasileiro (1857 a 1967)*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982.

LAGARDELLE, Hubert (org.) - *La Grève Générale et Le Socialisme (Enquete Internationale - Opinions et Documents)*. Cie Éditeurs, 1905.

LANG, Beatriz da Silva Gordo - *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: Representação e Sociedade*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, Março de 1989.

- LEUENROTH, Edgar - *Anarquismo (Roteiro de Libertação Social)*. Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, 1963.
- LOBATO, Monteiro - *O Problema Vital*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.
- MAFFEI, Eduardo - *A Greve*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang - *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- MARAN, Leslie Sheldon - *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MODERNELL, Renato - *Sonata da Última Cidade (O Romance de São Paulo)*. São Paulo, Editora Best Seller, 1988.
- MOREIRA, Sílvia - *São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1988.
- MOREL, Edmar - *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1963.
- PENTEADO, Jacob - *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1962.
- PERROT, Michelle - *Jeunesse de La Grève (1871-1890)*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- PICCAROLO, Antonio e FINOCCHI, Lino - *O Desenvolvimento Industrial de São Paulo através da 1ª Exposição Industrial*. São Paulo, POCAI Company, 1918.
- PINTO, Maria Ignez B. - *Cotidiano e Sobrevivência. A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo 1890-1914*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa - *Condições de Trabalho na Indústria Textil Paulista (1870-1930)*. São Paulo, Editora Hucitec/UNICAMP, 1988.
- RODRIGUES, Edgar - *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1972.
- RODRIGUES, Edgar - *Os Anarquistas (Trabalhadores Italianos no Brasil)*. São Paulo, Global, 1984.

RODRIGUES, Leôncio Martins - *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

SEIXAS, Jacy - *Mémoire et Oubli: Anarchisme et Syndicalisme Révolutionnaire au Brésil*. Paris, Edition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1988.

SIMÃO, Aziz - *Sindicato e Estado (Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo)*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.

THOMPSON, E.P. - *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (3 vols).

DISSERTAÇÕES E TESES

ALEM, João Marcos - *Caipira e Country: A Nova Ruralidade Brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, USP, 1996.

BLANCO, Esmeralda L. - *O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890/1920)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, 1977.

BIONDI, Luigi - *La Stampa Anarchica Italiana in Brasile: 1904-1915*. Tesi di Laurea di Storia Contemporanea, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1994.

COHEN, Ilka Stern - *Em Nome das Classes Conservadoras: Associação Comercial de São Paulo (1917-1928)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

CONNARTY, James - *The Defense of the Working Class in the Brazilian Chamber of Deputies 1917-1920*. M.A.Thesis, New Orleans, Tulane University, 1973.

FELICI, Isabelle - *Les Italiens Dans Le Mouvement Anarchiste au Brésil 1890-1920*. Thèse de Doctorat, Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 1994.

GORDON, Eric - *Anarchism in Brazil: Theory and Practices 1890-1920*. Ph.D.Thesis, New Orleans, Tulane University, 1978.

KHOURY, Yara A. - *Edgard Leuenroth: Uma Voz Libertária. Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista*. Tese de Doutorado em História, USP, 1988.

ROLNIK, Raquel - *Cada um no seu lugar (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder)*. Dissertação de Mestrado, FAU/USP.

SFERRA, Giuseppina - *Anarquismo e Anarcosindicalismo: Orientações do Movimento Operário Brasileiro 1906-1907*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/História. UNIMEP, Piracicaba, 1982.

TEIXEIRA, Palmira - *Pensamento e Ação do Industrial Jorge Street (1894-1939)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 1989.

TOLEDO, Edilene - *"O Amigo do Povo": Grupos de Afinidade e a Propaganda Anarquista em São Paulo nos Primeiros Anos Deste Século*. Dissertação de Mestrado em História. UNICAMP, 1994.

TÓRTIMA, Pedro - *Polícia e Justiça de Mãos Dadas: A Conferência Judiciária Policial de 1917 (Um contribuição aos estudos sobre o enfrentamento da "questão operária" pelas classes dominantes e pelo Estado. Rio de Janeiro, 1900-1925)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

ARTIGOS EM REVISTAS E MIMEOGRAFIADOS

ARANTES, Altino - *Meu Diário (registro íntimo de factos e impressões)*. Manuscrito.

ARRUDA, Braz de Souza - *"Em Relação à Parede dos Operários"*. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. vol. XXI, 1920, págs. 373-378

CUBERO, Jaime - *Anarquismo e Anarco-Sindicalismo no Brasil*. Mimeo.

FAUSTO, Boris - *"Conflito Social na República Oligárquica: A Greve de 1917"*, *Estudos CEBRAP*, nº10, out./nov./dez.1974.

FELICI, Isabelle - *"Gli Anarchici Italiani in San Paolo e il Problema Dell'Organizzazione Operaia (1898-1917)"*, mimeo

FERRAZ, Arisson de Souza - "A Greve de 1917 em São Paulo", *Militia (órgão do Clube dos Oficiais da Força Pública de São Paulo)*. São Paulo, Dezembro de 1958, n°78.

FONSECA, Guido - "O Anarquismo e as Origens da Polícia Política em São Paulo". Mimeo, 1996.

FONSECA, Guido - "Aspectos da Criminalidade na Cidade de São Paulo em Fins do Século XIX", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo, 1995, vol. XCI, págs. 72-82.

FONSECA, Guido - "DOPS: Um Pouco de Sua História", *Revista da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo*, ano 10, n°18, Dezembro de 1989, págs. 41-85.

GODINHO, Victor - "O Problema da Alimentação. A Fome na História e na Atualidade", *Revista do Brasil*, São Paulo, janeiro/abril 1917, vol. IV, ano II.

HALL, Michael M. - "Trabalhadores Imigrantes", *Revista Trabalhadores*, n° 3, Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Campinas, São Paulo.

HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio - "The Control and Policing of the Working Class in Brazil". Mimeo, 1983.

HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio - "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle". *Coleção Remate de Males*, n° 5, 1985. págs, 96-120

LEUENROTH, Edgard - *Dados sobre o Anarquismo no Brasil*. Mimeo.

LEUENROTH, Edgard - *Declarações de Edgard na Polícia*. Mimeo, 1917.

LOPREATO, Christina Roquette - "As Jornadas de Julho: São Paulo, 1917", Bresciani, Maria Stella (org). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1992, págs. 201-225.

MORAES, Evaristo de - "O Anarquismo no Tribunal do Jury (Processo Edgard Leuenroth)". *Revista Forense*, julho/agosto/setembro de 1982, vol. 279, ano 78, págs. 391-398.

MUSSO, Stefano - "Scioperi e Conflitto Sociale Durante La Prima Guerra Mondiale", *Movimento Operaio e Socialista*, anno IX, (Nuova Serie), n°3, settembre/dicembre 1986.

ROCHA, Eliana e MARTINI, Jandira - *Em Defesa do Companheiro Gigi*. Texto para um espetáculo. Mimeo.

WOLFE, Joel - "Anarchist Ideology, Worker Practice: The 1917 General Strike and the Formation of São Paulo's Working Class". *Hispanic American Historical Review* 71:4, November.

ANAIS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS OFICIAIS

Anais da Conferência Judiciária-Policia. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols. 1918.

Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1917.

Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1917.

Anais da Câmara dos Deputados. Congresso Nacional, 1917.

Anuário Demografo-Sanitário. Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, ano XXIV, 1917. Tipografia do Diário Oficial, 1919.

Boletins do Departamento Estadual do Trabalho (DET), 1914 a 1918.

Regulamento do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Decreto nº2141 de 14 de Novembro de 1911.

Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes, presidente do Estado, pelo Dr. Candido N. Nogueira da Mota. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ano 1917.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Altino Arantes, pelo Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves. Secretaria do Interior, 1917.

Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918.

JORNAIS

São Paulo

A Capital, 1917.

A Gazeta, 1917.

A Nação, 1917.

A Platéia, 1917.

Correio Paulistano, 1893, 1917.
Diário Popular, 1917.
Fanfulla, 1917.
Jornal do Comércio, 1917.
O Combate, 1917-1918.
O Estado de São Paulo, 1917.
Guerra Sociale (periódico anárquico) 1915-1917.
A Plebe (jornal anarquista), 1917.

Interior de São Paulo

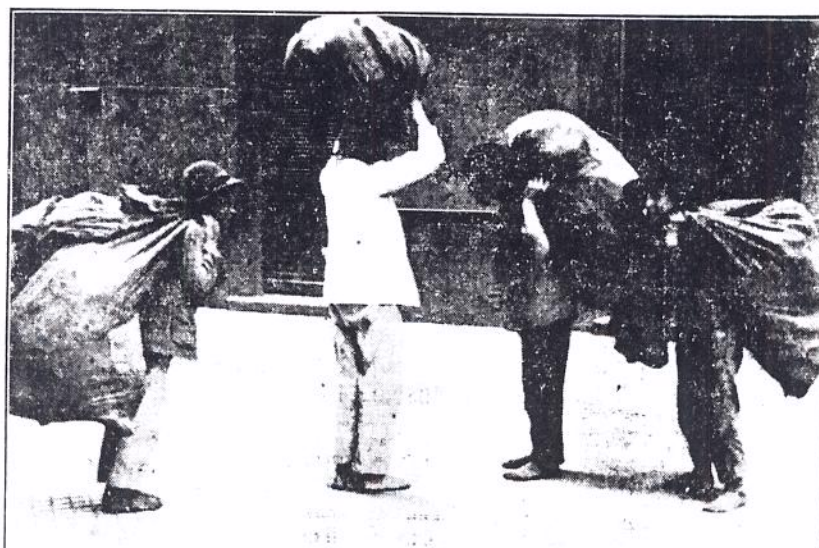
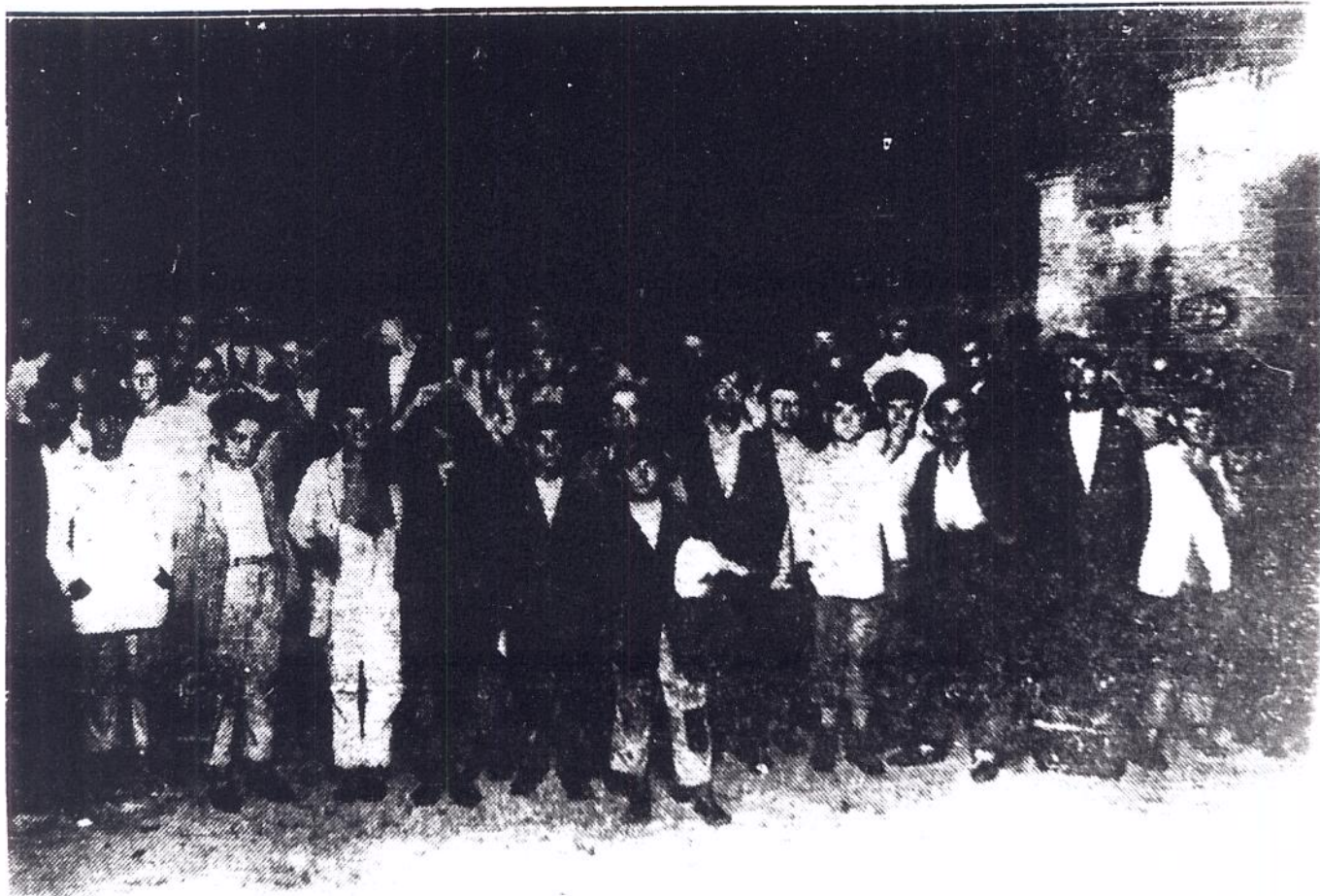
Diário do Povo. Campinas, 1917.
Comércio de Campinas. Campinas, 1917.
Cruzeiro do Sul. Sorocaba, 1917.
Diário de Santos. Santos, 1917.
A Tribuna. Santos, 1917.

Rio de Janeiro

Jornal do Comércio, 1917.
A Razão, 1917-1918.
A Época, 1917.
O Debate, 1917.

IMAGENS DA GREVE GERAL DE 1917

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DAS CRIANÇAS



Fonte: *Jornal A Gazeta*, Março 1917

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DAS CRIANÇAS



S. Paulo, 9 de Janeiro de 1917
 © Illm. Sm. *Empregado* *Henrique* Deve

Pis. 11 de Representação	5.500
5 multas de Junho	- 2.500
	3.000
multas de trabalho entregue	2.000
e multa por ser pouco educado	1.000
e não referir a outro	.500
	40.000

Recibo de Pagamento do Menor Henrique
 Fonte: *Jornal A Gazeta*, 15 de Março de 1917

O EMPREGO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA



Fonte: *Jornal A Gazeta*, 10 de Março de 1917

MORTOS OFICIAIS DA GREVE

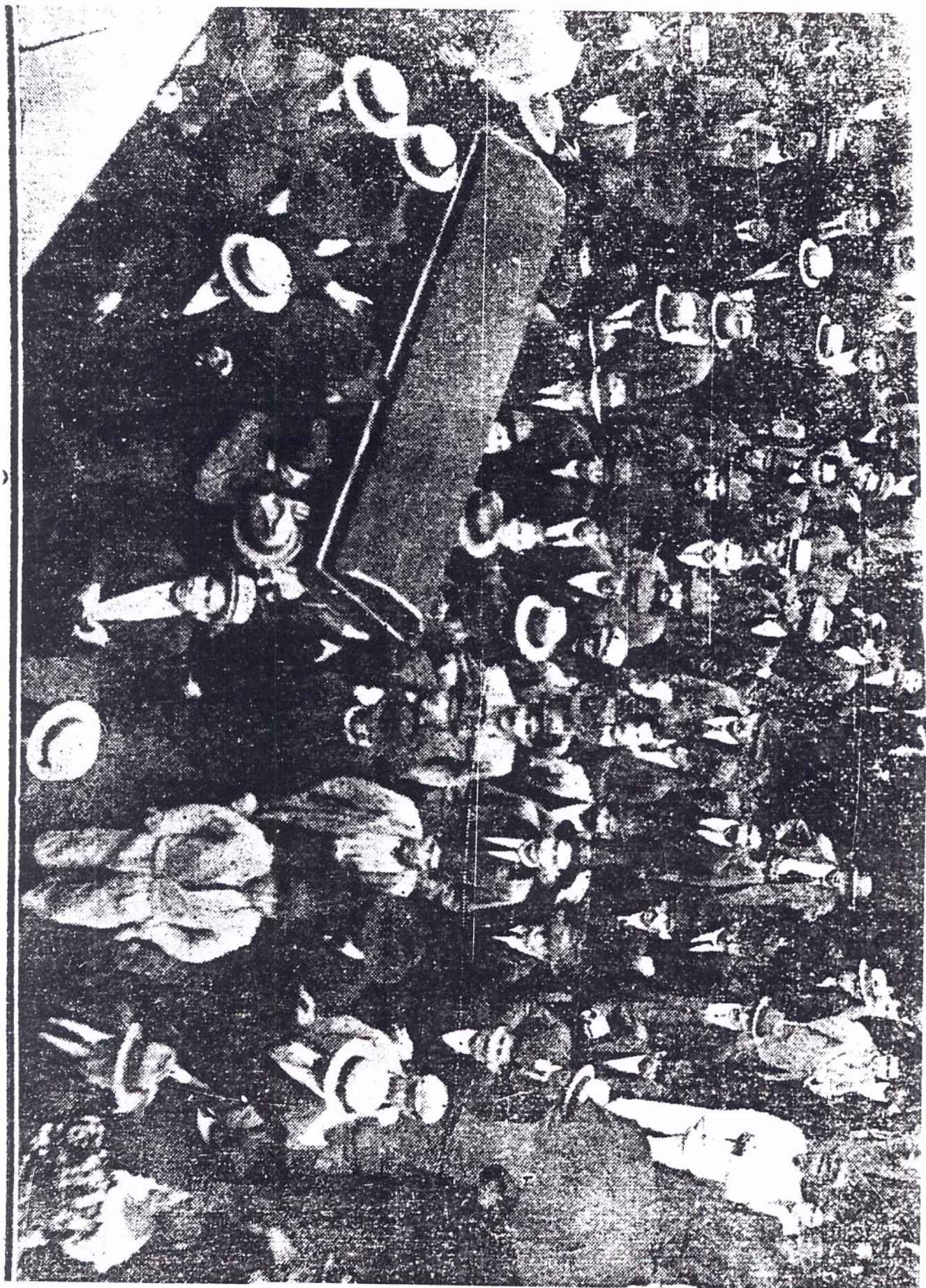


José Iueguez, o operario sasassinado



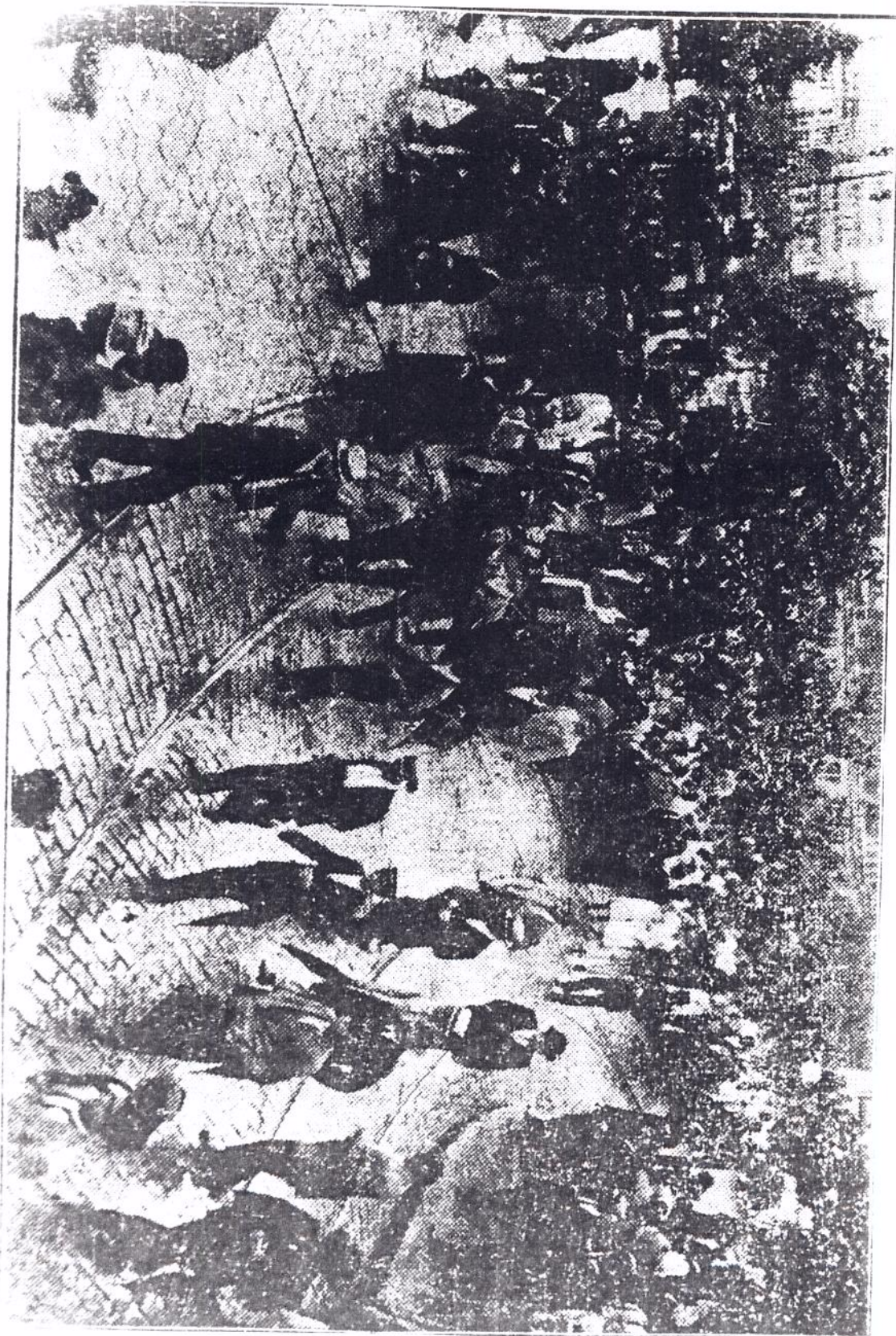
Nicolau Salerno, morto pela policia, na rua Augusta

O FUNERAL DE JOSÉ INEGUEZ MARTINEZ
ASPECTO DO ACOMPANHAMENTO FUNEBRE DE INEGUEZ
Fonte: *A Plebe*, 18 de Agosto de 1917



O FUNERAL DE JOSÉ INEGUEZ MARTINEZ

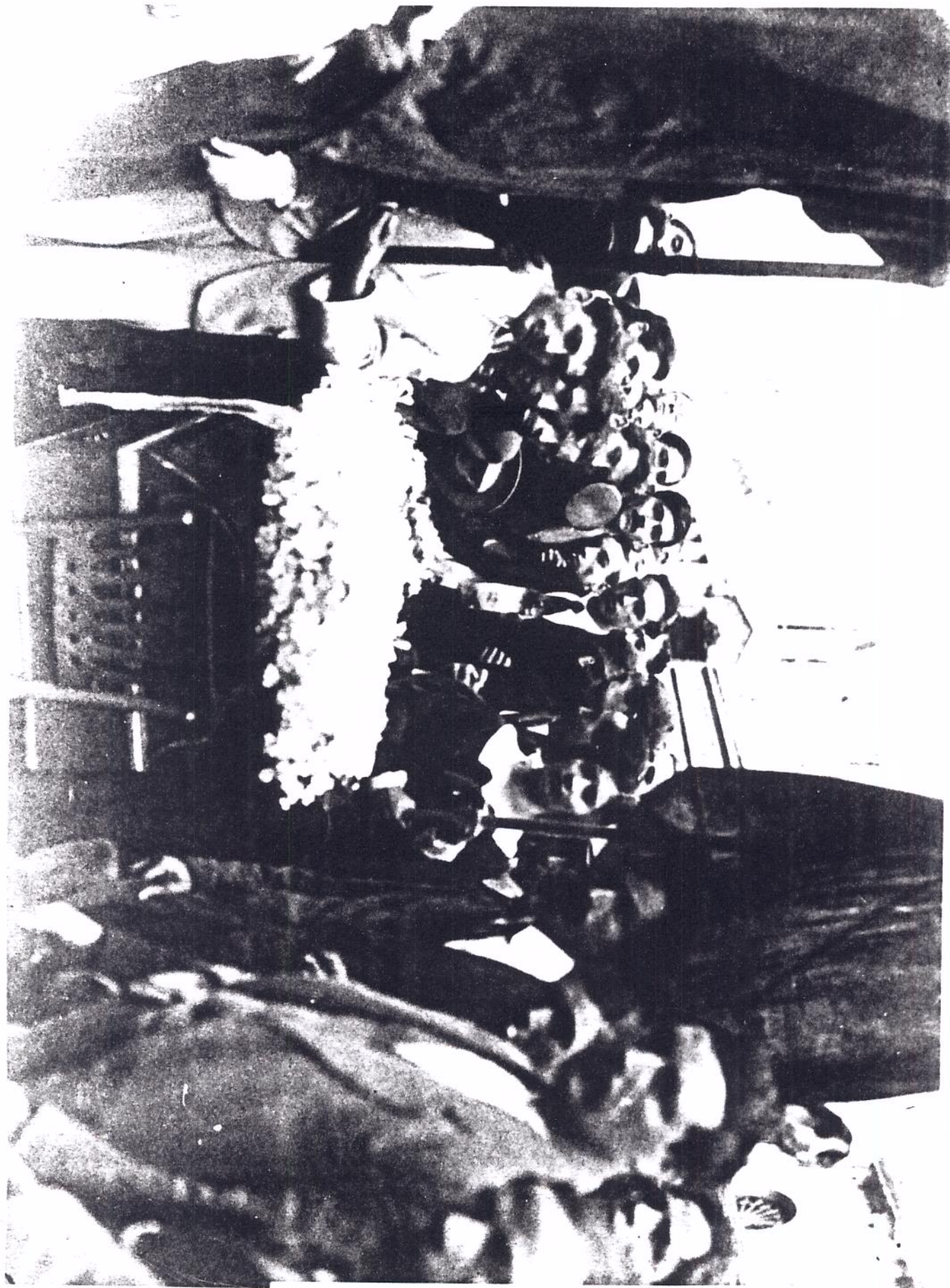
Fonte: *A Gazeta*, 12 de Julho de 1917



O FUNERAL DE JOSÉ INEGUEZ MARTINEZ
Acervo: Centro de Cultura Social



O FUNERAL DE JOSÉ INEGUEZ MARTINEZ
Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP



O FUNERAL DE JOSÉ INEGUEZ MARTINEZ

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917

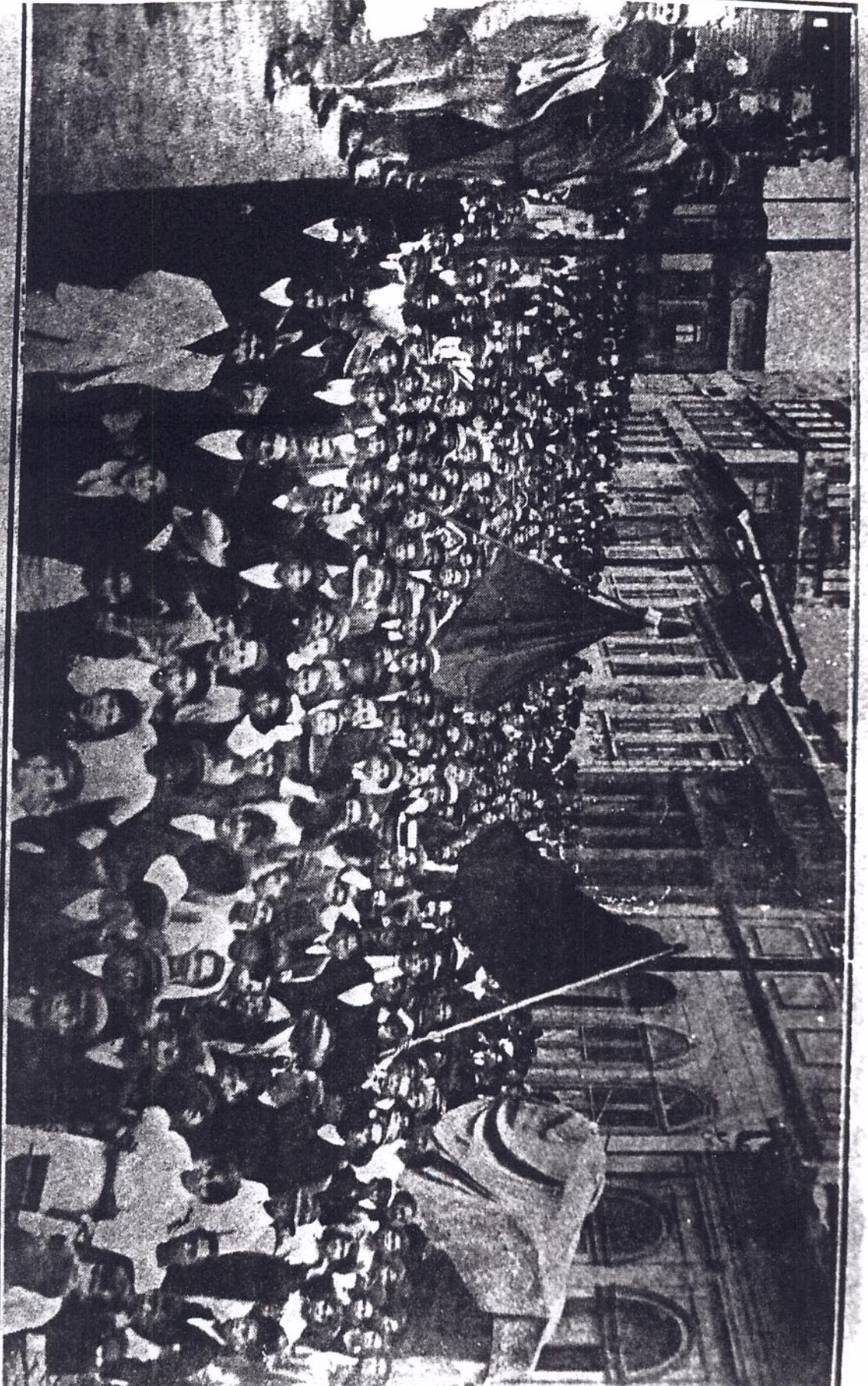


○ enterro do operario hespanhol Francisco Martinez, morto num dos primeiros conflitos que se deram, por occasião das agitações verificadas nesta capital. Esta photographia foi tirada para "A Cigarra", no momento em que a enorme massa de grevistas conduzia o corpo pela rua Quinze de Novembro, a caminho do Cemiterio.

MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917

A multidão de operários grevistas, depois de ter percorrido as ruas centrais, descendo a ladeira do Carmo, a caminho do Braz, empunhando bandeiras vermelhas



MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

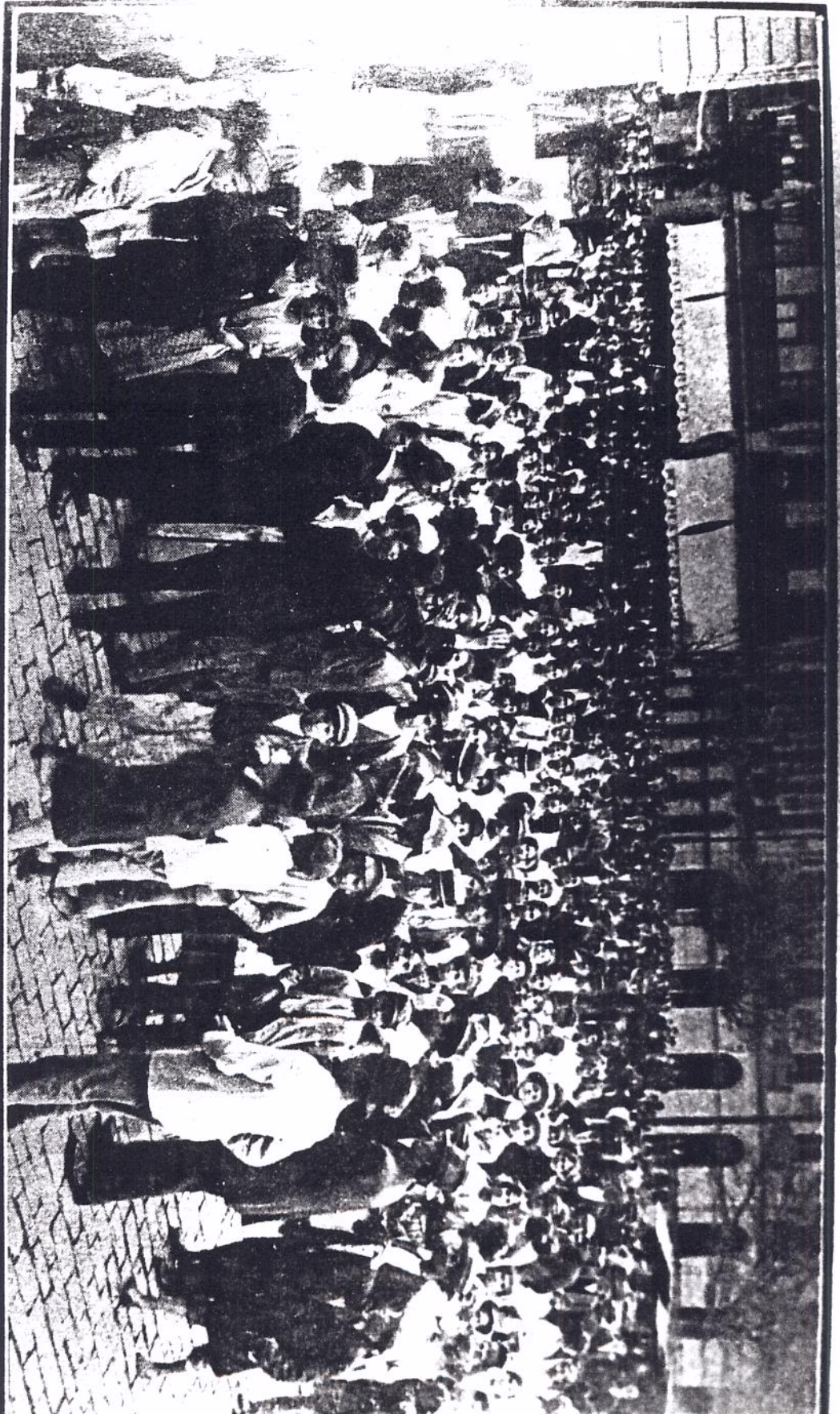
Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917



Um contingente do 1.º batalhão da Força Pública, de armas embaladas, dispersando os grevistas na Praça Antonio Prado, vendo-se, ao fundo, os estabelecimentos comerciais completamente fechados

MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917

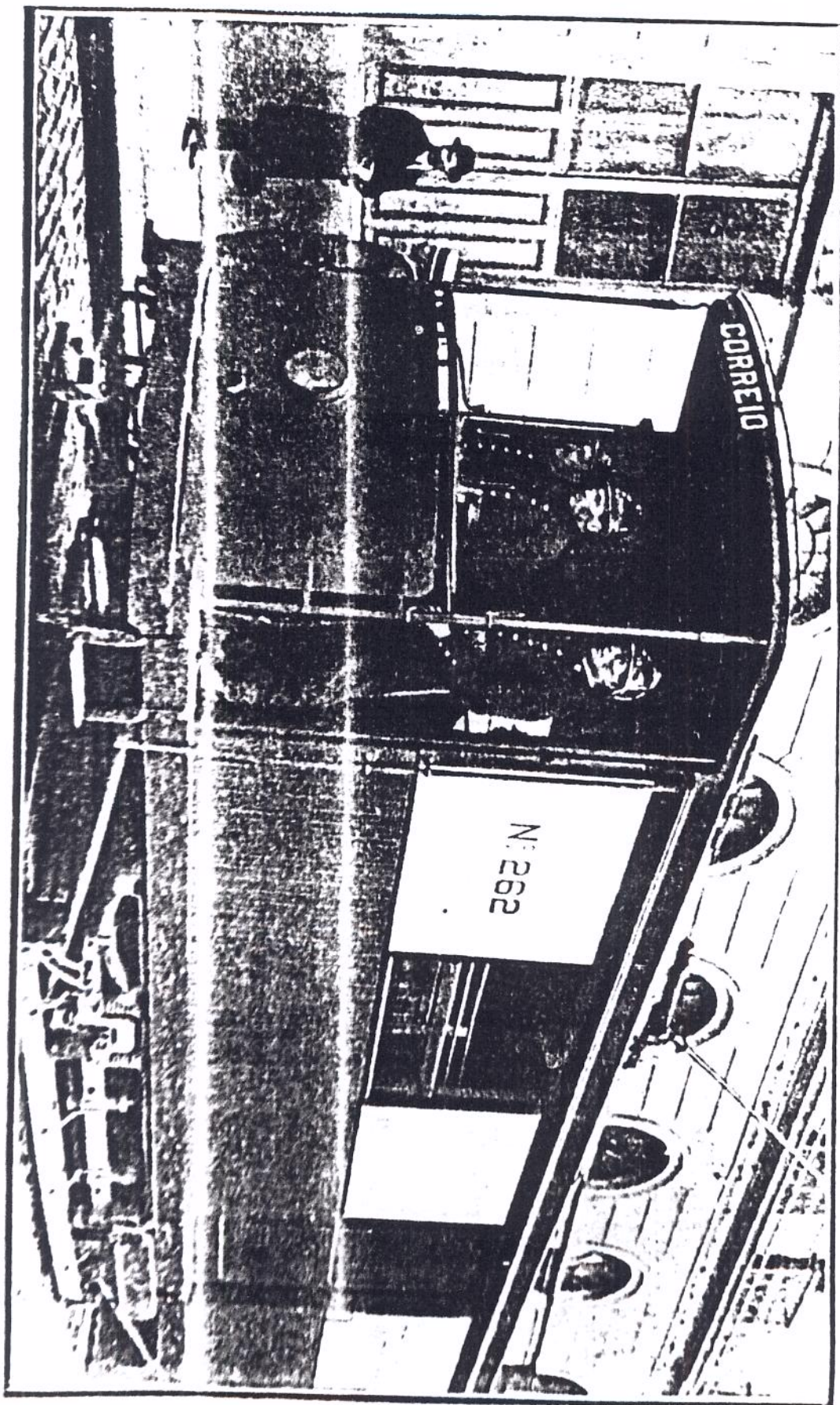


Centos de grévistas, na maioria mulheres operarias em varias fabricas desta capital, dirigindo-se ao largo do Palacio, a fim de conferenciar com o sr. secretario da Justiça e Segurança Publica, a quem pediram providencias contra o desproposito aumento dos generos de primeira necessidade.

MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917

O bonde-correio, geranido por hombeiros de armas embaladas, o unico que trefegou nesta capital no dia 13 deste m...



A Cigarra

A Greve Geral em S. Paulo.

MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

Fonte: Revista *A Cigarra*, 26 de Julho de 1917

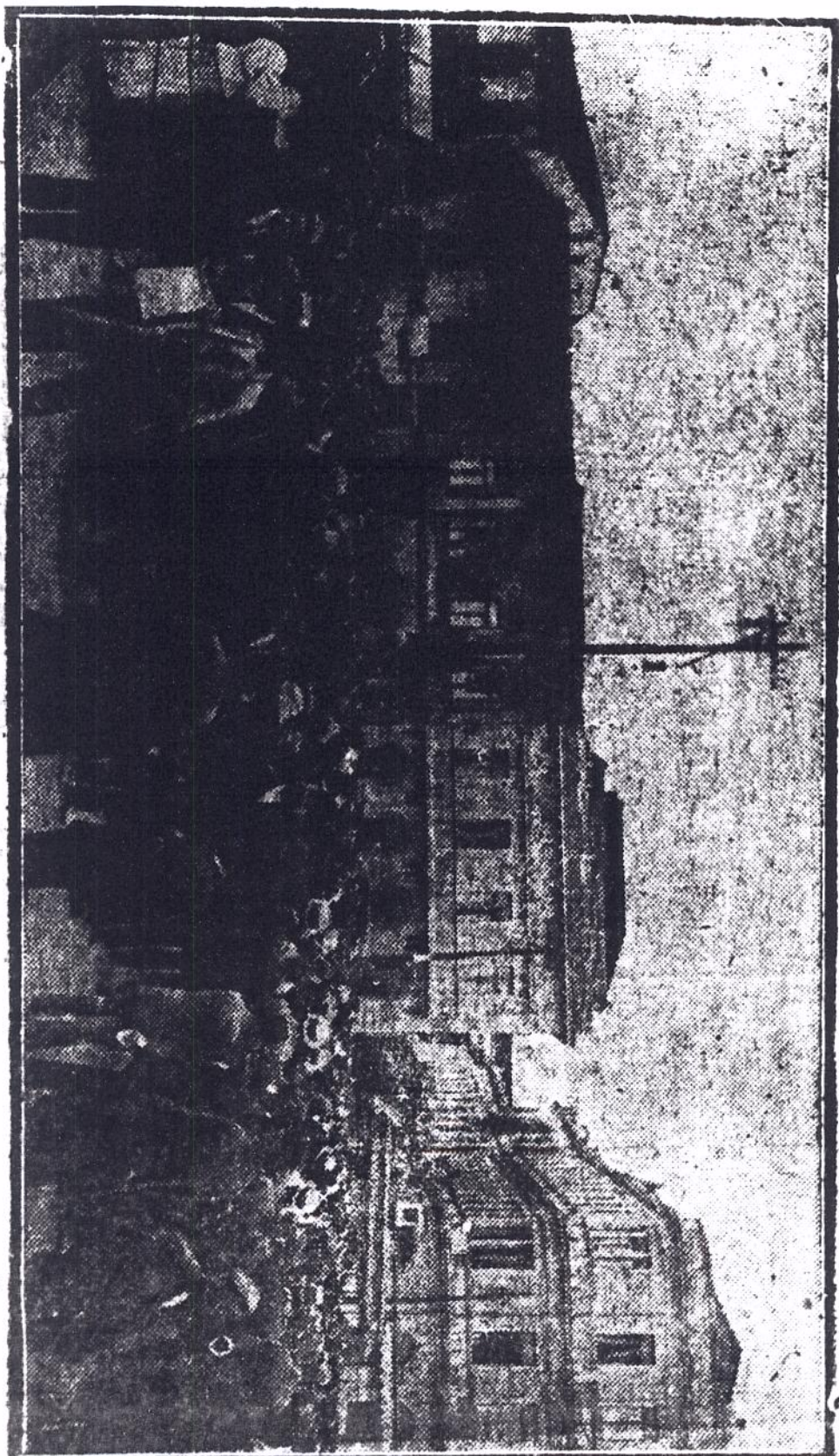


Na Avenida Rangel Pestana — Populares tomam de assalto um bonde e não consentem que se ponha de novo em marcha

COMÍCIO OPERÁRIO

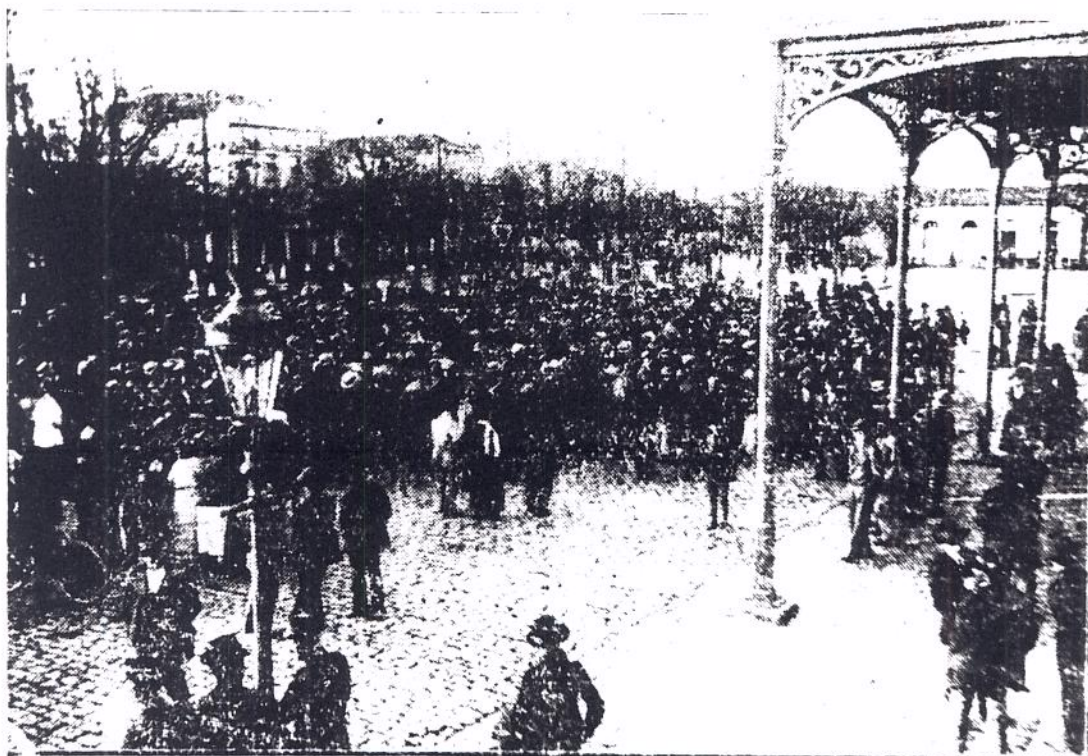
Fonte: Jornal A Capital, 12 de Julho de 1917

As últimas notícias



A' volta do cemitério, hontem, um operario fala á multidão, no largo da Sé

COMÍCIO OPERÁRIO



No largo da estação de Norte -- Um popular, encarapitado no alto de uma escada para a multidão.

Fonte: *Jornal A Gazeta*, 13 de Julho de 1917

COMÍCIO OPERÁRIO



Um orador operario falando aos grévistas, num comício realizado no largo da Sé, durante as últimas agitações operarias

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917

COMÍCIO OPERÁRIO

Fonte: Revista A Cigarra, 26 de Julho de 1917



A grande reunião dos trabalhadores em frente ao Palácio da Assembleia, durante o grande comício do movimento operário realizado em 26 de julho. O Comício do Dia dos Trabalhadores foi realizado no local e contou com milhares de participantes.

INTEGRANTE DO COMITÊ DE DEFESA PROLETÁRIA

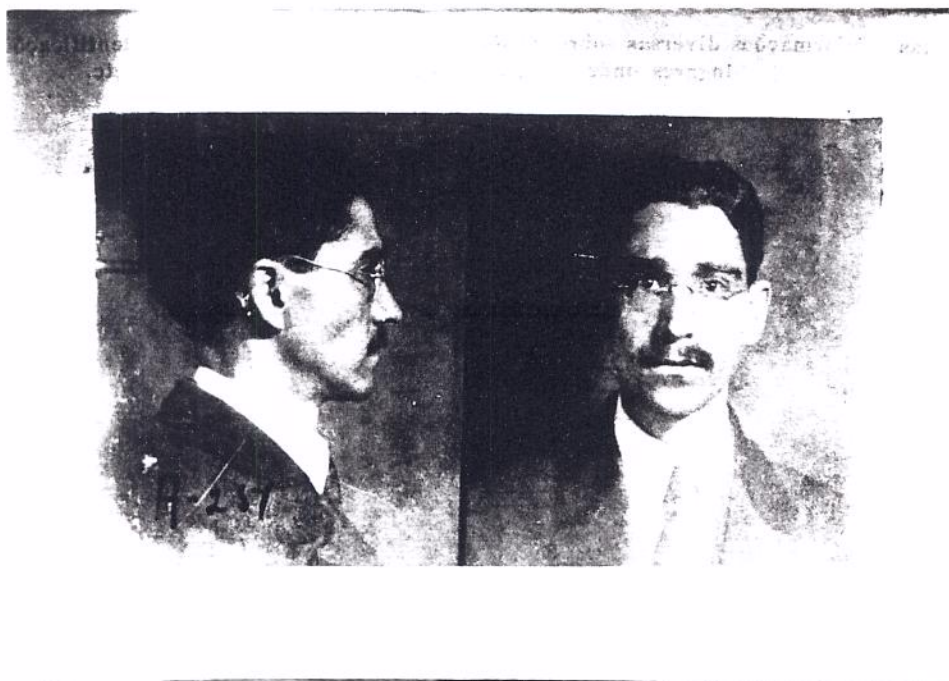
EDGARD LEUENROTH



Acervo Guido Fonseca

INTEGRANTE DO COMITÊ DE DEFESA PROLETÁRIA

ANTONIO CANDEIAS DUARTE



Arquivo Guido Fonseca

INTEGRANTE DO COMITÊ DE DEFESA PROLETÁRIA
Acervo Centro de Cultura Social



Edolfo Felipe

A EXPULSÃO DOS ANARQUISTAS

Charge sobre a delação dos anarquistas pelo Comitê de Imprensa



A EXPULSÃO DOS ANARQUISTAS
Revista Dom Quixote, 25 de Julho de 1917

Restabelecida a ordem...

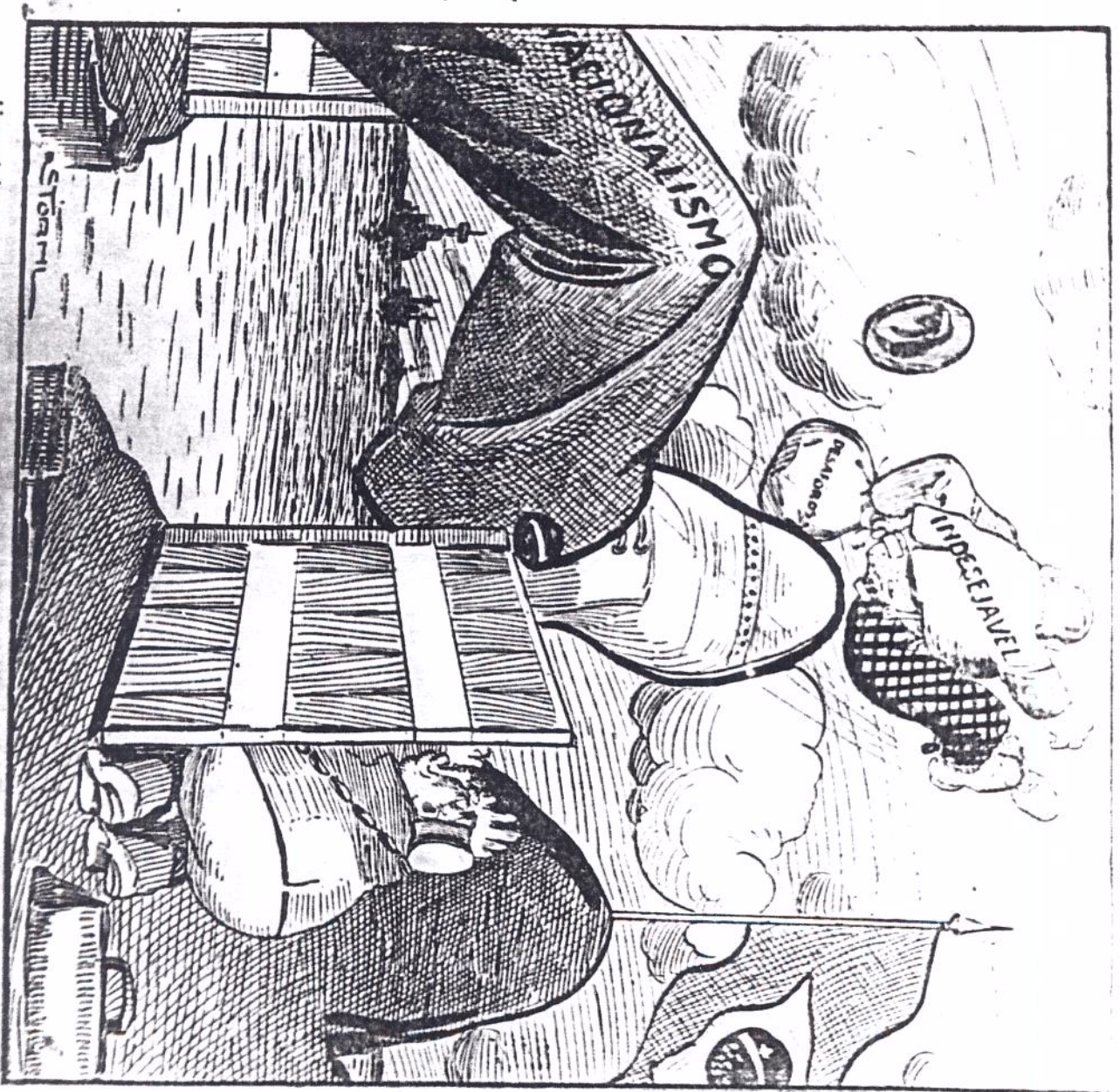


Ousam ter fome! Canilhas! Felizmente contra a rebelião da greve, nos terrenos
que e de efeitos legaes sempre maravilhosos!

A EXPULSÃO DOS ANARQUISTAS

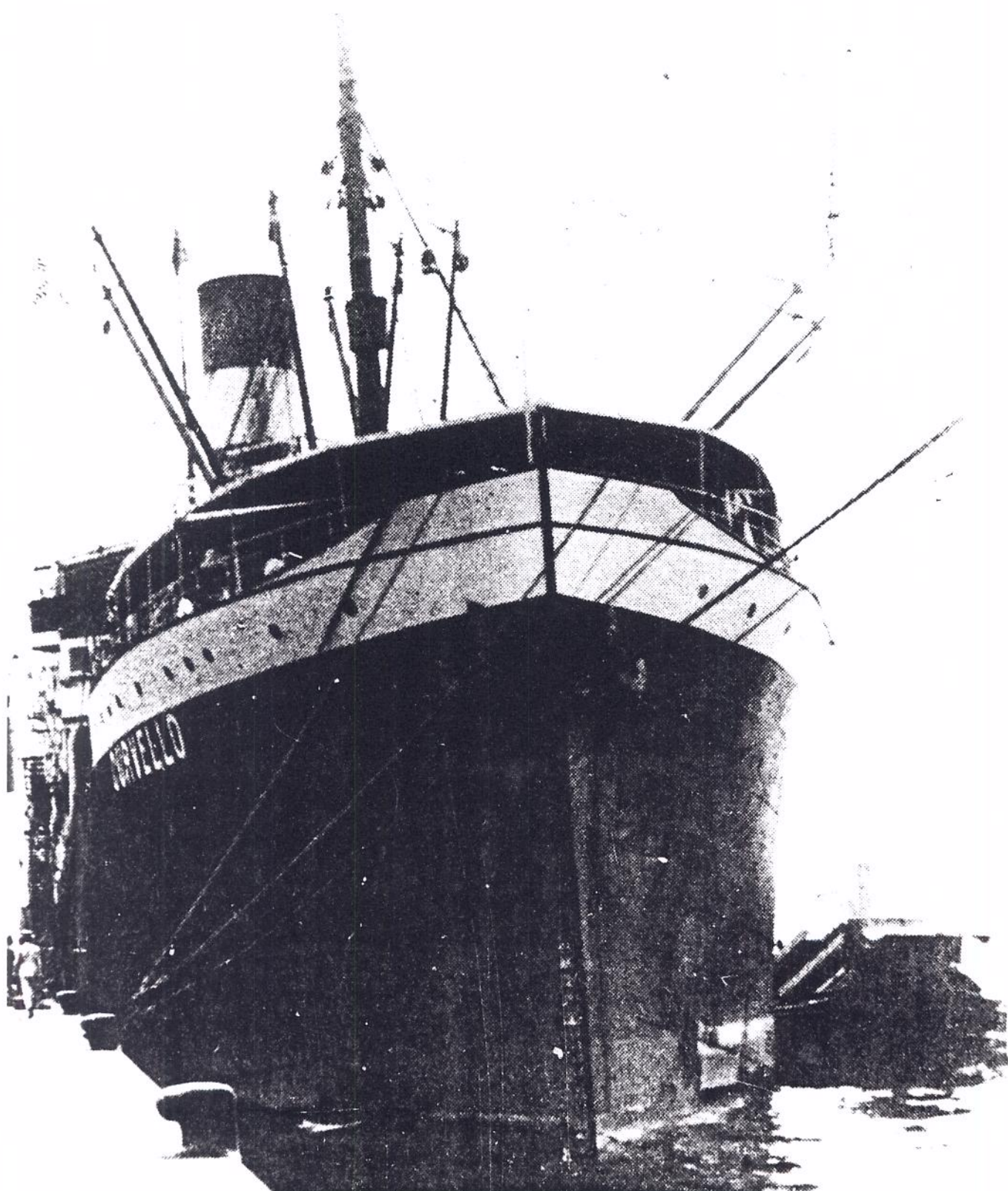
Revista Dom Quixote, 7 de Novembro de 1917

Um pé de guerra que parece um pé de vento para os que não se detêm bem no País dos Mexiguas.



A EXPULSÃO DOS ANARQUISTAS

O NAVIO PRISÃO



A DECISÃO DO STF

Revista O Parafuso, 17 de Novembro de 1917

O "habeas-corpus" aos operarios



O sol da liberdade

ANEXOS

AOS LIBERTARIOS E SIMPATISANTES

Camaradas.

Em vista de aumentar enormemente o numero de menores aliciados pelos comerciantes de carne humana, para o trabalho das fabricas e das oficinas, onde são condenados a trabalhos excessivos, a jornadas prolongadas, tratados com brutalidade e castigados a chicote, ganhando salarios irrisorios, pelos quaes arruinam a saude e sucumbem, victimados por doenças adquiridas pelo trabalho e pela miseria, numerosos companheiros que mais de perto puderam constatar este facto revoltante julgaram de imperiosa necessidade iniciar uma campanha em prol dessas victimas do capitalismo explorador e tirano, afim de que não continuem submetidas a esse monstruoso regimen de torturas.

Com este fim o Centro Libertario convocou uma reunião de camaradas, a qual teve lugar no dia 4 do corrente, no salão Germinal, rua do Carmo n. 20, tendo-se resolvido nomear uma comissão provisoria para organizar os trabalhos preliminares da agitação e convidar a todas as entidades de tendencias libertarias, aos anarquistas e simpatisantes em geral a comparecer á assembléa que se realizará no proximo domingo, 11 do corrente ás 19 h 2 horas (7 e 30 da noite) no mesmo local, afim de tomar as deliberações mais importantes e viaveis para o bom éxito desta campanha humanitaria e justiceira.

Companheiros: em vista do desamparo em que se encontram esses menores, e da impossibilidade quasi completa de defenderem eles proprios a sua vida e a sua liberdade, porque a sua tenra idade não lh'o permite, corramos nós em seu auxilio, prestando a esta obra de reivindicção dos direitos da infancia eperaria a nossa solidariedade, as nossas energias, os nossos entusiasmos de paladinos e da liberdade e da justiça. — Todos á assembléa.

A COMISSÃO PROVISORIA:

Finzenzo Amadio, E. Pellegrini, José Prol, Evaristo Ferreira de Souza, A. Colucci, Florentino de Carvalho, Claudio Fazioni, Arnaldo de Ballista, José Langone, Antonia Soares, Encarnaçion Mejia, Rosa Musitano, Edmondo Colli e Rafael Esteve.

São Paulo, - Março de 1917.

A GRE'VE

Impressionados pelo estado doloroso de agitação em que se encontra a cidade de S. Paulo e pelos dolorosas occorrencias que se tem desenrolado nos ultimos dias ; considerando ao mesmo tempo que nada justifica semelhante situação, visto como não parece haver excessos de intransigencia nem do lado dos industriaes, nem do lado dos grevistas, só faltando um meio pratico e efficaz de se pôrem em accôrdo as partes em conflicto ;

os representantes da imprensa, abaixo assignados, cedendo exclusivamente ás sympathias que nutrem pela causa do operariado e ao desejo de vêr a cidade restituída á ordem e calma habituaes, resolveu tomar a iniciativa de uma mediação entre os reclamantes, de um lado, e os industriaes e representantes dos poderes publicos, do outro, confiando em que os seus esforços serão por todos bem comprehendidos e sinceramente auxiliados.

Neste intuito pedem ao Comité de Defesa Proletaria que nomeie uma comissão autorisada a entrar em negociações com os industriaes e com o governo, por intermedio da comissão de imprensa.

Esta comissão de operarios deverá comparecer a uma reunião amanhã, 14, ás 16 horas, na redacção do «Estado», compromettendo-se os abaixo assignados, sob palavra de honra, a guardar absoluta reserva sobre tudo quanto fôr extranho aos termos exclusivos das ultimas propostas formuladas em nome dos grevistas.

Estabelecido o minimo das reclamações dos operarios, será lavrada uma acta da reunião e a comissão de jornalistas procurará immediatamente entender-se com os srs. industriaes e com os representantes do governo no sentido de se obter o maximo de concessões em favor do operariado.

A comissão abaixo assignada não só espera que por esta forma se encaimhe facilmente a desejada solução do actual conflicto, como está convencido de que por outra maneira não se conseguirá pôr um termo feliz a tão complicada e perigosa situação.

S. Paulo, 13 de Julho de 1917.

João Silveira Junior	— «Correio Paulistano»
Valente de Andrade	— «Jornal do Commercio»
Dr. Umberto Serpieri	— «Fanfulla»
Dr. J. M. Lisboa Junior	— «Diario Popular»
Paulo Moutinho	— «A Gazeta»
Valdomiro Fleury	— «A Platéa»
João Castaldi	— «A Capital»
Paulo Mazzoldi	— «Il Piccolo»
Nestor Pestana	— «Estado de S. Paulo»
Amadeu Amaral	— «Estado de S. Paulo»
Nereu Pestana	— «O Combate»

O boletim do Comité de Defesa Proletaria

O Comité de Defesa Proletaria expediu o seguinte boletim: «Trabalhadores:

O Comité de Defesa Proletaria vos convida a celebrar a victoria da vossa causa nos comicios que hoje serão realizados e nos quaes vos será communicado o que, graças á vossa admiravel resistencia e decidida pressão, foi conseguido dos industriaes e dos governantes.

O Comité, naturalmente, antes de acceptar qualquer condição, ignamo as considerações como mais validas, para que retomais o trabalho, julga de seu dever expôr-vos, por meio de alguns de seus membros, tudo quanto se obtize.

Com fidelidade, reconheceréis que, se as conquistas feitas não representam o maximo dos nossos «desideratons», constituem, entretanto, uma grandiosa victoria, principalmente no que se refere ao direito de associação, victoria essa tanto mais importante, porquanto será o ponto de partida para novas e maiores conquistas.

Elas serão dentro em breve alcançadas se vós esberdes, mais do que no passado, praticar a solidariedade, dispondo vos ao activo trabalho de organização de resistencias.

Medita, operarios, e que vos sirva de experiencia o facto que a lucta ora travada e tendente ao seu fim victorioso, se vos tivesse encontrado fortemente organizados e preparados, vos teria custado menos sacrificio de sangue e não enlutaria muitos dos vossos companheiros.

Que esta luta seja o inicio de uma vida de fraternidade, consolidada pelos vossos organismos de defesa proletaria.

Trabalhadores: Sereis vós a julgar, nos comicios de hoje, se vos convirá retomar o trabalho, como vos aconselhamos.

Julgamos, entretanto, que retomando o trabalho nas fabricas, officinas, obras, etc., possaes fazei-o de frente erguida, como ho meus consciences de terem cumprido o seu dever e não em virtude de vaidosas pressões de forças extranhas ás vossas organizações. E' como victoriosos que retomareis a vossa labuta quotidiana.

O «Comité» tornando publica a vossa victoria, deve registar os esforços empregados pelos jornalistas e as garantias de apoio que os mesmos offereceram afim de que as vossas conquistas sejam positivamente respeitadas.

O «Comité» espera encontrar vos ainda unidos nos comicios convocados para hoje, assim como vos teve ao seu lado na luta e tem a certeza de que a manifestação de hoje constituirá uma nova e solemne affirmação da força proletaria.

Os operarios que constituem o «Comité» de Defesa Proletaria congratulam-se convosco pelo feliz exito desta primeira grande batalha do trabalho, que ficará como exemplo para todos aquelles que contra o direito á vida das classes trabalhadoras até hoje têm opposto a sua brutal resistencia e a violencia.

Viva, portanto, a união dos trabalhadores!

A's victimas tombadas nesta luta pela prepotencia policial, consignamos a nossa saudação, fazendo votos pela fraternidade humana.—O secretario, Frederico Brito.

Comitê de Defesa Proletaria

Balancete geral até 31 de Julho

ENTRADAS

De listas distribuidas pela "Guerra Sociale"	905\$100
Idem pelo Centro Socialista Internacional	150\$000
Idem pela Liga Operaria do Ypiranga	286\$400
Idem pela Liga Operaria do Belemzinho	115\$000
Listas ns. 13 e 88 da Liga Operaria da Moóca	25\$000
Uma lista d'"A Plebe"	31\$000
Diogo Jaca	2\$300
Remettido por intermedio do "Estado de S. Paulo"	35\$000
Idem de "Il Piccolo"	52\$000
	<u>1:601\$800</u>

DESPESAS

Auxilios prestados:

A' viuva de Nicola Salerno	100\$000
A' familia de José Iniguez Martinez	100\$000
Familia da villa Cav. Crespi, 5	20\$000
Amalia Astolfi	20\$000
Manuel Trindade	30\$000
Leonardo Fioravanti	15\$000
Antonio Alberti	10\$000
Familia Bernardini	80\$000
José Fernandez	30\$000
Silvia Zanelli	35\$000
Francisca Galzian	25\$000
Maria Rosario	20\$000
José de Merlo	30\$000
Gervasio Fuso	35\$000
Familia Carmilli	60\$000
José da Silva	35\$000
Rafael Vecchiati	35\$000
Este Anselmo	20\$000
E. Estevão	60\$000

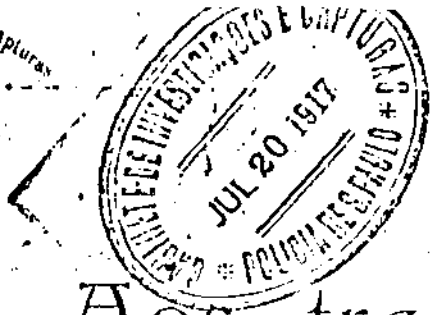
Gastos diversos:

«Habeas-corporis» em favor de E. Estevão	25\$000
Id. em favor de Martin Roura	30\$000
Por conta da defeza de Fran- cisco Moreno	20\$000
Para o enterro de I. Martinez	20\$000
Carimbo	2\$000
Uma caderneta	\$800
Boletins (para o enterro e appello)	35\$000
Bonde para as commissões .	7\$600
Automovel para uma com- missão particular	20\$000
	<u>920\$400</u>

RESUMO

Entradas	1:601\$800
Despezas	920\$400
	<u>681\$400</u>

Gabinete de Investigações e Captações



Aos trabalhadores!

E' com o desejo de sermos util aos trabalhadores que tornamo-nos a fallar.

Inutil uma larga introdução dogmatica, em poucas palavras expomos o que temos a dizer:

Vós sómente obtereis as reivindicações da classe por um movimento grevista, desde que vós operarios, conhecendo a vossa força e os vossos direitos sabeis usal-as com dignidade para um fim definido.

A greve geral não produzirá os effeitos, que são do vosso desejo enquanto a massa trabalhadora se obstem, quasi com desgosto de discutir os acontecimentos, deixando a reflexão e o pensamento ao cargo da burguezia.

E' um supremo dever do trabalhador de reflectir bem sobre a sua situação, tomando mais interesse na organização da sua classe, sem esperar a occasiã de greves, que custam enormes sacrificios, mas sim aprendendo bem do presente como se deve preparar a lucta no futuro, isto é: unindo-vos desde já aos vossos eguaes, para que mais tarde vos encontreis melhor preparados.

Tudo isto depende da nossa intelligencia. Ainda que obtenhais tudo o que é do vosso desejo, si voltardes as vossas casas satisfeitos da actual victoria, não esquecei-vos que as condições podem-se mudar outra vez por completo e vós na equal miseria, sêde forçados a deixar o trabalho para reclamar as primeiras necessidades para a vossa vida!

Alerta trabalhadores!

Attendei a vossa chamada!

Chamamos vós a adoptar os ensinamentos socialistas, pois é so o

socialismo,

que salvará o trabalhador da miseria e da exploração da sociedade burgueza.

Longe de ser utopia ou tyrania, a sociedade socialista se prepara hoje em todos os paizes do mundo, tanto na Europa como na America do Norte, ou na Australia.

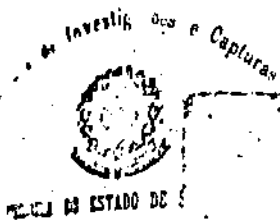
Uma vez que os trabalhadores sejam conhecedores da sua força irresistivel, hão de unir-se sob a bandeira do Socialismo, que tem como base a sciencia economica e o trabalho communista, sómente como já dito depende da vontade e da intelligencia dos trabalhadores!

Trabalhadores!

Uni-vos immediatamente, formando uma só e nova massa compacta, guiada pelo programma socialista revolucionario afim de poderdes obter os vossos direitos.

Socialistas internacionaes.

São Paulo, Julho 1917.



AOS SOLDADOS!

JULHO 1917
SÃO PAULO



Soldados! não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operarios explorados das fabricas e officinas.

A fome reina nos nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para soffocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, oh! soldados.

Essas armas elles vol-as, deram para garantir o seu direito de esfomear um povo.

Mas, soldados, não façaes o jogo dos grandes industriaes que não têm patria

Lembra-vos que o soldado do Brazil sempre se oppoz á tyrannia e ao assassinato das liberdades.

O soldado brasileiro recusou-se no Rio, em 81, a atirar sobre o povo quando protestava contra o imposto do vintem, e, até o dia 13 de Maio de 1888 recusou-se a ir contra os escravos que se rebellavam, fugindo ao captiverio!

Que bello exemplo a imitar!

Não vos presteis, soldados, á servir de instrumento de oppressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc. os capitalistas que levam a fome: ao lar dos pobres, e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as cocottes.

Soldados!

Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão!

Soldados! Recusavos ao papel de carrascos!

S. Paulo, Junho de 1917

Um Grupo de Mulheres grevistas

Vae por deito um distribuidor deito em prando escala com Soldados

GABINETE DO PRESIDENTE

 DO ESTADO DE SÃO PAULO

TELEGRAMMA

São Paulo, 24 de 9 de 1917.

Typ. Casa Garcia - S. Paulo - 26.787

Endereço

356

Senhor Governador do Pernambuco

(Sinal ao do Bahia)

Reservado. Deverem passar por esse porto pelo vapor do Lloyd Nacional "Cruzeiro" nove indivíduos subscritos no porto de Santos e que vão com passaporte o destino do Barbados. Esses indivíduos são agitadores perigosos e fomentadores de greves e movimentos subversivos. Para bem do sossego do Brasil por todos os modos deve ser evitada a comunicação delles com a terra e muito especialmente o seu desembarque ali. Por isso a Vossa Ex. providenciar para que a policia descripta esteja prevenida para agir como couven ao bem geral. Atos sauds.

(u) Altino Arantes

N 1914 - Caso da Escola Técnica

Ma. Adelia Hübner

S. Paulo

1914 (Carta dirigida ao carcerário)

A. Felício Pedroso

Seu nome heuteu apresentado em audiência, avi-
gnato que devia ser dirigido ao Presidente da Comissão
reclamando, sobre a pessima alienação actual-
mente fornecida aos detentos desta badia, salientando
meu dever subversivo, e com a declaração da coffee
anexa, exigida pela presenca dos principios de
por cuja propagação se sofre a prisão e
com as suas consequências a saúde e a vida do
mesmo.

Seu natural de exalar, sobre que, tendo sido
mandado o referido abaixo assinado, foi casti-
gado de multa.

Seu juizo que, sendo o mesmo
em espirito de justiça, não pode deixar de
admirar as consequências de um acto praticado,
a por presenciar o acordo, por certo e lícito, pelo-
licença para, por ostensão, vir a cumprir a respectiva
fidelidade que no caso me salie, sujeitando-me aos
effectos que de tal acto por sou advir.

Seu, portanto, na rectidão de seu caracter
para que se quite ou se repare a respectiva injustiça,
suspendendo a execução do castigo a que se occide-
nou o alludido preso, que, de forma alguma, tem maior cul-
pa que o maior de culpa pode ser qualificada como
reclamação justa.

Atenciosas saudações
Felício Pedroso

24

✱

Presto minha inteira solidariedade ao
 protesto contra a pensão alimentícia que
 não está sendo fornecida. Contudo, entretanto,
 ter de a subscrever condicionadamente, por
 ser redigida em forma de pedido a quem já não
 pedir coisa alguma e também por estar re-
 digida em termos que dão um pouco de
 convicção.

Isso, porém, não impede de, em qualquer
 circunstância, assumir a parte de responsa-
 bilidade que sobre mim cabe.

Edward Leveson